



ENTIDADE NACIONAL PARA
O SETOR ENERGÉTICO E.P.E.



2024

RELATÓRIO
// CONTAS

ANNUAL
// REPORT



Índice Contents

1	Introdução	
	Introduction	// 06
	1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração <i>Message from the Chairman of the Board of Directors</i>	// 07
	1.2 Sumário Executivo <i>Executive Summary</i>	// 09
	1.3 Principais Indicadores Financeiros <i>Main Financial Indicators</i>	// 13
2	Destaques do Ano	
	Highlights of the Year	// 14
3	Contexto Macroeconómico	
	Macroeconomic Context	// 17
	3.1 A nível Internacional <i>Internationally</i>	// 18
	3.2 A nível Nacional <i>Nationally</i>	// 18
4	Áreas de Atividade	
	Areas of Activity	// 20
	4.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) <i>Oil Reserves Unit (URP)</i>	// 21
	4.1.1 Organização e gestão das Reservas estratégicas <i>Organisation and management of the strategic reserves</i>	// 27
	4.1.2 Evolução em 2024 das Introduções ao Consumo dos Combustíveis <i>Evolution in 2024 of Introductions to Fuel Consumption</i>	// 30
	4.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) <i>Control and Prevention Unit (UCP)</i>	// 33
	4.2.1. Resumo da atividade de fiscalização do setor energético realizada em 2024 <i>Summary of energy sector oversight activities carried out in 2024</i>	// 34
	4.2.2 Resumo da atividade de prevenção do setor energético realizada em 2024 <i>Summary of energy sector prevention activities carried out in 2024</i>	// 35
5	Atividades de gestão e suporte	
	Management and Support Activities	// 39
	5.1 Unidade de Administração Geral (UAG) <i>General Administration Unit (UAG)</i>	// 40
	5.1.1 Linhas gerais <i>General guidelines</i>	// 40
	5.1.2. Departamento Financeiro e de Recursos Humanos (DFRH) <i>Finance and Human Resources Department (DFRH)</i>	// 40
	5.1.3. Departamento Jurídico e Contencioso (DJC) <i>Legal and Litigation Department (DJC)</i>	// 45

5.1.4. Departamento de Sistemas de Informação (DSI) <i>Information Systems Department (DSI)</i>	// 50
6 Cumprimento das Orientações Legais <i>Compliance with Legal Guidelines</i>	// 51
6.1 Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento <i>Management Objectives and Activity Plan and Budget</i>	// 52
6.2 Gestão do Risco Financeiro <i>Financial Risk Management</i>	// 54
6.3 Limite de Crescimento do Endividamento <i>Debt Growth Limit</i>	// 55
6.4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) <i>Evolution of Average Payment Periods (PMP)</i>	// 55
6.5 Recomendações do Acionista - Contas de 2017 a 2022 <i>Shareholder Recommendations - Accounts from 2017 to 2022</i>	// 57
6.6 Reservas certificação Legal de Contas <i>Legal Certification of Reserve Accounts</i>	// 58
6.7 Remunerações <i>Remuneration</i>	// 58
6.7.1 Conselho de Administração <i>Board of Directors</i>	// 58
6.7.2 Fiscalização Financeira <i>Financial Oversight</i>	// 61
6.8 Estatuto do Gestor Público (art.º 32º e 33º do EGP) <i>Public Manager's Statute (Articles 32 and 33 of the EGP)</i>	// 63
6.9 Despesas não documentadas <i>Undocumented Expenses</i>	// 64
6.10 Relatório sobre Remunerações <i>Remuneration Report</i>	// 64
6.11 Plano de igualdade <i>Equality Plan</i>	// 64
6.12 Relatório anual sobre prevenção da corrupção <i>Annual Report on Corruption Prevention</i>	// 65
6.13 Contratação Pública <i>Public Procurement</i>	// 65
6.14 Sistema Nacional de Compras Públicas <i>National Public Procurement System</i>	// 65
6.15 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais <i>Measures to optimise the structure of operating costs</i>	// 65
6.16 Recursos humanos e salarial <i>Human Resources and Payroll</i>	// 69
6.17 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado <i>Principle of State Treasury Unity</i>	// 70
6.18 Recomendações de Auditorias do Tribunal de Contas <i>Recommendations from Audits by the Court of Auditors</i>	// 71
6.19 Demonstração Não Financeira <i>Non-Financial Statement</i>	// 71

Índice Contents

6.20 Informação Site do SEE <i>Information on the SEE website</i>	// 71
6.21 Relatório de Sustentabilidade <i>Sustainability Report</i>	// 72
6.22 Quadro-resumo: Cumprimento das obrigações legais <i>Summary Table: Compliance with Legal Obligations</i>	// 73

7 Análise Económica - Financeira

Economic and Financial Analysis // 75

7.1. Análise da Conta de Resultados <i>Analysis of the Income Statement</i>	// 76
7.1.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) <i>Oil Reserves Unit (URP)</i>	// 77
7.1.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) <i>Control and Prevention Unit (UCP)</i>	// 84
7.1.3 Global <i>Overall</i>	// 86
7.2. Análise Patrimonial - Global <i>Asset Analysis - Overall</i>	// 90
7.3. Análise de Tesouraria - Global <i>Treasury Analysis - Overall</i>	// 91
7.4. Investimento <i>Investment</i>	// 91
7.5. Endividamento <i>Indebtedness</i>	// 91
7.6. Prazos Médios de Pagamento e Recebimento <i>Average Payment and Receipt Periods</i>	// 92
7.7. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE <i>Degree of execution of the budget uploaded to SIGO/SOE:</i>	// 92

8 Proposta de aplicação de resultados

Proposed Application of Earnings // 97

9 Demonstrações Financeiras

Financial Statements // 99

10 Anexo às Demonstrações Financeiras

Notes to the Financial Statements // 107

11 Demonstrações Orçamentais

Budget Statements // 145

12 Anexo às Demonstrações Orçamentais Notes to the Budget Statements

// 160

Anexos

Annexes

// 170

Demonstrações Não Financeiras – Não aplicável

Non-Financial Statements - Not applicable

Aprovação do Conselho de Administração do Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário de 2024

Approval by the Board of Directors of the Annual Report and Accounts and Corporate Governance Report for 2024

Despacho n.º 4376-A/2023 – Designação dos membros do Conselho de Administração da ENSE

Order no. 4376-A/2023 - Appointment of the members of ENSE's Board of Directors

Despacho n.º 158/2022 – Nomeação do revisor oficial de contas da ENSE

Order no. 158/2022 - Appointment of ENSE's Statutory Auditor

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Report and Opinion of the Audit Board

Declaração do Órgão de Gestão ao ROC

Declaration by the Management Body to the Statutory Auditor

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria - a entregar oportunamente

Legal Certification of Accounts and Audit Report - to be delivered in due course

Declarações de Cumprimento do Estatuto de Gestor Público – Membros do Conselho de Administração

Declarations of Compliance with the Public Management Statute - Members of the Board of Directors

Evidências de apresentação aos respetivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE – Membros do Conselho de Administração

Evidence of submission to the respective recipients of the Declarations referred to in Article 52 of the RJSPE - Members of the Board of Directors

Declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos – Membros do Conselho de Administração

Single declaration of income, assets, interests, incompatibilities and impediments - Members of the Board of Directors

Declaração de Conformidade n.º G do artigo 29º do CVM – Membros do Conselho de Administração

Declaration of Conformity no. G of Article 29 of the CVM - Members of the Board of Directors

Declaração de Conformidade n.º G do artigo 29º do CVM – Membros do Conselho Fiscal – a entregar oportunamente

Declaration of Conformity no. G of article 29 of the CVM - Members of the Audit Board - to be delivered in due course

Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado – excecionamento

Principle of State Treasury Unity - exception

Deliberação n.º 578/2023 – Delegação de competências no vogal executivo do Conselho de Administração

Resolution no. 568/2021 - Delegation of powers to members of the Board of Directors

Introdução

Introduction



Sol // Energia Limpa ao Alcance de Todos
Sun // Clean Energy Within Everyone's Reach

1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano foi marcado por desafios significativos, mas também por conquistas notáveis, num contexto de transição energética acelerado, a empresa reafirmou o seu compromisso com a sustentabilidade, a segurança do abastecimento e a transparência no setor energético nacional.

Destaco com especial satisfação, um conjunto de vertentes, que entre tantas outras, certamente contribuem para o reforço da nossa posição e importância enquanto entidade pública.

Em termos de consumos energéticos, registar que segue, todavia, em crescendo o consumo de produtos petrolíferos, registando-se igualmente subidas no domínio da bioenergia e da mobilidade elétrica.

Na área da gestão de Reservas, evidenciar a importância de havermos dado início ao processo de rotação física dos produtos petrolíferos armazenados nas instalações públicas geridas pela empresa, o que aliado ao restabelecimento da interligação marítima do referido ponto, contribuirá para o reforço destas nossas competências.

No domínio da Fiscalização, destaque para as ações de cariz transversal, que permitiram que as equipas efetassem as suas ações direcionadas por setores de consumo energético, a saber, Mobilidade, Indústria e Serviços/Edifícios, possibilitando o desdobramento dos recursos em ações mais abrangentes e enfocadas nas atividades económicas dos consumidores e não tanto nos produtos energéticos específicos.

Na vertente com cariz mais comunicacional, destacar a realização da Primeira Conferência organizada pela empresa, com o tema centrado na Fiscalização e Prevenção no Setor Energético, envolvendo de um modo muito efetivo, Operadores, Entidades Públicas e colaboradores.

Por fim gostaria de destacar ainda a modernização dos nossos sistemas de informação, nomeadamente o Balcão Único da Energia, promovendo uma maior eficiência e proximidade com o cidadão, a intensificação da cooperação com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em prol de uma transição energética justa e inclusiva.

O ano foi também, um tempo de preparação para o futuro, consubstanciado no lançamento das bases para

1.1. Message from the Chairman of the Board of Directors

The year was marked by significant challenges, but also by notable achievements. Against a backdrop of accelerated energy transition, the company reaffirmed its commitment to sustainability, security of supply and transparency in the national energy sector.

I am particularly pleased to highlight a number of areas which, among many others, certainly contribute to strengthening our position and importance as a public entity.

In terms of energy consumption, it should be noted that the consumption of oil products continues to grow, with increases also recorded in the areas of bioenergy and electric mobility.

In the area of Reserves Management, I would like to emphasise the importance of having started the process of physically rotating the oil products stored in the public facilities managed by the company, which, together with the re-establishment of the maritime interconnection at the aforementioned point, will contribute to strengthening our skills.

In the area of Oversight, I would highlight the cross-cutting actions, which allowed the teams to carry out their actions targeted by energy consumption sectors, namely Mobility, Industry and Services/Buildings, making it possible to deploy resources in more comprehensive actions focused on consumers' economic activities and not so much on specific energy products.

In terms of communication, I would like to highlight the First Conference organised by the company, with the theme of Oversight and Prevention in the Energy Sector, involving Operators, Public Entities and employees in a very effective way.

Finally, I would also like to highlight the modernisation of our information systems, namely the Single Energy Desk, promoting greater efficiency and proximity to citizens, and the intensification of cooperation with public and private entities, both national and international, in favour of a fair and inclusive energy transition.

The year was also a time to prepare for the future, laying the foundations for new strategic projects that will strengthen our role as an entity that promotes trust in the energy sector.

I would like to thank everyone who has contributed to this journey, including but not limited to our workers for

novos projetos estratégicos que irão reforçar o nosso papel, como entidade promotora da confiança no setor energético.

Agradeço a todos os que contribuíram para este percurso, destacando e sem limitar, os nossos trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo, os nossos parceiros institucionais, pela colaboração construtiva, por fim os cidadãos, pela confiança depositada no nosso trabalho, com determinação para garantir um setor energético mais transparente, sustentável e ao serviço de todos.

Com os melhores cumprimentos,

their dedication and professionalism, our institutional partners for their constructive collaboration, and finally our citizens for the trust they have placed in our work, with the determination to guarantee a more transparent, sustainable energy sector at the service of all.

Best regards,

Alexandre Fernandes

Presidente do Conselho de Administração
Chairman of the Board of Directors



1.2. Sumário Executivo

CONTEXTO MACROECONÓMICO

O ano foi marcado pelo desafiante cenário energético, em muito resultante de dois conflitos bélicos em simultâneo, um na Europa, entre a Rússia e a Ucrânia, outro no Médio Oriente, na sempre complicada região da Palestina, ambos a pressionar a resiliência económica global, com taxas de crescimento, inflação e juros numa trajetória descendente, com o principal mercado europeu, a Alemanha, em recessão, a China a apresentar sinais de desaceleração económica e os Estados Unidos da América a entrarem num novo ciclo político, certamente menos global.

Mantiveram-se diversos desafios nas cadeias de fornecimento de matérias-primas e produtos finais, que condicionaram o funcionamento dos mercados, traduzindo-se em disparidades nas taxas de crescimento do PIB, apesar de se ter verificado alguma normalização nos preços energéticos, em muito explicado pelo aumento do peso dos Estados Unidos da América no fornecimento de Crude e Gás Natural no mundo. Em Portugal, o crescimento do PIB atingiu os 1,9%, bem acima dos 1,1% verificados na União Europeia, acelerando a convergência económica e mantendo uma trajetória de contenção da taxa de inflação para níveis mais próximos do razoável.

A matéria-prima de referência energética, BRENT, havia registado em 2023 o valor médio de \$84,3 por Barril, reduziu esse referencial para \$79,9, encerrando o ano nos \$74,5.

No Gás Natural, os preços grossistas, depois de se terem alcançado nos últimos anos, cifras historicamente elevadas, explicadas essencialmente pelo referido conflito na Europa, mantiveram-se em linha com o valor médio verificado no ano anterior, o MIBGAS no final do ano cotou a €40 por MWh e o Henry Hub a \$3.7 por milhão de BTU.

MERCADO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

As introduções ao Consumo de produtos petrolíferos desaceleraram o seu crescimento, mas ainda assim registaram uma subida total de 0,8%, tendo atingido um máximo histórico de 8,7 mil milhões de toneladas. A contribuir para o movimento ascendente estiveram as Gasolinhas (+7,3%) e os combustíveis para a Aviação (+3,6%), havendo uma contração no Gasóleo (-0,6%) e nos designados Outros Produtos (-8,2%).

No retalho rodoviário, os preços de combustíveis mantiveram a habitual volatilidade nos preços de venda

1.2. Executive Summary

MACROECONOMIC CONTEXT

The year was marked by a challenging energy scenario, largely resulting from two simultaneous conflicts, one in Europe between Russia and Ukraine, the other in the Middle East, in the ever-complicated region of Palestine, both putting pressure on global economic resilience, with growth, inflation and interest rates on a downward trajectory, with the main European market, Germany, in recession, China showing signs of economic slowdown and the United States entering a new, certainly less global, political cycle.

Various challenges remained in the supply chains for raw materials and end products, which conditioned the functioning of the markets, translating into disparities in GDP growth rates, although there was some normalisation in energy prices, largely explained by the increased weight of the United States of America in the supply of Crude Oil and Natural Gas in the world.

In Portugal, GDP growth reached 1.9%, well above the 1.1% recorded in the European Union, accelerating economic convergence and maintaining a trajectory of containing the inflation rate to levels closer to reasonable.

The energy benchmark raw material, BRENT, which had recorded an average value of \$84.3 per barrel in 2023, reduced this benchmark to \$79.9, ending the year at \$74.5. In Natural Gas, after historically high wholesale prices in recent years, essentially due to the aforementioned conflict in Europe, they remained in line with the average value of the previous year, with MIBGAS at the end of the year quoted at €40 per MWh and the Henry Hub at \$3.7 per million BTU.

NATIONAL FUEL MARKET

Introductions to Consumption of oil products slowed their growth, but still recorded a total rise of 0.8%, reaching an all-time high of 8.7 billion tonnes. Gasoline (+7.3%) and Aviation fuels (+3.6%) contributed to the upward movement, while Diesel (-0.6%) and so-called Other Products (-8.2%) contracted.

In road retail, fuel prices maintained their usual volatility in retail prices, with a high differential with the Spanish market again at the end of the year, with non-depreciable impacts on the country's so-called "economic frontier".

ao público, registando-se novamente no final de ano um elevado diferencial para com o mercado espanhol, com impactos não depreciáveis, na designada "fronteira económica" do País.

ATIVIDADE FINANCEIRA

A ENSE registou-se um Volume de Negócios de €56,8 milhões, um expressivo crescimento face ao ano anterior (€39,6 milhões), explicado sobretudo pelo acréscimo da cedência de Reservas aos Operadores, bem como pelo incremento da Prestação Unitária cobrada aos Operadores do Setor Petrolífero.

De realçar o aumento considerável de Outros Rendimentos e Ganhos onde pontificam os juros obtidos com aplicações de tesouraria de curto prazo em função da aplicação de excedentes da tesouraria corrente, um acréscimo de €1,8 milhões face ao ano anterior.

Os Gastos Operacionais alcançaram os €42,0 milhões, um crescimento de €9,8 milhões, explicados essencialmente pelos acréscimos de Fornecimento e Serviços Externos (FSE), essencialmente proveniente de duas grande rubricas, Armazenagem que se cifrou em €17,9 milhões, aquisição de Reservas não físicas no estrangeiro na forma de CSO Tickets que alcançou os €16,5 milhões, e o aumento de Outros Gastos e Perdas, constituído maioritariamente pela constituição do Fundo Estatutário, no valor de €3,2 milhões. Em sentido contrário, regista-se a redução do Gasto com Imparidades sobre Inventário, no valor de €2,6 milhões. Em termos de Resultados, os designados Resultados Operacionais (EBITDA) ascenderam a €16,5 milhões, um substancial aumento face ao ano anterior de €9,1 milhões. Este crescimento, permitiu fazer face e especialmente à conta de Juros e Encargos Financeiros, referentes ao Empréstimo Obrigacionista, que se cifraram em €14,2 milhões (€12,3 milhões no exercício anterior). O efeito conjugado dos fatores referidos, conduziu a um Resultado Líquido de €1,9 milhões.

ATIVIDADE OPERACIONAL NA ÁREA DE RESERVAS

A atividade da empresa na área de Reservas, foi confinada, todavia à gestão de Produtos Petrolíferos, aguardando-se a publicação governamental de legislação específica para acomodar as novas competências atribuídas à Entidade, especialmente na área das Reservas Estratégicas de Gás Natural. No final do exercício, as Reservas sob gestão da empresa totalizaram os 1,59 milhões de toneladas (60 dias de consumo), sendo o produto Crude, a principal componente com 628 milhares de Toneladas, seguido do Coque de Petróleo com 393 milhares Toneladas (em

FINANCIAL ACTIVITY

ENSE recorded a Turnover of €56.8 million, a significant increase on the previous year (€39.6 million), explained above all by the increase in the transfer of Reserves to Operators, as well as the increase in the Unit Instalment charged to Oil Sector Operators.

Of particular note was the considerable increase in Other Income and Gains, which includes interest earned on short-term treasury applications as a result of the application of current treasury surpluses, up €1.8 million on the previous year.

Operating Costs totalled €42.0 million, an increase of €9.8 million, explained essentially by the increase in External Supplies and Services (ES&E), mainly from two major items, Storage which totalled €17.9 million, the purchase of non-physical Reserves abroad in the form of CSO Tickets which totalled €16.5 million, and the increase in Other Expenses and Losses, mainly made up of the creation of the Statutory Fund, in the amount of €3.2 million. On the other hand, there was a reduction in Impairment Expenses on Inventory, totalling €2.6 million.

In terms of Earnings, the so-called Operating Earnings (EBITDA) totalled €16.5 million, a substantial increase on the previous year's figure of €9.1 million. This growth made it possible to meet the interest and financial costs of the bond loan, which totalled €14.2 million (€12.3 million in the previous year). The combined effect of these factors led to Net Earnings of €1.9 million.

OPERATIONAL ACTIVITY IN THE RESERVES AREA

The company's activity in the area of Reserves was confined, however, to the management of Oil Products, pending the government's publication of specific legislation to accommodate the new competences assigned to the Entity, especially in the area of Strategic Natural Gas Reserves.

At the end of the year, Reserves under the company's management totalled 1.59 million tonnes (60 days of consumption), with Crude being the main component with 628 thousand tonnes, followed by Petroleum Coke with 393 thousand tonnes (in the form of CSO Tickets) and Diesel with 298 thousand tonnes.

Reserves located outside national territory, essentially in the form of CSO Tickets or Purchase Options, totalled 653,000 tonnes (23 days), i.e. 36% of total public Reserves and around 30% of the country's total Reserves. Given the contraction in national storage capacity due to the closure of the Matosinhos refinery, the need to review the legal limit for Reserves Abroad was identified.

It is important to note that during the year the port connection was restored for the Reserves stored at POL

forma de CSO Tickets) e Gasóleo com 298 milhares de toneladas.

As reservas localizadas fora do território nacional, essencialmente na referida forma de CSO Tickets ou Opções de Compra, ascenderam a 653 mil toneladas (23 dias), isto é, 36% do total das Reservas públicas e cerca de 30% das Reservas totais do País. Dada a contração da capacidade de armazenagem nacional, por via do encerramento da refinaria de Matosinhos, identificou-se a necessidade de revisão do limite legal de Reservas no Exterior.

Importante destacar que durante o ano foi reposta a ligação portuária das Reservas armazenadas nas instalações públicas da POL NATO, que representam cerca de metade das reservas de Gasóleo do País.

ATIVIDADE OPERACIONAL NA ÁREA DA FISCALIZAÇÃO

No exercício, a empresa continuou o investimento em formação de quadros, por forma a contar com equipas multidisciplinares, orientadas para três grandes áreas de atividade económica, denominados de Mobilidade, Indústria e Edifícios/Serviços, em detrimento da organização anterior, mais centrada nas tipologias de produtos energéticos.

Efetuou 1 346 ações de fiscalização, registando 765 infrações das quais mais de metade (382) resultaram na emissão de autos. Destaque naturalmente para a componente relacionada com a mobilidade e relativa ao Setor Petrolífero Nacional (SPN), responsável por mais de 2/3 das ações e cerca de metade dos autos referenciados.

Embora não enquadrada diretamente nas fontes de financiamento da empresa, devido ao referido atraso na atualização da regulamentação relativa à Lei Orgânica, atrás referida, a empresa desenvolveu diversas ações na área do Sistema Elétrico Nacional (SEN) e Sistema Nacional de Gás (SNG), respetivamente, 153 e 241 ações de fiscalização.

Destaque igualmente muito importante, foi dada à comunicação e divulgação da atividade da empresa e da fiscalização em particular, com a realização em meados do ano da 1^a Conferência sobre Fiscalização e Prevenção no setor energético, que juntou em Lisboa, no auditório da Ordem dos Engenheiros, mais de duzentos participantes, entre operadores e entidades públicas e privadas do setor da energia.

NATO's public facilities, which represent around half of the Country's Diesel reserves.

OPERATIONAL ACTIVITY IN THE AREA OF INSPECTION

During the year, the company continued to invest in personnel training in order to have multidisciplinary teams focused on three major areas of economic activity, called Mobility, Industry and Buildings/Services, to the detriment of the previous organisation, which was more focused on types of energy products.

It carried out 1,346 inspections, recording 765 offences, more than half of which (382) resulted in reports being issued. Of particular note is the component related to mobility and the National Oil Sector (SPN), which accounted for more than 2/3 of the inspections and around half of the reports issued.

Although not directly covered by the company's sources of funding, due to the aforementioned delay in updating the regulations on the Organic Law, the company carried out several inspections in the area of the National Electricity System (SEN) and the National Gas System (SNG), 153 and 241 respectively.

Equally important was the communication and dissemination of the company's activity and inspection in particular, with the 1st Conference on Oversight and Prevention in the energy sector, which took place in the middle of the year in Lisbon, in the auditorium of the Portuguese Engineers Association, bringing together more than 200 participants, including operators and public and private entities in the energy sector.

ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

O ano caracterizou-se por uma estabilização do quadro de pessoal, que contou com 51 trabalhadores, assinalando-se o recrutamento de pessoal em substituição para compensar saídas, e o desenvolvimento de ações de formação principalmente nas áreas jurídicas, de fiscalização e inspeção e línguas estrangeiras.

No âmbito da atividade jurídica, assinala-se o aumento dos procedimentos concursais, designadamente de concursos públicos, e o desenvolvimento da instrução e decisão de processo de contraordenação e levantamento de auto de notícia.

No âmbito da atividade dos sistemas de informação destaca-se o desenvolvimento de novas funcionalidades no Balcão Único da Energia (BUE), a interligação entre aplicações e ferramentas internas, a interligação do BUE com outras entidades e interoperabilidade documental.

GENERAL ADMINISTRATION ACTIVITY

The year was marked by a stabilisation in the workforce, which stood at 51 employees, with the recruitment of replacement personnel to compensate for departures and the development of training activities, mainly in the areas of law, oversight and inspection, and foreign languages.

In the legal sphere, there has been an increase in insolvency proceedings, particularly public tenders, and the development of investigations and decisions in administrative offence proceedings and the issuance of offence reports.

In the sphere of information systems, highlights include the development of new features for the Single Energy Desk (BUE), the interconnection between internal applications and tools, the interconnection of the BUE with other entities, and document interoperability.

1.3. Principais Indicadores Financeiros

Os principais Indicadores Financeiros são os seguintemente apresentados.

1.3. Main Financial Indicators

The main Financial Indicators are presented below.

INDICADORES / ANOS . INDICATORS / YEARS	2023	2024
ESTRUTURA ACCIONISTA . SHAREHOLDER STRUCTURE		
Total capital social . Total share capital M€	0,25	0,25
Capital social detido pelo Estado . State-owned share Capital	100,00	100,00
SITUAÇÃO PATRIMONIAL M€ . ASSETS STATUS M€		
Activo circulante (corrente) . Current assets	453,21	462,69
Activo fixo (não corrente) . Fixed assets (non-current)	3,18	2,80
Total activo . Total assets	456,39	465,49
Capital próprio . Equity	80,22	85,35
Passivo . Liability	376,17	380,14
Total CP+Int Min+Passivo . Total SC+Min Int+Liabilities	456,39	465,49
ACTIVIDADE ECONÓMICA . ECONOMIC ACTIVITY		
Resultado operacional . Operating profit	7,03	16,19
Amortizações + Provisões + Imparidades de dívidas a receber . Amortisations + Provisions + Impairments of receivables	0,70	0,85
Resultado líquido . Net profit	-5,29	1,93
EBITDA	7,42	16,51
Volume de negócios . Turnover	39,55	56,78
Custos com Pessoal . Personnel Costs	2,55	2,75
VAB cf . GVA cf	11,54	21,80
Número de trabalhadores . Number of workers	44	46
VAB cf per capita . GVA cf per capita	0,26	0,47
SITUAÇÃO FINANCEIRA . FINANCIAL SITUATION		
Fluxos das actividades operacionais . Flows from operating activities	6,67	17,56
Fluxos das actividades de investimento . Flows from investing activities	-0,11	1,61
Fluxos das actividades de financiamento . Flows from financing activities	-7,22	-14,75
Liquidez geral (sem reservas) . General Liquidity (without reserves)	5,64	2,76
RÁCIOS DE ESTRUTURA . STRUCTURE RATIOS		
Autonomia Financeira . Financial autonomy %	17,6%	18,3%
Solvabilidade . Solvency %	21,3%	22,5%
Endividamento . Indebtedness %	82,4%	81,7%
OUTROS INDICADORES . OTHER INDICATORS		
Custos estrutura/custos totais . Structure costs/total costs %	25,9%	11,8%
Custo médio ponderado dos Capitais . Weighted average cost of Capital %	3,4%	3,9%
Prazo médio de recebimentos (dias) . Average collection period (days)	22	27
Prazo médio de pagamentos (dias) . Average payment period (days)	19	21

Destaques do Ano

Highlights of the Year



2

Gás Natural // Eficiência e Transição Segura

Natural Gas // Efficiency and a Safe Transition

Destaques do Ano

Highlights of the Year



Crescimento volumétrico de produtos petrolíferos e energias renováveis.



Conferência Fiscalização e Prevenção no setor energético.



Restabelecimento da interligação portuária da POL NATO, através de terminal adjacente.



Iniciada a rotação e movimentação das reservas armazenadas nas instalações do Estado.



Ações de Fiscalização no âmbito da área industrial com incidência na área de Reservas de Produtos Petrolíferos.

Volumetric growth of oil products and renewable energies.

Oversight and Prevention in the Energy Sector Conference.

Re-establishment of POL NATO port interconnection via adjacent terminal.

The rotation and movement of reserves stored at state facilities began.

Oversight actions in the industrial area, focusing on the Oil Product Reserves area.

Programa de workshop sobre Transição Energética no âmbito da RELOP - Rede de Reguladores de Língua Oficial Portuguesa.



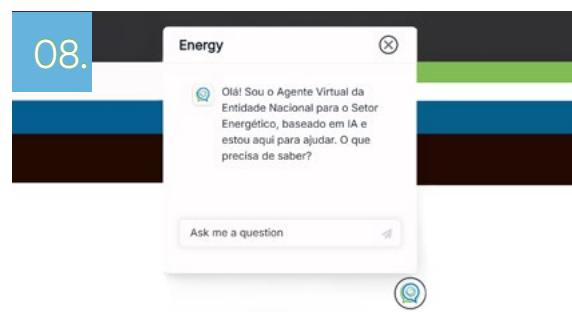
Workshop programme on Energy Transition within the scope of RELOP - Network of Portuguese-speaking Regulators.

Balcão Único da Energia, com novas funcionalidades e interligações institucionais.



Single Energy Desk, with new functionalities and institutional interconnections.

Inteligência Artificial (Agente Virtual) disponível no website da empresa.



Artificial Intelligence (Virtual Agent) available on the company's website.

Reforço do Fundo Estatutário da Empresa



Reinforcement of the Company's Statutory Fund

Volume de Faturação e Resultados com elevado crescimento



Reinforcement of the Company's Statutory Fund



Contexto
Macroeconómico
Macroeconomic Context

03

Água // Energia que Corre na Natureza
Water // Energy That Flows Through Nature

3.1. A nível Internacional

O momento internacional permanece particularmente desafiante e com conflitos na Europa e no Médio Oriente que geram efeitos não negligenciáveis nos mecanismos internacionais de produção, distribuição, comércio e formação de preços nas principais economias mundiais. Esse efeito está bem patente nos preços dos bens energéticos e que condicionam de forma evidente os níveis potenciais de atividade económica. A este propósito refira-se que o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 3.2%, estimando que na zona Euro o crescimento seja mais modesto atingindo os 0.8%. Ao nível dos preços, o ano terminou com o referimento do pendor inflacionista dos designados efeitos pandémicos do início da década, nas cotações do petróleo, tendo o preço de referência BRENT terminado o ano com a cotação de \$74.5 por Barril. No Gás Natural, o efeito inflacionista, motivado pelo conflito na Europa, entre a Rússia e a Ucrânia, que havia influenciado os preços especialmente no ano de 2022, regressou a níveis de maior normalidade, tendo o referencial internacional de futuros Henry Hub, encerrado o ano com a cifra de \$3.7 por milhão de BTU (British Thermal Unit).

3.2 A nível Nacional

Em Portugal, o crescimento do PIB, foi de 1,9%, claramente acima da média da zona Euro (0,8%), mantendo uma trajetória de recuperação da inflação para níveis mais próximos do razoável e do expectável e que ajudou à efetivação dos primeiros cortes das taxas de juro de referência por parte do Banco Central Europeu por forma a alavancar alguma capacidade de injeção de estímulos ao crescimento económico.

Em termos energéticos, destaca-se o crescimento do consumo de produtos petrolíferos de 0,8%, explicado pelos incrementos nas Gasolinhas e nos produtos para Aviação, registando-se uma contração nos Gasóleos e Outros (especialmente Fuel), num quadro que se pode resumir como abaixo discriminado:

3.1. Internationally

At a particularly challenging time internationally, with conflicts in Europe and the Middle East having a significant impact on international production, distribution, trade and price formation in the world's major economies, particularly in energy goods, which clearly affect potential levels of economic activity, the International Monetary Fund (IMF) has forecast global gross domestic product (GDP) growth of 3.2%, with more modest growth of 0.8% in the eurozone.

In terms of prices, the year ended with references to inflationary pressures caused by the pandemic at the beginning of the decade, affecting oil prices, with the benchmark price for BRENT crude ending the year at \$74.5 per barrel. In natural gas, the inflationary effect caused by the conflict in Europe between Russia and Ukraine, which had influenced prices especially in 2022, returned to more normal levels, with the international futures benchmark Henry Hub closing the year at \$3.7 per million BTU (British Thermal Unit).

3.2 Nationally

In Portugal, GDP growth was 1.9%, clearly above the Eurozone average (0.8%), maintaining a trajectory of recovery in inflation to levels closer to reasonable and expected levels, which helped the European Central Bank to implement the first cuts in reference interest rates in order to leverage some capacity to inject stimulus into economic growth.

In terms of energy, the growth in consumption of oil products stands out, at 0.8%, explained by increases in Gasoline and Aviation products, with a contraction in Diesel and Others (especially Fuel), in a scenario that can be summarised as follows:

INTRODUCÕES AO CONSUMO TOTAL ANUAL . INTRODUCTIONS TO CONSUMPTION ANNUAL TOTAL						Unidades: Toneladas . Units: tonnes
2020	2021	2022	2023	2024	2023/2024	
6 620 483	6 967 630	8 159 982	8 667 627	8 733 483	0,8%	
						
GASOLINAS . PETROLIS			GASÓLEO (Sem JET) . GAS (Without JET)			
2023	2024	Variação	2023	2024	Variação	
1 189 163	1 275 634	7,3%	5 063 370	5 035 279	-0,6%	
AVIAÇÃO (JET) . AVIATION (JET)			OUTROS . OTHERS			
2023	2024	Variação	2023	2024	Variação	
1 744 840	1 807 381	3,6%	670 254	615 188	-8,2%	

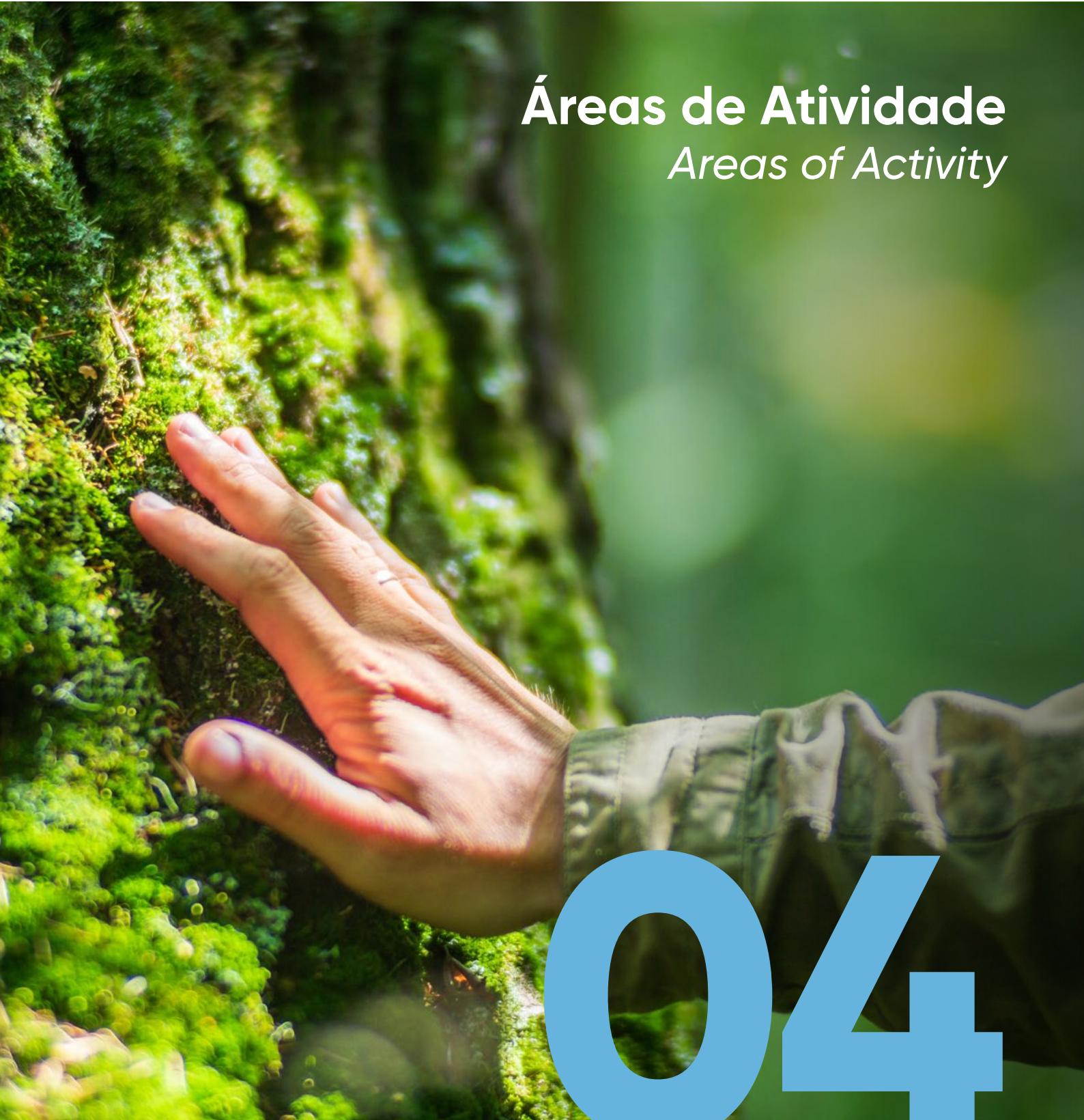
Regista-se o crescimento da produção de eletricidade através de fontes renováveis, apesar de se manter o cenário em termos de total da energia primária com uma forte dependência exterior, por via da incorporação energética dos Produtos Petrolíferos e do Gás Natural, este último em clara retração volumétrica, pelo que qualquer instabilidade no contexto internacional continua a ter reflexos significativos na formação dos preços praticados e no comportamento da nossa economia. Assim, o país continua bastante dependente de fatores externos que nos condicionam mantendo-se presente a enorme importância de concretizar o objetivo estratégico nacional de promover a transição energética com vista a diversificar de forma mais estrutural as fontes energéticas e que se concretize, de forma faseada, a passagem da necessidade da utilização de combustíveis fósseis para um perfil energético menos carbónico.

Deste modo, como já assinalado anteriormente, o País continua a balizar a evolução das suas necessidades energéticas num processo em que esta transição continuará gradual, e a requerer muita investigação e desenvolvimento para garantir uma fundamental maturação tecnológica, pelo que o tema da inovação e novo reperfilamento da matriz energética tem que estar alinhada com o objetivo que é garantir a segurança de abastecimento. Deste modo, é fundamental continuar a identificar e assegurar soluções resilientes, redundantes e que permitam o normal desenrolar da atividade económica e o bem-estar das populações, o que aconselha a existência de um verdadeiro Plano Nacional de Segurança Energética que identifique oportunidades, ameaças e concretize propostas de soluções operacionais.

There has been growth in electricity production from renewable sources, although the overall picture in terms of total primary energy remains one of heavy dependence on external sources, due to the incorporation of Oil Products and Natural Gas into the energy mix, the latter showing a clear decline in volume. As a result, any instability in the international context continues to have a significant impact on prices and on the performance of our economy.

As a result, the country remains highly dependent on external factors that constrain us, highlighting the enormous importance of achieving the national strategic objective of promoting energy transition with a view to diversifying energy sources in a more structural manner and gradually moving away from fossil fuels towards a less carbon-intensive energy profile.

Thus, as previously noted, the country continues to monitor the evolution of its energy needs in a process in which this transition will continue gradually and require a great deal of research and development to ensure fundamental technological maturity. Therefore, the issue of innovation and the re-profiling of the energy matrix must be aligned with the objective of ensuring security of supply. It is therefore essential to continue to identify and ensure resilient, redundant solutions that allow economic activity to continue normally and the well-being of the population to be maintained. This calls for a genuine National Energy Security Plan that identifies opportunities and threats and puts forward proposals for operational solutions.



Áreas de Atividade
Areas of Activity

04

Biomassa // A Natureza a Dar uma Segunda Vida
Biomass // Nature Giving a Second Life

4.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

A unidade responsável pela constituição, gestão e monitorização das reservas de segurança de produtos petrolíferos nacional, assumindo o papel de Entidade Central de Armazenagem.

O Plano de Atividades teve o seguinte desempenho anual:

Atividades . Activities	Descrição . Description	Execução . Execution
1	Reservas - Monitorização, Armazenagem e otimização da sua gestão Reservations - Monitoring, Storage and Optimization of your Management	Executado . Executed
2	Plano Plurianual de investimentos no depósito POL-NATO Lisboa Multiannual investment plan for the POL-NATO Lisbon depot	Em Execução . In progress
3	Plano de Fiscalização das Reservas Reserve Supervision Plan	Executado . Executed
4	Balcão Único da Energia Operação e Desenvolvimentos Single Energy Centre Operation and Development	Executado . Executed
5	Exercício de Simulação de Cenário de Emergência Emergency Scenario Simulation Exercise	Executado . Executed
6	Participação nas reuniões da Agência Internacional de Energia (AIE) e Oil Coordination Group da Comissão Europeia Participation in meetings of the International Energy Agency (IEA) and the European Commission's Oil Coordination Group	Executado . Executed
7	Participação nas reuniões da ACOMES Participation in ACOMES meetings	Executado . Executed
8	Desenvolver das ferramentas de comunicação da ENSE Developing ENSE's communication tools	Executado . Executed

a) Gestão de reservas

A Unidade continuou a monitorizar as condições de armazenagem das reservas estratégicas nacionais num contexto em que ainda há um incremento do total das introduções ao consumo e, logo, das obrigações de reservas de segurança a garantir e face ao desafio de alguma limitação da capacidade instalada de armazenagem, com o facto de que a atualização destes contratos têm originado um incremento contínuo nestes custos, ao mesmo tempo que tem havido um aumento médio dos pedidos de reservas pelos operadores obrigados junto da ENSE, ao mesmo tempo que assegura que se cumpre a obrigação de registo de introduções ao consumo e constituição de reservas por parte de todos os operadores, procurando otimizar os custos associados através de um modelo que combina um portfolio de reservas físicas com uma quantidade complementar de

4.1. Oil Reserves Unit (URP)

The unit responsible for setting up, managing and monitoring national oil product security reserves, taking on the role of Central Storage Entity.

The annual performance of the Activity Plan was as follows:

(M€)

a) Reserve management

The Unit continued to monitor the storage conditions of national strategic reserves in a context where there is still an increase in total introductions to consumption and, therefore, in the security reserve obligations to be guaranteed, and in view of the challenge posed by some limitations in installed storage capacity, with the fact that the updating of these contracts has led to a continuous increase in these costs, at the same time as there has been an average increase in requests for reserves by operators obliged to do so from ENSE, while ensuring that the obligation to register introductions to consumption and build up reserves by all operators is fulfilled, seeking to optimise the associated costs through a model that combines a portfolio of physical reserves with a complementary quantity of Call Options, known as CSO Tickets.

Opções de Compra, os designados CSO Tickets. No que concerne à gestão de reservas físicas do produto Crude, foi identificada no decorrer do ano, uma situação anómala no cumprimento do(s) Contrato(s) de Armazenagem com o Operador incumbente, que à data do encerramento do exercício, se considera, todavia, em fase de análise técnica e jurídica entre as partes. Mantiveram-se os processos de contratação de CSO Tickets de forma competitiva e que permitiu manter os padrões de eficácia, com um claro acréscimo de ganhos face ao previsto no Orçamento (seja pelo incremento de quantidades adquiridas, seja pelo custo médio ter ficado abaixo do projetado), que permitiram acrescentar valor a estas operações, reforçaram os resultados operacionais e ajudaram a otimizar a proposta de prestações unitárias para todos os operadores. Ao longo do ano, à semelhança dos anos anteriores, a URP manteve a implementação de uma estratégia de cobertura de risco que assegurou a contratação antecipada de tickets para o ano de 2024 e 2025, o que permitiu negociar a um preço médio muito abaixo dos verificados no mercado.

b) Plano Plurianual de investimentos no depósito POL NATO Lisboa (DPNL)

No final de 2019, foi desenvolvido e concluída uma nova proposta de Plano Plurianual de Investimentos no DPNL para 2020-2025, sinalizando os principais investimentos a concretizar com vista à melhoria da gestão de armazenamento e cumprimento das normas de segurança, monitorização e operação mais exigentes do setor.

Para esse efeito, e apesar de aguardarmos, todavia, o acordo formal do Ministério da Defesa Nacional (MDN), em específico da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), a proposta de revisão do referido Quadro de Investimentos previstos no âmbito do Auto de Cedência original, destacam-se as seguintes intervenções, concretizadas ou iniciadas em 2024:

- Foi lançado o concurso público do projeto "Melhoria da Segurança e Operacionalidade do DPNL" com a definição da engenharia de base, mais engenharia de detalhe, para processo de consulta de empreitada geral na forma EPC, "chave-na-mão": englobando um novo coletor (à superfície) Zona II, com interligação das linhas de fundo de cada tanque, com o objetivo de substituição, na generalidade, de todos os oleodutos enterrados no manifold e ligações aos tanques na Zona II; Novo grupo de bombagem; Interligação da nova bombagem aos oleodutos de 28" e 20" que interligam com a zona I; Importa destacar, que este conjunto de investimentos são fundamentais para o reforço das condições de operação e segurança destas instalações

With regard to the management of physical reserves of the Crude product, an anomalous situation was identified during the year in the fulfilment of the Storage Contract(s) with the incumbent Operator, which at the end of the year is still being technically and legally analysed between the parties.

The CSO Tickets contracting processes were maintained in a competitive manner and allowed efficiency standards to be maintained, with a clear increase in earnings compared to the budget forecast (either due to the increase in quantities purchased or the average cost being lower than projected), which added value to these operations, strengthened operating earnings and helped optimise the unitary services proposal for all operators. Throughout the year, as in previous years, URP continued to implement a risk hedging strategy that ensured the early contracting of tickets for 2024 and 2025, which made it possible to negotiate at an average price well below those seen on the market.

b) Multiannual investment plan for the POL NATO Lisbon Depot (DPNL)

At the end of 2019, a new proposal for the Multiannual Investment Plan for the DPNL for 2020-2025 was developed and finalised, signalling the main investments to be made with a view to improving storage management and complying with the sector's most demanding safety, monitoring and operating standards.

To this end, and despite the fact that we are still awaiting formal agreement from the Ministry of National Defence (MDN), specifically the Directorate-General for National Defence Resources (DGRDN), on the proposal to revise the aforementioned Investment Framework provided for under the original Assignment Agreement, we would like to highlight the following interventions, which will be carried out or started in 2024:

- The public tender for the project "Improving the Safety and Operability of the DPNL" was launched with the definition of the basic engineering, plus detailed engineering, for the consultation process for a general contract in the form of an EPC, "turnkey": including a new collector (on the surface) in Zone II, with interconnection of the bottom lines of each tank, with the aim of replacing, in general, all pipelines buried in the manifold and connections to the tanks in Zone II; New pumping group; Interconnection of the new pumping system to the 28" and 20" pipelines that connect to Zone I; It is important to note that this set of investments are essential for strengthening the operating and safety conditions of these facilities,*

que estão concessionadas para gestão direta da ENSE e para as quais estas intervenções são determinantes para uma maior garantia de capacidade de rotação ou eventual mobilização destas reservas estratégicas que ali se encontram localizadas, e que continuam a ser objeto de monitorização permanente e auditadas semestralmente por entidade externa acreditada.

- Face à situação de inoperacionalidade da área portuária e cais Portinho da Costa (conforme Portaria N.º 573/2022 do Ministério da Defesa), tendo o subsequente processo de Concurso Público, relativo à obra de reparação da referida instalação, não ter recebido qualquer proposta, foi lançado um procedimento de contratação de execução do projeto ligação dos oleodutos ao terminal marítimo adjacente do operador OZ Energia (empreitada iniciada a 30/6), esta solução restabeleceu a interligação da instalação a um terminal marítimo, permitindo assim manter os padrões de operação previstos.
- Foi iniciado o processo de rotação de produto (Gasóleo), na POL NATO com a retirada do produto existente nas linhas da Zona II, realizada através de transporte por veículo cisterna, para a tancagem contratada no operador OZ energia.
- Continuação do serviço de manutenção do coberto vegetal e desmatação periódica no parque, o que permitiu o controlo da praga das espécies invasoras (Acácias), assim como uma maior limpeza geral, e o desenvolvimento de atividades variadas de melhoria das condições das instalações, com enfoque na redução dos riscos de incêndio e melhoramento das condições de combate a incêndios, e de operação no parque e vigilância em geral.
- Intervenções diversas de forma a dar cumprimento ao plano de manutenção do depósito e infraestruturas, e processos extraordinários de melhoria ou de resposta a inconformidades detetadas (manutenção, pinturas, metalomecânica, eletricidade, etc.).
- O ano foi marcado pela conclusão de um conjunto de projetos e estudos estratégicos fundamentais para a melhoria da segurança e operacionalidade do Depósito Permanente Nacional de Lisboa (DPNL). Estes projetos serão essenciais para reforçar a eficiência, resiliência e segurança da infraestrutura, garantindo o cumprimento dos mais elevados padrões técnicos e operacionais. Entre os projetos e estudos concluídos, destacam-se:
 - Melhoria de Segurança e Operacionalidade DPNL – Zona II - Projeto de Engenharia de Detalhe, estimativa de custos e Caderno de Encargos do Novo Coletor Zona II e da Ligação OZ Energia.
 - Manual de Operação de Movimentação de Produtos da Zona II.
 - Ilha de Enchimento Zona III – Estudo Conceptual.

which are under concession for direct management by ENSE and for which these interventions are crucial for a greater guarantee of rotation capacity or possible mobilisation of these strategic reserves located there, and which continue to be subject to permanent monitoring and audited every six months by an accredited external entity.

- Given the inoperability of the Portinho da Costa port area and wharf (in accordance with Ordinance no. 573/2022 of the Ministry of Defence), and the fact that the subsequent public tender process for the repair work of the facility did not receive any bids, a procedure was launched to contract the project to connect the pipelines to the adjacent maritime terminal of the operator OZ Energia (contract started on 30 June), this solution re-established the interconnection of the facility to a maritime terminal, thus allowing the planned operating standards to be maintained.
- The product rotation process (Diesel) began at POL NATO with the removal of existing product from the Zone II lines, carried out by means of tanker transport, to the tankage contracted with the operator OZ Energia.
- Continued maintenance of the vegetation cover and periodic deforestation in the park, which made it possible to control the plague of invasive species (Acacias), as well as greater general cleanliness, and the development of varied activities to improve the conditions of the facilities, with a focus on reducing fire risks and improving firefighting conditions, and park operations and surveillance in general.
- Various interventions to fulfil the depot and infrastructure maintenance plan, and extraordinary processes to improve or respond to detected non-conformities (maintenance, painting, metalwork, electricity, etc.).
- The year was marked by the completion of a set of strategic projects and studies that are fundamental to improving the safety and operability of the Lisbon National Permanent Depot (DPNL). These projects will be essential to strengthening the efficiency, resilience and safety of the infrastructure, ensuring compliance with the highest technical and operational standards. Among the projects and studies completed, the following stand out:
 - DPNL Safety and Operational Improvement - Zone II - Detailed Engineering Design, cost estimates and Specifications for the New Zone II Collector and the OZ Energia Connection.
 - Zone II Product Handling Operating Manual.
 - Zone III Filling Island - Conceptual Study.
 - Maritime link between Cais do Portinho da Costa and Banárica - Preliminary Study.
 - Modification of the OZ Interconnection Project - Hazop Analysis.

- Ligação Marítima entre Cais do Portinho da Costa e Banáтика – Estudo Preliminar.
- Alteração do Projeto de Interligação OZ – Análise Hazop.
- Melhoria de Segurança e Operacionalidade - DPNL Zona III– Engenharia e Custos.
- Preparação do projeto de pigagem inteligente do sistema de oleodutos.

c) Plano de Fiscalização das Reservas

Com o Decreto-Lei nº 105/2019, passou a ser possível desenvolver um Plano de Fiscalização das Reservas mais eficaz, tendo sido organizada informação mensal mais detalhada sobre as localizações das instalações destinadas a esta função de soberania, com quantidades disponíveis e possibilidade de serem desencadeadas ações no terreno para revalidar toda a informação submetidas pelo conjunto dos operadores obrigados. Durante o ano de 2024 foram realizadas ações de fiscalização presencial regulares no âmbito do quadro legal, através da ação coordenada com a Unidade de Controlo e Prevenção em Portugal continental e nas regiões autónomas da Madeira e Açores.

d) Balcão Único da Energia e simplificação administrativa

O Balcão Único da Energia continuou a dar cumprimento ao objetivo de transição digital e implementação de soluções de simplificação administrativa e desmaterialização da relação com os operadores, reporte de indicadores de atividade ou submissão de documentos, numa dinâmica de partilha de acesso e funcionalidades com outros organismos públicos, estando formalizados o protocolo com a ERSE, LNEG, e GNR, com a possibilidade de mais adesões, deste modo, pode garantir-se um ponto centralizado de interligação entre os operadores económicos e as instituições públicas com responsabilidades no acompanhamento do setor. Ao longo de 2024 efetuaram-se alterações e grandes desenvolvimentos que permitiram acrescentar novas funcionalidades, continuando projetados futuros desenvolvimentos nas áreas de biocombustíveis, eletricidade e gás natural, destacando-se o trabalho conjunto com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) para a centralização do processo de registo de preços praticados nos postos de abastecimento, sempre com o objetivo de otimizar os processos de reportes por parte dos operadores junto do conjunto dos organismos públicos com responsabilidades legais no setor energético nacional.

- Safety and Operational Improvements - DPNL Zone III - Engineering and Costs.
- Preparation of the intelligent pigging project for the oil pipeline system.

c) Reserves Oversight Plan

With Decree-Law no. 105/2019, it became possible to develop a more effective Reserves Oversight Plan, with more detailed monthly information being organised on the locations of facilities intended for this sovereign function, with quantities available and the possibility of triggering actions on the ground to revalidate all the information submitted by all obligated operators. During 2024, regular on-site inspections were carried out under the legal framework, in coordination with the Control and Prevention Unit in mainland Portugal and the autonomous regions of Madeira and the Azores.

d) Single Energy Desk and administrative simplification

The Single Energy Desk continued to fulfil its objective of digital transition and implementation of solutions for administrative simplification and dematerialisation of relations with operators, reporting activity indicators or submitting documents, in a dynamic of sharing access and functionalities with other public bodies. Protocols have been formalised with ERSE, LNEG and GNR, with the possibility of further adhesions, thus ensuring a centralised point of interconnection between economic operators and public institutions with responsibilities for monitoring the sector.

Over the course of 2024, changes and major developments were made to add new functionalities, with future developments planned in the areas of biofuels, electricity and natural gas. Of particular note is the joint work with the Directorate-General for Energy and Geology (DGEG) to centralise the process of registering the prices charged at petrol stations, always with the aim of optimising the reporting processes by operators to all the public bodies with legal responsibilities in the national energy sector.

e) Exercício de Simulação de Cenário de Emergência

Em 2019 a ENSE apresentou um novo *Plano de Emergência para cenários de Mobilização de Reservas*, tendo-se concluído pela não necessidade de mobilizar reservas, mesmo aquando da paralisação por greve dos motoristas de matérias perigosas. Como previsto neste Plano, prevê-se realização de um exercício anual de simulação que, em 2024, consistiu na participação no exercício no seio da Agência Internacional de Energia, que permitiu, em Portugal, simular os passos previstos no Plano de Emergência com a realização de uma reunião da Célula de Gestão de Crise Energética que analisou o cenário do exercício, debateu e apresentou proposta de mobilização ao membro do governo que validou a mesma.

f) Relacionamento e representação institucional e internacional

A URP, continuou a assegurar a presença nas iniciativas desenvolvidas no quadro da Agência Internacional de Energia (AIE), nomeadamente através da participação nas reuniões dos Grupos sobre Questões de Emergência (SEQ) e sobre o Mercado Petrolífero (SOM). Esta participação continuou a mostrar-se fundamental para a obtenção de informação relevante sobre as condições do mercado, a projeção de evoluções futuras, mas também a articulação com outras entidades internacionais que serão fundamentais num cenário de emergência e definição de respostas num contexto supranacional. Para além disso, a ENSE E.P.E. assegurou a presença e participação nas reuniões do Oil Coordination Group da Comissão Europeia. Por outro lado, continuámos empenhados numa participação ativa nas reuniões internacionais de acompanhamento da ACOMES (Associação internacional para as boas práticas de gestão de reservas estratégicas de segurança) que agrupa as entidades com responsabilidade de gerir as reservas estratégicas de combustíveis, constituída por mais de duas dezenas de países, na sua esmagadora maioria Estados membros da UE, aos quais se juntam os EUA, Japão, Coreia do Sul, Suíça e Turquia, que muito têm potenciado o nosso conhecimento das melhores práticas do setor, novos desenvolvimentos legislativos e a reflexão sobre novas soluções, para melhorar os padrões de eficiência na gestão e operação das nossas responsabilidades enquanto Entidade Central de Armazenagem (ECA).

e) Emergency Scenario Simulation Exercise

In 2019, ENSE presented a new Emergency Plan for Reserve Mobilisation scenarios, which concluded that there was no need to mobilise reserves, even in the event of a strike by drivers of hazardous materials. As provided for in this Plan, an annual simulation exercise is planned, which in 2024 consisted of taking part in an exercise at the International Energy Agency, which allowed Portugal to simulate the steps set out in the Emergency Plan with a meeting of the Energy Crisis Management Unit, which analysed the exercise scenario, debated it and presented a mobilisation proposal to the member of the government who validated it.

f) Institutional and international relations and representation

The URP continued to be present at initiatives developed within the framework of the International Energy Agency (IEA), namely by taking part in the meetings of the Groups on Emergency Issues (SEQ) and on the Oil Market (SOM). This participation has continued to prove essential for obtaining relevant information on market conditions, projecting future developments, but also liaising with other international bodies which will be fundamental in an emergency scenario and defining responses in a supranational context. In addition, ENSE E.P.E. attended and participated in meetings of the European Commission's Oil Coordination Group. On the other hand, we continued to actively participate in international meetings to monitor ACOMES (International Association for Good Practices in the Management of Strategic Security Reserves), which brings together the organisations responsible for managing strategic fuel reserves, made up of more than two dozen countries, most of which are EU member states, plus the USA, Japan, South Korea, Switzerland and Turkey, which have greatly enhanced our knowledge of best practices in the sector, new legislative developments and reflection on new solutions to improve efficiency standards in the management and operation of our responsibilities as a Central Storage Entity (ECA).

g) Estudos e Comunicação

A URP tem assegurado a publicação do Boletim Diário (preços dos combustíveis), do Relatório Semanal e de um Relatório Mensal sobre o setor. Para além disso, continua a divulgar um RX do mercado de Retalho Rodoviários e uma análise mensal da evolução das vendas de combustíveis, com o intuito de ajudar na caracterização do perfil do setor ao nível dos Postos de Abastecimento, nomeadamente o peso dos combustíveis simples e aditivados, em território nacional.

Em 2024, a ENSE deu continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho de Comunicação criado pela RELOP - Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Neste sentido, o Departamento de Estudos e Acompanhamento contribuiu com a organização de um workshop sob a temática "Gestão e Organização de Eventos". Este Grupo de Trabalho é uma estrutura operacional de cooperação criada no âmbito das áreas de comunicação dos vários membros da RELOP e que desenvolve atividades que permitam projetar externamente os membros desta Associação e as responsabilidades dos mesmos, assim como facilitar e aprofundar os contactos e cooperação entre os próprios membros da Associação, através da partilha de conhecimentos e recursos.

O DEA desenvolveu uma campanha para assinalar o Dia Mundial do Energia, 29 de maio de 2024, tendo como base uma campanha no site do ENSE e nas redes sociais, com vista a reforçar o posicionamento junto dos stakeholders e da opinião do público relativamente à questão da transição energética e da descarbonização do setor.

Em maio, a ENSE organizou o seu 1º evento de teambuilding. A iniciativa, que obrigou os colaboradores a saírem das suas zonas de conforto, permitiu construir pontes entre os vários departamentos e fomentar a comunicação entre as várias equipas, com vista ao alcance de objetivos comuns. A URP apoiou na organização e logística da iniciativa.

Em junho de 2024 decorreu a iniciativa "Escola de Regulação – Cadeia de Valor do GPL", uma formação promovida pela RELOP – Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa e dinamizada pela Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE) e pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), na sede da ENSE, em Lisboa. A iniciativa teve o apoio do DEA no planeamento e organização da mesma.

Em setembro, a ENSE organizou a sua primeira conferência sobre Fiscalização e Prevenção no Setor, abrindo espaço ao debate, em várias mesas redondas,

g) Studies and Communication

The URP has ensured the publication of the Daily Bulletin (fuel prices), the Weekly Report and a Monthly Report on the sector. In addition, it continues to publish an x-ray of the Road Retail market and a monthly analysis of the evolution of fuel sales, with the aim of helping to characterise the profile of the sector in terms of filling stations, namely the weight of simple and additive fuels in Portugal.

In 2024, ENSE continued the work carried out under the Communication Working Group set up by RELOP - the Association of Energy Regulators of Portuguese-speaking Countries. To this end, the Studies and Monitoring Department helped organise a workshop on "Event Management and Organisation". This Working Group is an operational co-operation structure set up within the communication areas of the various RELOP members and which carries out activities to project the members of this Association and their responsibilities externally, as well as facilitating and deepening contacts and co-operation between the Association's own members by sharing knowledge and resources.

The DEA developed a campaign to mark World Energy Day, 29 May 2024, based on a campaign on ENSE's website and social media, with a view to strengthening the position among stakeholders and public opinion on the issue of the energy transition and decarbonisation of the sector.

In May, ENSE organised its first teambuilding event. The initiative, which forced employees out of their comfort zones, made it possible to build bridges between the various departments and foster communication between the various teams, with a view to achieving common goals. URP helped with the organisation and logistics of the initiative.

In June 2024, the "Escola de Regulação - Cadeia de Valor do GPL" initiative took place, a training course promoted by RELOP - Association of Energy Regulators of Portuguese-Speaking Countries and organised by Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE) and Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), at ENSE's headquarters in Lisbon. The initiative was supported by the DEA in its planning and organisation.

In September, ENSE organised its first conference on Oversight and Prevention in the Sector, opening up a space for debate, in several round tables, on the importance of oversight in our country and the underlying challenges facing the various entities in the sector, towards a fair and equitable energy transition for all. With this in mind, a strategy was developed for communicating the event to operators, stakeholders, the media and the general public through our institutional

sobre a importância da fiscalização no nosso país e dos desafios que se encontram subjacentes nas diversas entidades do setor, rumo a uma transição energética justa e equitativa para todos. Nesta ótica desenvolveu-se uma estratégia de comunicação do evento junto dos operadores, stakeholders, media e público, em geral, nos nossos canais institucionais.

No âmbito da sua estratégia de comunicação nas redes sociais, o DEA deu continuidade à partilha de conteúdos relevantes sobre a Entidade, de forma assídua, nas redes sociais, aumentando positivamente o seu número de seguidores no LinkedIn, Facebook, Instagram e YouTube.

Em novembro, a ENSE deu início à Campanha "12 Causas", que destaca 12 temáticas de relevância social ao longo de um ano, promovendo segurança, saúde e bem-estar. Cada mês tem sido dedicado a uma causa específica, com conteúdos informativos e presença em todos os canais digitais da ENSE. Este projeto reforça a responsabilidade social da entidade, criando uma ligação mais próxima com os cidadãos e abordando temas que impactam diretamente a sociedade. Guiando-se pelas boas práticas internacionais de reporte (Global Reporting Initiative), deu continuidade, à publicação do seu Relatório de Sustentabilidade, identificando as áreas em que a sua atividade contribuiu para os objetivos da ONU.

4.1.1 Organização e gestão das Reservas estratégicas

Enquanto Entidade Central de Armazenagem, a ENSE deve assegurar a correta gestão e manutenção das reservas estratégicas e de emergência do Estado.

Composição

No final de 2024 a ENSE, possuía as seguintes Reservas distribuídas por produtos:

	(Ton.)
Crude	628 082
Gasolinhas . Petrol	51 400
Gasóleos . Diesel	297 950
Fuelóleos . Fuel oil	130 500
GPL . LPG	76 000
Lubrificantes . Lubricants	14 000
Coque de Petróleo . Petroleum Coke	393 500
TOTAL	1 591 432

Importa referir que das reservas totais em final de 2024, a quantidade de 938 432 toneladas correspondiam a reservas físicas propriedade desta entidade e 653 000 toneladas correspondiam a CSO Tickets que

channels.

As part of its social media communication strategy, the DEA continued to share relevant content about the organisation regularly on social media, positively increasing its number of followers on LinkedIn, Facebook, Instagram and YouTube.

In November, ENSE started the "12 Causas" Campaign, which highlights 12 socially relevant themes over the course of a year, promoting safety, health and well-being. Each month has been dedicated to a specific cause, with informative content and a presence on all ENSE's digital channels. This project reinforces the organisation's social responsibility, creating a closer connection with citizens and addressing issues that directly impact society.

Guided by good international reporting practices (Global Reporting Initiative), it continued to publish its Sustainability Report, identifying the areas in which its activity contributed to the UN's objectives.

4.1.1 Organisation and management of Strategic Reserves

As the Central Storage Entity, ENSE must ensure the correct management and maintenance of the state's strategic and emergency reserves.

Composition

At the end of 2024, ENSE had the following Reserves distributed by product:

It should be noted that of the total reserves at the end of 2024, 938,432 tonnes corresponded to physical reserves owned by this entity and 653,000 tonnes corresponded to CSO Tickets which have been a more flexible and

têm sido uma alternativa mais flexível e eficaz para o cumprimento das obrigações legais e que, face às condições muito particulares do mercado, têm conduzido a alguma diversificação de produtos com o objetivo de salvaguardar a estratégia de otimização de custos para os operadores obrigados.

Localização

As reservas físicas estão armazenadas nos seguintes locais:

	Armazenagem GALP . GALP Storage			POL NATO	(K Ton.) TOTAL
	Sines	Matosinhos	Outros . Others		
Crude	538,1	0,0	0,0		538,1
Gasolinhas . Petrol	38,9	9,0	3,5		51,4
Gasóleos . Diesel	117,4	26,0	15,0	139,6	297,9
Fuelóleos . Fuel oil	45,0	0,0	0,0		45,0
GPL . LPG	6,00	0,0	0,0		6,0

Estrutura e Propriedade

Na ótica de equivalência¹ em produtos acabados, as Reservas da ENSE são:

	Crude	Produto . Product
Categoria . Category A	73 823	51 400
Categoria . Category B	422 650	297 949
Categoria . Category C	41 609	51 000
Subtotal	538 082	400 349
Tickets ²	90 000	563 000
Total	628 082	963 349

1. Crude convertido em produtos com base na chave de mercado, ou seja, com base nas introduções ao consumo por categoria em 2018.

2. Contratos para a manutenção à sua ordem (Contratos de Opções) de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros.

1. Crude converted into products based on the market key, i.e. based on consumer introductions by category in 2018.
2. Contracts for the maintenance of Oil Products or crude oil that are the property of third parties (Options Contracts).

A legislação estabelece que 1/3 das Reservas da ENSE sejam constituídos por produtos acabados. No final do ano, essa percentagem era de 42,7% (sem Tickets) e de 60,5% (se contabilizarmos os Tickets) calculada à luz do Decreto-lei nº 165/2013, que transpôs os critérios da Diretiva 2009/119/CE, do Conselho.

À semelhança dos anos transatos, para evitar destabilizações do sistema de Reservas Obrigatórias em Portugal, foi decidido proceder à contratação de Reservas, através de contratos de manutenção, à ordem de uma entidade, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (contratos CSO-Compulsory Stock Obligations ou tickets), previstos na Diretiva 2009/119/EC e ao abrigo do artigo 14º do Decreto-lei 165/2013, e com um custo negociado conforme o valor de mercado.

Para além do referido, e face à volatilidade nos preços

effective alternative for complying with legal obligations and which, given the very specific market conditions, have led to some diversification of products with the aim of safeguarding the cost optimisation strategy for obliged operators.

Location

Physical reserves are stored in the following locations:

	Armazenagem GALP . GALP Storage			POL NATO	(K Ton.) TOTAL
	Sines	Matosinhos	Outros . Others		
Crude	538,1	0,0	0,0		538,1
Gasolinhas . Petrol	38,9	9,0	3,5		51,4
Gasóleos . Diesel	117,4	26,0	15,0	139,6	297,9
Fuelóleos . Fuel oil	45,0	0,0	0,0		45,0
GPL . LPG	6,00	0,0	0,0		6,0

Structure and Ownership

From the point of view of equivalence in finished products, ENSE's Reserves are:

	Crude	Produto . Product
Categoria . Category A	73 823	51 400
Categoria . Category B	422 650	297 949
Categoria . Category C	41 609	51 000
Subtotal	538 082	400 349
Tickets ²	90 000	563 000
Total	628 082	963 349

1. Crude convertido em produtos com base na chave de mercado, ou seja, com base nas introduções ao consumo por categoria em 2018.

2. Contratos para a manutenção à sua ordem (Contratos de Opções) de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros.

1. Crude converted into products based on the market key, i.e. based on consumer introductions by category in 2018.
2. Contracts for the maintenance of Oil Products or crude oil that are the property of third parties (Options Contracts).

The law stipulates that 1/3 of ENSE's reserves must be made up of finished products. At the end of the year, this percentage was 42.7% (without Tickets) and 60.5% (if Tickets are included), calculated in the light of Decree-Law no. 165/2013, which transposed the criteria of Council Directive 2009/119/EC.

As in previous years, in order to avoid destabilising the Compulsory Reserves system in Portugal, it was decided to contract Reserves through contracts to hold oil or crude oil products owned by third parties (CSO-Compulsory Stock Obligations contracts or tickets), as provided for in Directive 2009/119/EC and under Article 14 of Decree-Law no. 165/2013, and at a cost negotiated according to market value.

In addition to the above, and given the volatility in the average prices of CSO Tickets, a risk hedging strategy was established by contracting part of the

médios dos CSO Tickets, foi estabelecida uma estratégia de cobertura de risco com a contratação antecipada de parte das reservas o que permitiu assegurar uma otimização financeira significativa.

Cobertura

- i. Cumprimento da obrigação mínima da ENSE
Esta obrigação corresponde atualmente a 30 dias de consumos, para a totalidade das categorias (Categorias A, B e C)
- ii. Reservas cedidas a operadores:
A ENSE substituiu-se no cumprimento da sua parte da obrigação. No final de 2024, encontravam-se nesta situação 25 operadores e aos quais se tinham constituído um total de cerca 1,522 milhões de toneladas.^{co}

Gestão das Reservas

As reservas de gasóleo armazenadas no DPNL estão cobertas por seguros contra riscos gerais e ambientais, com valor de reposição, diretamente contratados pela ENSE. O seguro das reservas que se encontram no sistema logístico GALP está contratualmente incluído no custo de armazenagem negociado com esta empresa. Em 2024, continuou-se a garantir a monitorização regular do gasóleo nestas instalações e a proceder ao previsto controlo de qualidade, através de auditor externo (Bureau Veritas) que assegurou que o produto cumpre os parâmetros de qualidade, dentro dos limites previstos na legislação, tendo presente que aplicando os critérios de reproduzibilidade e incerteza definidos na norma EN ISO 4259:2006, os resultados foram considerados conformes com os limites legais, garantindo a conformidade do produto nas Zonas 2 e 3, e de acordo com os relatórios de qualidade (por tanque) realizados tanto pela BV, como através dos relatórios internos (da ENSE). Por outro lado, alguns dos SLOPS (cerca de 125m³) apresentaram valores não conformes no teor de enxofre, sendo, por isso, considerados Não Conformes, o que não prejudica a continuação da preparação da operação de rotação e tratamento de produto. No decurso do ano foi também possível um controlo permanente com o sistema de controlo de inventário através do sistema de sondas e de um software de verificação com alarmística que melhora a capacidade de monitorização e alarmística desta instalação com

reserves in advance, which ensured significant financial optimisation.

Hedging

- i. Compliance with ENSE's minimum obligation
This obligation currently corresponds to 30 days of consumption for all categories (Categories A, B and C).
- ii. Reserves transferred to operators:
ENSE took over the fulfilment of its part of the obligation. At the end of 2024, 25 operators were in this situation, for which a total of approximately 1.522 million tonnes had been set aside.

Reserve management

The diesel reserves stored in the DPNL are covered by insurance against general and environmental risks, with replacement value, directly contracted by ENSE. Insurance for the reserves in the GALP logistics system is contractually included in the storage cost negotiated with this company.
In 2024, regular monitoring of diesel at these facilities continued and the planned quality control was carried out by an external auditor (Bureau Veritas), who ensured that the product complied with the quality parameters in most of the storage tanks, without prejudice to the continued preparation of product rotation and treatment.
Over the course of the year, permanent control was also possible with the inventory control system through the probe system and verification software with alarming, which improves the monitoring and alarming capacity of this facility with high strategic value, and the product rotation procedure is already being prepared.
With the aim of monitoring the reality of the market, particularly in terms of installed storage capacity or new solutions that optimise the fulfilment of this sovereign function, ENSE E.P.E. continues to study new forms of storage, prioritising safety and quality, with minimum costs, continuing to explore other options, like its counterparts, and always opting for the best economic solutions that maintain the rigour of the quality and physical safety of the products, as well as their operability in case of need for use.
In addition, ENSE E.P.E. continued, in close collaboration between the Oil Reserves Unit and the Control and

¹Crude convertido em produtos com base na chave de mercado, ou seja, com base nas introduções ao consumo por categoria em 2018.

¹Crude oil converted into products on the basis of the market key, i.e. on the basis of introductions to consumption by category in 2018.

²Contratos para a manutenção à sua ordem (Contratos de Opções) de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedades de terceiros

²Contracts for the holding to order (Options Contracts) of oil or crude oil products owned by third parties

elevado valor estratégico, estando já a preparar o procedimento de rotação do produto.

Com o objetivo de ir monitorizar a realidade do mercado, nomeadamente nas capacidades instaladas de armazenagem ou novas soluções que otimizem o cumprimento desta função de soberania, a ENSE E.P.E. continua a estudar novas formas de armazenamento, privilegiando a segurança e a qualidade, com o mínimo de custos, continuando a explorar outras opções, à semelhança das suas congéneres e optando, sempre, pelas melhores soluções económicas que mantenham o rigor na qualidade e segurança física dos produtos, bem como a sua operacionalidade em caso de necessidade de utilização.

Para além disso, a ENSE E.P.E. continuou, numa colaboração estreita entre a Unidade de Reservas Petrolíferas e a Unidade de Controlo e Prevenção, a assegurar uma supervisão eficaz através de uma fiscalização regular das reservas asseguradas diretamente por cada um dos operadores obrigados, sobretudo no quadro da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 105/2019, de 9 de agosto, que alterou os métodos de cálculo das obrigações, mas também o sistema de reporte de informação sobre as localizações exatas das reservas de segurança que, desde 1 de janeiro de 2020, obriga a que todos os operadores obrigados que constituam diretamente reservas tenham que comunicar até ao último dia útil de cada mês onde estarão localizadas (instalações e tanques, por tipo de produto) durante o mês seguinte. Estas alterações visam acrescentar maior eficácia ao cumprimento do objetivo de segurança energética e de maior garantia de abastecimento na resposta a uma eventual crise que provoque uma situação de disruptão no sistema, enquanto permite uma fiscalização objetiva do cumprimento desta obrigação legal dos operadores, mas também do Estado Português à luz da legislação comunitária.

4.1.2 Evolução em 2024 das Introduções ao Consumo dos Combustíveis

Dada a correlação existente entre as reservas estratégicas e as introduções ao consumo de combustíveis, importa salientar a evolução no ano de 2024, período em que, apesar da continuação do conflito na Ucrânia e de alguma incerteza que ainda afetou o contexto macroeconómico internacional, se assistiu a uma trajetória de crescimento apesar de uma visível desaceleração.

Assim, durante o ano de 2024 verificou-se uma subida total face ao ano anterior, destacando-se o aumento de 7,27% na Categoria A (gasolinas) que demonstra a tendência de progressivo reperfilamento na procura

Prevention Unit, to ensure effective oversight through regular monitoring of the reserves secured directly by each of the operators concerned, particularly in the context of the entry into force of Decree-Law no. 105/2019 of 9 August, which amended the methods for calculating obligations, but also the system for reporting information on the exact locations of security reserves, which, since 1 January 2020, requires all operators who directly constitute reserves to communicate by the last working day of each month where they will be located (facilities and tanks, by product type) during the following month.

These changes are intended to make the fulfilment of the energy security objective more effective and to provide a greater guarantee of supply in response to any crisis that may cause a situation of disruption in the system, while allowing objective oversight of compliance with this legal obligation by operators, but also by the Portuguese state in the light of EU legislation.

4.1.2 Evolution in 2024 of Introductions to Fuel Consumption

Given the correlation between strategic reserves and fuel consumption, it is important to emphasise developments in 2024, a period in which, despite the continuation of the conflict in Ukraine and some uncertainty that still affected the international macroeconomic context, there was a growth trajectory despite a visible slowdown.

Thus, in 2024 there was a total increase compared to the previous year, with the 7.27% increase in Category A (petrol) standing out, which demonstrates the trend of progressive re-profiling in the demand for and consumption of road fuels. This means that in 2024 there will be a total of 8,733,483 tonnes introduced for consumption, which is 0.76% more than in 2023, but still less than the 6.22% recorded in the previous year.

In category A, after a rise of 8.94% in 2023 compared to 2022, there was a rise of 7.27% in 2024 compared to 2022. In category B, which includes Diesel and Jet, after a rise of 6.21% in 2023 compared to 2022, in 2024 there was a rise 0.51% compared to 2023, and in the case of JET there was a year-on-year change of 3.58% (after a rise of 16.54% in 2023 compared to 2022).

In category C, after a rise of 1.79% in 2023 compared to 2022, there was a clear drop of 8.22% in 2024 compared to 2023.

e consumo de combustíveis rodoviários. Deste modo, registou-se em 2024 um total de introduções ao consumo de 8 733 483 toneladas, que se traduz em mais 0,76% do que em 2023, mas ainda assim inferior aos 6,22% verificados no ano anterior.

Na categoria A, depois de, em 2023, se ter registado uma subida de 8,94% relativamente a 2022, em 2024 verificou-se uma subida de 7,27% face a 2022. Na categoria B, que engloba o Gasóleo e o Jet, depois de um aumento de 6,21% em 2023 face a 2022, durante o ano de 2024 registou-se uma subida de 0,51% face a 2023, sendo que no caso do JET registou uma variação homóloga de 3,58% (depois de um crescimento de 16,54% em 2023 face a 2022). Na categoria C, depois de, em 2023, se ter registado uma subida de 1,79% face a 2022, durante o ano de 2024, registou-se uma clara descida de 8,22% face a 2023.

Categoria A (gasolina): +7,27% face a 2023

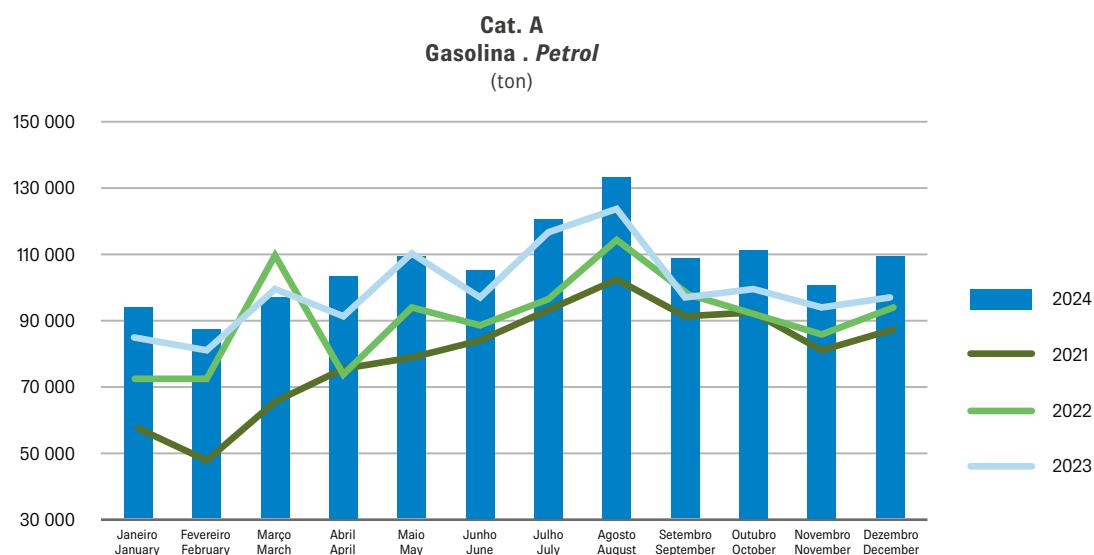
As introduções ao consumo alcançaram o nível mensal mais baixo, como esperado, em fevereiro.

Ao nível de variação mensal, no sentido negativo, houve decréscimos face ao período homólogo de 2023 nos meses de março e maio, com subidas homólogas nos restantes.

Category A (petrol): +7.27% compared to 2023

Introductions to consumption reached their lowest monthly level, as expected, in February.

In terms of monthly variation, in the negative direction, there were decreases compared to the same period in 2023 in March and May, with year-on-year increases in the others.



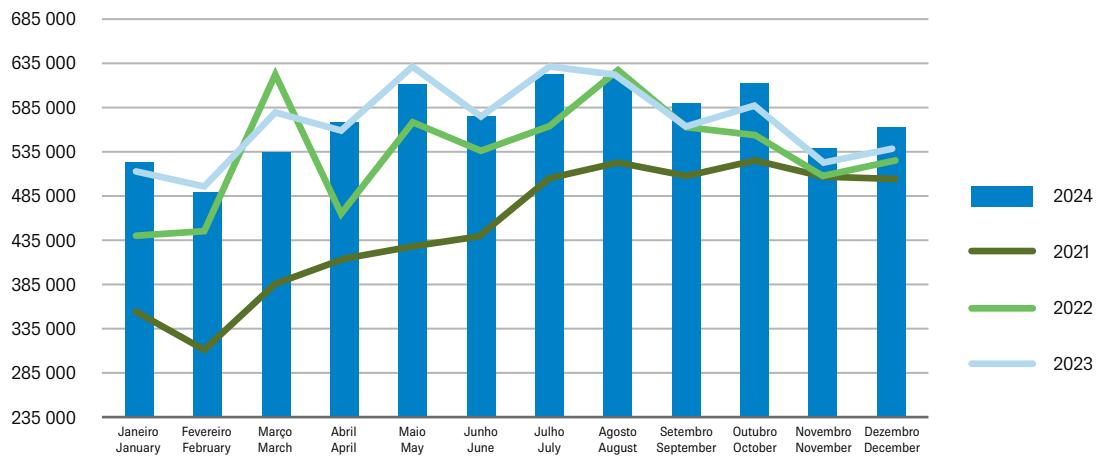
Categoria B (gasóleo + JET): +0,51 % face a 2023

À semelhança da evolução da Categoria A (gasolinas), as introduções ao consumo desta categoria de combustíveis alcançaram o nível mais baixo, em fevereiro de 2023. Ao nível da variação mensal homóloga, verificaram-se descidas nos meses de fevereiro, março, maio, julho e agosto de 2024.

Category B (diesel + JET): +0.51% compared to 2023

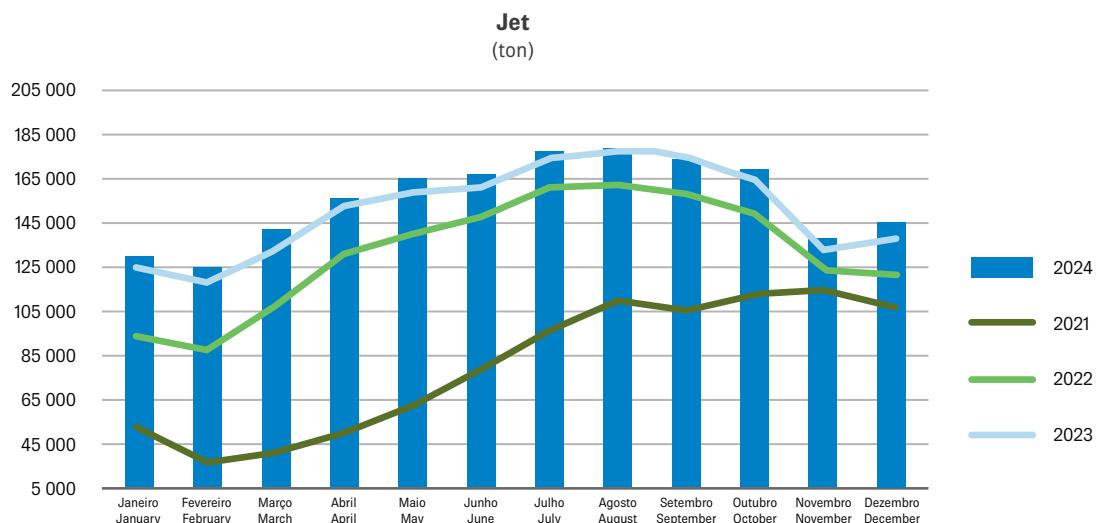
Similar to the evolution of Category A (petrol), introductions to consumption of this fuel category reached its lowest level in February 2023. In terms of year-on-year monthly variation, there were decreases in February, March, May, July and August 2024.

Cat. B
Gasóleo e Jet . Diesel and Jet
(ton)

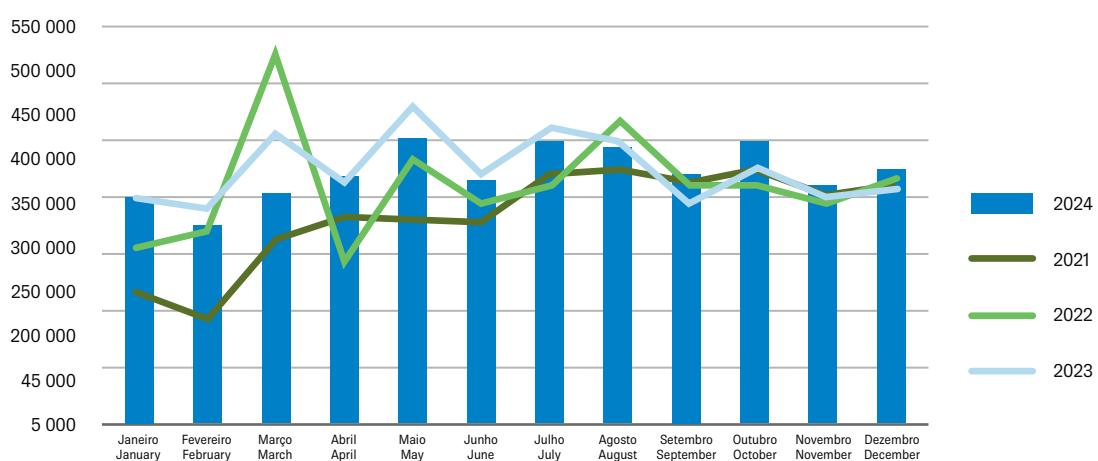


Desagregando a categoria em Gasóleo e Jet, temos:

Breaking down the category into Diesel and Jet, we have:

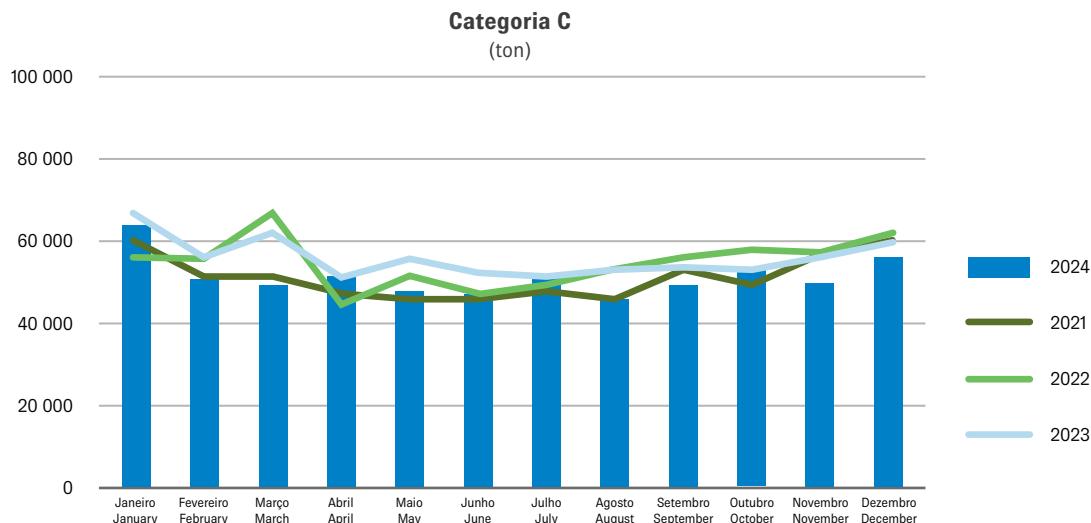


Gasóleo . Diesel
(ton)



Categoria C (outros): -8,22% face a 2023

As introduções ao consumo desta categoria de combustíveis alcançaram o nível mais baixo em agosto de 2024, com diminuições homólogas face a 2023 em todos os meses à exceção de abril e outubro.



Estrutura de consumos

Nos últimos dois anos, a estrutura do consumo dos combustíveis sujeitos a obrigação de reservas foi:

	2023	2024
Cat. A	13,7%	16,61%
Cat. B	78,6%	78,35%
Cat. C	7,7%	7,04%
Total	100%	100%

4.2. Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

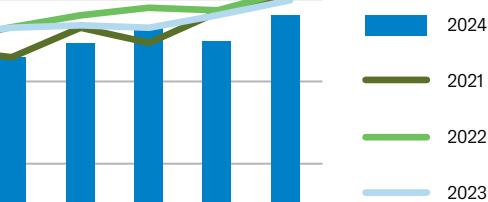
A ENSE, enquanto entidade pública especializada na fiscalização do setor energético, assegura igualmente uma missão de prevenção junto dos operadores e das infraestruturas integradas no Sistema Petrolífero Nacional (SPN), incluindo os Biocombustíveis, no Sistema Nacional de Gás (SGN), no Sistema Elétrico Nacional (SEN) e nas atividades associadas à Mobilidade Elétrica.

A atuação da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), à qual estão estatutariamente atribuídas estas competências, revela-se determinante para a promoção da transparéncia, da concorrência leal entre os diversos

Category C (others): -8.22% compared to 2023

Introductions to consumption of this fuel category reached their lowest level in August 2024, with year-on-year decreases compared to 2023 in all months except April and October.

Categoria C
(ton)



Consumption structure

Over the last two years, the consumption structure of fuels subject to reserve requirements was as follows:

4.2. Control and Prevention Unit (UCP)

ENSE, as a public body specialised in overseeing the energy sector, also has a preventive role to play with operators and infrastructure integrated into the National Oil System (SPN), including Biofuels, the National Gas System (SGN), the National Electricity System (SEN) and activities related to Electric Mobility.

The work of the Control and Prevention Unit (UCP), which is statutorily responsible for these tasks, is crucial for promoting transparency, fair competition between the various players in the sector and security in the national energy supply.

agentes do setor e da segurança no abastecimento energético nacional.
As atividades da UCP são planificadas e operacionalizadas com base no Plano Nacional de Fiscalização e Prevenção (doravante designado por "Plano"), documento estratégico que orienta a ação fiscalizadora e preventiva da ENSE ao longo de cada ano.

4.2.1. Resumo da atividade de fiscalização do setor energético realizada em 2024

No decurso do ano de 2024, a ENSE, E.P.E., através da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), promoveu um total de 1 346 ações de fiscalização em todo o território nacional, com o objetivo de verificar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicável ao setor energético. Estas ações resultaram na identificação de 765 infrações, das quais 382 deram origem ao levantamento de autos de notícia.

Este desempenho evidencia o compromisso contínuo da ENSE com a garantia da legalidade, qualidade e segurança no funcionamento dos diversos sistemas energéticos nacionais, contribuindo para um setor mais transparente, competitivo e sustentável.

A atividade de fiscalização desenvolvida distribuiu-se do seguinte modo, por sistema:

- a. **Sistema Petrolífero Nacional (SPN)** – Foram realizadas 922 ações, com 209 autos de notícia levantados;
- b. **Setor dos Biocombustíveis** – Foram realizadas 26 ações, das quais resultaram 7 autos de notícia;
- c. **Sistema Elétrico Nacional (SEN) e Mobilidade Elétrica** – Foram realizadas 154 ações, das quais resultaram 128 autos de notícia;
- d. **Sistema Nacional de Gás (SNG)** – Foram realizadas 244 ações, com 38 autos de notícia lavrados.

Os dados detalhados da atividade de fiscalização, podem ser consultados no portal da ENSE, em: <https://www.ense-epe.pt/fiscalizacao/atividade/>, resumidos abaixo.

The activities of the UCP are planned and implemented based on the National Inspection and Prevention Plan (hereinafter referred to as the "Plan"), a strategic document that guides ENSE's oversight and prevention activities throughout each year.

4.2.1 Summary of energy sector oversight activities carried out in 2024

During 2024, ENSE, E.P.E., through its Control and Prevention Unit (UCP), carried out a total of 1,346 inspections throughout Portugal, with the aim of verifying compliance with the legislation and regulations applicable to the energy sector. These inspections resulted in the identification of 765 offences, 382 of which led to reports being issued.

This performance demonstrates ENSE's ongoing commitment to guaranteeing legality, quality and safety in the operation of the various national energy systems, contributing to a more transparent, competitive and sustainable sector.

The inspections carried out were distributed as follows, by system:

- a. National Oil System (SPN)** – 922 inspections were carried out, with 209 reports issued;
- b. Biofuels Sector** – 26 inspections were carried out, resulting in 7 reports;
- c. National Electricity System (SEN) and Electric Mobility** – 154 inspections were carried out, resulting in 128 reports;
- d. National Gas System (SNG)** – 244 inspections were carried out, with 38 reports issued.

Detailed data on inspections can be found on the ENSE website at: <https://www.ense-epe.pt/fiscalizacao/atividade/>, summarised below.

Fiscalização Ações realizadas . Inspection Actions taken			
	Mobilidade . Mobility	Indústria . Industry	Serviços Edifícios . Services Buildings
Petróleo . Diesel	720	100	102
Gás Natural . Natural gas	3	231	10
Bioenergia . Bioenergy	15	11	0
Eletricidade . Electricity	43	41	70
	781	383	182
	58%	28%	14%
			1346

4.2.2 - Resumo da atividade de prevenção do setor energético realizadas

Centro de Coordenação Operacional de Energia (CCOE)

Ao longo de 2024, o Centro de Coordenação Operacional de Energia (CCOE) da ENSE, E.P.E., manteve-se como um instrumento estratégico e operacional essencial na gestão preventiva de situações de crise no setor energético, assegurando permanentemente a capacidade de resposta imediata sempre que necessário.

Destaca-se a realização de reuniões semanais de coordenação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), fundamentais para o reforço da articulação interinstitucional e para a preparação conjunta face a cenários de risco energético. Paralelamente, o CCOE prestou apoio técnico diário à Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) na monitorização da gestão e mobilização de reservas estratégicas de petróleo bruto e produtos petrolíferos, assegurando a função de entidade central de armazenagem nacional, nomeadamente através do controlo remoto por videovigilância e da verificação sistemática das condições de segurança das instalações.

Durante todo o ano, o CCOE acompanhou a execução do Plano da UCP, garantindo uma resposta operacional coordenada em matérias críticas de abastecimento de energia, nomeadamente, eletricidade, gás natural, combustíveis líquidos e gás de petróleo liquefeito (GPL), em conformidade com as determinações do Governo. Adicionalmente, no âmbito do sistema de reclamações, o CCOE – com o apoio dos inspetores da UCP – registou e analisou 4 695 reclamações ao longo do ano, um acréscimo de cerca de 15% face a 2023, conforme discriminado na tabela seguinte:

Reclamações recebidas . Complaints received	1T2024	2T2024	3T2024	4T2024	Total 2024
Livro de Reclamações (Eletrónico e Físico) Complaints Book (Electronic and Physical)	858	1 175	1 417	1 245	4 695

O CCOE consolidou ainda a sua importância estratégica na articulação, atualização e automatização do acompanhamento da Rede de Energia de Postos de Abastecimento (REPA), reforçando a sua utilidade no apoio direto à monitorização operacional da URP.

Bioenergia e Prevenção Regulatória

No âmbito das atribuições da ENSE relativas à bioenergia, foram desenvolvidas várias ações com enfoque na monitorização da sustentabilidade,

4.2.2 - Summary of energy sector prevention activities carried out

Energy Operational Coordination Centre (CCOE)

Throughout 2024, ENSE, E.P.E.'s Energy Operational Coordination Centre (CCOE) remained an essential strategic and operational tool in the preventive management of crisis situations in the energy sector, permanently ensuring immediate response capacity whenever necessary.

Of particular note are the weekly coordination meetings with the National Emergency and Civil Protection Authority (ANEPC), which are essential for strengthening inter-institutional coordination and joint preparedness for energy risk scenarios. At the same time, the CCOE provided daily technical support to the Oil Reserves Unit (URP) in monitoring the management and mobilisation of strategic reserves of crude oil and oil products, acting as the central national storage entity, namely through remote control by video surveillance and systematic verification of the safety conditions of the facilities. Throughout the year, the CCOE monitored the implementation of the UCP Plan, guaranteeing a coordinated operational response in critical energy supply matters, namely electricity, natural gas, liquid fuels and liquefied petroleum gas (LPG), in accordance with government orders.

Additionally, within the scope of the complaints system, the CCOE – with the support of UCP inspectors – registered and analysed 4,695 complaints over the course of the year, an increase of around 15% compared to 2023, as detailed in the following table:

The CCOE also consolidated its strategic importance in articulating, updating and automating the monitoring of the Refuelling Station Energy Network (REPA), reinforcing its usefulness in providing direct support for the operational monitoring of the URP.

Bioenergy and Regulatory Prevention

Within the scope of ENSE's duties relating to bioenergy, various actions were carried out with a focus on monitoring sustainability, compliance with targets and

cumprimento de metas e certificação de biocombustíveis, nomeadamente:

- a) Emissão de Títulos de Biocombustíveis (TdB) e Títulos de Baixo Teor em Carbono (TdC);
- b) Avaliação do cumprimento das metas trimestrais de incorporação de bioenergia;
- c) Acompanhamento técnico ao desenvolvimento e inovação no setor da bioenergia.

Relativamente aos agentes económicos que cumpriram as metas e comprovaram a sustentabilidade dos biocombustíveis incorporados, verifica-se uma preponderância dos substitutos do gasóleo, com o FAME e o HVO a representarem cerca de 96,6% da incorporação física (correspondente a 347 103 tep). No caso da gasolina, foram incorporados 12 076 tep através de Bioetanol e BioETBE.

A incorporação de biocombustíveis no gasóleo aumentou 15 109 mº face a 2023, com destaque para 5 289 mº de HVO co-processado, contabilizados pela primeira vez em 2024. Na gasolina, verificou-se um decréscimo de 2 703 mº de Bioetanol, totalizando 1 405 mº com sustentabilidade comprovada, e um aumento de 2 346 mº de BioETBE, perfazendo um total de 10 671 mº. A meta obrigatória de incorporação energética em 2024 foi de 11,5%, tendo a incorporação física atingido aproximadamente 50% deste valor, conforme evidenciado no gráfico seguinte:

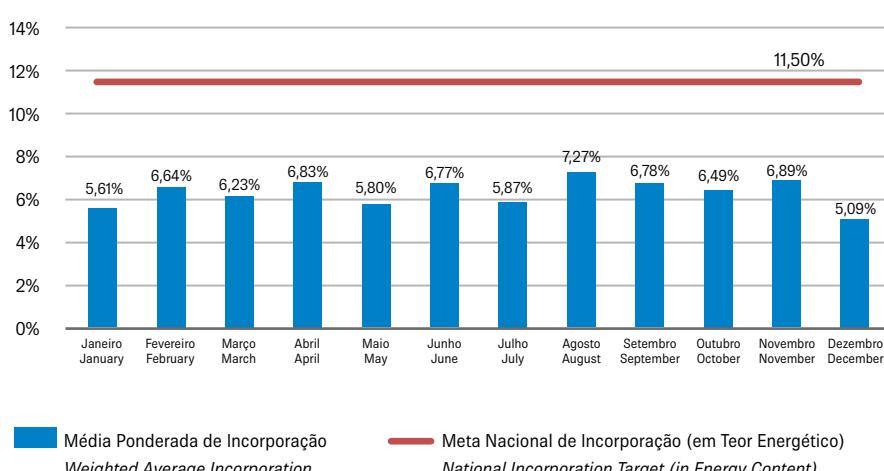
certification of biofuels, namely:

- a) Issuance of Biofuel Tickets (TdB) and Low Carbon Tickets (TdC);*
- b) Assessment of compliance with quarterly bioenergy incorporation targets;*
- c) Technical support for development and innovation in the bioenergy sector.*

In 2024, national fuel suppliers introduced a total of 6,054,193 toe into consumption, with a weighted average declared physical incorporation of 6.4%. With regard to the economic agents who met the targets and proved the sustainability of the biofuels incorporated, there was a preponderance of diesel substitutes, with FAME and HVO accounting for around 96.6% of physical incorporation (corresponding to 347,103 toe). In the case of petrol, 12,076 toe were incorporated through Bioethanol and BioETBE.

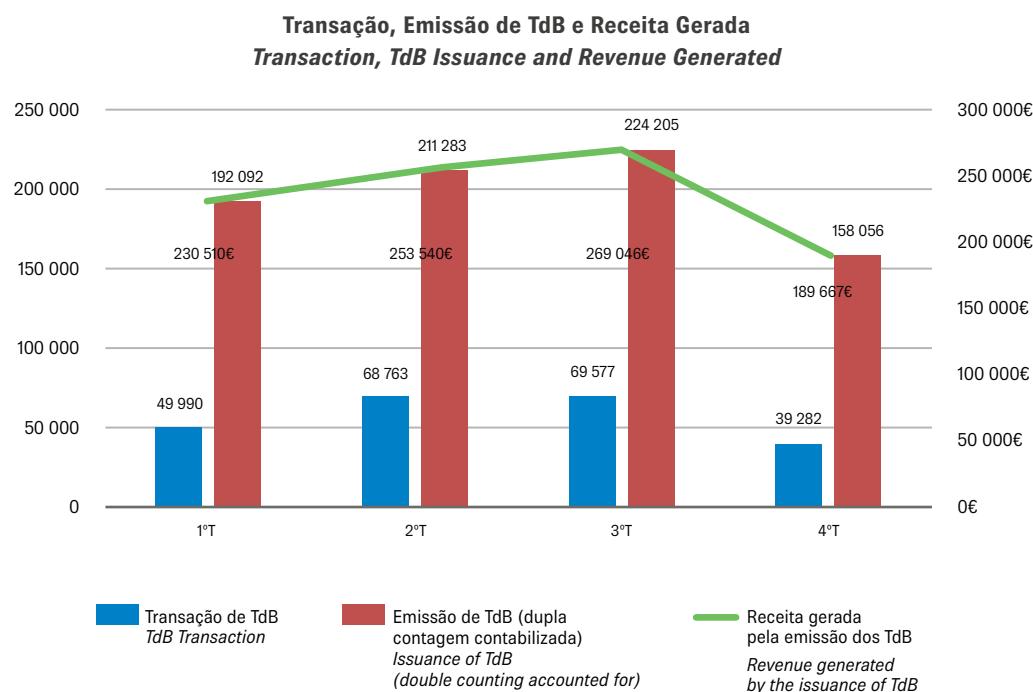
The incorporation of biofuels into diesel increased by 15,109 mº compared to 2023, especially 5,289 mº of co-processed HVO, recorded for the first time in 2024. In petrol, there was a decrease of 2,703 mº of Bioethanol, totalling 1,405 mº with proven sustainability, and an increase of 2,346 mº of BioETBE, totalling 10,671 mº. The mandatory target for energy incorporation in 2024 was 11.5%, and physical incorporation reached approximately 50% of this figure, as shown in the following graph:

Evolução da Incorporação de Biocombustíveis Declarada Pelos Fornecedores de Combustíveis em 2024
Evolution of the Incorporation of Biofuels Declared By Fuel Suppliers in 2024



Mercado de Títulos de Biocombustíveis e Receita Associada

Durante o ano em análise, foram transacionados 227 612 Títulos de Biocombustíveis (TdB) de dupla contagem. A receita gerada pela emissão desses títulos totalizou 942 763,20 €, com desagregação trimestral apresentada no gráfico seguinte:



No que respeita ao preço do biocombustível FAME nacional, registou-se uma redução média de 1,26%, situando-se nos 1 107,47 €/m³. Esta descida refletiu a tendência decrescente observada desde 2023 nos preços das matérias-primas utilizadas na sua produção, nomeadamente nas misturas de óleos vegetais utilizados como referência.

4.2.3 - Destaque Final – Principais Indicadores e Resultados de 2024

A atuação da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) da ENSE em 2024 reforçou o seu papel estratégico na garantia da legalidade, segurança e sustentabilidade do setor energético nacional. Entre os principais resultados e metas alcançadas, destacam-se:

- ✓ 1 346 ações de fiscalização realizadas em todo o território nacional;
- ✓ 765 infrações detetadas e 382 autos de notícia lavrados;
- ✓ Acompanhamento contínuo do abastecimento

Biotickets Market and Associated Revenue

During the year under review, 227,612 double-counted Biotickets (TdB) were traded. The revenue generated by the issuance of these securities totalled €942,763.20, broken down by quarter as shown in the following graph:

The price of domestic FAME biofuel fell by an average of 1.26% to €1,107.47/m³. This decrease reflected the downward trend observed since 2023 in the prices of the raw materials used in its production, namely the blends of vegetable oils used as a reference.

4.2.3 - Final Highlight – Main Indicators and Results for 2024

The work of ENSE's Control and Prevention Unit (UCP) in 2024 reinforced its strategic role in guaranteeing the legality, safety and sustainability of the national energy sector. The main results and targets achieved include:

- ✓ 1,346 inspections carried out nationwide;
- ✓ 765 offences detected and 382 reports issued;
- ✓ Continuous monitoring of energy supplies (electricity, natural gas, fuel and LPG), with preventive action in conjunction with ANEPC and other competent bodies;
- ✓ 4,695 complaints registered and analysed, reflecting an increase of around 15% compared to 2023, with a coordinated response between the CCOE and the UCP;

energético (eletricidade, gás natural, combustíveis e GPL), com atuação preventiva em articulação com a ANEPC e outras entidades competentes;

- ✓ 4 695 reclamações registadas e analisadas, refletindo um aumento de cerca de 15% face a 2023, com resposta articulada entre o CCOE e a UCP;
- ✓ Emissão e transação de 227 612 Títulos de Biocombustíveis (TdB), gerando uma receita de 942 763,20 €;
- ✓ Incorporação física de biocombustíveis atingiu 6,35%, com mais de 6 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep) introduzidas no consumo;
- ✓ Registo inédito de 5 289 m³ de HVO co-processado no mix energético nacional, reforçando a transição para combustíveis com menor pegada carbónica;
- ✓ Consolidação da vigilância remota e do controlo operacional das reservas estratégicas, em estreita cooperação com a Unidade de Reservas Petrolíferas (URP).

Estes indicadores refletem não apenas o cumprimento dos objetivos previstos no Plano Nacional de Fiscalização e Prevenção, mas também o reforço da capacidade técnica e operacional da UCP enquanto garante da confiança no setor energético nacional, para uma transição energética justa e inclusiva.

- ✓ Issuance and transaction of 227,612 Biofuel Tickets (TdB), generating revenue of €942,763.20;
- ✓ Physical incorporation of biofuels reached 6.35%, with more than 6 million tonnes of oil equivalent (toe) introduced into consumption;
- ✓ An unprecedented 5,289 m³ of co-processed HVO in the national energy mix, reinforcing the transition to fuels with a lower carbon footprint;
- ✓ Consolidation of remote surveillance and operational control of strategic reserves, in close co-operation with the Oil Reserves Unit (URP).

These indicators reflect not only the fulfilment of the objectives set out in the National Monitoring and Prevention Plan, but also the strengthening of the UCP's technical and operational capacity as a guarantor of confidence in the national energy sector, for a fair and inclusive energy transition.



**Atividades de
gestão e suporte**
*Management and
support activities*

05

Hidrogénio Verde // A Energia do Amanhã Já Começou
Green Hydrogen // The Energy of Tomorrow Has Already Begun

5

Atividades de gestão e suporte Management and support activities

5.1 Unidade de Administração Geral (UAG)

A Unidade de Administração Geral (UAG), concentra as áreas de gestão e suporte da ENSE prestando apoio direto, não só aos órgãos sociais, mas também às restantes unidades de negócio.

5.1.1 Linhas gerais

a) Ao nível da representação institucional:

- Participação, como membro da RELOP - Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito de intervenções públicas em matéria de regulação e supervisão do setor energético;
- Participação, em conjunto com a UCP, no âmbito da Renewable Fuels Regulators Club (REFUREC), em representação da ENSE como membro permanente;

b) Resposta às entidades de fiscalização e cumprimento das obrigações de reporte:

- Cumprimento de todos os compromissos legais e obrigatórios tendo em conta o princípio do rigor e eficiência na gestão dos meios financeiros.
- Como entidade obrigada a ter contabilidade organizada, foram cumpridos todas as obrigações a que se encontra vinculada, com fiabilidade de todos os dados reportados.

5.1.2 Departamento Financeiro e de Recursos Humanos (DFRH)

5.1.2.1 Atividades

As atividades desenvolvidas pelo DFRH, encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

Atividades Activities	Descrição . Description	Calendarização Timetable
1	Desenvolvimento de novas funcionalidades no ERP (Primavera versão pública) <i>Development of new ERP functionalities (Primavera public version)</i>	Em curso <i>In progress</i>
2	Desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema INNUX, direcionado para a gestão dos recursos humanos da ENSE designadamente gestão da assiduidade e férias <i>Development of new features for the INNUX system, aimed at managing ENSE's human resources, namely attendance and holiday management</i>	Em curso <i>In progress</i>
3	Continuação da desmaterialização dos documentos em formato físico por via da fatura eletrónica <i>Continued dematerialisation of documents in physical format via electronic invoicing</i>	Em curso <i>In progress</i>

5.1. General Administration Unit (UAG)

The General Administration Unit (UAG) concentrates ENSE's management and support areas, providing direct support not only to the governing bodies but also to the other business units.

5.1.1 General guidelines

a) In terms of institutional representation:

- Participation, as a member of RELOP - Association of Energy Regulators of Portuguese-speaking Countries, in public interventions on regulation and oversight of the energy sector;
- Participation, together with UCP, in the Renewable Fuels Regulators Club (REFUREC), representing ENSE as a permanent member;

b) Response to supervisory bodies and fulfilment of reporting obligations

- Compliance with all legal and mandatory commitments, taking into account the principle of rigour and efficiency in the management of financial resources.
- As an entity obliged to keep organised accounts, all the obligations to which it is bound were complied with, with all the data reported being reliable.

5.1.2 Finance and Human Resources Department (DFRH)

5.1.2.1 Activities

The activities carried out by the DFRH are detailed in the following table:

As atividades correntes incluiram a execução do Relatório e Contas de 2023, a execução orçamental em função de orçamento e períodos homólogos em base mensal, trimestral, semestral e anual em termos de normativo IAS/IFRS para a tutela setorial e Finanças. Os reportes abrangeram ainda a execução orçamental na ótica estritamente orçamental (de tesouraria) e numa base mensal, trimestral e anual de acordo com as orientações emanadas pela DGO. Foram ainda elaborados outros reportes para organismos como o SIOE, INE, DGAEP, Banco de Portugal, IGF, Tribunal de Contas e outros solicitados adhoc.

Foi elaborado o Orçamento anual e plurianual 2025-2027 em duplo normativo, ou seja, em IAS/IFRS para as Finanças e na ótica orçamental para a DGO, apresentado ao Revisor de Contas, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Foram ainda desenvolvidos os relatórios trimestrais de Controlo orçamental para o Conselho Fiscal.

No que concerne à área de Recursos Humanos deu-se continuidade às parametrizações do sistema Innx e o sistema Primavera, os quais permitem gerir o processo de gestão de salários, assiduidade e férias.

Com o intuito de se desmaterializar todos os documentos em formato físico, a ENSE tem efetuado esforços contínuos, fomentando, inclusive, o uso de ferramentas digitais que visam não só uma melhoria de processos, como uma poupança considerável de economato.

5.1.2.2 Recursos Humanos

5.1.2.2.1 Breve Enquadramento

Em 31 de dezembro de 2024, exerciam funções na ENSE, 51 trabalhadores (as), incluindo aqui, 2 membros do Conselho de Administração e 3 membros não permanentes do Conselho Fiscal.

Durante o ano ocorreram as seguintes movimentações:

- ✓ Entraram 5 trabalhadores, dos quais, 4 para substituições de trabalhadores que cessaram funções a seu pedido e 1 para um lugar criado por autorização no PAO 2023-2025.
 - ✓ 4 entradas ocorreram por procedimento concursal ao abrigo do Regulamento do Estatuto de Pessoal e Carreiras da ENSE, EPE e 1 por cedência de interesse público nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
 - ✓ Estes trabalhadores ingressaram nas carreiras de Especialista (2), Inspeção (2) e Técnico Administrativa (1);
 - ✓ Em termos de saídas (3), as mesmas ocorreram na carreira Técnico Administrativa (1), na carreira de Inspeção (1) e nas Chefias de Departamento (1).
- Com estas movimentações, o ano de 2024, relativamente ao ano anterior, terminou com um saldo total positivo de 2 trabalhadores, refletidos na carreira de Especialista.

Current activities included the execution of the 2023 Annual Report and Accounts, budget execution according to budget and year-on-year periods on a monthly, quarterly, half-yearly and annual basis in terms of IAS/IFRS regulations for the sector and Finance.

The reports also covered budget implementation from a strictly budget (treasury) perspective and on a monthly, quarterly and annual basis in accordance with the guidelines issued by the DGO. Other reports were also drawn up for organisations such as SIOE, INE, DGAEP, the Bank of Portugal, IGF, the Court of Auditors and others requested ad hoc.

The 2025-2027 annual and multiannual Budgets were drawn up in dual standards, i.e. in IAS/IFRS for the Finance Department and from a budget perspective for the DGO, and presented to the Statutory Auditor, the Audit Board and the Advisory Board.

Quarterly budget control reports were also produced for the Audit Board.

As far as Human Resources is concerned, the Innx system and the Primavera system continued to be parameterised, making it possible to manage salaries, attendance and holidays.

With the aim of dematerialising all physical documents, ENSE has made continuous efforts, including promoting the use of digital tools that aim not only to improve processes but also to achieve considerable savings in office supplies.

5.1.2.2 Human Resources

5.1.2.2.1 Brief Overview

On 31 December 2024, 51 employees worked at ENSE, including 2 members of the Board of Directors and 3 non-permanent members of the Audit Board.

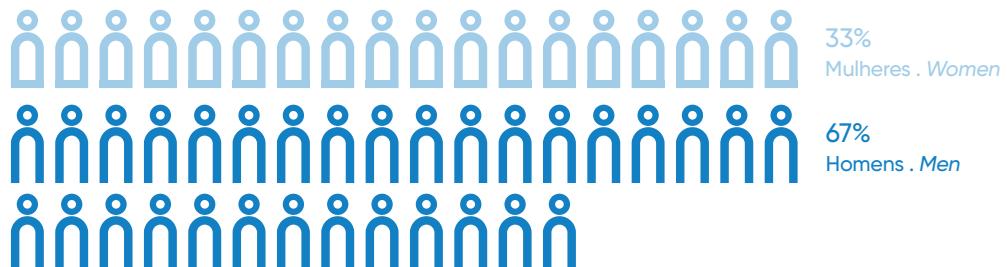
The following movements occurred during the year:

- ✓ 5 workers joined the company, 4 to replace workers who left at their own request and 1 for a post created by authorisation in the 2023-2025 Activity Plan and Budget.
- ✓ 4 workers joined the company via a competitive tendering procedure under ENSE, EPE's Personnel and Career Statute Regulations and 1 via a public interest assignment under the terms of the General Public Employment Law;
- ✓ These workers joined the company as Specialists (2), Inspectors (2) and Administrative Technicians (1);
- ✓ In terms of departures (3), these occurred with Administrative Technicians (1), Inspectors (1) and Department Heads (1).

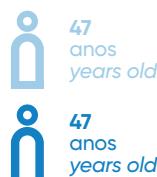
With these movements, 2024 ended with a total positive balance of 2 workers compared to the previous year, reflected in the Specialist title.

5.1.2.2.2 Caracterização dos Recursos Humanos

51
Colaboradores . Employees



Média etária
Average age



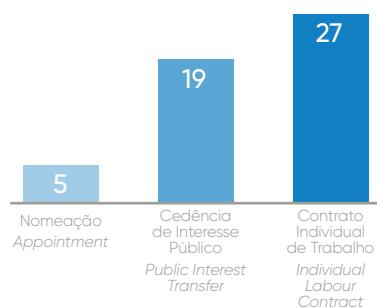
80%
Habilitação superior
Higher education



3717
Horas de formação
Training hours

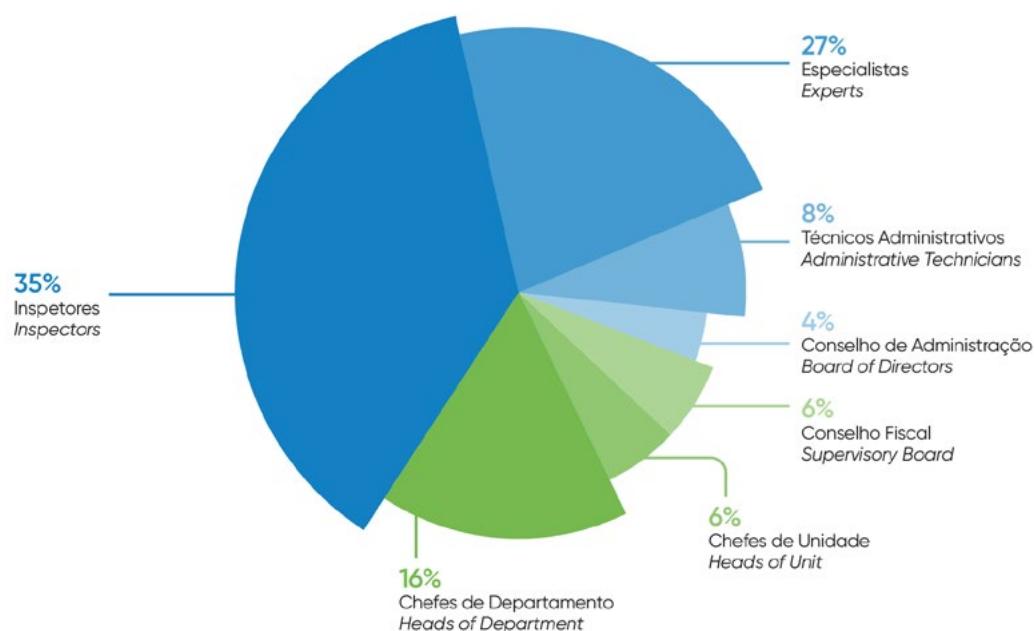


Relação jurídica de emprego
Legal Employment Relationship



No que concerne à distribuição dos recursos humanos por carreiras, a área da inspeção concentra o maior número de colaboradores.

Regarding the distribution of human resources by career, the inspection area concentrates the largest number of employees.



5.1.2.2.3 Valorização profissional

No sentido de respeitar e reconhecer o esforço e empenho dos colaboradores no cumprimento da missão para a qual foi incumbida, na expectativa de obter, cada vez mais, o seu compromisso com a Entidade, adotou-se uma política de valorização profissional de recursos humanos, assente num sistema de avaliação do desempenho, efetuado anualmente, em associação com a antiguidade detida na categoria.

Os requisitos de avaliação estão contemplados no Regulamento Interno do Estatuto de Pessoal e Carreiras, e no Regulamento de Avaliação de Desempenho e respetivo Guia de Apoio, na sua versão atual, considerando a necessidade de melhorias. No exercício, após conclusão do processo de avaliação de desempenho relativo ao ano anterior, promoveu-se a alteração de posicionamento remuneratório de 12 colaboradores que cumpriam os respetivos requisitos.

5.1.2.3 Formação

A ENSE proporcionou formação a 90% dos seus colaboradores, durante o ano de 2024. As ações realizadas abrangeram as áreas temáticas a seguir identificadas, destacando-se a área dos assuntos jurídicos onde se enquadrou uma formação em Contratação Pública, dirigida aos colaboradores com funções de júris de procedimentos concursais e gestores de contratos, considerando a tramitação anual de um elevado número de procedimentos de contratação pública.

5.1.2.2.3 Professional Development

In order to respect and recognise the effort and commitment of employees in fulfilling the mission for which they have been entrusted, and in the expectation of increasing their commitment to the Entity, a policy of professional development of human resources has been adopted, based on a system of performance assessment, carried out annually in association with seniority in the category.

The assessment requirements are set out in the Internal Regulations of the Personnel Regulations and Careers, and in the Performance Assessment Regulations and respective Support Guide, in their current version, taking into account the need for improvements. During the financial year, following the conclusion of the performance appraisal process for the previous year, 12 employees who met the respective requirements had their salary position changed.

5.1.2.3 Training

ENSE provided training for 90% of its employees in 2024. The actions carried out covered the thematic areas identified below, in particular the area of legal affairs, which included training in Public Procurement, aimed at employees who sit on juries for tendering procedures and contract managers, considering that a large number of public procurement procedures are processed each year.



5.1.2.4 Segurança e Higiene no Trabalho

A ENSE, na prossecução da sua Política de Segurança e Saúde no Trabalho (PSST), dá cumprimento às suas obrigações, decorrentes da legislação em vigor, tendo estabelecido para o efeito um contrato de prestação de serviços especializados com entidade certificada no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (Preveris) para a concretização desse desiderato em que a sua intervenção se insere nas seguintes áreas:

- **Colaboração** - Elaboração do Relatório Único.
- **Medicina no trabalho** - Consulta médica de todos os trabalhadores
- **Segurança no Trabalho** - Avaliação de Condições de Riscos no Local de trabalho.

5.1.3 Departamento Jurídico e Contencioso (DJC)

Compete estatutariamente – Regulamento n.º 35/2019, de 05 de janeiro, ao Departamento Jurídico e Contencioso, entre outras incumbências:

- a) Apoiar e aconselhar juridicamente o Conselho de Administração, as restantes Unidades e Departamentos. Apoiar, analisar e dar parecer sobre os processos e procedimentos em curso, bem como sobre questões e consultas com relevância jurídica, nas áreas de atuação da ENSE.

Durante o ano de 2024, o DJC prestou este apoio e aconselhamento jurídico, exarando ainda diversos Pareceres e informações, assessorou e secretariou as reuniões do Conselho Consultivo da URP e do Conselho de Administração, apoiando as restante Unidades em todas as questões que lhe foram colocadas.

- b) Patrocinar e representar a ENSE em processos judiciais e extrajudiciais;

O DJC assegurou o patrocínio de ações judiciais intentadas contra a ENSE, em particular no campo do contencioso administrativo – impugnação de atos administrativos praticados pelo Conselho de Administração sobretudo na área dos biocombustíveis, em cerca de 43 processos em curso, nos Tribunais Administrativos e Fiscais. O valor envolvido nos processos é de cerca de 80 Milhões de Euros. Em simultâneo encontram-se a decorrer processos de índole laboral e de contratação privada.

5.1.2.4 Occupational Health and Safety Policy

In pursuit of its Occupational Health and Safety Policy (OHSP), ENSE complies with its obligations under the legislation in force. To this end, it has established a contract for the provision of specialised services with a certified entity in the field of Occupational Health and Safety (Preveris) to achieve this goal, whose intervention covers the following areas:

- **Collaboration** - Preparation of the Single Report.
- **Occupational Medicine** - Medical appointment for all workers
- **Safety at Work** - Assessment of risk conditions in the workplace.

5.1.3 Legal and Litigation Department (DJC)

The Legal and Litigation Department is statutorily responsible - Regulation no. 35/2019 of 5 January - for, among other things:

- a) Providing legal support and advice to the Board of Directors, the other Units and Departments. Supporting, analysing and giving opinions on ongoing cases and procedures, as well as on issues and consultations with legal relevance in ENSE's areas of activity.

During 2024, the DJC provided this legal support and advice, also issuing various opinions and information, advising and acting as secretariat for the meetings of the URP Advisory Board and the Board of Directors, supporting the other Units in all the questions they were asked.

- b) Sponsoring and representing ENSE in judicial and extrajudicial cases;

The DJC has sponsored legal actions brought against ENSE, particularly in the field of administrative litigation - challenging administrative acts carried out by the Board of Directors, especially in the area of biofuels, in around 43 ongoing cases before the Administrative and Tax Courts. The value involved in the cases is around 80 million euros. At the same time, labour and private contracting cases are underway.

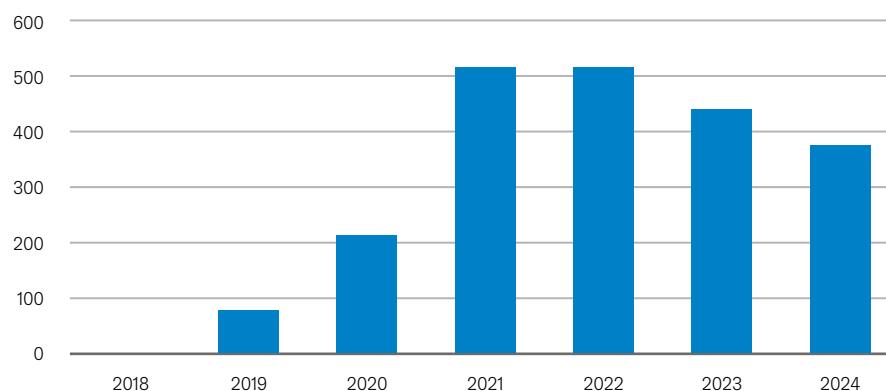
c) Instrução e decisão de processos de contraordenação

O Departamento Jurídico e Contencioso – DJC da Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. tem a competência legal para proceder à instrução e decisão dos processos de contraordenação instaurados no âmbito do tipificado na Lei. Através do Despacho (extrato) n.º 9622/2023, publicado no Diário da República n.º 182, Parte G, foi subdelegado no Chefe do Departamento Jurídico e Contencioso – Dr. Leonel Madaíl dos Santos, uma série de competências de instauração de processos de contraordenação, condução de diligências, instrução de processos, emissão certidões de dívida para Execução Fiscais, entre outras ali elencadas e que permitiram agilizar procedimentos e maximizar resultados. Em 2024 foram levantados pela ENSE 376 autos de notícia por contraordenação, a estes autos temos de somar autos provenientes de outras entidades administrativas e policiais.

I. Auto de Notícia por contraordenação levantados pela ENSE

Autos de Notícia por Contraordenação levantados pela ENSE <i>Notices of administrative offence issued by ENSE</i>							
2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
0	77	212	517	521	442	376	2 145

Autos de Notícia por Contraordenação levantados pela ENSE
Notices of administrative offence issued by ENSE

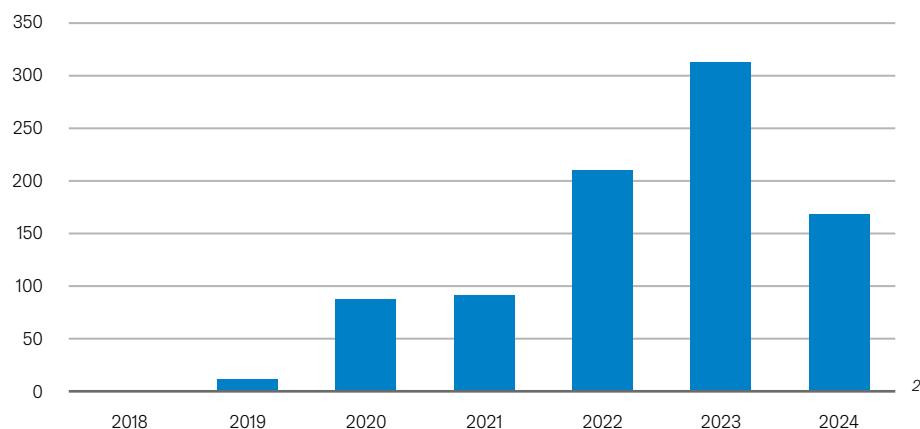


II. Processos de contraordenação instruídos pela ENSE

II. Administrative offence cases dealt with by ENSE

Processos de Contraordenação instruídos pela ENSE (040)							Total
2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
0	11	87	91	209	313	169	880

Processo de Contraordenação instruídos pela ENSE
Notices of administrative offence issued by ENSE



²NOTA: A divergência entre o número total de autos da competência da ENSE e o número de processos deve-se à apensação de vários autos num único processo.

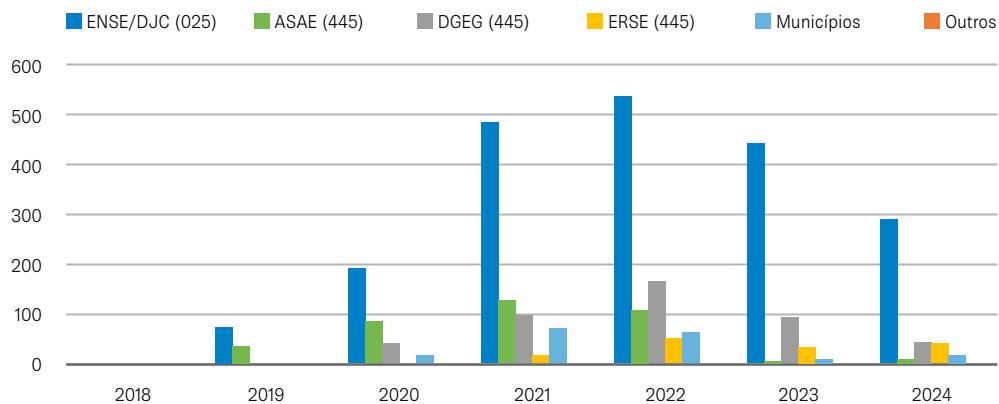
²NOTE: The discrepancy between the total number of reports under ENSE's jurisdiction and the number of cases is due to several reports being joined in a single case.

III. Encaminhamento de autos de notícia por contraordenação para outras entidades administrativas (competentes na matéria em crise):

III. Referral of administrative offence reports to other administrative bodies (competent in the matter in question):

Ano Year	Encaminhamento para Entidade Administrativa competente						Total
	ENSE/DJC (025)	ASAE (445)	DGEG (445)	ERSE (445)	Municípios (445)	Outros (445)	
2018	0	0	0	0	0	0	0
2019	76	35	2	0	3	0	116
2020	189	84	41	1	16	0	331
2021	484	127	99	19	72	0	801
2022	539	110	165	51	65	0	930
2023	444	5	93	34	10	0	586
2024	291	7	45	41	18	0	402
	2 023	368	445	146	184	0	3 166
Total	2 023				1 143		3 166

Encaminhamento para Entidade Administrativa competente
Notices of administrative offence issued by ENSE



Dos 402 autos, 291 foram instruídos pelo Departamento Jurídico e Contencioso e 111 foram encaminhados para outras autoridades administrativas, competentes na matéria em crise. A salvaguardar que a divergência constatada entre o número total de autos da competência da ENSE e o número de processos se deve à apensação de vários autos num único processo (quando legalmente admissível).

Em termos de decisões administrativas exaradas pelo Departamento Jurídico e Contencioso, é possível constatar uma diminuição significativa passando de 313 decisões em 2023, para 253 em 2024. Tal deve-se, em grande parte, ao acréscimo de volume de outros trabalhos jurídicos efetuados pelo Departamento e cuja prioridade e dedicação, obriga à ocupação dos Recursos Humanos dedicados à instrução de processos.

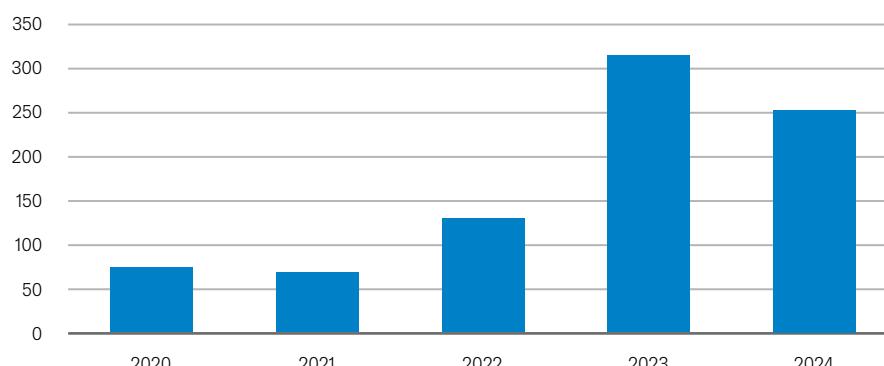
Of the 402 reports, 291 were instructed by the Legal and Litigation Department and 111 were forwarded to other administrative authorities, competent in the matter in question. It should be noted that the discrepancy between the total number of reports under ENSE's jurisdiction and the number of cases is due to several reports being joined in a single case (where legally permissible).

In terms of administrative decisions issued by the Legal and Litigation Department, there has been a significant drop from 313 decisions in 2023 to 253 in 2024. This is largely due to the increase in the volume of other legal work carried out by the Department, the priority and dedication of which means that human resources dedicated to investigating cases have to be occupied.

Decisões exaradas pela ENSE (55B) . Decisions issued by ENSE (55B)

2020	2021	2022	2023	2024	Total
76	68	131	313	253	841

Decisões exaradas pela ENSE
Decisions issued by ENSE



d) Preparar e acompanhar os procedimentos de contratação da entidade. Assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de informação em matéria de contratação pública.

A ENSE, enquanto entidade pública empresarial está sujeita ao regime de Contratação Pública, excetuando as matérias referentes às reservas de petróleo e produtos de petróleo no mercado internacional, na prossecução dos interesses essenciais do Estado, conforme previsto no n.º 6 do artigo 20.º dos seus Estatutos republicados pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto.

Assim, durante o ano, foram lançados 41 **procedimentos de contratação pública** ao abrigo deste regime, dos quais:

- 11 procedimentos por Concurso Público;
- 10 procedimentos por Consulta Prévia;
- 20 procedimentos por Ajuste Direto.

Comparativamente com o ano de 2023, regista-se um aumento do número de procedimentos tramitados pelo Departamento Jurídico e Contencioso, tendo aumentado os Ajustes Diretos e os Concursos Públicos e reduzido os Procedimentos por Consulta Prévia. Esta evolução visa dar cumprimento às orientações do Tribunal de Contas e do IMPIC, por forma a dar prevalência a procedimentos contratuais abertos à concorrência, nomeadamente os Concursos Públicos.

d) Preparing and monitoring the entity's procurement procedures. Ensuring compliance with obligations to provide information on public procurement.

ENSE, as a public corporate entity, is subject to the Public Procurement regime, with the exception of matters relating to oil reserves and oil products on the international market, in pursuit of the essential interests of the State, as provided for in Article 20.6 of its Statutes republished by Decree-Law no. 69/2018 of 27 August. Thus, during the year, 41 **public procurement procedures** were launched under this regime, of which:

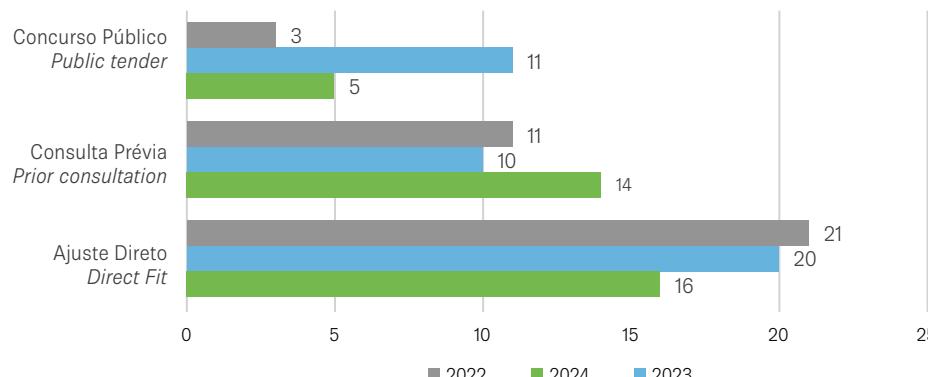
- 11 procedures were through Public Tender;
- 10 procedures were through Prior Consultation;
- 20 procedures were through Direct Award.

Compared to 2023, there was an increase in the number of procedures handled by the Legal and Litigation Department, with an increase in Direct Awards and Public Tenders and a reduction in Procedures by Prior Consultation.

This evolution is aimed at complying with the guidelines of the Court of Auditors and IMPIC, in order to give precedence to contractual procedures open to competition, namely Public Tenders.

Ano Year	Contratação Pública Public Procurement			Total
	Ajuste Direto <i>Direct Fit</i>	Consulta Prévia <i>Prior Consultation</i>	Concurso Público <i>Public tender</i>	
2022	21	11	3	35
2023	16	14	5	35
2024	20	10	11	41
Total	36	24	16	76

Contratação Pública . Public procurement



Os procedimentos adotados em matéria de contratação pública observam as normas do Código dos Contratos Públicos e dos princípios da boa gestão, existindo, ainda, um procedimento geral de tramitação interna dos procedimentos (Procedimento Geral Interno n.º 1/2019) bem como o Procedimento Geral Interno n.º 1/2021, sobre regras de execução e gestão de contratos.

5.1.4 Departamento de Sistemas de Informação (DSI)

Durante o ano foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a)** Resolução Tickets Cibersegurança SOC;
- b)** Gestão Projeto Balcão Único Energia para Desenvolvimentos Biocombustíveis adaptação legislativa, criação API webservices, ligação com a DGEG;
- c)** Manutenção Equipamentos Datacenter;
- d)** Instalação/Upgrade 15 computadores ENSE;
- e)** Alterações e adaptações ao Software Exclaimer para criação automática de assinaturas de Email com ligação direta ao Office365.
- f)** Atualização de firmware em todos os equipamentos servidores, switch's, storage do Datacenter da ENSE.
- g)** Desenvolvimento do projeto de Interoperabilidade Documental no FILEDOC, permite comunicar com outras entidades públicas de forma Digital, evitando o papel, através da AMA, já se encontra na fase de testes.
- h)** Implementação no FILEDOC da ligação às Reclamações eletrónicas do portal Livro de Reclamações Eletrónicas.
- i)** Interligação do Filedoc com a aplicação da Fiscalização, nomeadamente na passagem de Reclamações que carecem de análise das equipas de Fiscalização.
- j)** Apoio ao Desenvolvimento de novas funcionalidades na aplicação Fiscalização, nomeadamente API de comunicação com o Balcão Único da Energia.
- k)** Interligação das entidades do SCI (Aplicação Fiscalização) ao GIC, permitindo sempre que se atualizar uma entidade em qualquer um dos sistemas, ela será sincronizada em ambos.
- l)** Interligação das entidades do SCI (Aplicação Fiscalização) ao FILEDOC, permitindo sempre que se atualizar uma entidade em qualquer um dos sistemas, ela será sincronizada em ambos.
- m)** Interligação do Balcão Único da Energia no âmbito dos Preços dos Combustíveis, com a plataforma da DGEG Preços Combustíveis, de modo que os operadores façam apenas o reporte unicamente na plataforma BUE. Implementação de novos mecanismos cálculo e envio dos preços médios e dos preços praticados para a plataforma da DGEG.
- n)** Alteração da plataforma preços de referência de modo a adicionar na decomposição o produto Biocombustíveis no GPL AUTO.

The procedures adopted in terms of public procurement comply with the rules of the Public Contracts Code and the principles of good management, and there is also a general procedure for the internal processing of procedures (General Internal Procedure no. 1/2019) as well as General Internal Procedure no. 1/2021, on rules for the execution and management of contracts.

5.1.4 Information Systems Department (DSI)

The following activities were carried out during the year:

- a)** Resolution of SOC Cybersecurity Tickets;
- b)** Management of the Single Energy Desk Project for Biofuel Development legislative adaptation, creation of API web services, liaison with DGEG;
- c)** Datacentre equipment maintenance;
- d)** Installation/Upgrade of 15 ENSE computers;
- e)** Changes and adaptations to Exclaimer software for automatic creation of email signatures with direct connection to Office365.
- f)** Firmware update for all server, switch and storage equipment in ENSE's datacentre.
- g)** Development of the Document Interoperability project in FILEDOC, which allows communication with other public organisations in digital form, avoiding paper, through AMA, which is already in the testing phase.
- h)** Implementation in FILEDOC of the link to electronic complaints from the Electronic Complaints Book portal.
- i)** Interconnection of Filedoc with the Oversight application, particularly when passing on complaints that need to be analysed by the Oversight teams.
- j)** Support for the development of new functionalities in the Inspection application, in particular the API for communication with the Single Energy Desk.
- k)** Interconnection of CIS entities (Oversight application) to GIC, so that whenever an entity is updated in either system, it will be synchronised in both.
- l)** Interconnection of CIS entities (Oversight Application) to FILEDOC, so that whenever an entity is updated in either system, it will be synchronised in both.
- m)** Interconnection of the Single Energy Desk in the area of fuel prices with the DGEG Fuel Prices platform, so that operators can only report on the BUE platform. Implementation of new mechanisms for calculating and sending average prices and prices charged to the DGEG platform.
- n)** Modification of the reference prices platform to add the biofuels product to LPG AUTO in the breakdown.

Cumprimento das Orientações Legais

*Compliance with
Legal Guidelines*



06

Vento // A Força Invisível que Move o Futuro
Wind // The Invisible Force That Drives the Future

Cumprimento das Orientações Legais

Compliance with Legal Guidelines

6

6.1 Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

O Conselho de Administração implementou as ações e procedimentos, necessários e suficientes para o cumprimento dos objetivos definidos no Plano de Atividades e Orçamento apresentados à tutela setorial e financeira.

Tendo a análise às Instruções nas suas alíneas b) Execução do Plano e c) Investimentos resultando nos seguintes quadros:

6.1 Management Objectives and Activity Plan and Budget

The Board of Directors has implemented the actions and procedures necessary and sufficient to fulfil the objectives defined in the Activity Plan and Budget presented to the sectoral and financial authorities.

The analysis of the Instructions in their paragraphs b) Execution of the Plan and c) Investments resulted in the following tables:

Indicadores PAO

(Ton.)

Indicadores Indicators	PAO . APB 2024	Executado 2024 Executed 2024	Desvio (+/-) Deviation (+/-)	Observações/medidas Observations/measures
Resultado Líquido . Net Profit	16 781,21 €	1 928 416,73 €	1 911 635,52 €	
EBITDA	13 927 814,81 €	16 513 078,57 €	2 585 263,76 €	
Resultado Operacional ¹⁾ . Operating Profit ¹ (EBIT)	13 525 813,81 €	16 187 499,94 €	2 661 686,13 €	
Volume de Negócios ²⁾ . Turnover ²	57 391 272,38 €	56 777 941,25 €	-613 331,13 €	
Gastos Operacionais ³⁾ . Operating Expenses	43 505 045,19 €	39 664 862,62 €	-3 840 182,57 €	
Gastos Operacionais/Volume de N. Operating Expenses/Volume of N.	75,80%	69,86%	-5,94 p.p.	
Endividamento ⁴⁾ . Indebtedness ⁴	364 620 794,00 €	365 277 436,64 €	656 642,64 €	
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA Net Financial Debt ⁵⁾ /EBITDA	2140,49%	1741,46%	-399,02 p.p.	
Disponibilidades ⁶⁾ . Availables ⁶⁾	66 497 623,00 €	77 708 166,39 €	11 210 543,39 €	Caixa + Aplicações Financeiras de Curto Prazo Cash + Short-Term Financial Investments
... ⁷⁾	

1. Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2. Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3. CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal.

4. Passivo remunerado.

5. Por dívida financeira líquida entende-se o valor do individuamento deduzido das disponibilidades.

6. Caixa conforme Balanço.

7. Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza/setor de atividade.

1. Operating profit net of provisions, impairments and fair value adjustments.

2. Detail and quantify in the observations whenever other portions, in addition to sales and services rendered, are considered in the calculation of Revenue.

3. CMVMC, FSE and Personnel Expenses.

4. Interest-bearing liabilities.

5. Net financial debt is understood as the value of the debt less cash and cash equivalents.

6. Cash as per Balance Sheet.

7. Add lines identifying more indicators, notably activity indicators, according to the nature/sector of activity.

Plano de Investimento . Investment Plan	PAO - APB 2024	Total		Fontes de financiamento . Sources of funding						Unid: euro
		Executado Executed 2024	Autofinanciamento (Receitas próprias) Self-financing (Own revenues)	Orçamento do Estado State Budget	Endividamento Indebtedness	Fundos comunitários EU funds	PRR PRR	Outras Others	Desvio (PAO vs Executado (APB vs Executed)	
Novo coletor e sistema de oleodutos <i>New collector and pipeline system</i>	4 000 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 000 000,00 €	
Eficiência Energética (Solução de geração para autoconsumos e melhorias de eficiência) <i>Energy efficiency (Generation solution for self-consumption and efficiency improvements)</i>	300 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-300 000,00 €	
Implementação Portal para Leilões de Biocombustível, integração BUE <i>Implementation of the Biofuel Auction Portal, BUE integration</i>	200 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-200 000,00 €	
Aquisição Material Informático - Computadores <i>Acquisition of IT Equipment - Computers</i>	135 000,00 €	101 132,46 €	101 132,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-33 867,54 €	
Câmara deteção fuga de Gás natural <i>Câmera deteção fuga de Gás natural</i>	100 000,00 €	2 946,10 €	2 946,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-97 053,90 €	
Desenvolvimento Sistema BI para todas as Plataformas Informáticas na ENSE <i>Desenvolvimento Sistema BI para todas as Plataformas Informáticas na ENSE</i>	60 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-60 000,00 €	
Sistema de Gestão da Qualidade <i>Quality Management System</i>	35 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-35 000,00 €	
Equipamento fiscalização mobilidade elétrica <i>Electric mobility inspection equipment</i>	13 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-13 000,00 €	
Equipamento de amostragem de Gases Líquidos (GPL) <i>Liquid Gas (LPG) Sampling Equipment</i>	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-10 000,00 €	
Equipamento para medição de campos magnéticos <i>Liquid Gas (LPG) Sampling Equipment</i>	9 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-9 000,00 €	
Instalação equipamentos GPL viatura e instalação de garrafões de azoto <i>Liquid Gas (LPG) Sampling Equipment</i>	6 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 000,00 €	
Equipamento para medição de campos elétricos em linhas aéreas <i>Equipment for measuring electric fields in overhead lines</i>	6 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 000,00 €	
Equipamento GPL - LPG Equipment	3 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 000,00 €	
Caixas de transporte - Transport boxes	3 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 000,00 €	
Mobiliário de escritório - Office furniture	0,00 €	4 975,35 €	4 975,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 975,35 €	
Posto de carregamento elétrico <i>Electric charging station</i>	0,00 €	5 596,50 €	5 596,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 596,50 €	
Sistema iluminação periférico DPNL <i>DPNL peripheral lighting system</i>	0,00 €	47 756,38 €	47 756,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	47 756,38 €	
Construção de ligação DPNL <i>DPNL connection construction</i>	0,00 €	135 763,52 €	135 763,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	135 763,52 €	
Valor total do investimento <i>Total investment value</i>	4 880 000,00 €	298 170,31 €	298 170,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 581 829,69 €	

Existiu uma baixa execução do valor orçamentado em sede de PAO para os gastos de investimento. Foram executados, parcialmente, alguns investimentos tendo outros investimentos prementes sido executados em detrimento do valor não executado em rubricas de ativos. Relativamente aos atuais procedimentos de contratação pública adjudicados e em adjudicação, relacionados com o DPNL, apresenta-se, infra, o seguinte resumo:

There was low execution of the amount budgeted in the PAO for investment spending. Some investments were partially executed and other pressing investments were executed to the detriment of the amount not executed under asset headings.

With regard to current public procurement procedures awarded and under award related to the DPNL, the following summary is provided below:

Tipo Type	Nº Year	Procedimento Procedure	Descrição . Description	Valor/Preço Base Value/Base Price	Alocação Alocação	Estado do Processo Process Status	Adjudicatário Contractor	Observação Observation
CPAQ	2	2023 Concurso Público Public tender	Projeto de Empreitada de Melhoria de Segurança e Operacionalidade do Depósito da POLNATO de Lisboa (DPNL) - Empreitade do novo Coletor e nova Central de Bombagem Zona II . Safety and Operational Improvement Project for the POLNATO Lisbon Depot (DPNL) - Construction of the new Collector and new Pumping Station in Zone II	4 800 198,16€	URP	Concluído Completed	Cimontubo	Contrato Assinado Contract Signed
PCPAQ	11	2023 Concurso Prévia Preview Competition	Consultoria - Projeto e caderno de encargos (pipagem inteligente) <i>Consulting - Design and specifications (smart piping)</i>	69 000,00€	URP	Concluído Completed	ISQ	Contrato Assinado Contract Signed
CPAQ	9	2024 Concurso Público Public tender	Fiscalização, coordenação de segurança em obra e ambiente da empreitada de melhoria de segurança e operacionalidade do DPNL . Supervision, coordination of safety on site and in the environment of the DPNL safety and operational improvement project	66 643,20€	URP	Concluído Completed	RYB	Contrato Assinado Contract Signed
PCPAQ	13	2023 Concurso Prévia Preview Competition	Empreitada de ligação aos sistemas de tubagens DPNL/OZ Energia <i>Contract for connection to DPNL/OZ Energia piping systems</i>	142 182,60€	URP	Concluído Completed	Prozinco	Contrato Assinado Contract Signed
ADAQ	4	2024 Ajuste Direto Direct Fit	Fiscalização, coordenação de segurança em obra e ambiente da empreitada de ligação ao sistema de tubagens DPNL/OZ Energia . Supervision, coordination of safety on site and environment of the contract for connection to the DPNL/OZ Energia piping system	19 000,00€	URP	Concluído Completed	Tabique	Contrato Assinado Contract Signed
CPAQ	10	2024 Concurso Público Public tender	Pipagem inteligente do sistema de oleodutos . Intelligent piping of the pipeline system	1 690 000,00€	URP	Em curso Ongoing		Aguarda Propostas Waiting for Proposals

No que concerne às Instruções relativas à alínea e), consultar o ponto 7.7 do presente documento.

6.2 Gestão do Risco Financeiro

A ENSE, deu pleno cumprimento ao disposto no Despacho nº101/2009-SETF, sendo que a aquisição das reservas estratégicas de produtos petrolíferos, principal ativo da ENSE que representa atualmente cerca de 81% do ativo total, foi financiada, integralmente, com capitais alheios, através de Empréstimo Obrigacionista em vigor.

A ENSE tem mantido uma especial atenção na consistência financeira, prevendo a assunção, pelo Estado, de eventuais débitos remanescentes em caso de extinção, conferindo, desta forma, suficientes garantias para o recurso ao crédito.

A atividade da URP é financiada com as prestações mensais, cobradas aos operadores nacionais do mercado de produtos petrolíferos refinados, as quais cobrem todos os gastos de funcionamento e de financiamento.

Tendo em conta as preocupações de manter estas prestações no mais baixo nível possível e a evolução dos fatores de risco a que a atividade da empresa incorpora, como sejam a taxa de juro de financiamento, preço internacional dos produtos petrolíferos e taxa de câmbio, o Conselho de Administração poderá adotar políticas de proteção contra níveis extremados daqueles fatores de risco, no contexto de conjunturas internacionais adversas, sempre que seja necessário, com o sancionamento das tutelas.

Adicionalmente, é fundamental o reconhecimento do Fundo Estatutário como gasto, por forma a criar um nível de reserva que cumpra a sua função, conforme preveem os estatutos, isto é, não recorrer ao mercado de financiamento caso o Estado Português decida vender Reservas abaixo do preço de custo, podendo, desta forma, recompor seu nível de reservas.

No presente exercício, os encargos financeiros anuais relacionados com o Empréstimo Obrigacionista mantiveram-se elevados, à semelhança do ano anterior, justificado pelo valor da taxa Euribor, decorrente da conjuntura atual.

With regard to the Instructions relating to point e), please refer to point 7.7 of this document.

6.2 Financial Risk Management

ENSE has fully complied with the provisions of Order no. 101/2009-SETF, and the purchase of the strategic reserves of oil products, ENSE's main asset which currently represents around 81% of total assets, was financed entirely with borrowed capital, through a current Bond Loan.

ENSE has paid special attention to financial consistency, providing for the assumption by the state of any remaining debts in the event of extinction, thus providing sufficient guarantees for recourse to credit.

The URP's activity is financed by the monthly instalments charged to national operators in the refined oil products market, which cover all operating and financing costs. Bearing in mind the concern to keep these instalments as low as possible and the evolution of the risk factors involved in the company's activity, such as the financing interest rate, the international price of oil products and the exchange rate, the Board of Directors may adopt policies to protect against extreme levels of these risk factors, in the context of adverse international circumstances, whenever necessary, with the sanction of the relevant authorities.

In addition, it is essential to recognise the Statutory Fund as an expense, in order to create a reserve level that fulfils its function, as provided for in the statutes, i.e. not to resort to the financing market if the Portuguese State decides to sell Reserves below cost price, thus being able to replenish its reserve level.

In the current financial year, the annual financial charges related to the Bond Loan remained high, as in the previous year, justified by the Euribor rate due to the current economic climate.

Ano . Year	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€) <i>Financial Charges (€)</i>	14 216 619,96 €	11 971 510,00 €	1 218 580,00 €	37 440,00 €	37 440,00 €
Taxa Média de Financiamento (%) <i>Average Financing Rate (%)</i>	3,95%	3,33%	0,34%	0,01%	0,01%

Unid: euro

6.3 Limite de Crescimento do Endividamento

O crescimento do endividamento foi nulo, como se constata no quadro seguinte.

Unid: euro	2024	2023
Ano . Year		
Capital estatário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio <i>Paid-up statutory or share capital and other equity instruments</i>	250 000,00 €	250 000,00 €
Financiamento remunerado . <i>Interest-bearing financing</i>	360 000 000,00 €	360 000 000,00 €
Novos investimentos com expressão material em 2024 <i>New investments with material expression in 2024</i>	0,00 €	
Variação do Endividamento . Change in Indebtedness	0,00%	

6.4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A empresa líquida as faturas até ao limite do seu prazo de vencimento, depois de devidamente conferidas e validadas pelas áreas respetivas, estando, neste momento, o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores em 21 dias.

PMP	2024	2023	Variação 24/23
Prazo(dias) . Deadline(days)			Valor %
	21	19	2 9,7%

No que concerne à dívida vencida, nos períodos em análise, as faturas com mais de 360 dias dizem respeito a trabalhos que não se encontram devidamente concluídos tendo por isso sido retido o seu pagamento, até a situação ficar resolvida bem como um valor residual referente à não entrega de situação contributiva regularizada. Relativamente à dívida entre 90 dias e 180 dias, o valor é referente a situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor. Desta forma, e uma vez que todos os valores em dívida estão ao abrigo do n.º 2 do art.º 4 do DL 127/2017, não existem pagamentos em atraso a reportar por parte da ENSE.

6.3 Debt Growth Limit

Debt growth was nil, as can be seen in the following table.

6.4 Evolution of Average Payment Periods (PMP)

The company settles invoices up to their due date, after they have been duly checked and validated by the respective areas, and the average payment period to suppliers is currently 21 days.

As far as overdue debt is concerned, in the periods under review, invoices over 360 days old relate to work that has not been duly completed and payment has therefore been withheld until the situation is resolved, as well as a residual amount relating to failure to submit a regularised tax situation. With regard to the debt between 90 and 180 days, the amount refers to situations where it is impossible to fulfil the debt due to an act attributable to the creditor.

As such, and since all outstanding amounts are covered by Article 4(2) of Decree-Law no. 127/2017, there are no overdue payments to report on the part of ENSE.

Unid: euro

Pagamentos em atraso . Late payments					
Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º do DL 65-A/2011 conjuguado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012					
Value of debts due in accordance with Article 1 of DL 65-A/2011 in conjunction with Article 4.2 of DL 127/2012					
		2024			
Dívida Vencida (>90 dias) . Overdue Debt(>90 days)		9-180 dias 9-180 days	180-365 dias 180-365 days	>360 dias >360 days	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços . Aq. de Bens e Serviços		36 €	0 €	33 586 €	33 622 €
2 - Aq. de Capital . Aq. de Capital		0 €	0 €	0 €	0 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2) . xxxx		36 €	0 €	33 586 €	33 622 €
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012) . Excluded situations (n.2 art.4 DL 127/2012)		36 €	0 €	33 586 €	33 622 €
4.1 - Obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória . Payment obligations subject to judicial challenge until a final and enforceable decision is issued on them		0 €	0 €	32 667 €	32 667 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor . Situations of impossibility of compliance due to an act attributable to the creditor		36 €	0 €	919 €	955 €
4.3 - Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados . Amounts subject to payment agreements provided that payment is made within the agreed terms		0 €	0 €	0 €	260 266 €
5 - Pagamentos em atraso (3)-(4). Late payments (3) - (4)		0 €	0 €	0 €	0 €

Nota: PAGAMENTOS EM ATRASO são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Note: OVERDUE PAYMENTS are represented by accounts payable that remain in this situation more than 90 days after the due date agreed or specified in the invoice, contract, or equivalent documents.

The following are excluded from this concept: payment obligations subject to legal challenge until a final and enforceable decision is handed down; situations in which it is impossible to comply due to an act attributable to the creditor, and amounts subject to payment agreements provided that payment is made within the agreed time limits, as established in Article 4(2) of Decree-Law no. 127/2012 of 21 June.

Pagamentos em atraso nos termos do nº1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo . Balance
1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) ¹ . Late payments 2023 (>90 days) ¹	0€
2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹ . Late payments 2024 (>90 days) ¹	0€
3 - Pagamentos em atraso (2-1). Late payments (2-1)	0€
4 - Dotações orçamentais em 2024 ² . Budget allocations in 2024 ²	0€
5 - Saldo (3+4) . Balance (3+4)	0€

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas.

1 - Under the terms of Article 1 of Decree-Law no. 65-A/2011.

2 - Only applicable to reclassified public entities.

6.5 Recomendações do Acionista - Contas de 2017 a 2022

No início do ano de 2024 foram aprovados pelas tutelas os Relatório & Contas e Relatório do Governo Societário dos anos 2017 a 2022 através de Despacho conjunto de Finanças e Ambiente e Ação Climática de 22 de fevereiro de 2024.

Na aprovação das Contas de 2022 pelo despacho conjunto mencionado, vem recomendado ao Conselho de Administração para diligenciar no sentido de apresentar neste relatório e contas de 2023 informação detalhada quanto às medidas adotadas ou adotar conducentes à sustentabilidade futura da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), bem como as que visam garantir a qualidade do combustível armazenada nas instalações do DPNL (PolNato).

Estão a ser encetadas diligências junto das Tutelas e Conselho Fiscal no sentido de demonstrar a preocupação por uma desadequada estrutura de financiamento da ENSE, face às atribuições legais que lhe estão cometidas, salientando não ser sustentável a imputação do seu funcionamento apenas à URP, existindo encargos de fiscalização que deveriam ser suportados por receitas próprias da fiscalização (autos de contraordenação, colheitas de amostras, nova prestação unitária para as reservas de gás e/ou pelo Orçamento Geral do Estado). Esta preocupação, foi também manifestada na última reunião do Conselho Consultivo, como se pode constatar do teor da acta que se junta em anexo.

No que respeita às medidas adotadas para garantir a qualidade do combustível armazenado no DPNL, importa realçar que existe um conjunto de investimentos que estão a ser desenvolvidos, como o novo sistema de coletores, nova central de bombagem da zona II, nova ligação ao terminal e instalações da OZ Energia, e o processo de pigagem inteligente do sistema de oleodutos do DPNL. Este programa de investimentos visa assegurar o reforço das condições de operação e segurança destas instalações que estão concessionadas para gestão direta da ENSE e para as quais estas intervenções são determinantes para uma maior garantia de capacidade de rotação ou eventual mobilização destas reservas estratégicas que ali se encontram localizadas, e que continuam a ser objeto de monitorização permanente e auditadas semestralmente em relação à qualidade e quantidades por entidade externa acreditada.

Vem ainda mencionado a necessidade de preparar e divulgar designadamente:

6.5 Shareholder Recommendations - Accounts from 2017 to 2022

At the beginning of 2024, the Report & Accounts and Corporate Governance Report for 2017 to 2022 were approved by the supervisors by means of a joint Finance and Environment and Climate Action Order of 22 February 2024.

In the approval of the 2022 Accounts by the aforementioned joint order, the Board of Directors was recommended to endeavour to present detailed information in this 2023 report and accounts on the measures adopted or to be adopted leading to the future sustainability of the Control and Prevention Unit (UCP), as well as those aimed at guaranteeing the quality of the fuel stored at DPNL's facilities (PolNato).

Efforts are being made with the supervisory bodies and the Audit Board to demonstrate concern about ENSE's inadequate funding structure, given the legal duties assigned to it, stressing that it is not sustainable to attribute its operation solely to the URP, since there are oversight costs that should be borne by the oversight's own revenue (administrative offence reports, sample collection, new unit payment for gas reserves and/or the General State Budget). This concern was also expressed at the last meeting of the Consultative Council, as can be seen from the minutes attached.

With regard to the measures adopted to guarantee the quality of the fuel stored at DPNL, it should be emphasised that there is a series of investments underway, such as the new collector system, the new pumping station in zone II, the new connection to the terminal and OZ Energia's facilities, and the intelligent pigging process for DPNL's pipeline system. This investment programme aims to ensure that the operating and safety conditions of these facilities, which are under concession for direct management by ENSE, are strengthened, and for which these interventions are essential in order to better guarantee the capacity for rotation or eventual mobilisation of these strategic reserves located there, which continue to be permanently monitored and audited every six months in terms of quality and quantity by an accredited external entity. It also mentions the need to prepare and publish:

- i) o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março; e
- ii) o relatório anual de monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Até à data ainda não foi obtido despacho sobre o Relatório e Contas de 2023, embora já a UTAM já tenha emitido parecer que "o Relatório do Governo Societário da ENSE de 2023 reúne as condições para merecer a aprovação por parte dos titulares da função acionista."

6.6 Reservas certificação Legal de Contas

No que respeita a este ponto não houve na Certificação Legal de Contas a emissão de reservas.

6.7 Remunerações

Apresenta-se em seguida a situação remuneratória dos diversos órgãos sociais.

6.7.1 Conselho de Administração

a) Designação

Mandato CA (Início - Fim)			Designação Designation		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos(2) OPRLO or Option for the Average of the last 3 years (2)				Unid: euro	
Mandate of the BD (Start - End)	Cargo . Role	Nome Name	Forma(1) Form(1)	Data Date	Sim/Não Yes/No	Entidade de Origem Entity of Entity	Entidade Pagadora (O/D) Paying Entity (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma Identification of the date of authorisation and Form	Indicação do número total de mandatos Total number of mandates	
27/03/2023 - 31/12/2025	Presidente CA <i>BD Chairman</i>	Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	D 4376/2023	11/04/2023	Não	n.a.	D	n.a.	1	
27/03/2023 - 31/12/2025	Vogal CA <i>BD member</i>	Fernando Amadeu Alves Pinto	D 4376/2023	11/04/2023	Não	n.a.	D	n.a.	1	

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.os 8 e 9 do artigo 28º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(1) State the Resolution (R)/AG/DUE/Order (O)

(2) Option for the Remuneration of the Place of Origin or option for the average of the last 3 years - provided for in Article 28(8) and (9) of the EGP; indicate paying entity (O-Origin/T-Target)

Em 27 de março de 2023 foram nomeados, o Presidente do Conselho de Administração, Alexandre Fernandes, e o Vogal Executivo, Fernando Pinto, aguardando-se ainda a nomeação de outro Vogal Executivo para a composição completa do Conselho de Administração.

- i) the report on remuneration paid to women and men, as required by Council of Ministers Resolution No. 18/2014 of 7 March; and
- ii) the annual monitoring report on the Corruption Risk and Related Offences Management Plan.

To date, no decision has been made on the 2023 Annual Report and Accounts, although UTAM has already issued an opinion that "ENSE's 2023 Corporate Governance Report fulfils the conditions to merit approval by shareholders."

6.6 Legal Certification of Reserve Accounts

With regard to this point, no reserved were issued in the Legal Certification of Accounts.

6.7 Remuneration

The remuneration situation of the various governing bodies is presented below.

6.7.1 Board of Directors

a) Designation

Mandato CA (Início - Fim)			Designação Designation		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos(2) OPRLO or Option for the Average of the last 3 years (2)				Unid: euro	
Mandate of the BD (Start - End)	Cargo . Role	Nome Name	Forma(1) Form(1)	Data Date	Sim/Não Yes/No	Entidade de Origem Entity of Entity	Entidade Pagadora (O/D) Paying Entity (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma Identification of the date of authorisation and Form	Indicação do número total de mandatos Total number of mandates	
27/03/2023 - 31/12/2025	Presidente CA <i>BD Chairman</i>	Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	D 4376/2023	11/04/2023	Não	n.a.	D	n.a.	1	
27/03/2023 - 31/12/2025	Vogal CA <i>BD member</i>	Fernando Amadeu Alves Pinto	D 4376/2023	11/04/2023	Não	n.a.	D	n.a.	1	

The Chairman of the Board of Directors, Alexandre Fernandes, and the Executive Member, Fernando Pinto, were appointed on 27 March 2023, and another Executive Member is still awaiting appointment to complete the Board of Directors.

b) Acumulação de funções

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções noutras entidades.

b) Accumulation of duties

The members of the Board of Directors do not hold positions in other entities.

Membro do CA <i>Member of the BD</i>	Acumulação de Funções . <i>Accumulation of Functions</i>			
	Entidade <i>Entity</i>	Função <i>Role</i>	Regime <i>Regime</i>	Identificação da data da autorização e forma <i>Identification of the date of authorisation and form</i>
Alexandre Fernandes	Não aplicável <i>Not applicable</i>	Não aplicável <i>Not applicable</i>	Não aplicável <i>Not applicable</i>	Não aplicável <i>Not applicable</i>
Fernando Pinto	Não aplicável <i>Not applicable</i>	Não aplicável <i>Not applicable</i>	Não aplicável <i>Not applicable</i>	Não aplicável <i>Not applicable</i>

c) Estatuto do Gestor Público/opção remuneração lugar de origem

O estatuto remuneratório foi fixado em 3 de novembro de 2014, por Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Energia, na sequência da atribuição da classificação B à EGREP (Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março). O estatuto remuneratório encontra-se explicitado no Capítulo VII – Remunerações, do Relatório do Governo Societário.

c) Status of Public Manager/option for the remuneration of the place of origin

The remuneration status was set on 3 November 2014, by Joint Order of the Secretary of State for the Treasury and the Secretary of State for Energy, following the award of the B classification to EGREP (Council of Ministers Resolution no. 36/2012, of 26 March). The remuneration status is explained in Chapter VII - Remuneration, of the Corporate Governance Report.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS

Unid: euro

Membro do CA (Nome) <i>Member of the BD (Name)</i>	Remuneração mensal fixada - EGP . <i>Fixed monthly remuneration - EGP</i>			
	Fixado <i>Fixed</i>	Classificação <i>Rank</i>	Remuneração mensal bruta (€) <i>Gross monthly remuneration (€)</i>	Despesas Representação <i>Representation Expenses</i>
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal <i>Monthly salary</i>	
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	S	B	5 223,66	2 089,46
Fernando Amadeu Alves Pinto	S	B	4 178,93	1 671,57

d) Remuneração anual

Unid: euro

Membro do CA (Nome) <i>Member of the BD (Name)</i>	Remuneração Anual Auferida (€) . <i>Annual Remuneration (€)</i>				
	Fixa <i>Fixed (1)</i>	Variável <i>Variable(2)</i>	Valor Bruto <i>Gross Value (3)=(1)+(2)</i>	Reduções Remuneratórios <i>Remuneration reductions (4)</i>	Valor Bruto Final <i>Final Gross Value (5) = (3)-(4)</i>
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes - Presidente do CA . <i>Chairman of the BD</i>	98 204,76	0,00	98 204,76	4 910,16	93 294,60
Fernando Amadeu Alves Pinto - Vogal do CA . <i>Member of the BD</i>	78 563,86	0,00	78 563,86	3 928,26	74 635,60
Total	176 768,62	0,00€	176 768,62	8 838,42	167 930,20

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(1) Fixed remuneration corresponds to salary + representation expenses (without reductions).

(2) Management bonuses.

(4) Reduction provided for in Article 12 of Law no. 12-A/2010 of 30 June.

Presidente – De acordo com o estatuto remuneratório, a remuneração mensal atribuída no corrente ano é de € 5.223,66 paga 14 vezes por ano ao qual acresce o valor despesas de representação mensais no valor de € 2.089,46, sendo que o referido valor apenas é pago 12 vezes ao ano.

A estes valores foi aplicada a redução prevista no nº1 do art.º 12 da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, o que implica uma redução de 5%.

Vogal Executivo – De acordo com o estatuto remuneratório, remuneração mensal atribuída no corrente ano é de € 4.178,93 paga 14 vezes por ano ao qual acresce o valor das despesas de representação mensal de € 1.671,57, pago 12 vezes ao ano.

A estes valores é aplicada a redução prevista no nº1 do art.º 12 da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, o que implica uma redução de 5%.

Chairman – According to the remuneration statute, the monthly remuneration awarded this year is €5,223,66, paid 14 times a year, plus monthly representation expenses of €2,089,46, which is only paid 12 times a year. The reduction provided for in Article 12(1) of Law no. 12-A/2010 of 30 June was applied to these amounts, which implies a reduction of 5%.

Executive Member – According to the remuneration statute, the monthly remuneration awarded this year is €4,178,93, paid 14 times a year, plus monthly representation expenses of €1,671,57, paid 12 times a year. The reduction provided for in Article 12(1) of Law no. 12-A/2010 of June was applied to these amounts, which implies a reduction of 5%.

e) Benefícios sociais

e) Social benefits

Unid: euro

Membro do CA Member of the BD (Name)	Benefícios Sociais (€) . Social Benefits(€)							
	Subsídio de Refeição Meal Allowance		Regime de Proteção Social Social Protection Scheme		Encargo Anual Seguro de Saúde Annual Health Insurance Charge	Encargo Anual Seguro de Vida Annual Life Insurance Charge	Outros . Other	
	Valor/ Dia Amount/ Day	Montante pago Ano Amount paid per Year	Identificar Identify	Encargo Anual Annual Charge			Identificar Identify	Valor Amount
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	9,60	2 198,40	SS	22 157,47	969,17	Não . No	Não . No	n.a
Fernando Amadeu Alves Pinto	9,60	2 198,40	CGA	17 725,96	866,45	Não . No	Não . No	n.a
	4 396,80			39 883,43	1 835,62		0,00€	0,00

f) Viaturas

f) Vehicles

Unid: euro

Membro do CA Board Member	Encargos com Viaturas . Vehicle Costs							
	Viatura atribuída Allocated vehicle	Celebração de contrato Conclusion of contract	Valor de referência da viatura Vehicle reference amount	Modalidade (1) Modality (1)	Ano Início Start Year	Ano Termino End Year	Valor da Renda Mensal Monthly Income	Gasto Anual com Rendas Annual expenditure on rent
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar] [Identify]			[€]	[€]
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	S	N	42 435,00€	Aquisição Acquisition	2013		n.a.	n.a.
Fernando Amadeu Alves Pinto	S	N	32 807,00€	Aquisição Acquisition	2013		n.a.	n.a.

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outra

(1) Acquisition; ALD; Leasing or other

Apesar das viaturas constantes do quadro supra se encontrarem alocadas ao Conselho de Administração, as referidas viaturas são utilizadas igualmente pelos restantes colaboradores no desempenho das respetivas funções ao serviço da empresa.

Although the vehicles listed in the table above are allocated to the Board of Directors, they are also used by other employees in the performance of their duties for the company.

g) Deslocações e estado em serviço

g) Travelling and stays on duty

Unid: euro

Membro do CA Board Member	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€) . Annual costs associated with business trips (€)					Gasto total com viagens Total spending on travel (Σ)	
	Deslocações em Serviço Business trips	Custo com Alojamento Accommodation Cost	Ajudas de custo Allowances	Outras . Others			
				Identificar . Identify	Valor . Value		
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	4 828,01€	272,00€	0,00€	Estacionamento/Lavagens Car parking/Washing	589,03€	5 689,04€	
Fernando Amadeu Alves Pinto	669,52€	0,00€	0,00€	Estacionamento/Lavagens Car parking/Washing	491,42€	1 160,94€	
						6 849,98€	

6.7.2 Fiscalização Financeira

Tal como consta do Capítulo VII.C – Fiscalização, do Relatório do Governo Societário 2024, a ENSE, E.P.E. tem como órgãos de fiscalização: o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
O Estatuto Remuneratório do Conselho Fiscal foi definido, em 8 de maio de 2015, através do Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Energia, simultaneamente com a nomeação do novo Conselho Fiscal:

- Presidente: José Azevedo Pereira;
- Vocal Efetivo: Margarida Carla Campos Freitas Taborda;
- Vocal Efetivo: Cristina Maria Pereira Freire;
- Vocal Suplente: Paulo Jorge Rodrigues Mateus.

A 31 de outubro de 2019, Cristina Maria Pereira Freire cessou funções, a seu pedido, no Conselho Fiscal da ENSE, E.P.E. A 1 de novembro de 2019, Paulo Jorge Rodrigues Mateus assumiu o cargo de Vocal Efetivo. O estatuto remuneratório encontra-se explicitado no Capítulo VI – Remunerações, do Relatório do Governo Societário.

6.7.2 Financial Oversight

As stated in Chapter VII.C - Oversight, of the 2024 Corporate Governance Report, ENSE, E.P.E. has the following oversight bodies: the Audit Board and a Chartered Auditors' Firm.
The Remuneration Statute of the Audit Board was defined on 8 May 2015 by Joint Order of the Secretary of State for the Treasury and the Secretary of State for Energy, simultaneously with the appointment of the new Audit Board:

- Chairman: José Azevedo Pereira;
- Full Member: Margarida Carla Campos Freitas Taborda;
- Full Member: Cristina Maria Pereira Freire;
- Alternate Member: Paulo Jorge Rodrigues Mateus.

On 31 October 2019, Cristina Maria Pereira Freire stepped down at her own request from ENSE, E.P.E.'s Audit Board. On 1 November 2019, Paulo Jorge Rodrigues Mateus took up the position of Full Member.
Remuneration is explained in Chapter VI - Remuneration, of the Corporate Governance Report.

Mandato (Início - Fim) Mandate (Start - End)	Cargo Role	Nome Name	Designação . Designation		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€) Fixed Monthly Remuneration (€)	N.º de Mandatos No. of Mandates
			Forma(1) . Type(1)	Data . Date		
2015-2017	Presidente Chairman	José António de Azevedo Pereira	Despacho Conjunto tutelas Finanças e Energia <i>Joint Order of the Ministries of Justice, Finance and Energy</i>	08/05/2015	1 362,01 €	1
2015-2017	Vocal Member	Margarida Carla Campos Freitas Taborda	Despacho Conjunto tutelas Finanças e Energia <i>Joint Order of the Ministries of Justice, Finance and Energy</i>	08/05/2015	1 021,51 €	1
2015-2017	Vocal Member	Paulo Jorge Rodrigues Mateus*	Despacho Conjunto tutelas Finanças e Energia <i>Joint Order of the Ministries of Justice, Finance and Energy</i>	08/05/2015	1 021,51 €	1

(1) Indicar AG/DUE/Despacho.

(*) A Dra Cristina Freire renunciou ao mandato em 18-09-2019 sendo substituída pelo vocal suplente.

(1) State AG/DUE/Order.

(*) Dr Cristina Freire resigned on 18-09-2019 and was replaced by an alternate member.

a) Conselho Fiscal

A estes valores foi aplicada a redução prevista no nº1 do artº 12 da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, o que implica uma redução de 5%.

Nome . Name	Remuneração anual auferida (bruta) . Annual remuneration (gross)	Unid: euro
José António de Azevedo Pereira	18 114,74 €	
Margarida Carla Campos Freitas Taborda	13 586,02 €	
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	13 586,02 €	

b) Revisor Oficial de Contas – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

a) Audit Board

The reduction provided for Article 12(1) of Law no. 12-A/2010 of 30 June was applied to these amounts, which implies a reduction of 5%.

Mandato (Início - Fim) Mandate (Start - End)	Cargo Role	Identificação SROC/ROC . SROC/ROC identification			Designação . Name			Nº de anos de funções exercidas no grupo Number of years working for the group	Nº de anos de funções exercidas na sociedade Number of years working for the company
		Nome . Name OROC Registration Number	Nº de inscrição na OROC CMVM Registration Number	Forma (1) Form (1)	Data . Date Contract Date				
2021-2023	ROC	Sociedade Vitor Almeida & Associados, Lda	191	20161491	D	01/01/2021 a 31/12/2023	06/02/2022	4	

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nota 2: A sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida, foi nomeada como ROC efetivo da ENSE, no triénio 2021-2023, através de Despacho n.º 158/2022 do Sr. Ministro do Estado e das Finanças e do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

Note: The effective member (SROC and ROC) and alternate member (SROC and ROC) must be identified.

(1) State AG/DUE/Order (D).

Note 2: Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., represented by Dr Vitor Manuel Batista de Almeida, was appointed as ENSE's permanent Statutory Auditor for the three-year period 2021-2023 by Order no. 158/2022 of the Minister of State and Finance and the Minister of the Environment and Climate Action.

Nome ROC/FU Name ROC/FU	Contrato de Prestação de Serviços Service Contract		Serviços Adicionais . Additional Services	
	Valor Anual € Annual Amount €	Identificação do Serviço Service Identification	Valor Anual € Annual Amount €	Identificação do Serviço Service Identification
Sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda	20 980,00 €	Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal das Contas Contract for the Provision of Statutory Audit Services	0,00 €	n.a.

Por Despacho n.º 158/2022 do Sr. Ministro do Estado e das Finanças e do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática o valor dos honorários anuais ilíquidos do ROC foi fixado em 20.980,00€ ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

By Order no. 158/2022 of the Minister of State and Finance and the Minister of the Environment and Climate Action, the gross annual fees of the Statutory Auditor were set at €20,980.00, plus VAT at the legal rate in force.

c) Auditor Externo

c) External Auditor

Identificação do Auditor Externo Identification of the External Auditor			Data da Contratação Hiring Date	Duração do Contrato Duration of Contract	Nº de anos de funções exercidas no grupo Number of years working for the group	Nº de anos de funções exercidas na sociedade Number of years working for the company
Nome Auditor Externo Name External Auditor	Nº OROC	Nº CMVM				
Sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda	191	20161491	06/02/2022	2021-2023	4	

Auditor Externo: Sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda, representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida, ROC 691, registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20160331.
Tal como referido em epígrafe, o auditor não é um órgão social, nem a sua nomeação está prevista nos Estatutos, tão só é uma prestação de serviços.

External Auditor: Sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda, represented by Dr Vitor Manuel Batista de Almeida, ROC 691, registered with the Portuguese Securities Market Commission under number 20160331.
As mentioned above, the auditor is not a corporate body, nor is his/her appointment provided for in the Statutes, but is merely a service provider.

Unid: euro

Nome ROC/FU Name ROC/FU	Contrato de Prestação de Serviços Service Provision Contract		Serviços Adicionais Additional Services	
	Valor Anual € Annual Amount €	Identificação do Serviço Service Identification	Valor Anual € Annual Amount €	Identificação do Serviço Service Identification
Sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda	20 980,00 €	Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal das Contas <i>Contract for the Provision of Statutory Audit Services</i>	0,00 €	n.a.

Obs. O valor dos honorários de revisão e certificação de contas englobam também a auditoria.

Note: The fees for auditing and certifying the accounts also include the audit.

6.8 Estatuto do Gestor Público (art.º 32.º e 33.º do EGP)

Conforme o disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, em 2024, os membros do Conselho de Administração da ENSE, E.P.E. não utilizaram Cartão de Crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas, nem lhes foi efetuado qualquer reembolso de despesas de representação pessoal. O gasto com comunicações estabelecido é de até €80 por mês, para ambos os membros do Conselho de Administração. Os seus membros cumprem, desta forma, com o máximo previsto para comunicações.

6.8 Public Manager's Statute (Articles 32 and 33 of the EGP)

In accordance with Article 32 of the Public Manager's Statute, in 2024 the members of the Board of Directors of ENSE, E.P.E. did not use credit cards or other payment instruments for expenses, nor were they reimbursed for personal representation expenses.

The established communications expense is up to €80 per month for both members of the Board of Directors. In this way, its members comply with the maximum for communications.

Unid: euro

Membro do CA Board Member	Gastos com Comunicações . Communications Expenses (€)		
	Plafond Mensal Definido Defined monthly limit	Valor Anual € Annual Amount €	Observações Remarks
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	80,00	681,28	
Fernando Amadeu Alves Pinto	80,00	292,27	
		973,55	

Os gastos com portagens e combustível, afetos às viaturas de serviço, estão estabelecidos até € 6.268,38/ano para o Presidente e € 5.014,71/ano para o Vocal Executivo. Os membros do CA cumprem, desta forma, com o máximo previsto para encargos com viaturas.

The costs of tolls and fuel for service vehicles are set at €6,268.38/year for the Chairman and €5,014.71/year for the Executive Member. The members of the Board of Directors thus comply with the maximum set for car expenses.

Unid: euro

Membro do CA Board Member	Plafond Mensal Combustível e Portagens Monthly Fuel and Toll Allowance	Gastos anuais associados a Viaturas (€) Annual expenditure on vehicles			
		Combustível Fuel	Portagens Tolls	Total	Observações Observations
Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes	522,37€	2 265,92€	327,37€	2 593,29€	
Fernando Amadeu Alves Pinto	417,89€	556,49€	113,03€	669,52€	
			3 262,81€		

6.9 Despesas não documentadas

Não aplicável, não tendo existido a realização de qualquer despesa relacionada com órgãos sociais classificada como não documentada ou confidencial.

6.10 Relatório sobre Remunerações

Encontra-se divulgado no website da ENSE o Relatório Sobre Remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, o qual consta no seguinte link: www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Relatório sobre as Remunerações por Género

Conforme orientação da referida Resolução do Conselho de Ministros, o relatório em apreço deverá ser revisto 3 anos após a sua elaboração.

6.11 Plano de igualdade

De acordo com o determinado pelo artigo 7º da Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, o Plano para a Igualdade foi elaborado, aprovado e submetido no Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, através de acesso na página eletrónica da CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, no cumprimento de instruções provenientes daquela Comissão. As medidas a implementar no âmbito do Plano, foram determinadas após um prévio autodiagnóstico da situação das mulheres e dos homens nesta Entidade, igualmente submetido no mesmo Portal, e têm os seguintes objetivos:

- Assegurar a implementação do Plano para a Igualdade, a sua monitorização, acompanhamento e sustentabilidade;
- Incentivar a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras no domínio da promoção da igualdade entre mulheres e homens;
- Garantir o princípio da igualdade entre mulheres e homens e não discriminação no acesso a emprego;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho – Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora.

O Plano de Igualdade da ENSE pode ser consultado através do seguinte link:

www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Plano para a Igualdade de Género

6.9 Undocumented expenses

Not applicable, as there were no expenses related to governing bodies classified as undocumented or confidential.

6.10 Remuneration Report

The Report on Remuneration paid to women and men, as required by paragraph 2 of Council of Ministers Resolution no. 18/2014, is published on ENSE's website and can be found at the following link:

www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Report on Gender Remuneration

In accordance with the guidelines of the aforementioned Council of Ministers Resolution, this report should be reviewed three years after it was drawn up.

6.11 Equality plan

In accordance with Article 7 of Law no. 62/2017 of 1 August, the Equality Plan was drawn up, approved and submitted to the Portal for Equality in Labour and Business, via access to the CITE - Commission for Equality in Labour and Employment website, in compliance with instructions from that Commission. The measures to be implemented under the Plan were determined following a previous self-diagnosis of the situation of women and men in this organisation, also submitted on the same portal, and have the following objectives:

- Ensure the implementation of the Equality Plan, its monitoring, follow-up and sustainability;
- Encourage the participation of male and female workers in promoting equality between women and men;
- Guarantee the principle of equality between women and men and non-discrimination in access to employment;
- Prevent and combat harassment at work - Prevent and combat the practice of other offences against the physical or moral integrity, freedom, honour or dignity of male or female workers.

ENSE's Equality Plan can be consulted via the following link:

www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Gender Equality Plan

6.12 Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Durante o decorrer do ano de 2024 foi elaborado o obrigatório relatório de execução do PPRCIC respeitante ao ano de 2023. O relatório respeitante à execução do ano de 2024 encontra-se em elaboração no presente ano de 2025 por forma a cumprir o prazo legal de entrega estipulado (abril/2025). O relatório encontra-se consultável através do seguinte link: www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Relatórios anuais de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

6.13 Contratação Pública

Ver ponto 5.1.3 do Departamento Jurídico e Contencioso
Em 2024 não foram celebrados contratos com valor superior a €5.000.000.

6.14 Sistema Nacional de Compras Públicas

Não aplicável, embora a ENSE seja aderente voluntária do SNCP.

6.15 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

O quadro PRC-Eficiência Operacional da ENSE, mostra os indicadores designados e respetivos desvios homólogos e/ou orçamentais no período 2024/2023 e 2024/2023 (orç.).

6.12 Annual report on corruption prevention

During 2024, the mandatory report on the implementation of the PPRCIC for 2023 was drawn up. The report on the implementation of 2024 is being drawn up in 2025 in order to meet the legal deadline (April 2025). The report can be consulted via the following link: www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Annual Reports on the Implementation of the Plan for the Prevention of Risks of Corruption and Related Offences

6.13 Public Procurement

See point 5.1.3 of the Legal and Litigation Department
In 2024 no contracts were signed with a value of more than €5,000,000.

6.14 National Public Procurement System

Not applicable, although ENSE is a voluntary member of the SNCP.

6.15 Measures to optimise the structure of operating costs

ENSE's PRC-Operational Efficiency table shows the designated indicators and their respective year-on-year and/or budget deviations for the period 2024/2023 and 2024/2023 (budget).

Eficiência Operacional - n. 1 e 2 do artigo 134º do DLEO 2024 Operational Efficiency - No. 1 and 2 of article 134 of DLEO 2024	2024 Exec.	2024 Orç	2023 Exec.	2024/2023		2024/2023(orc)	
				Δ Absol.	Var.%	Δ Absol.	Var.%
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
(2) FSE	36 912 559,11 €	40 351 366,80 €	28 168 300,99 €	✖	8 744 258,12	31,04%	✓ -3 438 807,69 -0,085221591
(3) Gastos com o pessoal . Personnel costs	2 752 303,51 €	3 153 678,39 €	2 546 990,30 €	✖	205 313,21	8,06%	✓ -401 374,88 -0,127271976
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável): <i>Impacts on expenses resulting from legal requirements (describe and justify, if applicable):</i>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
Impacto x . Impact x				!	0,00	#DIV/0!	!
Impacto y . Impacto y				!	0,00	#DIV/0!	!
....				!	0,00	#DIV/0!	!
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4) <i>Adjusted operating expenses (1)+(2)+(3)-(4)</i>	39 664 862,62 €	43 505 045,19 €	30 715 291,29 €	✖	8 949 571,33	29,14%	✓ -3 840 182,57 -0,088269821
(6) Volume de negócios . Turnover	56 777 941,25 €	57 391 272,38 €	39 553 635,94 €	✖	17 224 305,31	43,55%	✓ -613 331,13 -0,010686836
Vendas . Sales	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
Prestações de Serviços . Service Provisions	56 777 941,25 €	57 391 272,38 €	39 553 635,94 €	✖	17 224 305,31	43,55%	✓ -613 331,13 -0,010686836
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável) <i>Other Income that contributes to VN (describe and justify, if applicable)</i>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
Indemnizações Compensatórias (se aplicável) <i>Compensatory Damages (if applicable)</i>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável): <i>Impacts on the VN resulting from legal requirements (discriminate and justify, if applicable):</i>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
Impacto x . Impact x				!	0,00	#DIV/0!	!
Impacto y . Impacto y				!	0,00	#DIV/0!	!
....				!	0,00	#DIV/0!	!
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	56 777 941,25 €	57 391 272,38 €	39 553 635,94 €	✖	17 224 305,31	43,55%	✓ -613 331,13 -0,010686836
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	0,70 €	0,76 €	0,78 €	✓	-7,80	-1003,82%	✓ -5,94 -7,842105818

Informação adicional . Additional information	2024 Exec.	2024 Orç	2023 Exec.	2024/2023		2024/2023(orc)	
				Δ Absol.	Var.%	Δ Absol.	Var.%
(1) Gastos com o pessoal . Personnel expenses	2 752 303,51 €	3 153 678,39 €	2 546 990,30 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais . Expenses related to corporate bodies ^{a)}	261 343,41 €	353 906,10 €	270 478,65 €	✓	-9 135,24	-0,033774348	✓ -92 562,69 -0,261545902
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)} (discriminar, se aplicável). Expenses related to corporate bodies ^{a)}	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrente do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) ^{a)} <i>Remuneration increases resulting from the agreement to improve income (Order of 29/12/2023-MF)^{a)}</i>	56 367,52 €	80 118,00 €	104 993,97 €	✓	-48 626,45	-46,31%	✓ -23 750,48 -29,64%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT . <i>Remuneration assessments resulting from the application of Regulations/IRCT</i>	38 404,85 €	41 171,00 €	62 336,82 €	✓	-23 931,97	#REF!	✓ -23 931,97 -38,39%
v. (+) Efeito do Absentismo . Effect of Absenteeism	43 694,52 €	0,00 €	24 721,97 €	✖	18 972,55	76,74%	✖ 43 694,52 #DIV/0!
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)} . Effect of severance pay paid (except by mutual agreement) ^{a)}	0,00 €	0,00 €	0,00 €	!	0,00	#DIV/0!	!
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi. <i>Personnel expenses without the impacts i. a vi.</i>	2 439 882,25 €	2 657 317,47 €	2 170 727,68 €	✖	269 154,57	12,40%	✓ -217 435,22 -8,18%
(3) Gastos com deslocações e alojamento . Travel and accommodation expenses	54 909,40 €	53 118,00 €	37 781,94 €	✖	17 127,46	45,33%	✖ 1 791,40 3,37%
(4) Gastos com ajudas de custo . Expenses with travel expenses	25 234,24 €	30 420,00 €	14 549,17 €	✖	10 685,07	73,44%	✓ -5 185,76 -17,05%
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)} . Expenses associated with the vehicle fleet ^{b)}	48 791,99 €	110 495,00 €	63 726,11 €	✓	-14 934,12	-23,43%	✓ -61 703,01 -55,84%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria . Costs for contracting studies, opinions, projects and consultancy	730 084,21 €	880 394,00 €	585 650,00 €	✖	144 434,21	24,66%	✓ -150 309,79 -17,07%
(7) Total dos gastos (3) a (6) . Total expenses (3) to (6)	859 019,84 €	1 074 427,00 €	701 707,22 €	✓	157 312,62	22,42%	✖ -215 407,16 -20,05%
(8) N.º de Viaturas (operacional) . No. of vehicles (operational)	10	12	10	!	0,00	0,00%	✖ -2,00 -16,67%
(9) N.º de Viaturas (não operacional) . No. of Vehicles (non-operational)	3	3	3	!	0,00	0,00%	✖ 0,00 0,00%

a) Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

a) Order of the Minister of Finance, dated 29-12-2023, within the scope of the medium-term agreement to improve income, wages and competitiveness, signed on 7 October 2023.

c) Vehicle expenses should include: rent/depreciation, inspections, insurance, tolls, fuel and/or electricity, maintenance, repairs, tyres, fees and taxes.

Eficiência operacional . Operational Efficiency	2024 Exec.	2024 Orç	2023 Exec.	2024/2023	
				Δ Absol.	Var.%
Outro indicador aprovado pelas Tutelas nos termos do n.º3 do artigo 134.º do DLEO 2024 <i>Another indicator approved by the Guardianships under the terms of paragraph 3 of article 134 of DLEO 2024</i>	n/a	n/a	n/a	#VALOR!	#VALOR!

Os indicadores expressam os seguintes desvios:

a) Fornecimentos e Serviços Externos

No que concerne ao indicador, constata-se um desvio desfavorável de €8.744.258,12 face ao período homólogo que advém sobretudo do preço com a aquisição de CSO tickets e efeitos da inflação.

b) Gastos com o Pessoal

Registam um aumento relativamente ao ano anterior de €205.313,21 que é justificado por vários fatores onde se podem destacar: a baixa execução do ano de 2023 que foi influenciada por baixas médicas, parentalidade e saídas de colaboradores substituídos durante o ano 2023. Por outro lado, em 2023, temos o efeito de 12 trabalhadores elegíveis para alteração de posicionamento remuneratório decorrente da avaliação de desempenho de acordo com regulamento interno em vigor, os aumentos salariais de 3-5% de acordo com despacho do Secretário de Estado das Finanças de 29.12.2023.

Como consequência do aumento das remunerações, verificou-se um acréscimo dos encargos sobre remunerações bem como do seguro de acidentes de trabalho.

Contribui ainda para esta diferença a aquisição de equipamentos de proteção individual.

c) Gastos Operacionais

O indicador em causa soma FSE e Gastos com o Pessoal (sem os impactos indicados) e CMVC (não aplicável). Assinala-se um acréscimo do indicador no montante de € 8.949.571,33 devido, em grande parte, ao aumento do gasto/quantidade com a aquisição de CSO tickets e dos gastos com pessoal que aumentaram comparativamente ao período homólogo.

d) O volume de Negócios

A aumentou relativamente ao período homólogo no montante de € 17.224.305,31 devido ao aumento da prestação bem como ao aumento da quantidade de Reservas cedidas aos Operadores Obrigados.

The indicators express the following deviations:

a) External Supplies and Services

With regard to this indicator, there is an unfavourable deviation of €8,744,258.12 compared to the same period last year, which is mainly due to the price of purchasing CSO tickets and the effects of inflation.

b) Personnel Expenses

There was an increase compared to the previous year of €205,313.21, which is explained by various factors, including: the low performance in 2023, which was influenced by sick leave, maternity leave and the departure of employees replaced during 2023. On the other hand, in 2023, we have the effect of 12 employees eligible for a change in remuneration position as a result of the performance assessment in accordance with the internal regulations in force, the 3-5% salary increases in accordance with the order issued by the Secretary of State for Finance on 29 December 2023.

As a result of the increase in salaries, there was an increase in charges on salaries as well as labour accident insurance.

Also contributing to this difference is the purchase of personal protective equipment.

c) Operating Costs

The indicator in question adds up ES&S and Personnel Expenses (without the impacts indicated) and CMVC (not applicable). There was an increase in this indicator of €8,949,571.33, largely due to the increase in expenditure/quantity on the purchase of CSO tickets and personnel expenses, which increased compared to the same period last year.

d) Turnover

This increased by €17,224,305.31 compared to the same period last year due to the increase in the instalment as well as the increase in the amount of Reserves transferred to Obligated Operators.

e) Gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e gastos associados à frota automóvel

O indicador apresenta um aumento comparativamente ao ano anterior no que diz respeito ao gasto com deslocações e alojamento (+€ 17.127,46) que é justificado pela substituição dos trabalhadores associados a atividade de fiscalização que gerou um aumento do número de inspetores em deslocações.

f) Os encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Os custos aumentaram em relação ao ano anterior no montante de € 144.434,21 essencialmente devido à consultoria na POL NATO respeitante à empreitada de melhorias de segurança e operacionalidade.

g) O número de trabalhadores

O número de colaboradores no final do ano foi de 46 trabalhadores, face aos 44 do ano anterior (não inclui orgãos sociais).

h) O número de viaturas

O número de veículos no final do ano foi de 13 unidades, idêntico ao ano anterior.

A frota automóvel da ENSE, E.P.E., no final de 2024, é de 13 (treze) viaturas, distribuídas da seguinte forma:

- 6 viaturas ligeiras de passageiros;
- 7 viaturas ligeiras de mercadorias.

No exercício, não se adquiriu, alienou ou iniciou qualquer locação operacional de viaturas, sendo a relação das mesmas e evolução a seguinte:

Designação . Designation	2025	2023	2022	2021	2020	2019
Nº de Veículos . No. of vehicles	13	13	13	13	10	10

e) Travel, accommodation and subsistence expenses and expenses associated with the car fleet

The indicator shows an increase compared to the previous year in terms of travel and accommodation costs (+€17,127.46), which is explained by the replacement of workers associated with inspection activities, which led to an increase in the number of inspectors travelling.

f) Costs of contracting studies, opinions, projects and consultancy

Costs increased compared to the previous year, totalling €144,434.21, essentially due to the consultancy at POL NATO for the contract to improve safety and operations.

g) Number of employees

The number of employees at the end of the year was 46, compared to 44 the previous year (not including corporate bodies).

h) Number of vehicles

The number of vehicles at the end of the year was 13, identical to the previous year.

At the end of 2024, ENSE, E.P.E.'s vehicle fleet totalled 13 (thirteen) vehicles, distributed as follows:

- 6 light passenger vehicles;
- 7 light goods vehicles.

During the financial year, no vehicles were acquired, disposed of or started to be leased, and the list of vehicles and their evolution is as follows:

6.16 Recursos humanos e salarial

A evolução do número de recursos humanos encontra-se desagradada, conforme quadro infra:

Designação . Designation	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023	
				Δ Absol.	Var.%
Nº de Órgãos Sociais (OS) Number of Corporate Bodies (OS)	5	6	5	0	0,00%
Nº Cargos de Direção (CD) Number of Management Positions (CD)	10	11	11	-1	-9,09%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD) Nº of Workers (without OS and without CD)	36	40	33	3	9,09%
Total . Total	51	57	49	2	4,08%
Nº Trabalhadores/Nº CD No. of Workers/No. of CD	9,2	8,5	8,8	0,4	4,55%
Gastos com Pessoal/Total(OS+CD+T) Personnel Expenses/Total(OS+CD+T)	2 752 303,51 €	3 153 678,39 €	2 546 990,30 €	205 313,21 €	8,06%
Massa Salarial Global . Global Wage Mass	2 613 162,95 €	2 679 901,14 €	2 336 913,06 €	276 249,89 €	11,82%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do nº de trabalhadores) ^{a)} Payroll without volume effects (if there has been a net increase or decrease in the number of workers) ^{a)}	2 576 446,07 €	2 543 312,96 €	2 336 913,06 €	239 533,01 €	10,25%

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

a) Assessment of the Order, dated 12/29/2023, by Mr.

6.16 Human Resources and Payroll

The evolution of the number of human resources is unsatisfactory, as shown in the table below:

Grupo Profissional Professional Group	Situação a 31/12/2023 Status as of 12/31/2023	2024/2023					Situação a 31/12/2024 Status as of 12/31/2023
		Saídas (reformas/outros) Exits (reforms/others)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/licença Workers absent due to mobility/ assignment/leave	Contratações para substituição de saídas Hiring to replace exits	Novas contratações* New hires*	Entradas ao abrigo do... (normativo legal, despacho, etc.)** Entries under... (legal regulations, dispatch, etc.)**	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)		
Órgãos Sociais . Social Bodies	5					5	
Cargos de direção (s/OS) Management positions (s/OS)	11	1					10
Trabalhadores . Workers							0
Categoria 1 . Category 1	11		2	1			
Categoria 2 . Category 2	18	2	2				18
...	4	1	1				4
Total (OS+CD+Trabalhadores) Total (OS+CD+Workers)	49	4	0	5	1	0	51
Impacto nos gastos com pessoal Impact on personnel costs	-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

*) Indicar o Despacho autorizador

**) Especificar

*) Indicate the authorizing Order

**) Specify

A ENSE, E.P.E. terminou o ano de 2024 com 51 trabalhadores, mais 2 do que em 2023, considerando que procedeu a recrutamentos para substituição de trabalhadores que cessaram os contratos de trabalho sem termo, a seu pedido e recrutou um trabalhador para um novo posto de trabalho, ao abrigo da autorização pelo Despacho nº 383/2023-SET- PAO/2023. Os recrutamentos para substituição decorreram no âmbito da competência estabelecida pelo nº 1 do artigo 132º do Decreto-Lei nº 10/2023, de 8 de fevereiro.

6.17 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

De acordo com a informação n.º 523/2021, com a referência UE: SGC n.º 122, do IGCP, E.P.E. foi autorizada a dispensa da UTE para o contrato celebrado com a Caixa-BI, respeitante ao serviço de pagamento dos juros do cupão de empréstimo obrigacionista, tendo em conta as entidades bancárias envolvidas e as modificações contratuais necessárias para a alteração da função de agente pagador para a tesouraria do Estado. Assim, a referida autorização concedida através de Despacho do Conselho de Administração do IGCP, E.P.E., a 16/02/2023, excepciona, para os anos de 2023 e 2024, os valores referentes ao empréstimo obrigacionista contraído junto da Caixa-BI, quanto à obrigatoriedade do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria. O quadro abaixo refere as disponibilidades existentes na banca comercial, que se resume a saldos em conta à ordem sem remuneração:

Banca Comercial* <i>Commercial Banking*</i>	1º Trimestre € <i>1st Quarter €</i>	2º Trimestre € <i>2st Quarter €</i>	3º Trimestre € <i>3st Quarter €</i>	4º Trimestre € <i>4st Quarter €</i>
Caixa-BI	5 422,45 €	5 422,45 €	5 422,50 €	5 422,48 €
Total	5 422,45 €	5 422,45 €	5 422,50 €	5 422,48 €
Juros auferidos** <i>Interest earned**</i>				

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

* - Identify the institution with which the cash and/or financial investments are held, adding the necessary lines.

** - Identify the interest earned on all financial investments held with commercial banks.

ENSE, E.P.E. ended 2024 with 51 workers, 2 more than in 2023, considering that it recruited to replace employees whose permanent employment contracts were terminated at their request and recruited an employee for a new position, under the authorisation of Order no. 383/2023-SET - 2023 Activity Plan and Budget. Recruitment for replacement took place within the scope of the powers established by Article 132(1) of Decree-Law no. 10/2023 of 8 February.

6.17 Principle of State Treasury Unity

According to information no. 523/2021, with EU reference: SGC no. 122, from IGCP, E.P.E., the waiver of the UTE was authorised for the contract signed with Caixa-BI, regarding the service of paying the interest on the bond loan coupon, taking into account the banking entities involved and the contractual modifications necessary to change the role of paying agent to the state treasury. Thus, the aforementioned authorisation granted by Order of the Board of Directors of IGCP, E.P.E., on 16/02/2023, excepts, for 2023 and 2024, the amounts relating to the bond loan contracted with Caixa-BI, with regard to the obligation to comply with the principle of treasury unity. The table below shows existing cash and cash equivalents in commercial banking, which are summarised as current account balances with no remuneration:

O quadro abaixo refere as disponibilidades e aplicações financeiras existentes no IGCP no final de cada trimestre de 2024, estando em linha com o reportado trimestralmente através da plataforma SISEE:

IGCP	1º Trimestre € 1st Quarter €	2º Trimestre € 2st Quarter €	3º Trimestre € 3st Quarter €	4º Trimestre € 4st Quarter €
Disponibilidades . Availability	65 000 000,00 €	65 500 000,00 €	67 300 000,00 €	71 300 000,00 €
Aplicações financeiras . Financial applications	4 454 494,81 €	3 093 294,53 €	3 106 028,97 €	6 401 003,68 €
Total . Total	69 454 494,81 €	68 593 294,53 €	70 406 028,97 €	77 701 003,68 €

6.18 Recomendações de Auditorias do Tribunal de Contas

Não houve nos últimos 3 anos nenhuma recomendação do Tribunal de Contas.

6.19 Demonstração Não Financeira

A ENSE não procede à apresentação de Demonstrações não Financeiras por não ser aplicável à Entidade. Conforme previsto no artigo n.º 66-B do Capítulo VI, Título I do Código das Sociedades Comerciais, o dever de apresentação de demonstrações financeiras é apenas aplicável a grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que à data de encerramento do seu balanço excedam o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual.

6.20 Informação Site do SEE

Por razões alheias à vontade da ENSE E.P.E., constatámos que tinham sido removidos todos os dados que constavam no sítio da internet do SEE desta entidade pública.

Foi oportunamente remetido mail pelo Senhor Vogal Executivo da ENSE, EPE, à DGTF solicitando a atualização da informação.

The table below shows IGCP's cash and cash equivalents and financial investments at the end of each quarter of 2024, and is in line with what is reported quarterly via the SISEE platform:

6.18 Recommendations from Audits by the Court of Auditors

There have been no recommendations from the Court of Auditors in the last 3 years.

6.19 Non-Financial Statement

ENSE does not present Non-Financial Statements because they are not applicable to the Entity. According to Article 66-B of Chapter VI, Title I of the Commercial Companies Code, the duty to present financial statements only applies to large companies that are public interest entities and that, on the closing date of their balance sheet, exceed an average number of 500 employees during the financial year.

6.20 Information on the SEE website

For reasons beyond ENSE E.P.E.'s control, we realised that all the data on the public entity's SEE website had been removed.

The Executive Director of ENSE, EPE sent a timely e-mail to the DGTF asking for the information to be updated.

Informações a constar no Site do SEE <i>Information to be included on the SEE website</i>	Divulgação . Disclosure		Comentários . Comments
	S/N/N.A.	Data Atualização <i>Update Date</i>	
Estatutos . Articles of association	S	2018	
Caracterização da Empresa . Company characterisation	S	2015	
Função de tutela e acionista . upervisory and shareholder role	S	2018	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais <i>Governance Model / Members of the Governing Bodies</i>	S	2015	
- Identificação dos órgãos sociais . Identification of governing bodies	S	2015	
- Estatuto Remuneratório Fixado . Fixed Remuneration Status	S	fev/15	Data da receção da comunicação da tutela <i>Date of receipt of communication from the authority</i>
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais <i>Disclosure of remuneration earned by Governing Bodies</i>	S	fev/15	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração <i>Identification of the roles and responsibilities of the members of the Board of Directors</i>	S	2015	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais <i>Presentation of the curricular summaries of the members of the Governing Bodies</i>	S	2015	
Esforço Financeiro Público . Public Financial Expenditure	S	fev/15	Com base na data de comunicação da aprovação do R&C 2014 <i>Based on the date of communication of the approval of the Annual Report 2014</i>
Ficha Síntese . Summary Sheet	S	2015	
Informação Financeira reportada aos dois últimos exercícios (DF aprovadas pelo acionista) <i>Financial information reported for the last two fiscal years (DF approved by the shareholder)</i>	S	fev/15	
Princípios de Bom Governo . Principles of Good Governance	S	2015	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita <i>- Internal and external regulations to which the company is subject</i>	S	2015	
- Transações relevantes com entidades relacionadas <i>- Relevant transactions with related parties</i>	S	2015	
- Outras transações . Other transactions	S	2015	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios: <i>- Analysing the company's sustainability in the fields:</i>	S	2015	
Económico . Economic	S	2015	
Social . Social	S	2015	
Ambiental . Environmental	S	2015	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios do Bom Governo <i>- Assessment of Compliance with Good Governance Principles</i>	S	2015	
Código de ética/Conduta . Code of Ethics/Conduct	S	2015	

Até à data a informação não foi atualizada, tendo esta entidade voltado a insistir com o intuito de se proceder à devida correção da informação. É nossa expectativa no decorrer do ano de 2025 a situação fique sanada.

To date, the information has not been updated, and the DGTF has again insisted that the information be corrected. We expect the situation to be rectified by 2025.

6.21 Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade a apresentar no ano civil de 2024 foi elaborado e organizado de acordo com as boas práticas da Global Reporting Initiative (GRI) e encontra-se no site da ENSE, EPE em:

www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - Relatório de Sustentabilidade de 2023

Quanto ao relatório de sustentabilidade respeitante ao ano de 2024 o mesmo será disponibilizado no ano de 2025, em cumprimento dos prazos legais vigentes.

6.21 Sustainability Report

The Sustainability Report to be presented in 2024 has been drawn up and organised in accordance with the good practices of the Global Reporting Initiative (GRI) and can be found on the ENSE, EPE website at: www.ense-epe.pt/informacao-gestao/ - 2023 Sustainability Report

As for the sustainability report for 2024, it will be available in 2025, in compliance with current legal deadlines.

6.22 Quadro-resumo: Cumprimento das obrigações legais

No âmbito do presente capítulo apresenta-se quadro-síntese relativo ao cumprimento das diversas orientações emitidas pela DGTF, detalhadas nos pontos anteriores.

Cumprimento das Orientações Legais Compliance with Legal Guidelines	Cumprimento Fulfillment		Quantificação/ Identificação Quantification/ Identification	Justificação/Referência ao ponto do Relatório Justification / Reference to the point in the Report
	Sim/Não Yes/No			
Objetivos de Gestão . Management Objectives				
Objetivo de gestão ... ^(*) . Management Target ^(*)	N.A.			
Metas a atingir constantes no PAO 2024 . Targets in the 2024 APB				
Investimento . Investment	S	5%		Justificar desvios
Nível de endividamento . Level of Debt	S	100%		Não existiu qualquer aumento de endividamento
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE <i>Degree of execution of the Budget uploaded to SIGO/SOE</i>	S	92%		Ver ponto 7.7 do R&C e Anexo das Demonstrações Orçamentais
Gestão do Risco Financeiro . Financial Risk Management	S	4%		Ver ponto 6.2 do R&C
Limites de Crescimento do Endividamento . Debt Growth Limits	S	0%		Não existiu crescimento do endividamento
Evolução do PMP a fornecedores . Evolution of PMP to Suppliers	S	21		Apesar de o PMP aumentar de 19 para 21, o indicador continua a apresentar valores dentro da prática de mercado, pelo que se cumpre a orientação.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears") . <i>Disclosure of Late Payments ("Arrears")</i>	S	0,00 €		Não existem pagamentos em atraso, pelo facto de toda a dívida vencida estar ao abrigo das situações excluídas (n.º art.º 4 DL 127/2012)
Recomendações do acionista na última aprovação de contas <i>Shareholder Recommendations in the last Approval of Accounts</i>				
Recomendação ... Recommendation ...	S	Contas de 2022		Ver ponto 6.5 do R&C
Reservas emitidas na última CLC . Reserves issued in the last CLC				
Reserva ... Reserve ...	N.A.			Não existiram reservas na última CLC.
Remunerações/honorários . Remuneration/Fees				
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 - 5% <i>CA - pay cuts in force in 2024 - 5%</i>	S	-8 838,42 €		
EGP - artigo 32º e 33º do EGP . PMS - article 32 and 33 of the PMS				
Não utilização de cartões de crédito . <i>No use of credit cards</i>	S			Não existem cartões de crédito associados ao Órgãos Sociais
Não reembolso de despesas de representação pessoal <i>Non-reimbursement of personal representation expenses</i>	S			Não existem reembolsos deste tipo despesa
Valor máximo das despesas associadas a comunicações <i>Maximum cost of communications</i>	S			Cumprido o limite estabelecido
Valor máximo de combustível e portagens a feto mensalmente às viaturas de serviço <i>Maximum amount of fuel and tolls allocated monthly to service vehicles</i>	S			Cumprido o limite estabelecido
Despesas não documentadas ou confidenciais nº2 do artigo 16º do RJSPE e artigo11º do EGP <i>Undocumented or confidential expenditure Article 16(2) of the LFPBS and Article 11 of the PMS</i>				
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais <i>Prohibition of undocumented or confidential expenditure</i>	S			Nunca foram efetuadas
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014 <i>Promoting equal pay for women and men - no. 2 of RCM no. 18/2014</i>				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens <i>Preparation and dissemination of the report on pay for women and men</i>	S	https://www.ense-epc.pt/wp-content/uploads/2024/05/Relatorio_Remuneracoes_por_Genero_2023.pdf		
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção <i>Preparation and dissemination of annual report on corruption prevention</i>	S	https://www.ense-epc.pt/wp-content/uploads/2024/05/Relatorio_Prevencao_Riscos_Corrupcao_2023.pdf		No ano civil de 2024 foi elaborado o relatório de execução do PPRCIC de 2023
Contratação Pública . Public procurement				

6.22 Summary table: Compliance with legal obligations

This chapter presents a summary table on compliance with the various guidelines issued by the DGTF, detailed in the previous sections.

Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa <i>Application of public procurement rules by the company</i>	S		"A ENSE, está sujeita ao regime de Contratação Pública, excetuando as referentes a aquisições de petróleo e produtos de petróleo, conforme previsto no nº 6 do artigo 20º dos Estatutos da ENSE, E.P.E. Foram efetuadas diversas contratações ao abrigo do CCP, sempre aplicando e cumprindo todas as normas e boas práticas da contratação pública."
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas <i>Application of public procurement rules by subsidiaries</i>	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC <i>Contracts subject to prior approval by the ECA</i>	N.A.	Nº de contratos e valor global em euros	Durante o ano de 2024 não existiu a necessidade de submeter a visto de TC qualquer contrato
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas <i>Joining the National Public Procurement System</i>	N.A.		A ENSE não se encontra obrigada à adesão ao sistema nacional de compras públicas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas <i>Operating Expenses of Public Companies</i>		39 664 862,62 €	Face ao PAO 2024 existiu um desvio desfavorável nos gastos operacionais, no valor de 3.840.182,57€.
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º do DL 133/2013) <i>Principle of State Treasury Unity (article 28 of Law-Decree 133/2013)</i>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP <i>Deposits and investments centralised at IGCP</i>		99,99%	
Cumprimento das Orientações Legais . Compliance with Legal Guidelines	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial <i>Deposits and investments in commercial banks</i>		5 422,48 €	De acordo com a informação n.º 0123/2023, com a referência UE: SGC n.º 21, do IGCP, E.P.E. foi autorizada a dispensa da UTE para o contrato celebrado com a Caixa-BI, com efeitos até 2024.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado <i>Interest earned on UTE's default and paid into State Revenue</i>		0,00 €	
Auditórias do Tribunal de Contas(b) . Audits by the Court of Auditors (b)			
Recomendação 1 . <i>Recommendation 1</i>	N.A.	Não existiram auditorias	
Recomendação 2 . <i>Recommendation 2</i>	N.A.	Não existiram auditorias	
Etc.	N.A.	Não existiram auditorias	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto <i>Preparation of the Equality Plan, as required by article 7 of Law 62/2017 of 1 August</i>	S		https://www.ense-epc.pt/wp-content/uploads/2024/03/ENSE_Plano_Igualdade_2024.pdf
Apresentação da demonstração não financeira <i>Presentation of the non-financial statement</i>	N.A.		A ENSE não procede à apresentação de demonstrações não financeiras por não ser aplicável a esta Entidade

Informa-se ainda que a informação disponibilizada no Relatório e Contas respeita o disposto no artigo 29º-G do Código de Valores Mobiliários designadamente que a informação e documentação de Prestação de Contas dos últimos 10 anos está disponível no site da CMVM.

We would also like to inform you that the information provided in the Annual Report complies with the provisions of Article 29-G of the Securities Code, namely that the information and documentation on the Rendering of Accounts for the last 10 years is available on the CMVM website.

Análise Económica e Financeira

*Economic and
Financial Analysis*

07

Energia Geotérmica // Calor que Vem da Terra
Geothermal Energy // Heat That Comes from the Earth

7

Análise Económica e Financeira Economic and Financial Analysis

7.1 Análise da Conta de Resultados

O Resultado Líquido ascendeu e respetiva variação face ao ano anterior é abaixo apresentada.

Resultados . Earnings	2024	2023
Rendimentos . Income	60 173 485,62	39 703 661,04
Gastos . Expenses	58 202 605,64	44 990 014,80
Imposto . Taxes	42 463,25	8 503,63
Resultado líquido . Net earnings	1 928 416,73	-5 294 857,39

O resultado líquido de 2024 advém sobretudo do aumento de cedência de reservas aos operadores e pela aquisição de tickets de petróleo bruto e produtos de petróleo abaixo do custo médio ponderado previsto em sede de Orçamento, não obstante a constituição de provisão para o fundo estatutário e o gasto ocorrido com o pagamento de juros do empréstimo obrigacionista.

Para efeitos da análise de resultados por unidade operacional (UCP/URP), os gastos da Unidade de Administração Geral (UAG) englobam: Órgãos estatutários, áreas Financeira, Informática, Administrativa e Jurídica, são imputados utilizando a seguinte chave de repartição para 2024:

- URP: 60,98%
- UCP: 39,02%

O cálculo da chave de repartição teve como base a estrutura de custos diretos reais do ano anterior de cada uma das unidades comparativamente com a estrutura de gastos global.

7.1 Analysis of the Income Statement

Net Earnings rose and the respective variation compared to the previous year is shown below.

The net earnings for 2024 are mainly due to the increase in the transfer of reserves to operators and the purchase of crude oil tickets and oil products below the weighted average cost forecast in the budget, despite the constitution of a provision for the statutory fund and the cost of paying interest on the bond loan.

For the purposes of analysing earnings by operating unit (UCP/URP), the expenses of the General Administration Unit (UAG) include: Statutory Bodies, Financial, IT, Administrative and Legal areas, are allocated using the following distribution key for 2024:

- URP: 60.98%
- UCP: 39.02%

The calculation of the distribution key was based on the actual direct cost structure of the previous year for each of the units compared to the overall spending structure.

7.1.1 Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

a) Resultados antes de Impariedade

A conta de exploração antes do lançamento da reversão da perda por impariedade em inventários é apresentada no seguinte quadro:

URP - Antes Impariedade (€) URP - Before Impairment (€)	2024		2023		(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real (1)	Orç. (2)	Real (3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%	
Vendas e serviços prestados <i>Sales and services provided</i>	55 874 180,45	56 492 172,38	38 721 809,14	-617 991,93	-1,1%	17 152 371,31	44,3%	
Outros rendimentos e ganhos <i>Other income and earnings</i>	1 844 861,96	14 827,80	40 755,29	1 830 034,16		1 804 106,67		
Total rendimentos operacionais <i>Total operating income</i>	57 719 042,41	56 507 000,18	38 762 564,43	1 212 042,23	2,1%	18 956 477,98	48,9%	
Subcontratos . Subcontracts	-34 505 175,19	-35 127 083,97	-25 978 395,32	-621 908,78	-1,8%	8 526 779,87	32,8%	
Armazenamento produtos de petróleo e petróleo bruto <i>Storage of petroleum products and crude oil</i>	-17 981 100,19	-18 076 783,32	-17 264 685,32	-95 683,13	-0,5%	716 414,87	4,1%	
Aquisição de tickets . Ticket acquisition	-16 524 075,00	-17 050 300,65	-8 713 710,00	-526 225,65	-3,1%	7 810 365,00	89,6%	
Outros FSE . Other FSE	-3 640 456,20	-6 277 149,77	-2 754 869,97	-2 636 693,57	-42,0%	885 586,23	32,1%	
Tratamento gasóleo POLNATO <i>POLNATO diesel treatment</i>	-7 526,39	-1 150 000,00	0,00	-1 142 473,61	-99,3%	7 526,39		
Outros FSE . Other FSE	-3 632 929,81	-5 127 149,77	-2 754 869,97	-1 494 219,96	-29,1%	878 059,84	31,9%	
Gastos com pessoal . Personnel expenses	-1 148 090,33	-1 251 339,43	-1 004 355,87	-103 249,10	-8,3%	143 734,46	14,3%	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) <i>Inventory adjustments (losses/reversals)</i>	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
Fundo estatutário . Statutory fund	-3 200 000,00		0,00	0,00	3 200 000,00		3 200 000,00	
Impariedade de dívidas a receber (perdas/reversões) <i>Impairment of accounts receivable (losses/reversals)</i>	-196 216,47		0,00	-34 540,59	196 216,47		161 675,88	468,1%
Provisões (aumentos/reduções) <i>Provisions (increases/decreases)</i>	-329 548,65		0,00	-329 548,65	329 548,65		0,00	
Outros gastos e perdas <i>Other expenses and losses</i>	-165 255,24		-30 712,31	-89 921,09	134 542,93	438,1%	75 334,15	83,8%
Total de gastos e perdas operacionais <i>Total operating expenses and losses</i>	-43 184 742,08	-42 686 285,48	-30 191 631,49	498 456,60	1,2%	12 993 110,59	43,0%	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>Earnings before depreciation, financing expenses and taxes</i>	14 534 300,33	13 820 714,70	8 570 932,94	713 585,63	5,2%	5 963 367,39	69,6%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização <i>Depreciation and amortization expenses/reversals</i>	-257 492,13	-296 720,94	-290 104,27	-39 228,81	-13,2%	-32 612,14	-11,2%	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operating income (before financing expenses and taxes)</i>	14 276 808,20	13 523 993,76	8 280 828,67	752 814,44	5,6%	5 995 979,53	72,4%	
Juros e gastos similares suportados <i>Interest and similar expenses incurred</i>	-14 216 619,96	-13 509 032,60	-12 318 075,61	707 587,36	5,2%	1 898 544,35	15,4%	
Resultado antes de impostos <i>Result before taxes</i>	60 188,24	14 961,16	-4 037 246,94	45 227,08	302,3%	4 097 435,18		
Impostos sobre o rendimento do período <i>Income taxes for the period</i>	-3 291,95		0,00	-3 106,06	3 291,95		185,89	6,0%
Resultado líquido do período <i>Net result for the period</i>	56 896,29	14 961,16	-4 040 353,00	41 935,13	280,3%	4 097 249,29		

7.1.1 Oil Reserves Unit (URP)

a) Earnings Before Impairment

The operating account before the reversal of the impairment loss on inventories is shown in the following table:

Em 2024, a Conta de Resultados da URP, expurgando o efeito da reversão por imparidade apurada no inventário, resulta num EBITDA positivo de €14 534,3 milhares que, após contabilização das amortizações, no valor de €257,5 milhares e dos Juros e Encargos no valor de €14 216,6 milhares, vai refletir-se num Resultado Antes de Impostos positivo de €60,2 milhares.

A imparidade de inventários é registada de acordo com o preconizado na IAS nº2 e norma contabilístico de relato financeiro nº 18 e, dado que a venda de reservas não ser objeto social desta Entidade Pública Empresarial, expurga-se o efeito desta imparidade para cabal análise do desempenho económico.

O resultado apurado advém do desvio orçamental favorável das rubricas de gastos, como: Armazenagem (-€95,7 milhares), Aquisição de tickets (-€526,2 milhares), Operação de tratamento gasóleo do Polnato (-€1 142,4 milhares), Outros FSE's (-€1 494,2 milhares), gastos com o Pessoal (-€103,2 milhares) e depreciações (-€39,2 milhares), que compensou o desvio orçamental desfavorável com: o reforço do fundo estatutário (+€3 200,0 milhares, recorde-se que não foi orçamentado gasto com o fundo estatutário), imparidades de dívidas a receber (+€196,2 milhares), provisões (+€329,5 milhares), Outros gastos (+€134,5 milhares) e Juros e gastos similares (+€707,6 milhares).

Por outro lado, ao nível dos rendimentos, verificou-se um desvio desfavorável relacionado com a prestação de serviços (-€618,0 milhares), compensado por um desvio amplamente favorável dos Outros rendimentos e ganhos obtidos com os juros de aplicações de tesouraria de curto prazo (CEDIC's) pela aplicação dos fundos acumulados e excedentes de tesouraria (+1 830,0 milhares).

O EBITDA registou um desempenho orçamental favorável de +€713,6 milhares (apurou +€14 534,3 milhares), e o RAI de +€45,20 milhares (apurou +€60,2 milhares).

In 2024, the Income Statement of the PRU, excluding the effect of the impairment reversal on inventory, results in a positive EBITDA of €14,534.3 thousand which, after accounting for amortisation in the amount of €257.5 thousand and interest and charges in the amount of €14,216.6 thousand, will be reflected in positive Pre-Tax Earnings of €60.2 thousand.

The impairment of inventories is recorded in accordance with IAS no. 2 and accounting standard for financial reporting no. 18 and, given that the sale of reserves is not the corporate purpose of this Public Business Entity, the effect of this impairment is excluded in order to fully analyse the economic performance.

The earnings are the result of the favourable budget deviation in expenditure headings such as: Storage (-€95.7 thousand), Purchase of tickets (-€526.2 thousand), Polnato diesel treatment operation (-€ 1,142.4 thousand), Other ES&S (-€1,494.2 thousand), Personnel expenses (-€103.2 thousand) and depreciation (-€39.2 thousand), which offset the unfavourable budget deviation with: the reinforcement of the statutory fund (+€3,200.0 thousand, it should be remembered that no expenditure was budgeted for the statutory fund), impairment of receivables (+€196.2 thousand), provisions (+€329.5 thousand), Other expenses (+€134.5 thousand) and Interest and similar expenses (+€707.6 thousand).

On the other hand, in terms of income, there was an unfavourable deviation related to the provision of services (-€618.0 thousand), offset by a largely favourable deviation in Other income and gains from interest on short-term treasury applications (CEDICs) from the application of accumulated funds and cash surpluses (+1,830.0 thousand).

EBITDA recorded a favourable budget performance of +€713.6 thousand (+€14,534.3 thousand), and RAI of +€45.20 thousand (+€60.2 thousand).

b) Resultados dos Após Imparidade

Após o lançamento da reversão da perda por imparidade em inventários, a Conta de resultados da URP regista a seguinte evolução:

b) Earnings after Impairment

After the reversal of the impairment loss on inventories, URP's income statement shows the following evolution:

URP - Após Imparidade (€) URP - After Impairment (€)	2024			2023		(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real		Orc.	Real	Valor	Δ%	Valor	Δ%	
	(1)	(2)	(3)						
Vendas e serviços prestados <i>Sales and services provided</i>	55 874 180,45	56 492 172,38	38 721 809,14	-617 991,93	-1,1%	17 152 371,31	44,3%		
Outros rendimentos e ganhos <i>Other income and earnings</i>	1 844 861,96	14 827,80	40 755,29	1 830 034,16	12341,9%	1 804 106,67	4426,7%		
Total rendimentos operacionais <i>Total operating income</i>	57 719 042,41	56 507 000,18	38 762 564,43	1 212 042,23	2,1%	18 956 477,98	48,9%		
Subcontratos . Subcontracts	-34 505 175,19	-35 127 083,97	-25 978 395,32	-621 908,78	-1,8%	8 526 779,87	32,8%		
Armazenamento produtos de petróleo e petróleo bruto <i>Storage of petroleum products and crude oil</i>	-17 981 100,19	-18 076 783,32	-17 264 685,32	-95 683,13	-0,5%	716 414,87	4,1%		
Aquisição de tickets . Ticket acquisition	-16 524 075,00	-17 050 300,65	-8 713 710,00	-526 225,65	-3,1%	7 810 365,00	89,6%		
Outros FSE . Other FSE	-3 640 456,20	-6 277 149,77	-2 754 869,97	-2 636 693,57	-42,0%	885 586,23	32,1%		
Tratamento gasóleo POLNATO <i>POLNATO diesel treatment</i>	-7 526,39	-1 150 000,00	0,00	-1 142 473,61	-99,3%	7 526,39			
Outros FSE . Other FSE	-3 632 929,81	-5 127 149,77	-2 754 869,97	-1 494 219,96	-29,1%	878 059,84	31,9%		
Gastos com pessoal . Personnel expenses	-1 148 090,33	-1 251 339,43	-1 004 355,87	-103 249,10	-8,3%	143 734,46	14,3%		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) <i>Inventory adjustments (losses/reversals)</i>	1 461 010,69	0,00	-1 119 644,07	-1 461 010,69		-2 580 654,76	-230,5%		
Fundo estatutário . Statutory fund	-3 200 000,00	0,00	0,00	3 200 000,00		3 200 000,00			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) <i>Impairment of accounts receivable (losses/reversals)</i>	-196 216,47	0,00	-34 540,59	196 216,47		161 675,88	468,1%		
Provisões (aumentos/reduções) <i>Provisions (increases/decreases)</i>	-329 548,65	0,00	-329 548,65	329 548,65					
Outros gastos e perdas <i>Other expenses and losses</i>	-165 255,24	-30 712,31	-89 921,09	134 542,93	438,1%	75 334,15	83,8%		
Total de gastos e perdas operacionais <i>Total operating expenses and losses</i>	-41 723 731,39	-42 686 285,48	-31 311 275,56	-962 554,09	-2,3%	10 412 455,83	33,3%		
Resultados antes de depreciações, gastos de financimento e impostos <i>Earnings before depreciation, financing expenses and taxes</i>	15 995 311,02	13 820 714,70	7 451 288,87	2 174 596,32	15,7%	8 544 022,15	114,7%		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização <i>Depreciation and amortization expenses/reversals</i>	-257 492,13	-296 720,94	-290 104,27	39 228,81	-13,2%	-32 612,14	-11,2%		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operating income (before financing expenses and taxes)</i>	15 737 818,89	13 523 993,76	7 161 184,60	2 213 825,13	16,4%	8 576 634,29	119,8%		
Juros e gastos similares suportados <i>Interest and similar expenses incurred</i>	-14 216 619,96	-13 509 032,60	-12 318 075,61	707 587,36	5,2%	1 898 544,35	15,4%		
Resultado antes de impostos <i>Result before taxes</i>	1 521 198,93	14 961,16	-5 156 891,01	1 506 237,77		6 678 089,94			
Impostos sobre o rendimento do período <i>Income taxes for the period</i>	-3 291,95	0,00	-3 106,06	3 291,95		185,89	6,0%		
Resultado líquido do período <i>Net result for the period</i>	1 517 906,98	14 961,16	-5 159 997,07	1 502 945,82		6 677 904,05			

c) Prestações Unitárias

O montante das prestações de serviços foi obtido por via das reservas cedidas aplicando a prestação pecuniária aprovada pelo Despacho da Exma. Sra. Ministra do Ambiente e Energia, de 25 de junho de 2024, no valor de €3,14/TONCOE/mês (Ton Crude Oil Equivalent).

d) Análise de Desvios de Rendimentos

No que concerne à rubrica de volume de negócios (vendas e prestação de serviços), assinala-se um incremento de €17 152,4 milhares (+44,3%) relativamente ao período homólogo, e, comparativamente com o orçamento, observa-se desvio desfavorável de €618,0 milhares (-1,1%) que advém sobretudo do facto de se ter deixado de emitir fatura ao Operador Enaxoil (cerca de -€1 000,0 milhares), e não obstante o crescimento tanto da prestação unitária (2,50€toncoe/mês para 3,14€toncoe/mês), como da quantidade de reservas cedidas aos operadores (693,7 toncoe/mês contra 650,7 toncoe/mês orçamentado).

Na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, estão contabilizados maioritariamente montantes de juros recebidos provenientes de aplicações de tesouraria de curto prazo sob forma de CEDIC's, cujo desvio favorável é relevante tanto em termos orçamentais (€1 844,9 milhares contra €14,8 milhares) e em termos homólogos (€1 844,9 milhares contra €40,8 milhares).

e) Análise de Desvios de Gastos Operacionais

O total dos Gastos Operacionais (antes do efeito das depreciações e amortizações) registados na URP diminuíram €498,5 milhares relativamente ao orçamento e incrementaram €12 993,1 milhares relativamente ao período homólogo. Em termos orçamentais observa-se um desvio favorável nas rubricas: armazenagem, aquisição de tickets, tratamento do gasóleo no DPNL, Outros FSE's, gastos com o Pessoal e a reversão da imparidade sobre inventário, no montante global de €4 822,9 milhares. Em contraposição, evidencia-se um desvio desfavorável em: fundo estatutário, imparidade para dívidas a receber, provisões e outros gastos, no montante global de €3 860,3 milhares. Em termos de período homólogo, observa-se um aumento da despesa em todas as rubricas indicadas (exceto provisões de montante idêntico e ajustamento de inventários em sentido oposto), no montante global de €10 412,5 milhares. De referir que o serviço interno prestado pela UCP à URP reflete um aumento de €1 074,7 milhares para €1 719,6 milhares.

O desvio orçamental favorável decorre da principalmente do desvio favorável com os Outros FSE's (outros FSE's que

c) Unit instalments

The amount of services provided was obtained from the reserves transferred by applying the pecuniary payment approved by Order of the Minister of the Environment and Energy of 25 June 2024, in the amount of €3.14/TONCOE/month (Ton Crude Oil Equivalent).

d) Analysis of Income Deviations

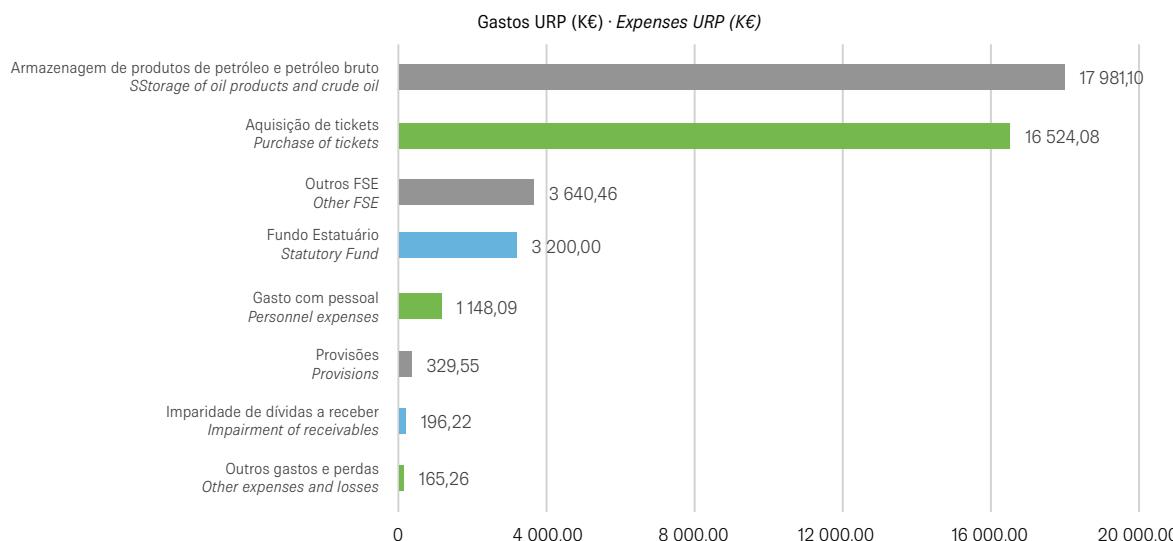
As far as the turnover heading is concerned (sales and provision of services), there was an increase of €17,152.4 thousand (+44.3%) compared to the same period last year and, compared to the budget, there was an unfavourable deviation of €618.0 thousand (-1.1%), which is mainly due to the fact that the Enaxoil Operator was no longer invoiced (around -€1,000.0 thousand), and despite the growth in both the unit instalment (€2.50 toncoce/month to €3.14 toncoce/month) and the quantity of reservations assigned to operators (693.7 toncoce/month against 650.7 toncoce/month budgeted). The Other Income and Gains heading mainly includes interest received from short-term cash investments in the form of CEDICs, whose favourable deviation is significant both in budget terms (€1,844.9 thousand against €14.8 thousand) and in year-on-year terms (€1,844.9 thousand against €40.8 thousand).

e) Analysis of Operating Costs Deviations

Total Operating Costs (before depreciation and amortisation) recorded in the URP decreased by €498.5 thousand compared to the budget and increased by €12,993.1 thousand compared to the same period last year. In budget terms, there was a favourable deviation in the following headings: storage, purchase of tickets, diesel processing at DPNL, Other ES&S, Personnel costs and the reversal of impairment on inventory, totalling €4,822.9 thousand. On the other hand, there was an unfavourable deviation in: statutory fund, impairment of receivables, provisions and other expenses, totalling €3,860.3 thousand. Compared to the same period in the previous year, there was an increase in expenditure in all the headings listed (except for provisions of the same amount and inventory adjustments in the opposite direction), totalling €10,412.5 thousand. It should be noted that the internal service provided by the UCP to the URP reflects an increase of €1,074.7 thousand to €1,719.6 thousand.

The favourable budget deviation stems mainly from the favourable deviation with Other ES&S (other ES&S other than storage and tickets, and the processing of DPNL diesel) and the reversal of the impairment loss on

não armazenagem e tickets, e tratamento do gasóleo do DPNL) e a reversão da perda por imparidade sobre o inventário, por outro lado, o desvio desfavorável mais representativo deve-se ao reforço do fundo estatutário. De referir que o serviço interno prestado pela UCP à URP regista um desvio favorável de €15,4 milhares (€1 719,6 milhares contra €1 735,0 milhares orçamentados). De seguida, salientam-se a distribuição dos gastos no ano em análise:



i. Armazenagem das reservas físicas

Em comparação com o período homólogo, esta rubrica aumentou 716,4 milhares (+4,1%) que é explicado pela aplicação da atualização da taxa de inflação média contratualizada. Em termos orçamentais o desvio é desfavorável e deve-se à orçamentação de taxa de inflação abaixo do real.

ii. Aquisição de CSO Tickets

Apesar da panóplia de Brokers existentes neste mercado, o ano de 2024 ficou marcado por um aumento do pedido de substituição de constituição de reservas por parte de grandes operadores o que significou um incremento substancial do volume de gasto. Em termos orçamentais, o favorável foi de €526,2 milhares e deveu-se à negociação de um preço médio ponderado competitivo (2,13€/ton/mês contra 2,50€/ton/mês orçamentado), enquanto em termos homólogos a variação foi de €7 810,4 milhares que reflete o aumento das quantidades cedidas aos operadores, a par da subida do preço médio ponderado relativamente ao exercício transato (1,75€/ton/mês).

iii. Fundo estatutário

Não foi orçamentado fundo estatutário em 2024 por forma a não onerar a prestação unitária, no entanto

inventory; on the other hand, the most representative unfavourable deviation is due to the reinforcement of the statutory fund. It should be noted that the internal service provided by the UCP to the URP recorded a favourable deviation of €15.4 thousand (€1,719.6 thousand against €1,735.0 thousand budgeted).

The breakdown of expenditure in the year under review is highlighted below:

i. Storage of physical reserves

Compared to the same period last year, this heading increased by 716.4 thousand (+4.1%), which is explained by the application of the updated average contractual inflation rate. In budget terms, the deviation is unfavourable and is due to budgeting for a lower inflation rate than the real one.

ii. Purchase of CSO Tickets

Despite the wide range of brokers in this market, 2024 was marked by an increase in requests from large operators to replace reserves, which meant a substantial increase in the volume of expenditure. In budget terms, the favourable figure was €526.2 thousand and was due to the negotiation of a competitive weighted average price (€2.13/ton/month compared to €2.50/ton/month budgeted), while in year-on-year terms the variation was €7,810.4 thousand, reflecting the increase in quantities ceded to operators, along with the rise in the weighted average price compared to the previous year (€1.75/ton/month).

iii. Statutory fund

No statutory fund was budgeted for 2024 so as not to encumber the unit instalment, however in the

em sede de execução optou-se por constituir fundo estatutário no montante de €3 200,0 milhares em função do resultado robusto positivo obtido no exercício (RAI), ainda antes da reversão da imparidade sobre inventário, o que irá reforçar, através de rubrica específica, o capital próprio da entidade.

Recorde-se que tanto em 2022 como em 2023, não foi contemplado qualquer montante para constituição do fundo estatutário em sede de orçamento.

iv. Gastos com pessoal

O desempenho orçamental foi favorável no valor de €103,2 milhares (-8,3%), na medida em que o orçamento previa o montante imputado da entrada do 2º vogal a partir de janeiro, algo que não ocorreu, por outro lado o crescimento homólogo do gasto de cerca de €143,7 milhares (+14,3%) decorre sobretudo da baixa execução de 2023 decorrente da entrada de um trabalhador em substituição que apenas entrou na entidade em abril.

v. Ajustamentos em inventários (Reversão)

Contabilização de reversão de perda por imparidade em inventário, em fuelóleo, no montante de €1 461,0 milhares, não orçamentado. Em 2023 tinha sido contabilizado uma perda de €1 119,6 milhares em fuelóleo.

vi. Outros Gastos e Perdas

O incremento desta rubrica tanto relativamente ao período homólogo como numa perspetiva orçamental decorre essencialmente de taxas de justiça.

vii. Imparidades de Dívidas a Receber

O valor desta deve-se sobretudo à constituição de imparidades de dois novos operadores no montante de €196,2 milhares.

Em termos orçamentais evidencia-se um desvio total uma vez que as imparidades não são orçamentadas.

viii. Provisões

Continuação da constituição de uma provisão anual para fazer face à operação de rotação do produto nas instalações do Polnato no montante de €329,5 milhares, que se iniciou em 2022, e que terá caráter anual até completar o valor total estimado para a operação (previsto até ao ano de 2027).

ix. Os gastos com depreciações e amortizações

Na perspetiva orçamental observa-se um desvio favorável no valor de €39,2 milhares (-13,2%) e, no mesmo sentido, uma diminuição relativamente ao período homólogo de €32,6 milhares (-11,2%), atento o subinvestimento relativamente ao orçamento e ao período homólogo.

implementation phase it was decided to set up a statutory fund in the amount of €3,200.0 thousand due to the robust positive earnings obtained in the year (RAI), even before the reversal of the impairment on inventory, which will reinforce the entity's equity through a specific heading.

It should be remembered that in both 2022 and 2023, no amount was included in the budget for setting up the statutory fund.

iv. Personnel expenses

The budget performance was favourable in the amount of €103.2 thousand (-8.3%), insofar as the budget provided for the imputed amount of the entry of the 2nd member as of January, something that did not happen, on the other hand the year-on-year growth in expenditure of around €143.7 thousand (+14.3%) is mainly due to the low execution of 2023 due to the entry of a replacement worker who only joined the entity in April.

v. Inventory adjustments (reversal)

Accounting for the reversal of an impairment loss on inventory, in fuel oil, in the amount of €1,461.0 thousand, which was not budgeted. In 2023 a loss of €1,119.6 thousand had been recognised in fuel oil.

vi. Other Expenses and Losses

The increase in this heading, both year-on-year and from a budget perspective, is essentially due to legal fees.

vii. Impairment of Receivables

This figure is mainly due to the creation of impairments for two new operators totalling €196.2 thousand. In budget terms, there is a total deviation since impairments are not budgeted.

viii. Provisions

An annual provision continued to be set up to cover the product rotation operation at the Polnato facilities, totalling €329.5 thousand, which began in 2022, and which will have an annual nature until the total estimated value of the operation is completed (expected by 2027).

ix. Depreciation and amortisation costs

From a budget perspective, there was a favourable deviation of €39.2 thousand (-13.2%) and, in the same vein, a decrease compared to the same period last year of €32.6 thousand (-11.2%), given the underinvestment compared to the budget and the same period last year.

x. POL NATO product rotation

In 2024 a small part of the diesel stored at Polnato was moved to OZ Energia's facilities via a set of tanks (around

x. Rotação de produto POL NATO

Em 2024 foi iniciado a movimentação, através um conjunto de cisternas, de uma pequena parte do gasóleo armazenado no Polnato, para as instalações da OZ Energia (cerca de 221,7 ton apurado em tankvision), cujo montante global ascendeu a €7,5 milhares (transporte, fiscalização e armazenagem) com vista à operação de requalificação do produto.

xi. Juros e gastos similares suportados

Esta rúbrica reflete um aumento do montante de juros a liquidar respeitante ao empréstimo obrigacionista, não só, face ao orçamento do ano (€707,6 milhares, +5,2%), como em termos de variação relativamente ao período homólogo (€1 898,5 milhares, +15,4%), justificado por um aumento substancial do indexante Euribor 6M de 2023 para 2024, e também, acima da Euribor a 6M prevista em sede de Orçamento de 2024.

xii. Desempenho económico da URP (Após imparidade)

A análise do desempenho económico da URP evidencia um EBITDA positivo de €15 995,3 milhares que, após contabilização das amortizações, no valor de €257,5 milhares e dos Juros e Gastos similares no valor de € 14 216,6 milhares, traduz um RAI positivo de €1 521,2 milhares. O desempenho orçamental é favorável e deve-se essencialmente ao desvio favorável obtido no total de Rendimentos Operacionais, devido ao efeito muito positivo dos juros provenientes de aplicações de tesouraria de curto prazo (CEDIC's), ao desvio favorável obtido nos principais gastos operacionais como armazenagem, aquisição de tickets, Outros FSE's, gastos com o pessoal, e reversão da perda por imparidade em inventário e depreciações, não obstante o efeito contrário do reforço do fundo estatutário, do reforço da imparidade para dívidas a receber, reforço e provisão e outros gastos e juros e gastos similares. Comparativamente com o período homólogo, o desvio é mais acentuado e decorre do desvio positivo registado na estrutura de rendimentos relativamente ao desvio negativo evidenciado em gastos operacionais.

221.7 tonnes in tankvision), for a total amount of €7.5 thousand (transport, inspection and storage) with a view to upgrading the product.

xi. Interest and similar costs incurred

This heading reflects an increase in the amount of interest payable on the bond loan, not only compared to the budget for the year (€707.6 thousand, +5.2%), but also in terms of variation compared to the same period last year (€1,898.5 thousand, +15.4%), justified by a substantial increase in the 6M Euribor index from 2023 to 2024, and also above the 6M Euribor forecast in the 2024 budget.

xii. URP's economic performance (after impairment)

The analysis of URP's economic performance shows a positive EBITDA of €15,995.3 thousand which, after accounting for amortisation of €257.5 thousand and interest and similar expenses of €14,216.6 thousand, translates into a positive RAI of €1,521.2 thousand. The budget performance is favourable and is essentially due to the favourable deviation obtained in total Operating Income, due to the very positive effect of interest from short-term treasury applications (CEDICs), the favourable deviation obtained in the main operating costs such as storage, purchase of tickets, Other ES&S, personnel expenses, and reversal of the impairment loss on inventory and depreciation, despite the contrary effect of the reinforcement of the statutory fund, the reinforcement of the impairment for receivables, reinforcement and provision and other expenses and interest and similar expenses. Compared to the same period in the previous year, the deviation is more marked and stems from the positive deviation in the income structure compared to the negative deviation in operating costs.

7.1.2 Unidade de Controlo e Prevenção (UCP)

A conta de exploração da Unidade é apresentada no seguinte quadro seguinte.

7.1.2 Control and Prevention Unit (UCP)

The Unit's operating account is shown in the following table.

UCP (€)	2024		2023		(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real	Orc.	Real	Valor	Δ%	Valor	Δ%	
(1)	(2)	(3)						
Vendas e serviços prestados <i>Sales and services provided</i>	2 623 332,94	2 634 100,00	1 906 544,80	-10 767,06	-0,4%	716 788,14	37,6%	
Serviço de emissão títulos de biocombustível <i>Biofuel bond issuance service</i>	903 760,80	899 100,00	831 826,80	4 660,80	0,5%	71 934,00	8,6%	
Serviço interno . Internal service	1 719 572,14	1 735 000,00	1 074 718,00	-15 427,86	-0,9%	644 854,14	60,0%	
Outros rendimentos e ganhos <i>Other income and earnings</i>	89 671,72	88 385,84	109 269,81	1 285,88	1,5%	-19 598,09	-17,9%	
Total rendimentos operacionais <i>Total operating income</i>	2 713 004,66	2 722 485,84	2 015 814,61	-9 481,18	-0,3%	697 190,05		
Outros FSE . Other FSE	-486 499,86	-682 133,06	-509 753,70	-195 633,20	-28,7%	-23 253,84	-4,6%	
Gastos com pessoal . Personnel expenses	-1 604 213,18	-1 902 338,96	-1 542 634,43	-298 125,78	-15,7%	61 578,75	4,0%	
Provisões . Provisions	0,00	0,00	50 000,00	0,00		50 000,00		
Outros gastos e perdas <i>Other expenses and losses</i>	-104 524,07	-30 913,71	-49 371,72	73 610,36	238,1%	55 152,35	111,7%	
Total de gastos e perdas operacionais <i>Total operating expenses and losses</i>	-2 195 237,11	-2 615 385,73	-2 051 759,85	-420 148,62	-16,1%	143 477,26	7,0%	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>Earnings before depreciation, financing expenses and taxes</i>	517 767,55	107 100,11	-35 945,24	410 667,44	383,4%	553 712,79	1540,4%	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização <i>Depreciation and amortization expenses/reversals</i>	-68 086,50	-105 280,06	-93 517,51	-37 193,56	-35,3%	-25 431,01	-27,2%	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operating income (before financing expenses and taxes)</i>	449 681,05	1 820,05	-129 462,75	447 861,00		579 143,80	447,3%	
Resultado antes de imposto <i>Result before tax</i>	449 681,05	1 820,05	-129 462,75	447 861,00		579 143,80	447,3%	
Impostos sobre o rendimento de período <i>Taxes on Income for the Period</i>	-39 171,30	0,00	-5 397,57	39 171,30		33 773,73	625,7%	
Resultado líquido do período <i>Net Profit for the Period</i>	410 509,75	1 820,05	-134 860,32	408 689,70		545 370,07	404,4%	

A Unidade de Controlo e Prevenção está vocacionada para a atividade de fiscalização transversal ao setor energético utilizando para o efeito uma equipa multidisciplinar.

The Control and Prevention Unit is geared towards monitoring activities across the energy sector, using a multidisciplinary team for this purpose.

a) Vendas e Serviços Prestados

Os rendimentos operacionais gerados, advém da emissão de Tickets de Biocombustível (TdB) no montante de €903,8 milhares e da prestação do serviço interno à URP €1 719,6 milhares.

A prestação de serviços ficou praticamente em linha com o orçamento (-€10,8 milhares; -0,4%), tanto na componente associada à emissão de TDB's (+€4,7 milhares; +0,5%) como serviço interno (-€15,4 milhares; -0,9%).

No que concerne ao período homólogo constatou-se o aumento da prestação de serviços por via do aumento da emissão de tickets de biocombustível (+€71,9 milhares;

a) Sales and Services

The operating income generated comes from the issue of Biofuel Tickets (TdB) totalling €903.8 thousand and from providing internal services to the URP €1,719.6 thousand. The provision of services was practically in line with the budget (-€10.8 thousand; -0.4%), both in the component associated with the issue of TdBs (+€4.7 thousand; +0.5%) and internal service (-€15.4 thousand; -0.9%).

In relation to the same period in the previous year, there was an increase in the provision of services due to the increase in the issue of biofuel tickets (+€71.9 thousand; +8.6%) and internal services (+€644.9 thousand; +60.0%).

+8,6%) e do serviço interno (+€644,9 milhares; +60,0%). A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, traduz o desvio favorável ligeiramente face ao orçamento (+€1,3 milhares; +1,5%) por via da montante executado em contraordenações (€79,0 milhares) e a correções de exercícios anteriores (€10,4 milhares). Foi decidido, no exercício de 2024, não afetar juros de aplicações de tesouraria de curto prazo (CEDIC's) à UCP.

b) Gastos Operacionais

No que respeita ao total de Gastos e Perdas Operacionais e comparando com o período homólogo, verifica-se um aumento de €143,5 milhares (+7,0%), onde se destaca o contributo do aumento do gasto com o Pessoal (€61,6 milhares; +4,0%), o aumento de Outros gastos e perdas (€55,2 milhares, respeitante a taxas de justiça). Por contraposição verifica-se a redução do gasto com Outros FSE's (-€23,3 milhares; -4,6%), a diminuição do gasto com provisões (-€50,0 milhares), relativo a reversão de 2023 de processo indemnizatório. Na perspetiva orçamental, assinala-se um desvio favorável de €420,1 milhares (-16,1%), sendo que os principais desvios favoráveis se verificam em Outros FSE's (-€195,6 milhares; -28,7%), em gastos com o pessoal (-€298,1 milhares; -15,7%), e em sentido contrário, o aumento de Outros gastos e perdas (€73,6 milhares; +238,1%). Na rubrica de Depreciações e Amortizações, regista-se também um desvio orçamental favorável de €37,2 milhares (-35,3%) e uma diminuição relativamente ao período homólogo no valor de €25,4 milhares (-27,2%).

c) Desempenho económico da UCP

O desempenho evidencia um EBITDA positivo de €517,8 milhares, que após contabilização das amortizações (€68,1 milhares), se reflete num RAI positivo de €449,7 milhares. Apesar do desvio orçamental favorável registado no total de Gastos e perdas operacionais (-€420,1 milhares), os rendimentos operacionais apresentaram um ligeiro desvio desfavorável (-€9,5 milhares), pelo que o desvio orçamental verificado no apuramento do RAI é favorável (€447,9 milhares).

O desempenho económico é bastante positivo quando comparamos com o período homólogo devido ao aumento dos rendimentos operacionais de 2023 para 2024 (€697,2 milhares), e a um aumento menos expressivo dos gastos operacionais (+€143,5 milhares; +7,0%). As depreciações também registam uma redução (-€25,4 milhares; -27,2%), obtendo um aumento do RAI de €579,1 milhares (+447,3%) comparativamente com o período anterior.

O resultado líquido desta Unidade ascende, no exercício de 2024, a €410,5 milhares.

The Other Income and Gains heading reflects the slightly favourable deviation from the budget (+€1.3 thousand; +1.5%) due to the amount spent on administrative offences (€790 thousand) and corrections to previous years (€10.4 thousand). In the 2024 financial year, it was decided not to allocate interest on short-term cash investments (CEDICs) to the UCP.

b) Operating Costs

With regard to total Operating Costs and Losses and compared to the same period in the previous year, there was an increase of €143.5 thousand (+7.0%), where we highlight the contribution of the increase in personnel expenses (€61.6 thousand; +4.0%), the increase in other costs and losses (€55.2 thousand, relating to court fees). On the other hand, there was a reduction in the cost of Other ES&S (-€23.3 thousand; -4.6%), and a reduction in the cost of provisions (-€50.0 thousand), relating to the reversal of 2023 compensation proceedings. From a budget perspective, there was a favourable deviation of €420.1 thousand (-16.1%), with the main favourable deviations being in Other ES&S (-€195.6 thousand; -28.7%), personnel expenses (-€298.1 thousand; -15.7%), and in the opposite direction, the increase in Other expenses and losses (€73.6 thousand; +238.1%). Under the Depreciation and Amortisation heading, there was also a favourable budget deviation of €37.2 thousand (-35.3%) and a decrease compared to the same period last year of €25.4 thousand (-27.2%).

c) UCP's economic performance

The performance shows a positive EBITDA of €517.8 thousand, which after accounting for amortisation (€68.1 thousand), is reflected in a positive RAI of €449.7 thousand. Despite the favourable budget deviation recorded in total operating costs (-€420.1 thousand), operating income showed a slight unfavourable deviation (-€9.5 thousand), so the budget deviation recorded in the RAI calculation is favourable (€447.9 thousand).

The economic performance is quite positive when compared to the same period last year due to the increase in operating income from 2023 to 2024 (€697.2 thousand), and a less significant increase in operating costs (+€ 143.5 thousand; +7.0%). Depreciation also fell (-€25.4 thousand; -27.2%), resulting in an increase in RAI of €579.1 thousand (+447.3%) compared to the previous period. This Unit's net earnings for the 2024 financial year totalled €410.5 thousand.

7.1.3 Global

Apresenta-se de seguida a demonstração de resultados globais:

7.1.3 Overall

The comprehensive income statement is presented below:

ENSE, E.P.E (€)	2024		2023		(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real		Orç.	Real	Valor	Δ%	Valor	Δ%
	(1)	(2)	(3)					
Vendas e serviços prestados <i>Sales and services provided</i>	56 777 941,25	57 391 272,38	39 553 635,94	-613 331,13	-1,1%	17 224 305,31	43,5%	
Outros rendimentos e ganhos <i>Other income and earnings</i>	1 934 533,68	103 213,64	150 025,10	1 831 320,04	1774,3%	1 784 508,58	1189,5%	
Total rendimentos operacionais <i>Total operating income</i>	58 712 474,93	57 494 486,02	39 703 661,04	1 217 988,91	2,1%	19 008 813,89	47,9%	
Subcontratos . Subcontracts	-34 505 175,19	-35 127 083,97	-25 978 395,32	-621 908,78	-1,8%	8 526 779,87	32,8%	
Armazenagem produtos de petróleo e petróleo bruto <i>Storage of petroleum products and crude oil</i>	-17 981 100,19	-18 076 783,32	-17 264 685,32	-95 683,13	-0,5%	716 414,87	4,1%	
Aquisição de tickets . Ticket acquisition	-16 524 075,00	-17 050 300,65	-8 713 710,00	-526 225,65	-3,1%	7 810 365,00	89,6%	
Outros FSE . Other FSE	-2 407 383,92	-5 224 282,83	-2 189 905,67	-2 816 898,91	-53,9%	217 478,25	9,9%	
Tratamento gasóleo POLNATO POLNATO diesel treatment	-7 526,39	-1 150 000,00	0,00	-1 142 473,61	-99,3%	7 526,39		
Outros FSE . Other FSE	-2 399 857,53	-4 074 282,83	-2 189 905,67	-1 674 425,30	-41,1%	209 951,86	9,6%	
Gastos com pessoal . Personnel expenses	-2 752 303,51	-3 153 678,39	-2 546 990,30	-401 374,88	-12,7%	205 313,21	8,1%	
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões) <i>Inventory adjustments (losses/reversals)</i>	1 461 010,69	0,00	-1 119 644,07	-1 461 010,69		-2 580 654,76	-230,5%	
Fundo Estatutário . Statutory Fund	-3 200 000,00	0,00	0,00	3 200 000,00		3 200 000,00		
Impariedade de dívidas a receber (perdas/ reversões) <i>Impairment of receivables (losses/reversals)</i>	-196 216,47	0,00	-34 540,59	196 216,47		161 675,88	468,1%	
Provisões (aumentos/reduções) <i>Provisions (increases/decreases)</i>	-329 548,65	0,00	-279 548,65	329 548,65		50 000,00	17,9%	
Outros gastos e perdas <i>Other expenses and losses</i>	-269 779,31	-61 626,02	-139 292,81	208 153,29	337,8%	130 486,50	93,7%	
Total de gastos e perdas operacionais <i>Total operating expenses and losses</i>	-42 199 396,36	-43 566 671,21	-32 288 317,41	-1 367 274,85	-3,1%	9 911 078,95	30,7%	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>Earnings before depreciation, financing expenses and taxes</i>	16 513 078,57	13 927 814,81	7 415 343,63	2 585 263,76	18,6%	9 097 734,94	122,7%	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização <i>Depreciation and amortization expenses/reversals</i>	-325 578,63	-402 001,00	-383 621,78	-76 422,37	-19,0%	-58 043,15	-15,1%	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operating income (before financing expenses and taxes)</i>	16 187 499,94	13 525 813,81	7 031 721,85	2 661 686,13	19,7%	9 155 778,09	130,2%	
Juros e gastos similares suportados <i>Interest and similar expenses incurred</i>	-14 216 619,96	-13 509 032,60	-12 318 075,61	707 587,36	5,2%	1 898 544,35	15,4%	
Resultado antes de impostos <i>Result before taxes</i>	1 970 879,98	16 781,21	-5 286 353,76	1 954 098,77		7 257 233,74		
Impostos sobre o rendimento do período <i>Income taxes for the period</i>	-42 463,25	0,00	-8 503,63	42 463,25		33 959,62	399,4%	
Resultado líquido do período <i>Net result for the period</i>	1 928 416,73	16 781,21	-5 294 857,39	1 911 635,52		7 223 274,12		

O Resultado Global está expurgado do efeito do serviço interno, pois sendo entre Unidades Operacionais internas, anulam-se.

The comprehensive earnings are net of the effect of internal services, as they cancel each other out between internal operating units.

Globalmente o desempenho da ENSE, em 2024, evidencia:

- Um robusto EBITDA positivo de €16 513,1 milhares, o que representa um aumento de €9 097,7 milhares (+122,7%) relativamente ao período homólogo e, um desvio orçamental favorável de €2 585,3 milhares (+18,6%). O aumento relativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao incremento dos rendimentos operacionais que compensou o aumento do gasto com aquisição de Tickets e armazenagem, o gasto (diminuto) com a operação de tratamento do gasóleo do Polnato, o incremento do gasto com o pessoal, outros FSE's e a constituição de fundo estatutário em 2024. Na perspetiva orçamental o desempenho é igualmente favorável na medida em que, para além do aumento dos rendimentos operacionais (principalmente por efeito dos juros obtidos com CEDIC's), observa-se igualmente o desvio favorável com o gasto com a aquisição de Tickets, armazenagem, outros FSE's, gastos com o pessoal e a reversão da perda por imparidade em inventário, apesar do desvio desfavorável ocorrido com a constituição do fundo estatutário, reforço da imparidade com dívidas de clientes, na continuação da constituição da provisão para as operações de rotação do produto do Polnato e em outros gastos e perdas.
- Resultado Antes de Imposto registou um substancial aumento relativamente ao exercício anterior de €7 257,2 milhares, cifrando-se em €1 970,9 milhares e, em termos orçamentais, um desvio também favorável de €1 954,1 milhares.
- O Resultado líquido do ano de 2024 ascendeu a €1 928,4 milhares, traduz um aumento relativamente ao período homólogo de €7 223,3 milhares, e um desvio orçamental favorável de €1 911,6 milhares.

No que concerne aos rendimentos operacionais, observa-se tanto uma variação homóloga positiva de €19 008,8 milhares (+47,9%), como um desvio orçamental favorável de €1 218,60 milhares (+2,1%). Todavia, na perspetiva orçamental, assinala-se um desvio desfavorável em prestação de serviços (-€613,3 milhares; -1,1%) e um desvio francamente favorável de juros de aplicações de tesouraria de curto prazo sob forma de CEDIC's (1 831,3 milhares; +1 774,3%). Na perspetiva da comparação com o período homólogo, a variação é positiva, tanto em prestação de serviços (€17 224,3 milhares; +43,5%), como nos juros de aplicações financeiras (€1 784,5 milhares; +1 190%). No que diz respeito aos Gastos e Perdas Operacionais, a variação homóloga negativa no montante de €9 911,1 milhares (+30,7%) reflete o aumento verificado nas diversas rúbricas de gastos, em sentido contrário

Overall, ENSE's performance in 2024 shows:

- A robust positive EBITDA of €16,513.1 thousand, which represents an increase of €9,097.7 thousand (+122.7%) compared to the same period last year, and a favourable budget variance of €2,585.3 thousand (+18.6%). The year-on-year increase is mainly due to the increase in operating income, which offset the increase in ticket purchases and storage costs, the (small) cost of the Polnato diesel treatment operation, the increase in personnel expenses, other ES&S and the creation of a statutory fund in 2024. From a budget perspective, performance is also favourable in that, in addition to the increase in operating income (mainly due to the effect of interest obtained from CEDICs), there is also a favourable deviation with expenditure on the purchase of tickets, storage, other ES&S, personnel expenses and the reversal of the impairment loss on inventory, despite the unfavourable deviation with the setting up of the statutory fund, reinforcement of the impairment on customer debts, the continued setting up of the provision for the Polnato product rotation operations and other costs and losses.
- Pre-Tax Earnings showed a substantial increase on the previous year of €7,257.2 thousand, standing at €1,970.9 thousand and, in budget terms, a favourable deviation of €1,954.1 thousand.
- Net earnings for 2024 totalled €1,928.4 thousand, an increase on the same period last year of €7,223.3 thousand and a favourable budget deviation of €1,911.6 thousand.

With regard to operating income, there was both a positive year-on-year change of €19,008.8 thousand (+47.9%) and a favourable budget deviation of €1,218.60 thousand (+2.1%). However, from a budget perspective, there was an unfavourable deviation in services provided (-€613.3 thousand; -1.1%) and a frankly favourable deviation in interest on short-term treasury applications in the form of CEDICs (€1,831.3 thousand; +1,774.3%). Compared to the same period in the previous year, the variation was positive, both in services provided (€17,224.3 thousand; +43.5%) and interest on financial investments (€1,784.5 thousand; +1,190%).

As far as Operating Costs and Losses are concerned, the negative year-on-year change of €9,911.1 thousand (+30.7%) reflects the increase in the various expense headings, while there was a favourable budget deviation of -€1,367.3 thousand (-3.1%), largely reflecting the under-budget expenditure on other ES&S and the reversal of the impairment loss on inventory.

The most significant year-on-year variations and budget

assistiu-se a um desvio orçamental favorável no valor de -€1 367,3 milhares (-3,1%) reflexo, em grande medida, do gasto, abaixo do orçamento, com outros FSE's e da reversão da perda por imparidade no inventário. As variações homólogas e os desvios orçamentais mais significativos ocorridos nos Gastos Operacionais globais são os seguintes:

- Variação homóloga negativa significativa relacionada, em grande medida, com o aumento do gasto com a aquisição de tickets no valor de €7 810,4 milhares e a constituição de fundo estatutário no valor de €3 200,0 milhares, relacionados com a atividade da URP. Desvio orçamental favorável também relacionado principalmente com outros FSE's, no valor de -€2 816,9 milhares e a reversão da perda por imparidade em inventário (fuelóleo) no valor de €1 461,0 milhares.
 - Variação homóloga negativa em outros FSE (excluindo operação de tratamento de gasóleo no Polnato), em função do aumento do gasto no valor de €210,0 milhares (+9,6%), devido ao aumento dos gastos com serviços especializados na URP (expurgando o aumento do gasto com o serviço interno). O desvio orçamental é favorável (-€1 674,4 milhares; -41,1%) e resulta principalmente do desvio favorável na URP de serviços de operação, manutenção e consultoria do Polnato e trabalhos especializados na UCP.
 - No que diz respeito aos Custos com o Pessoal, registou-se uma variação homóloga negativa considerando o aumento do gasto no valor de €205,3 milhares (+8,1%). Esta diferença é justificada por: relativamente baixa execução do ano de 2023 que foi influenciada por baixas médicas, baixas de parentalidade e colaboradores que tinham saída e foram substituídos ao longo do ano 2023. Por outro lado o aumento verificado em 2024, decorre de entrada de novo trabalhador, dos aumentos salariais previstos de 3%-5%, de acordo com despacho do Secretário de Estado das Finanças de 2912.2023.
- Como consequência do aumento das remunerações, verificou-se um acréscimo dos encargos sobre remunerações bem como do seguro de acidentes de trabalho.
- Contribui ainda para esta diferença a aquisição de equipamentos de proteção individual.
- Na perspetiva orçamental assistiu-se ao inverso, um desvio orçamental favorável no montante de € 401,4 milhares (-12,7%), devido à previsão (em sede de orçamento) da entrada do 3º vogal do Conselho de Administração, de trabalhadores substitutos no início do ano e que apenas ocorreram no decurso do ano.

deviations in overall Operating Costs are as follows:

- Significant negative year-on-year variation largely related to the increase in expenditure on the purchase of tickets in the amount of €7,810.4 thousand and the constitution of a statutory fund in the amount of €3,200.0 thousand, related to the URP activity. A favourable budget variance also related mainly to other ES&S, in the amount of -€2,816.9 thousand and the reversal of the impairment loss on inventory (fuel oil) in the amount of €1,461.0 thousand.
 - Negative year-on-year change in other ES&S (excluding the diesel treatment operation at Polnato), due to the increase in expenditure of €210.0 thousand (+9.6%), due to the increase in expenditure on specialised services at URP (excluding the increase in expenditure on internal service). The budget deviation is favourable (-€1,674.4 thousand; -41.1%) and is mainly the result of the favourable deviation in the URP for Polnato operation, maintenance and consultancy services and specialised work in the UCP.
 - With regard to Personnel Expenses, there was a negative year-on-year variation considering the increase in expenditure of €205.3 thousand (+8.1%). This difference is explained by: the relatively low execution of 2023, which was influenced by sick leave, maternity leave and employees who had left and were replaced during 2023. On the other hand, the increase seen in 2024 is due to the entry of new employees and the planned 3%-5% salary increases, in accordance with the order issued by the Secretary of State for Finance on 29 December 2023.
- As a result of the increase in salaries, there was an increase in charges on salaries as well as labour accident insurance.
- The purchase of personal protective equipment also contributed to this difference.
- From a budget point of view, there was the opposite, a favourable budget deviation of €401.4 thousand (-12.7%), due to the forecast (in the budget) of the 3rd member of the Board of Directors joining the company, of replacement workers at the start of the year and which only occurred during the year.
- Impairment losses on trade Receivables exclusively affect URP, and recorded a negative year-on-year variation insofar as new impairment losses were recorded for three operators totalling €196.2 thousand. From a budget perspective, the increase in impairment losses on customers stems from the net value obtained

- As perdas por imparidades de Dívidas a Receber em clientes tem afetado exclusivamente a URP, e registaram uma variação homóloga negativa na medida em que foi contabilizada a constituição de novas perdas por imparidade em três operadores no montante global de €196,2 milhares.

Na perspetiva orçamental o aumento das perdas por imparidade em clientes advém do valor líquido obtido, por aplicação das reversões/perdas indicadas no parágrafo anterior, e atento o facto desta entidade tem mantido como política não orçamentar imparidades.

- Reforço de Provisão no valor de €329,5 milhares atento a provisão iniciada em 2022 e o cenário previsto para efetuar o gasto da rotação até 2027, atento os valores estimados para a totalidade da operação de requalificação da qualidade do produto do Polnato.

- As amortizações e depreciações do exercício registaram uma diminuição em termos homólogos (-€58,0 milhares; -15,1%) e um desvio orçamental favorável de €76,4 milhares (-19,0%) e tem sobretudo a ver com o facto dos investimentos previstos para ativos tangíveis, principalmente as intervenções sobre oleodutos e instalações do Polnato decorrerem em procedimento concursal internacional, e constituirem operações plurianuais, sendo que estas amortizações apenas afetam os exercícios seguintes.

- No que concerne à rubrica de Juros e Gastos Similares evidenciou-se uma variação homóloga negativa, com o aumento dos juros pagos do empréstimo obrigacionista em curso, no montante de €1 898,5 milhares (€12 318,1 milhares em 2023 contra €14 216,6 milhares em 2024, que representa +15,4%). Em termos orçamentais o desvio é desfavorável e ascende a €707,6 milhares (€14 216,6 milhares em 2024 contra €13 509,0 milhares de orçamento 2024, que representa +5,2%). Esta evolução dos juros pagos decorre do incremento das taxas de Juro do mercado monetário, com efeito sobre os Indexantes EURIBOR em todos os prazos.

O valor das Reservas, a 31/12/2024, está sintetizado no mapa seguinte.

by applying the reversals/losses indicated in the previous paragraph, and given the fact that this organisation has maintained a policy of not budgeting for impairments.

- Reinforcement of the Provision in the amount of €329.5 thousand in view of the provision started in 2022 and the scenario envisaged for spending the rotation until 2027, in view of the estimated values for the entire Polnato product quality requalification operation.*

- Depreciation and amortisation for the year fell year-on-year (-€58.0 thousand; -15.1%) and had a favourable budget variance of €76.4 thousand (-19.0%) and is mainly due to the fact that the investments planned for tangible assets, mainly the work on the oil pipelines and Polnato facilities, are being carried out under an international tendering procedure and are multi-annual operations, with these depreciations only affecting subsequent years.*

- With regard to Interest and Similar Expenses, there was a negative year-on-year variation, with an increase in interest paid on the bond loan in progress, totalling €1,898.5 thousand (€12,318.1 thousand in 2023 against €14,216.6 thousand in 2024, which represents +15.4%). In budget terms, the deviation is unfavourable and amounts to €707.6 thousand (€14,216.6 thousand in 2024 against €13,509.0 thousand in the 2024 budget, which represents +5.2%). This increase in interest paid stems from the rise in money market interest rates, with an effect on the EURIBOR index for all maturities.*

The value of the Reserves as at 31/12/2024 is summarised in the following table.

	Valor de Mercado vs Custo Aquisição (cotações 31.12.2024)					
				Valor Mercado (€) Market Value (€)	Custo Aquisição (€) Purchase Cost (€)	Δ (€)
	\$/T	€/\$	€/T			
Crude oil	539,21	1,044	516,49	277 912 668,84	158 943 915,82	118 968 753,02
Gasoline	718,50	1,044	688,22	35 374 425,29	24 143 300,70	11 231 124,59
Middle-distillates	705,00	1,044	675,29	201 159 438,16	169 083 638,32	32 075 799,84
Fuel-oil	478,63	1,044	458,46	20 630 603,45	21 090 958,66	-460 355,21
LPG	575,00	1,044	550,77	3 304 597,70	2 174 624,91	1 129 972,79
				538 381 733,44	375 436 438,41	162 945 295,03

As Reservas, tendo por base a cotação do Brent a 31/12, no valor de \$74,58 por Barril, ascendem como se constata, a €375 436,4 milhares valorizadas ao seu custo de aquisição, que deduzidas do valor de imparidade no montante de €460,4 milhares, resulta assim num valor líquido de €374 976,1 milhares.

Os dados referentes ao inventário são obtidos através de auditor externo.

7.2 Análise Patrimonial - Global

O quadro seguinte mostra os principais indicadores do balanço.

ENSE, E.P.E (€)	2024		2023		(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real	Orç.	Real	Valor	Δ%	Valor	Δ%	
(1)	(2)	(3)						
Ativo Líquido . Net Assets	465 487 858,66	457 078 701,76	456 391 256,17	8 409 156,90	1,8%	9 096 602,49	2,0%	
Estado (Ativo) . Status (Active)	402 239,29		2 697,77	947,77		399 541,52		401 291,52
Capital Próprio . Equity	85 351 160,11	82 856 634,72	80 222 743,38	2 494 525,39	3,0%	5 128 416,73	6,4%	
Estado (passivo) . State (passive)	2 223 261,12	2 302 752,92	1 661 905,55	-79 491,80	-3,5%	561 355,57	33,8%	
Passivo total . Total liabilities	380 136 698,55	374 205 285,83	376 168 512,79	5 931 412,72	1,6%	3 968 185,76	1,1%	
Ativos tangíveis/intangíveis Tangible/intangible assets	1 679 137,15	7 180 271,45	1 761 040,10	-5 501 134,30	-76,6%	-81 902,95	-4,7%	
Reservas de produtos petrolíferos Petroleum product reserves	374 976 083,21	374 646 002,37	373 493 453,40	330 080,84	0,1%	1 482 629,81	0,4%	
Endividamento . Debt	365 277 436,64	364 620 793,76	365 754 925,11	656 642,88	0,2%	-477 488,47	-0,1%	
Saldo de tesouraria . Treasury balance	77 708 166,39	66 497 623,39	73 280 839,53	11 210 543,00	16,9%	4 427 326,86	6,0%	

No que concerne à estrutura patrimonial, destacam-se os seguintes parâmetros:

- a) Aumento do Ativo Líquido em termos homólogos, que resulta essencialmente do aumento da rubrica de Inventários (reversão da perda por imparidade), de Clientes, de Outras Contas a Receber e disponibilidades;
- b) As Disponibilidades aumentam, relativamente ao período homólogo, no montante de €4 427,3 milhares (+6,0%);
- c) A Situação Líquida revela um incremento relativamente ao ano anterior, a qual é explicada pela constituição do Fundo Estatutário e resultado líquido do exercício;
- d) O Passivo Corrente aumentou devido sobretudo ao incremento das rubricas de fornecedores, Estado (Iva a pagar) e outras contas a pagar (especialização da renda do Polnato);
- e) O Passivo Não Corrente aumenta relativamente ao ano anterior, que é essencialmente explicado pelo aumento de provisões;
- f) O endividamento diz respeito ao Empréstimo Obrigacionista (€360 milhões) constando a separação entre Passivo Corrente e Passivo Não Corrente (a

Reserves, based on the Brent price on 31 December of \$74.58 per barrel, amount to €375,436.4 thousand, valued at their purchase cost, which, after deducting the impairment loss of €460.4 thousand, results in a net value of €374,976.1 thousand.

Inventory data is obtained from an external auditor.

7.2 Asset Analysis - Overall

The following table shows the main balance sheet indicators.

As far as the asset structure is concerned, the following parameters stand out:

- a) A year-on-year increase in Net Assets, which is essentially the result of an increase in Inventories (reversal of impairment losses), Customers, Other Receivables and Cash and Cash Equivalents;
- b) Cash and cash equivalents increased by €4,427.3 thousand (+6.0%) year-on-year;
- c) Net Worth shows an increase on the previous year, which is explained by the constitution of the Statutory Fund and the net earnings for the year;
- d) Current Liabilities increased mainly due to the increase in suppliers, the State (VAT payable) and other payables (specialisation of the Polnato rent);
- e) Non-Current Liabilities increased compared to the previous year, which is essentially explained by the increase in provisions;
- f) Indebtedness relates to the Bond Loan (€360 million), with a separation between Current Liabilities and Non-Current Liabilities (the variation is mainly due to the specialisation of Interest).

variação que existe refere-se maioritariamente à especialização de Juros).

7.3 Análise de Tesouraria - Global

O exercício teve um desempenho favorável de Fluxos de Caixa, devido principalmente ao aumento do fluxo das atividades operacionais.

O desempenho do fluxo das atividades operacionais é bastante positivo (+€10 889,6 milhares) e deve-se: ao incremento substancial dos recebimentos de clientes (+€22 707,0 milhares) que compensou, tanto o aumento de pagamentos a fornecedores (+€6 936,4 milhares), que é explicado pelo aumento do preço dos tickets, bem como o aumento na rubrica de pagamentos ao pessoal (+€241,1 milhares) e outros pagamentos da atividade operacional (+€4 639,9 milhares), que está relacionado com o aumento de IVA a pagar.

O desempenho dos fluxos das atividades de investimento é positivo e reflete sobretudo o aumento de juros de aplicações financeiras de curto prazo sob forma de CEDIC's (+€1 745,1 milhares), face ao período homólogo. O saldo dos fluxos da atividade de financiamento é negativo de €7 523,6 milhares e está associado ao pagamento de juros e gastos com o Empréstimo Obrigacionista.

O saldo de Caixa e equivalentes, no final do período é de €77 708,3 milhares o que representa um aumento de +€4 427,4 milhares, relativamente ao ano anterior (€73 280,8 milhares).

7.4 Investimento

No ano de 2024, comparativamente com o ano anterior, o investimento líquido realizado em ativos fixos tangíveis registou uma diminuição de €81,9 milhares, essencialmente justificado pelo tempo despendido com o desenvolvimento de procedimento concursais adequados ao programa de investimentos na POL NATO.

7.5 Endividamento

O endividamento atual resume-se ao Empréstimo Obrigacionista em curso, no valor de €360 milhões.

7.3 Treasury Analysis - Overall

The year saw a favourable cash flow performance, mainly due to the increase in the flow from operating activities. The performance of the flow from operating activities is very positive (+€10,889.6 thousand) and is due to: the substantial increase in receipts from customers (+€22,707.0 thousand) which offset both the increase in payments to suppliers (+€6,936.4 thousand), which is explained by the increase in the price of tickets, as well as the increase in payments to personnel (+€241.1 thousand) and other payments from operating activities (+€4,639.9 thousand), which is related to the increase in VAT payable.

The performance of investment activity flows is positive and mainly reflects the increase in interest on short-term financial investments in the form of CEDICs (+€1,745.1 thousand) compared to the same period last year. The balance of financing activity flows is negative at €7,523.6 thousand and is associated with the payment of interest and expenses with the Bond Loan.

The balance of Cash and cash equivalents at the end of the period totalled €77,708.3 thousand, an increase of €4,427.4 thousand on the previous year (€73,280.8 thousand).

7.4 Investment

In 2024, compared to the previous year, net investment in tangible fixed assets fell by €81.9 thousand, essentially due to the time spent developing the appropriate tender procedures for the investment programme at POL NATO.

7.5 Indebtedness

Current indebtedness is summarised in the Bond Loan in progress, worth €360 million.

7.6. Prazos Médios de Pagamento e Recebimento

O Prazo Médio de Pagamento, situou-se em 21 dias, dois dias mais que o prazo calculado no ano transato (19). O Prazo Médio de Recebimentos foi de 27 dias superior aos 22 dias apurados no ano anterior. Relativamente a este último indicador, apresenta-se o seguinte quadro que sintetiza a distribuição dos valores de dívida de clientes a 31/12/2024:

Cliente	Dívida	%
Cliente 1	1 677 516,11 €	24,36%
Cliente 2	1 505 152,06 €	21,86%
Cliente 3	1 435 049,94 €	20,84%
Cliente 4	896 213,70 €	13,01%
Cliente 5	846 133,26 €	12,29%
Cliente 6	218 350,79 €	3,17%
Cliente 7	98 333,18 €	1,43%
Cliente 8	87 857,10 €	1,28%
Cliente 9	66 286,88 €	0,96%
Outros	55 847,04 €	0,81%
Total Geral	6 886 740,06 €	100%

Sobre a dívida total vencida assinalada refira-se que estão contabilizadas perdas por imparidade acumuladas no valor de €3 766 819,33.

De referir que relativamente à dívida vencida não objeto de contabilização de imparidades (cerca de €3,1 milhões), está concentrada em dois clientes com acordos de pagamento em curso.

7.7. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE:

Esta execução tem subjacente uma lógica de entrada e saída de fluxo de tesouraria.

7.6 Average Payment and Receipt Periods

The Average Payment Period was 21 days, two days longer than the period calculated last year (19).

The Average Collection Period was 27 days longer than the 22 days recorded in the previous year.

With regard to this last indicator, the following table summarises the distribution of customer debt values as at 31/12/2024:

Cliente	Dívida	%
Cliente 1	1 677 516,11 €	24,36%
Cliente 2	1 505 152,06 €	21,86%
Cliente 3	1 435 049,94 €	20,84%
Cliente 4	896 213,70 €	13,01%
Cliente 5	846 133,26 €	12,29%
Cliente 6	218 350,79 €	3,17%
Cliente 7	98 333,18 €	1,43%
Cliente 8	87 857,10 €	1,28%
Cliente 9	66 286,88 €	0,96%
Outros	55 847,04 €	0,81%
Total Geral	6 886 740,06 €	100%

With regard to the total debt due, it should be noted that accumulated impairment losses totalling €3,766,819.33 have been accounted for.

It should be noted that the debt due not subject to impairment accounting (around €3.1 million) is concentrated in two customers with payment agreements in progress.

7.7 Degree of execution of the budget uploaded to SIGO/SOE:

This execution is based on a logic of cash flow inflows and outflows.

EUR

Execução Orçamental . Budget Execution 2024 ENSE, E.P.E. Orçamento de Atividades Activity Budget			Dotação . Allocation			Execução Acumulada Execution Accumulated			Desvios . Variance		
RCE	Códigos - Classificador anexado ao DL n° 26/2002	Designação . Name	Budget Proposal 2024	Orcamento 2024 (Aprovado)	Orcamento 2024 (Aprovado) - Após Cátivos LOE2024	Dotação Corrigida - Conta Retenções 2024(1)	Receita Liquidada / Compromissos Assumidos(2)	Receita Cobrada Total / Total Despesas Pagas(3)	Dot. Corrig. Vs Rec. Liquidada / Compromissos (4)=(1)-(2)	Dot. Corrig. Vs Cobrada / Desp. Pagas (5)=(1)-(3)	
R.01		Impostos diretos . Direct taxes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.02		Impostos indiretos . Indirect taxes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.03		Contribuições de Segurança Social . Social security contributions	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.04	04	Taxas, multas e outras penalidades Fees, fines and other penalties	35 000,00	35 000,00	35 000,00	85 745,00	84 393,87	84 393,87	1 351,13	1 351,13	
		Multas e outras penalidades . Fines and other penalties	35 000,00	35 000,00	35 000,00	85 745,00	84 393,87	84 393,87	1 351,13	1 351,13	
R.05	05	Rendimentos da propriedade . Property income	0,00	0,00	0,00	1 775 020,00	1 775 019,02	1 775 019,02	0,98	0,98	
		Juros - Administração Pública . Interest - Public Administration	0,00	0,00	0,00	1 775 020,00	1 775 019,02	1 775 019,02	0,98	0,98	
R.07	07	Venda de bens e serviços correntes Sale of current goods and services	76 484 382,00	76 484 382,00	76 484 382,00	74 658 617,00	68 237 749,25	66 498 975,16	6 420 867,75	8 159 641,84	
		Venda de serviços . Selling services	76 484 382,00	76 484 382,00	76 484 382,00	74 658 617,00	68 237 749,25	66 498 975,16	6 420 867,75	8 159 641,84	
R.06 + R.10	08	Outras Receitas Correntes . Other Current Income	26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	0,00	0,00	26 000,00	26 000,00	
		Outras . Other	26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	0,00	0,00	26 000,00	26 000,00	
R.11	11	Ativos Financeiros . Financial Assets	0,00	0,00	0,00	3 000 000,00	0,00	3 000 000,00	3 000 000,00	0,00	
		Titulos a curto prazo . Short-term securities	0,00	0,00	0,00	3 000 000,00	0,00	3 000 000,00	3 000 000,00	0,00	
R.12	12	Passivos Financeiros . Financial Liabilities	1 250 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00	0,00	0,00	1 250 000,00	1 250 000,00	
		Empréstimos a médio e longo prazo . Medium and long term loans	1 250 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00	1 250 000,00	0,00	0,00	1 250 000,00	1 250 000,00	
Total Receita . Total Revenue			77 795 382,00	77 795 382,00	77 795 382,00	80 795 382,00	70 097 162,14	71 358 388,05	10 698 219,86	9 436 993,95	
D.01	01	Despesas com o pessoal . Staff costs	3 106 069,00	3 106 069,00	3 106 069,00	3 156 069,00	2 809 810,37	2 681 141,87	346 258,63	474 927,13	
		Remunerações certas e permanentes . Fixed and permanent salaries	2 437 199,00	2 437 199,00	2 437 199,00	2 437 199,00	2 189 900,26	2 112 393,98	247 298,74	324 805,02	
		Abonos Variáveis ou eventuais . Variable or occasional allowances	67 877,00	67 877,00	67 877,00	74 979,00	33 495,64	33 495,64	41 482,36	41 482,36	
		Segurança Social . Social Security	600 993,00	600 993,00	600 993,00	643 892,00	588 414,47	535 252,25	57 477,53	108 639,75	
D.02	02	Aquisição de bens e serviços . Purchase of goods and services	47 244 644,00	24 698 897,00	18 629 766,00	33 612 109,00	37 752 382,82	34 296 554,41	-4 140 273,82	-684 445,41	
		Aquisição de bens . Purchase of goods	869 574,00	103 574,00	87 935,00	95 835,00	64 451,49	60 842,37	31 383,51	34 992,63	
		Aquisição de serviços . Purchase of services (FF 513 e 522)	46 375 070,00	24 595 323,00	18 541 831,00	33 516 274,00	37 687 931,33	34 235 712,04	-4 171 657,33	-719 438,04	
D.03	03	Juros e outros encargos . Interest and other charges	14 116 440,00	14 116 440,00	14 116 440,00	14 757 440,00	14 746 571,43	14 745 933,21	10 868,57	11 506,79	
		Juros da Dívida Pública . Public Debt Interest	14 060 719,00	14 060 719,00	14 060 719,00	14 701 719,00	14 699 049,97	14 699 049,97	2 669,03	2 669,03	
		Outras despesas . Other expenses	55 721,00	55 721,00	55 721,00	55 721,00	47 521,46	46 883,24	8 199,54	8 837,76	
D.07	07	Aquisição de bens de capital . Acquisition of capital goods	1 556 319,00	1 556 319,00	1 556 319,00	1 571 319,00	261 779,95	192 493,12	1 309 539,05	1 378 825,88	
		Investimentos . Investments	1 556 319,00	1 556 319,00	1 556 319,00	1 571 319,00	261 779,95	192 493,12	1 309 539,05	1 378 825,88	
D.06 + D.11	06	Outras despesas . Other expenses	10 506 950,00	10 506 950,00	8 493 689,00	12 075 689,00	11 963 495,85	11 963 274,47	112 193,15	112 414,53	
			10 506 950,00	10 506 950,00	8 493 689,00	12 075 689,00	11 963 495,85	11 963 274,47	112 193,15	112 414,53	
D.09 + D.10	09	Ativos/Passivos Financeiros . Financial Assets/Liabilities (c)	0,00	22 545 747,00	22 545 747,00	9 344 535,00	6 300 000,00	6 300 000,00	3 044 535,00	3 044 535,00	
			0,00	22 545 747,00	22 545 747,00	9 344 535,00	6 300 000,00	6 300 000,00	3 044 535,00	3 044 535,00	
Total Despesa . Total Expenditure			76 530 422,00	76 530 422,00	68 448 030,00	74 517 161,00	73 834 040,42	70 179 397,08	683 120,58	4 337 763,92	
Receita Efectiva . Effective Revenue (a)			77 795 382,00	77 795 382,00	77 795 382,00	80 795 382,00	70 097 162,14	71 358 388,05			
Despesa Efectiva . Effective Expenses (b)			76 530 422,00	76 530 422,00	68 448 030,00	74 517 161,00	73 834 040,42	70 179 397,08			
Receita Efectiva (expurgando efeito de CEDIC) Effective Revenue (excluding the effect of CEDIC (9)) (c)			77 795 382,00	77 795 382,00	77 795 382,00	77 795 382,00	70 097 162,14	68 358 388,05			
Despesa Efectiva (expurgando efeito de CEDIC) Effective Expenses (excluding the effect of CEDIC (09)) (d)			76 530 422,00	53 984 675,00	45 902 283,00	65 172 626,00	67 534 040,42	63 879 397,08			
Saldo Global . Overall Balance (c) = (a) - (b)			1 264 960,00	1 264 960,00	9 347 352,00	6 278 221,00	-3 736 878,28	1 178 990,97			
Saldo Global (expurgando efeito CEDIC) Overall Balance (excluding CEDIC impact) (f) = (c) - (d)			1 264 960,00	23 810 707,00	31 893 099,00	12 622 756,00	2 563 121,72	4 478 990,97			
Operações extraorçamentais . Off-budget operations											
R.16	FF 522 - 16.01.03	Saldo de Gerência Anterior - Atividades . Previous Management Balance - Activities									4 654 302,42
R.17	FF 522 - 17.02.00	Receitas extraorçamentais (ano anterior) . Extra-budgetary revenue (previous year)									225 218,42
R.17	FF 513 - 17.02.00	Receitas extraorçamentais (ano execução) . Off-budget revenue (year of implementation)									168 151,80
D.12	FF 513 - 12.02.00	Despesas extraorçamentais (ano execução) . Extra-budgetary expenditure (year of implementation)									219 815,91
CATIVO LOE . LOE RETENTION: - 8 082 392,00 DESCATIVO . DECATIVE: 6 069 131,00											

EUR

Execução Orçamental . Budget Execution 2024 ENSE, E.P.E. Orçamento de Projetos Project Budget			Dotação . Allocation				Execução Acumulada Execution Accumulated		Desvios . Variance	
RCE	Códigos - Classificador anexo ao DL nº 26/2002 Codes - Classifier annexed to Decree-Law no. 26/2002	Designação . Name	Proposta Orçamento 2024 Budget Proposal 2024	Orçamento 2024 (Aprovado) Budget 2024 (Approved)	Orçamento 2024 (Aprovado) - Após Catives LOE2024 Budget 2024 (Approved) - After LOE2024 Retentions	Dotação Corrigida - Conta Gerência 2024 (1) Corrected Allocation - Management Account 2023 (1)	Receita Liquidada / Compromissos Assumidos (2) Settled Revenue / Commitments Undertaken (2)	Receita Cobrada Total / Total Despesas Pagas (3) Total Collected Revenue / Total Expenses Paid (3)	Dot. Corrig. Vs Rec. Liquidada / Compromissos (4)=(1)-(2) Cor. Alloc. Vs Settled Rev. / Commitment (4)=(1)-(2)	Dot. Corrig. Vs Rec. Cobrada / Desp. Pagas (5)=(1)-(3) Cor. Alloc. Vs Collected Rev. / Expenses Paid (5)=(1)-(3)
R.07	07	Venda de bens e serviços correntes Sale of current goods and services	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	07.02	Venda de serviços . Selling services	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	4 000 000,00	4 000 000,00
Total Receita . Total Revenue			4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07	07	Aquisição de bens de capital Acquisition of capital goods	4 000 000,00	4 000 000,00	3 500 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	07.01	Investimentos . Investments	4 000 000,00	4 000 000,00	3 500 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	4 000 000,00	4 000 000,00
Total Despesa . Total Expenditure			4 000 000,00	4 000 000,00	3 500 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Efectiva . Effective Revenue (a)			4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00		
Despesa Efectiva . Effective Expenses (b)			4 000 000,00	4 000 000,00	3 500 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00		
Saldo Global . Overall Balance (c) = (a) - (b)			0,00	0,00	500 000,00	0,00	0,00	0,00		
Operações extraorçamentais . Off-budget operations										
R.16	FF 522 - 16.01.03.0178	Saldo de Gerência Anterior - Projetos Previous Management Balance - Projects			401 318,69					
CATIVO LOE . LOE RETENTION: -500 000,00 DESCATIVO . DECATIVE: 500 000,00										

Dotação . Allocation				Execução Acumulada Execution Accumulated			
Proposta Orçamento 2024 Budget Proposal 2024	Orçamento 2024 (Aprovado) Budget 2024 (Approved)	Orçamento 2024 (Aprovado) - Após Catives LOE2024 Budget 2024 (Approved) - After LOE2024 Retentions	Dotação Corrigida - Conta Gerência 2024 (1) Corrected Allocation - Management Account 2024 (1)	Receita Liquidada / Compromissos Assumidos (2) Settled Revenue / Commitments Undertaken (2)	Receita Cobrada Total / Total Despesas Pagas (3) Total Collected Revenue / Total Expenses Paid (3)		
RECEITA . REVENUE	81 795 382,00	81 795 382,00	81 795 382,00	84 795 382,00	70 097 162,14	71 358 388,05	
DESPESA . EXPENDITURE	80 530 422,00	80 530 422,00	71 948 030,00	78 517 161,00	73 834 040,42	70 179 397,08	
RECEITA (EXPURGADO CEDIC(09)) REVENUE (EXCLUDING CEDIC(09))	81 795 382,00	81 795 382,00	81 795 382,00	81 795 382,00	70 097 162,14	68 358 388,05	
DESPESA (EXPURGADO CEDIC(09)) EXPENDITURE (EXCLUDING CEDIC(09))	80 530 422,00	57 984 675,00	49 402 283,00	69 172 626,00	67 534 040,42	63 879 397,08	
TOTAL	1 264 960,00	1 264 960,00	9 847 352,00	6 278 221,00	-3 736 878,28	1 178 990,97	
TOTAL (EXPURGADO CEDIC(09)) (EXCLUDING CEDIC(09))	1 264 960,00	23 810 707,00	32 393 099,00	12 622 756,00	2 563 121,72	4 478 990,97	

ORÇAMENTO DE ATIVIDADES

Notas prévias:

- A versão do PAO 2024 entregue na DGO difere do entregue na DGTF, uma vez que não foi possível alterar a versão já submetida para o Orçamento de Estado;
- Ao Orçamento proposto foi imposto um cativo global de €8.582,4 milhares, distribuídos pelo orçamento de atividades (€8.082,4 milhares) e pelo orçamento de projetos (€500,0 milhares). A ENSE procedeu ao pedido de descartivo tendo sido o mesmo parcialmente concedido (€6.569,1 milhares);
- Adicionalmente, foi utilizado em 2024 um mecanismo de reafectação de verbas tendo sido retidos valores dos diversos agrupamentos e afetos à rubrica orçamental 09.02.05, rubrica esta que necessita de autorização do

ACTIVITY BUDGET

Preliminary notes:

- The version of the 2024 Activity Plan and Budget submitted to the DGO differs from the one submitted to the DGTF, as it was not possible to change the version already submitted for the State Budget;
- An overall captive budget of €8,582.4 thousand was imposed on the proposed budget, distributed between the activities budget (€8,082.4 thousand) and the projects budget (€500.0 thousand). ENSE applied for a waiver, which was partially granted (€6,569.1 thousand);
- In addition, a mechanism for reallocating funds was used in 2024, with amounts being withheld from the various groupings and allocated to budget line 09.02.05, which requires authorisation from the member of the

nomeadamente no que se refere a pagamento de juros do empréstimo obracionista, pagamento de impostos (como é o caso do IVA), pagamento de reservas de petróleo e produtos derivados por forma a satisfazer as obrigações Europeias do Estado Português, como os salários dos trabalhadores, as despesas foram executadas, criando um desvio negativo entre as despesas pagas e a dotação disponível em algumas rubricas específicas.

Desta forma, e no que respeita à execução orçamental do orçamento de atividades, apuraram-se os desvios de acordo com o quadro supra:

- coluna (4) – Desvio entre Receita liquidada/ Compromissos e a Dotação Corrigida Final;
 - coluna (5) - Desvio entre Receita Cobrada/Despesas Pagas e a Dotação Corrigida Final;
- Os desvios orçamentais apurados, no que concerne à receita, na perspetiva da dotação da receita efetivamente cobrada comparativamente com a receita prevista em sede de orçamento, conforme a coluna (5), são os seguintes:
- agrupamento 04 – taxas, multas e outras penalidades: o valor executado foi superior ao valor orçamentado pelo facto de ter existido um aumento do produto de coimas obtido pela instrução de processos contraordenação;
 - agrupamento 05 – juros de aplicações: o valor executado encontra-se em linha com a dotação corrigida. O valor executado, de €1 775,0 milhares, não estava previsto em sede de orçamento dado não ser possível antever a existência de pagamento de juros nas aplicações CEDIC nem as respetivas taxas. Neste sentido foi efetuada a alteração orçamental do valor executado por contrapartida do agrupamento 07;
 - agrupamento 07 – prestações de serviços: o desvio desfavorável de €8.159,6 milhares quanto à receita cobrada, é justificado, parcialmente, pelos incumpridores de pagamento de reservas não obstante o facto de se ter conseguido recuperar parte da dívida vencida através de execuções fiscais e acordos de pagamento junto de operadores obrigados. Adicionalmente, concorre para este desvio o facto de a receita prevista em sede de orçamento DGO ser superior à receita prevista em sede de orçamento DGTF, sendo que a prestação unitária imputada aos Operadores durante o ano de 2024 foi a obtida pelos valores submetidos à DGTF;
 - agrupamento 08 – Outras receitas correntes: o orçamento inicial previa a venda de duas viaturas o que não veio a suceder no decorrer do exercício, justificando o desvio totalmente desfavorável no valor de €26,0 milhares;
 - agrupamento 11 – Não foi prevista em sede de

government for its use. Therefore, since the amount withheld was €22,545.7 thousand, ENSE asked for it to be reallocated so that it could be used. This request was granted, again partially, with €13,201.2 thousand being reallocated;

- The sum of the captives not released and the appropriations not reallocated limited the use of budget appropriations to €11,357.8 thousand;
- As a result, and since there is no possibility of defaulting on the expenditure already contracted, particularly with regard to paying interest on the bond loan, paying taxes (such as VAT), paying for oil reserves and derivative products in order to meet the Portuguese state's European obligations, such as workers' salaries, the expenditure was executed, creating a negative deviation between the expenditure paid and the available appropriation in some specific headings.

In this way, and with regard to the budget execution of the activity budget, the deviations were calculated according to the table above:

- column (4) - Deviation between Revenue Paid Out/ Commitments and the Final Corrected Allocation;
 - column (5) - Deviation between Revenue Collected/ Expenses Paid and the Final Corrected Allocation;
- The budget deviations ascertained with regard to revenue, from the perspective of the appropriation of revenue actually collected compared to the revenue forecast in the budget, according to column (5), are as follows:
- group 04 - fees, fines and other penalties: the amount spent was higher than the budgeted amount due to the fact that there was an increase in the proceeds from fines obtained from the investigation of administrative offences;
 - group 05 - interest on investments: the amount spent is in line with the corrected appropriation. The amount spent, €1,775.0 thousand, was not foreseen in the budget as it was not possible to predict interest payments on CEDIC investments or the respective rates. To this end, a budget amendment was made to the amount spent against group 07;
 - group 07 - services provided: the unfavourable deviation of €8,159.6 thousand in terms of revenue collected is partly due to non-payment of reserves, despite the fact that part of the overdue debt was recovered through tax foreclosures and payment agreements with obliged operators. This deviation is also due to the fact that the revenue forecast in the DGO budget is higher than the revenue forecast in the DGTF budget, with the unit instalment charged to operators in 2024 being that obtained from the figures submitted to the DGTF;
 - group 08 - Other current revenue: the initial budget foresaw the sale of two vehicles, which did not happen

orçamento nenhuma verba para este agrupamento. Os valores aqui executados dizem respeito a uma desmobilização de CEDIC, no valor de €3.000,0 milhares;

- agrupamento 12 – Foi prevista a contratualização de um empréstimo a médio e longo prazo para a aquisição de reservas de gás natural. Tal facto não veio a acontecer, pelo que se apura um desvio totalmente desfavorável no valor de €1.250,0 milhares.

No computo geral o orçamento de atividades, em termos de receita cobrada e despesas pagas, evidencia:

- uma receita total cobrada de €68.358,4 milhares (expurgando o efeito do reembolso do CEDIC (3M€) e das receitas extra-orçamentais);
- uma despesa total paga de €63.879,4 milhares (expurgando o efeito da aplicação CEDIC (6,3M€) e das despesas extra-orçamentais);
- um saldo global positivo de €4.479,0 milhares.

Operações extraorçamentais

O Saldo de Gerência Anterior registado na Fonte de Financiamento 522 e na rubrica 16.01.03 é constituído por saldos obtidos desde a constituição desta Entidade, totalizando o valor de €4.654,3 milhares. Adicionalmente, foi registado o saldo de operações extraorçamentais de gerência da Entidade, no valor de €225,2 milhares.

As Receitas extraorçamentais, apuradas no ano, são compostas por:

- como receita, valores provenientes de contraordenações ainda não transferidos para as entidades beneficiárias, no valor de €168,2 milhares;
- como despesa, valores respeitantes, maioritariamente, à transferência de contraordenações para as entidades beneficiárias, no valor de €219,8 milhares.

Orçamento de Projetos:

No seguimento da assunção da necessidade de se realizarem investimentos nas infraestruturas do POL NATO com carácter plurianual foi registado, para o ano de 2024, um projeto de investimento de carácter plurianual.

Assim, o valor do investimento previsto para o ano era de €4.000,0 milhares, valor este que foi alvo de cativo e posterior descritivo, no valor de €500,0 milhares. Não existiu lugar à execução de qualquer verba dada a dimensão da obra em questão e pelo facto de o procedimento de contratação pública apenas ter sido lançado ao mercado no final do ano de 2024.

during the year, justifying the totally unfavourable deviation of €26.0 thousand;

- group 11 - No funds were budgeted for this group. The amounts spent here relate to the demobilisation of CEDIC, to the value of €3,000.0 thousand;
- group 12 - It was planned to contract a medium and long-term loan for the purchase of natural gas reserves. This did not happen, which is why there was a totally unfavourable deviation of €1,250.0 thousand.

Overall, the activities budget, in terms of revenue collected and expenses paid, shows:

- a total revenue collected of €68,358.4 thousand (excluding the effect of the CEDIC reimbursement (€3M) and extra-budgetary revenue);
- a total expenditure paid of €63,879.4 thousand (excluding the effect of the CEDIC application (€6.3M) and extra-budgetary expenditure);
- an overall positive balance of €4,479.0 thousand.

Extra-budgetary operations

The Previous Management Balance recorded under Financing Source 522 and heading 16.01.03 is made up of balances obtained since the Entity was set up, totalling €4,654.3 thousand. In addition, the balance of the Entity's extra-budgetary management operations totalling €225.2 thousand was recorded.

Extra-budgetary revenue for the year is made up of:

- as revenue, amounts from administrative offences not yet transferred to the beneficiary organisations, amounting to €168.2 thousand;
- as expenditure, amounts relating mainly to the transfer of administrative offences to the beneficiary organisations, amounting to €219.8 thousand.

Project Budget:

Following the assumption of the need to make multi-annual investments in POL NATO infrastructures, a multi-annual investment project was registered for 2024.

As such, the investment planned for the year totalled €4,000.0 thousand, a figure that was captive and subsequently written off, in the amount of €500.0 thousand. No money was spent given the size of the work in question and the fact that the public procurement procedure was only launched at the end of 2024.

Proposta de aplicação de resultados

*Proposed application
of earnings*



08

Proposta de aplicação de resultados

8

Proposed application of earnings

No exercício de 2024, a ENSE registou resultados líquidos positivos de 1.928.416,73 euros, propondo o Conselho de Administração que este resultado seja transferido para a conta de Reservas Livres, em consonância com o previsto no nº 1 do artigo 24º dos Estatutos (Anexo II ao Decreto-lei n.º 69/2018, de 27 de agosto).

Lisboa, 17 de abril de 2025

In the 2024 financial year, ENSE recorded positive net earnings of 1,889,267.10 euros, and the Board of Directors proposes that these earnings be transferred to the Free Reserves account, in line with the provisions of Article 24(1) of the Statutes (Annex II to Decree-Law no. 69/2018 of 27 August).

Lisbon, 17 April 2025

O Conselho de Administração,
The Board of Directors,

Alexandre Fernandes

Presidente
Chairman



Fernando Pinto

Vogal Executivo
Executive Member





Demonstrações
Financeiras
*Financial
Statements*

09

9

Demonstrações Financeiras

Financial Statements

Demonstração de resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2024
Profit and Loss Statement by nature as at 31 December 2024

Conta . Account		Rendimentos e Gastos . Income and Expenses	Notas Notes	2024	2023
Pos	Neg				EUR
71/72		Vendas e serviços prestados . Sales and Services Rendered	20	1.928.416,73	39 553 635,94
62		Fornecimentos e serviços externos . External Supplies and Services	21	-36 912 559,11	-28 168 300,99
63		Gastos com pessoal . Personnel Costs	22	-2 752 303,51	-2 546 990,30
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões) <i>Inventory Impairments (Losses/Reversals)</i>	23	1 461 010,69	-1 119 644,07
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) <i>Impairment of Accounts Receivable (Losses/Reversals)</i>	24	-196 216,47	-34 540,59
763	67	Provisões (aumentos/reduções). Provisions (Increases/Reductions)	19	-329 548,65	-279 548,65
78 +791		Outros rendimentos e ganhos . Other Income and Gains	20	1.934 533,68	150 025,10
69+685+69		Outros gastos e perdas . Other Costs and Losses	25	-3 469 779,31	-139 292,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation</i>				16 513 078,57	7 415 343,63
761	64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização <i>Expenses/Reversals of Depreciation and Amortisation</i>	4 e 5	-325 578,63	-383 621,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operating Profit (Before Financial Expenses and Taxes)</i>				16 187 499,94	7 031 721,85
6911/21/ 81		Juros e gastos similares suportados . Interest and Similar Expenses	26	-14 216 619,96	-12 318 075,61
Resultado antes de imposto. Profit before Tax				1 970 879,98	-5 286 353,76
812		Impostos sobre o rendimento do período . Income Tax for the Period	27	-42 463,25	-8 503,63
Resultado líquido do período . Net Profit for the Period				1 928 416,73	-5 294 857,39

Nota: Os valores apresentados nesta DR Global estão expurgados do serviço interno
Note: The figures presented in this Global DR are net of the internal service

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

Demonstração de Resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2024
Profit and Loss Statement by nature as at 31 December 2024

Conta . Account		Rendimentos e Gastos . Income and Expenses	Notas Notes	2024	2023
Pos.	Neg.				EUR
71/72		Vendas e Serviços Prestados . Sales and Services Rendered	20	2 623 332,94	1 906 544,80
	62	Fornecimentos e Serviços Externos External Supplies and Services	21	-486 499,86	-509 753,70
	63	Gastos com Pessoal . Personnel Costs	22	-1 604 213,18	-1 542 634,43
763	67	Provisões (Aumentos/Reduções) Provisions (Increases/Reductions)	19	0,00	50 000,00
78...+791		Outros Rendimentos e Ganhos . Other Income and Gains	20	89 671,72	109 269,81
	69-685+69	Outros Gastos e Perdas . Other Costs and Losses	25	-104 524,07	-49 371,72
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation				517 767,55	-35 945,24
761	64	Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização Expenses/Reversals of Depreciation and Amortisation	4 e 5	-68 086,50	-93 517,51
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos) Operating Profit (Before Financial Expenses and Taxes)				449 681,05	-129 462,75
Resultado antes de Impostos . Profit before Tax				449 681,05	-129 462,75
812		Impostos sobre o Rendimento do Período Income Tax for the Period	27	-39 171,30	-5 397,57
Resultado Líquido do Período . Net Profit for the Period				410 509,75	-134 860,32

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

Demonstração de resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2024
Profit and Loss Statement by nature as at 31 December 2024

EUR

Conta . Account	Rendimentos e Gastos . Income and Expenses	Notas Notes	2024	2023
Pos	Neg			
71/72	Vendas e serviços prestados . Sales and Services Rendered	20	55 874 180,45	38 721 809,14
62	Fornecimentos e serviços externos . External Supplies and Services	21	-38 145 631,39	-28 733 265,29
63	Gastos com pessoal . Personnel Costs	22	-1148 090,33	-1 004 355,87
7622	652 Imparidades de inventários (perdas/reversões) <i>Inventory Impairments (Losses/Reversals)</i>	23	1 461 010,69	-1 119 644,07
7622	652 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) <i>Impairment of Accounts Receivable (Losses/Reversals)</i>	24	-196 216,47	-34 540,59
763	67 Provisões (aumentos/reduções). <i>Provisions (Increases/Reductions)</i>	19	-329 548,65	-329 548,65
78 +791	Outros rendimentos e ganhos . <i>Other Income and Gains</i>	20	1 844 861,96	40 755,29
69+685+69	Outros gastos e perdas . <i>Other Costs and Losses</i>	25	-3 365 255,24	-89 921,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation</i>			15 995 311,02	7 451 288,87
761	64 Gastos/reversões de depreciação e de amortização <i>Expenses/Reversals of Depreciation and Amortisation</i>	4 e 5	-257 492,13	-290 104,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operating Profit (Before Financial Expenses and Taxes)</i>			15 737 818,89	7 161 184,60
6911/21/ 81	Juros e gastos similares suportados . <i>Interest and Similar Expenses</i>	26	-14 216 619,96	-12 318 075,61
Resultado antes de imposto. <i>Profit before Tax</i>			1 521 198,93	-5 156 891,01
812	Impostos sobre o rendimento do período . <i>Income Tax for the Period</i>	27	-3 291,95	-3 106,06
Resultado líquido do período . <i>Net Profit for the Period</i>			1 517 906,98	-5 159 997,07

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2024
Balance Sheet as at 31 December 2024

EUR

Rubricas . Headings	Notas Notes	2024	2023
Ativo . Assets			
Ativo não corrente . Non-current assets			
Ativos fixos tangíveis . Property, plant and equipment	4	1 566 602,43	1 617 278,25
Ativos intangíveis . Intangible assets	5	112 534,72	143 761,85
Outros ativos financeiros . Other financial assets	6	1 123 095,84	1 418 283,26
Subtotal		2 802 232,99	3 179 323,36
Ativo corrente . Current assets			
Inventários . Inventories	7	374 976 083,21	373 493 453,40
Clientes, contribuintes e utentes . Clients, taxpayers and users	8	4 150 439,45	2 425 064,27
Estado e outros entes públicos . State and other public entities	9	402 239,29	947,77
Outras contas a receber . Other accounts receivable	10	4 948 420,17	3 694 471,06
Diferimentos . Deferrals	11	500 277,16	317 156,78
Outros activos financeiros . Other financial assets	12	71 300 000,00	68 000 000,00
Caixa e depósitos . Cash and deposits	13	6 408 166,39	5 280 839,53
Subtotal		462 685 625,67	453 211 932,81
Total do ativo . Total assets		465 487 858,66	456 391 256,17
Património líquido . Net assets			
Património / Capital . Equity / Capital	14	250 000,00	250 000,00
Reservas . Reserves	14	0,00	161 535,20
Resultados transitados . Retained earnings	14	19 028 407,09	24 161 729,28
Outras variações do património líquido . Other changes in net worth	14	64 144 336,29	60 944 336,29
Resultado líquido do período . Net profit for the period		1 928 416,73	-5 294 857,39
Total do património líquido . Total net assets		85 351 160,11	80 222 743,38
Passivo . Liabilities			
Passivo não corrente . Non-current liabilities			
Provisões . Revisions	19	1 088 911,29	771 439,03
Financiamentos obtidos . Financing obtained	15	359 919 162,61	359 797 906,33
Subtotal		361 008 073,90	360 569 345,36
Passivo corrente . Current liabilities			
Fornecedores . Suppliers	16	2 164 320,41	293 440,00
Estado e outros entes públicos . State and other public entities	17	2 223 261,12	1 661 905,55
Financiamentos obtidos . Financing obtained	15	5 358 274,03	5 957 018,78
Outras contas a pagar . Other accounts payable	18	9 382 769,09	7 686 803,10
Subtotal		19 128 624,65	15 599 167,43
Total do passivo . Total liabilities		380 136 698,55	376 168 512,79
Total do património líquido e passivo . Total net assets and liabilities		465 487 858,66	456 391 256,17

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro 2024
Statement of Cash Flows for the period ended December 31, 2024

EUR

Rubricas . Items	Notas Notes	2024	2023
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo . Cash flows from operating activities - Direct method			
Recebimentos de Clientes . Payments from Customers	66 499 262,38	43 792 273,69	
Pagamentos a Fornecedores . Payments to Suppliers	-34 232 473,16	-27 296 109,99	
Pagamentos ao Pessoal . Staff Payments	-2 137 196,03	-1 896 052,34	
Caixa gerada pelas operações . Cash generated by operations	30 129 593,19	14 600 111,36	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento <i>Payment/Receipt of income tax</i>	0,00	0,00	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional <i>Other Receipts/Payments relating to operational activity</i>	-12 569 664,25	-7 929 831,34	
Fluxos das actividades operacionais(1) . Flows from operating activities(1)	17 559 928,94	6 670 280,02	
Fluxos de caixa das actividades de investimento . Cash flows from investing activities			
Pagamentos respeitantes a: . Payments relating to:			
Activos fixos tangíveis . Tangible fixed assets	-161 527,89	-145 587,05	
Activos intangíveis . Intangible assets	0,00	0,00	
Investimentos financeiros . Financial investments	-120 300 000,00	-132 001 618,56	
Recebimentos provenientes de: . Receipts from:			
Juros e rendimentos similares . Interest and similar income	1 775 019,02	29 894,44	
Investimentos financeiros . Financial investments	120 300 000,00	132 003 849,78	
Fluxos das actividades de investimento(2) . Flows from investing activities(2)	1 613 491,13	-113 461,39	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento . Cash flows from financing activities			
Recebimentos provenientes de . Receipts from			
Pagamentos respeitantes a: . Payments relating to:			
Juros e gastos similares . Interest and similar expenses	-14 746 093,21	-7 222 540,21	
Fluxos de actividades de financiamento(3) . Flows from financing activities(3)	-14 746 093,21	-7 222 540,21	
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3) Change in cash and cash equivalents(1+2+3)			
Efeito do custo amortizado em caixa e equivalentes no período <i>Effect of amortised cost on cash and cash equivalents in the period</i>	0,00	0,00	
Efeito do custo amortizado em caixa e equivalentes no período anterior <i>Effect of amortised cost on cash and cash equivalents in the previous period</i>	0,00	0,00	
Efeitos das diferenças de câmbio . Effects of exchange rate differences	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período <i>Cash and cash equivalents at the beginning of the period</i>	14	73 280 839,53	73 946 561,11
Caixa e seus equivalentes no final do período Cash and cash equivalents at the end of the period	14	77 708 166,39	73 280 839,53

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

Demonstrações financeiras individuais

Separate financial statements

Demonstrações das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2024

Statements of changes in equity as at 31 December 2024

	Capital	Ações próprias Own shares	Outras variações - fundo estatutário Other changes - statutory fund	RESERVAS . RESERVES				2024		
				Reserva legal Legal reserve	Outras reservas Other reserves	Reservas livres Free reserves	Total de reservas Total reserves	Resultados transitados Retained Earnings	Resultado líquido Net Profit	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2023 <i>Balance as at 31 December 2023</i>	250 000,00		60 944 336,29			161 535,20		24 161 729,28	-5 294 857,39	80 222 743,38
Aplicação do resultado líquido de 2023 <i>Appropriation of net profit for 2023</i>						-161 535,20		-5 133 322,19	5 294 857,39	0,00
Resultado líquido do exercício de 2024 <i>Net profit for 2024</i>									1 928 416,73	1 928 416,73
Reforço 2024 da Dotação para Fundo de Provisão <i>2024 Reinforcement of the Provision Fund Allocation</i>			3 200 000,00							3 200 000,00
Outras variações . Other variations										0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2024 <i>Balance as at 31 December 2024</i>	250 000,00	0,00	64 144 336,29	0,00	0,00	0,00	0,00	19 028 407,09	1 928 416,73	85 351 160,11

	Capital	Ações próprias Own shares	Outras variações - fundo estatutário Other changes - statutory fund	RESERVAS . RESERVES				2023		
				Reserva legal Legal reserve	Outras reservas Other reserves	Reservas livres Free reserves	Total de reservas Total reserves	Resultados transitados Retained Earnings	Resultado líquido Net Profit	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2022 <i>Balance as at 31 December 2022</i>	250 000,00		60 944 336,29			161 535,20		24 161 729,28	161 535,20	85 517 600,77
Aplicação do resultado líquido de 2022 <i>Appropriation of net profit for 2022</i>						-161 535,20		-161 535,20		0,00
Resultado líquido do exercício de 2023 <i>Net profit for 2023</i>								-5 294 857,39	-5 294 857,39	
Reforço 2023 da Dotação para Fundo de Provisão <i>2023 Reinforcement of the Provision Fund Allocation</i>										0,00
Outras variações . Other variations										0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2023 <i>Balance as at 31 December 2023</i>	250 000,00	0,00	60 944 336,29	0,00	0,00	161 535,20	0,00	24 161 729,28	-5 294 857,39	80 222 743,38

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

Demonstração de Resultado Integral 2024
Statement of Comprehensive Income 2024

EUR

Rubricas . Items	Notas . Notes	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Período . Net Profit for the Period		1 928 416,73	-5 294 857,39
Outro Rendimento Integral . Other Comprehensive Income		0,00	0,00
		1 928 416,73	-5 294 857,39
Rendimento Integral . Comprehensive Income		1 928 416,73	-5 294 857,39
Atribuição do Rendimento Integral . Allocation of Comprehensive Income			
Detentores de Capital . Capital Holders		1 928 416,73	-5 294 857,39
Interesses Minoritários . Minority Interests			

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant



Anexo às
Demonstrações
Financeiras
Notes to the
Financial Statements

10

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notes to the Financial Statements

10

Nota introdutória

Pelo Decreto-lei nº 165/2013 de 16 de dezembro a EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., passou a denominar-se ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., mantendo a natureza jurídica de uma entidade pública empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada pelo Decreto-Lei nº 339-D/2001, de 28 de dezembro e iniciou a sua atividade em janeiro de 2004. O referido diploma (DL nº 165/2013) transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2009/119/CE que obriga os Estados Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e ou de produtos petrolíferos. O diploma da sua constituição procedeu também a alterações ao Decreto-Lei nº 10/2001, de 23 de janeiro, o qual estabelece as disposições relativas à constituição e à manutenção de reservas de segurança de produtos de petrolíferos, transpondo para o direito interno a Diretiva nº 98/93, de 14 de dezembro. Aqueles diplomas foram alterados pelo Decreto-Lei nº 71/2004, de 25 de março.

A publicação do Decreto-Lei nº 70/2022 de 14 de outubro, veio reforçar as competências da ENSE, com a atribuição da responsabilidade de constituição, manutenção e gestão das novas Reservas Estratégicas de Gás Natural. Por decisão do Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, a empresa tem também como objetivo prioritário constituir os suplementos de reservas necessários ao cumprimento de outros compromissos internacionais de Portugal neste domínio, nomeadamente, o compromisso perante a Agência Internacional de Energia (AIE), o qual se encontra totalmente cumprido desde 2004. A Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro determinou que o governo procedesse à restruturação orgânica da fiscalização no setor energético, concentrando estas competências numa única entidade especializada. Neste contexto, através do Decreto-lei nº 69/2018, de 28 de agosto, procede à quarta alteração ao Decreto-Lei nº 339-D/2001 de 28 de dezembro. Nestes termos a ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, que já tinha competências de fiscalização na área dos combustíveis e do gás e petróleo liquefeito, passa também a ter competências de fiscalização na área da energia elétrica e do gás natural, alterando-se a sua designação para ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.

A sede social desta empresa é na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D – 1º andar em Lisboa.

Introductory note

By Decree-Law no. 165/2013 of 16 December, EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., was renamed ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., maintaining its legal nature as a public business entity with administrative, financial and asset autonomy, created by Decree-Law no. 339-D/2001 of 28 December and which began operating in January 2004. This law (Decree-Law no. 165/2013) transposes Directive 2009/119/EC, which obliges member states to maintain a minimum level of reserves of crude oil and/or oil products, into national law. The law that set it up also amended Decree-Law no. 10/2001 of 23 January, which lays down provisions on the establishment and maintenance of emergency stocks of oil products, transposing Directive no. 98/93 of 14 December into national law. These laws were amended by Decree-Law no. 71/2004 of 25 March.

The publication of Decree-Law no. 70/2022 of 14 October reinforced ENSE's competences, assigning it the responsibility for setting up, maintaining and managing the new Strategic Natural Gas Reserves. By decision of the Minister for the Environment, Spatial Planning and Energy, the company's priority objective is also to set up the reserve supplements needed to fulfil Portugal's other international commitments in this area, namely its commitment to the International Energy Agency (IEA), which has been fully complied with since 2004. Law no. 42/2016 of 28 December determined that the government should organically restructure oversight in the energy sector, concentrating these powers in a single specialised entity. In this context, Decree-Law no. 69/2018 of 28 August makes the fourth amendment to Decree-Law no. 339-D/2001 of 28 December. ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, which already had oversight powers in the area of fuels and liquefied petroleum gas, now also has oversight powers in the area of electricity and natural gas, changing its name to ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E..

The company's registered office is at Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D - 1º andar in Lisbon.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que a Administração exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da entidade. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "IFRS Interpretations Committee" ("IFRS IC"), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024, adotadas pela União Europeia.

2.1.1 À data de 1 de janeiro de 2024, as alterações às normas e novas normas efetivas foram:

IAS 1 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com covenants'

As alterações publicadas clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro. Se uma entidade estima, e tem o direito, à data de relato, de refinanciar ou fazer o roll over de um passivo negociado no âmbito de uma linha de crédito, por pelo menos doze meses após o período de relato, classifica a obrigação como não corrente, mesmo que, de outra forma, fosse devido dentro de um

Accounting framework for preparing financial statements

2.1 Presentation Bases

The Financial Statements of ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., have been prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS), as adopted by the European Union. These financial statements have been prepared from the entity's accounting books and records, on a going concern basis and under the historical cost convention. The preparation of financial statements in accordance with IFRS requires the use of some important accounting estimates. It also requires management to exercise its judgement in the process of applying the entity's accounting policies. The areas involving a greater degree of judgement or complexity, or areas where assumptions and estimates are significant to the financial statements, are described in Note 3.

DECLARATION OF CONFORMITY

These financial statements have been prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board ("IASB") and Interpretations issued by the IFRS Interpretations Committee (IFRS IC), applicable to the financial year beginning on 1 January 2024, as adopted by the European Union.

2.1.1 As at 1 January 2024, the amendments to the standards and new effective standards were:

IAS 1 'Classification of liabilities as non-current and current' and 'Non-current liabilities with covenants'

The published amendments clarify that liabilities are classified as current or non-current balances depending on the right an entity has to defer their payment beyond 12 months after the reporting date financial. If an entity estimates, and has the right at the reporting date, to refinance or roll over a liability negotiated under a credit facility for at least twelve months after the reporting period, it classifies the obligation as non-current, even if it would otherwise be due within a shorter period. However, if the entity does not have the discretionary right to refinance or roll over (for example, there is no agreement to refinance), the entity must classify the liability as current.

The published amendments also clarify that the covenants that an entity is obliged to fulfil on or before

prazo mais curto. No entanto, se a entidade não tem o direito discricionário de refinanciar ou efetuar o roll over (por exemplo, não há acordo para refinanciamento), a entidade deve classificar o passivo como corrente. As alterações publicadas também clarificam que os covenants que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente, mesmo que a sua verificação pela entidade credora apenas ocorra após a data de relato (ex: quando o covenant é baseado na posição da situação financeira à data de relato). Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a covenants é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos covenants e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos covenants nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2023/2822, de 19 de dezembro. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024

IAS 7 e IFRS 7 'Acordos de financiamento de fornecedores'

Os Acordos de financiamento de fornecedores, ou reverse factoring, caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições contratadas, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores para permitir:

a) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e b) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Estes requisitos de divulgação adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020, como sejam: a) os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores;

the reporting date affect the classification of a liability as current or non-current, even if their verification by the creditor only occurs after the reporting date (e.g. when the covenant is based on the financial position at the reporting date). When an entity classifies liabilities resulting from financing contracts as non-current and these liabilities are subject to covenants, it is required to disclose information that allows investors to assess the risk of these liabilities becoming repayable within 12 months, such as: a) the book value of the liabilities; b) the nature of the covenants and the fulfilment dates; and c) the facts and circumstances that indicate that the entity may have difficulties in fulfilling the covenants on the due dates. These changes are retrospective. European Union Endorsement Regulation (EU) no. 2023/2822, of 19 December.

Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2024

IAS 7 and IFRS 7 'Supplier Financing Arrangements'

Supplier financing arrangements, or reverse factoring, are marked by the existence of a financier who undertakes to pay the balances that an entity owes to its suppliers and the entity, in turn, agrees to pay in accordance with the contracted terms and conditions, on the same date, or later, than the date of payment to the suppliers. The published amendments require an entity to make additional disclosures about its supplier financing arrangements to enable:

- a) an assessment of how supplier financing arrangements affect the entity's liabilities and cash flows; and b) an understanding of the effect of supplier financing arrangements on an entity's exposure to liquidity risk, and how the entity would be affected if the arrangements were no longer available. These additional disclosure requirements complement the presentation and disclosure requirements that already exist in IFRS, as established by IFRS IC in the Agenda Decision of December 2020, such as: a) the terms and conditions of supplier financing arrangements;*
- b) for existing agreements, at the beginning and end of the reporting period: i. the net book values of the financial liabilities that are part of the agreements, together with the net book values of these financial liabilities for which the suppliers have already received payments from the financing entities; ii. the timeframes of comparable payments and payables that are not part of a Supplier Financing Agreement; iii. the type and effects of changes with no impact on cash flows on the net book values of the financial liabilities that are part of the agreement.*

b) para os acordos existentes, no início e no final do período de relato: i. os valores líquidos contabilísticos dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos, juntamente com os valores líquidos contabilísticos destes passivos financeiros para os quais os fornecedores já receberam os pagamentos das entidades financiadoras; ii. os horizontes temporais de pagamentos e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um Acordo de financiamento de fornecedores; iii. o tipo e efeitos de alterações sem impacto em fluxos de caixa sobre os valores líquidos contabilísticos dos passivos financeiros que fazem parte do acordo.

Regulamento de Endosso pela União Europeia
Regulamento (UE) N.º 2024/1317, de 15 de maio
Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

IFRS 16 'Passivos por locação numa venda e relocação'

Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (sale & leaseback) que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15 – 'Rédito de contratos com clientes', com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Os pagamentos variáveis de locação que não dependem de um índice ou de uma taxa não satisfazem a definição de "pagamentos de locação". Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia
Regulamento (UE) N.º 2023/2579, de 20 de novembro.
Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

*European Union Endorsement Regulation (EU) no. 2024/1317 of 15 May
Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2024.*

IFRS 16 'Lease liabilities on a sale and leaseback'

*This amendment to the leases standard introduces guidance regarding the subsequent measurement of lease liabilities related to sale and leaseback transactions that qualify as a "sale" in accordance with the principles of IFRS 15 – 'Revenue from contracts with customers', with greater impact when some or all of the lease payments are variable lease payments that do not depend on an index or a rate. When subsequently measuring lease liabilities, seller-lessees should determine "lease payments" and "revised lease payments" in such a way that they do not recognise gains/(losses) in relation to the right of use they retain. Variable lease payments that do not depend on an index or a rate do not fulfil the definition of "lease payments". This amendment applies retrospectively. European Union Endorsement Regulation (EU) no. 2023/2579 of 20 November.
Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2024.*

2.1.2 Alterações às normas e novas normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2025:

IAS 21 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade'

A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõe os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutable); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.

A IAS 21 exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem reexpressão do comparativo, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação). Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2024/2862, de 12 de novembro.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025.

2.1.3 Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela União Europeia:

IFRS 9 e IFRS 7 'Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.'

As alterações efetuadas à IFRS 9 resultam do processo de revisão pós-implementação ao capítulo de "Classificação e mensuração", no âmbito do qual o IASB identificou alguns aspectos a clarificar para melhorar a sua compreensão. As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma

2.1.2 Amendments to standards and new standards that become effective on or after 1 January 2025:

IAS 21 'Effects of changes in foreign exchange rates: lack of exchangeability'

IAS 21 defines the exchange rate that an entity should use when reporting transactions in a foreign currency or translating the results of a foreign operating unit when its functional currency is different from the group's presentation currency. IAS 21 includes guidance on the exchange rate to be used when the lack of interchangeability between two currencies is temporary, but is silent on the lack of interchangeability over a long period. This amendment aims to clarify: i) the circumstances in which a currency is considered to be exchangeable; ii) how the spot exchange rate should be determined when there is a lack of exchangeability of a currency for a long period.

IAS 21 also requires the disclosure of information that makes it possible to understand how the currency that cannot be exchanged for another currency affects, or is expected to affect, the entity's financial performance, financial position and cash flows, in addition to the spot exchange rate used on the reporting date and how it was determined. This change is applied retrospectively without restatement of the comparative, and the impact of the transposition of the financial information should be recorded in retained earnings (if foreign currency to functional currency conversion) or in a foreign exchange reserve (if functional currency to presentation currency conversion).

European Union Endorsement Regulation (EU) no. 2024/2862 of 12 November.

Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2025.

2.1.3 Amendments to standards published by the IASB, not yet endorsed by the European Union:

IFRS 9 and IFRS 7 'Amendment to the classification and measurement of financial instruments'

The changes made to IFRS 9 result from the post-implementation review process of the "Classification and measurement" chapter, in which the IASB identified some aspects to clarify in order to improve understanding. The changes made relate to: (a) clarification of the concept of the date of recognition and derecognition of some financial assets and liabilities, introducing a new exception for financial liabilities settled through an electronic payment system;

nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: i) ativos sem direito de recurso; ii) instrumentos contratualmente associados; e iii) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo ("ESG"); c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Regulamento de Endosso pela União Europeia Pendente de endoso.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

Aplicação na data em que as alterações se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo

IFRS 9 e IFRS 7 'Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis'

As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Por a sua geração estar dependente de condições naturais não controláveis, estes contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 incluem:

- a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio" estabelecidos na IFRS 9: Uma entidade deve aplicar a isenção de 'uso próprio' dependendo da finalidade do contrato, design e estrutura. É permitido a uma entidade aplicar a referida isenção se tiver sido ou esperar ser 'compradora-líquida' de eletricidade obtida a partir de fontes renováveis;
- b) permissão de designação como instrumento de cobertura: os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis podem ser designados como instrumentos de cobertura, para efeitos de aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, se o item coberto corresponder ao volume de eletricidade nominal variável das transações estimadas e este esteja alinhado com o volume variável de eletricidade renovável, que se espera que seja entregue no âmbito do contrato, presumindo-se que as transações

(b) clarificação and examples of when a financial asset fulfils the criterion of contractual cash flows corresponding "only to the payment of principal and interest" ("SPPI"), such as: (i) assets with no right of recourse; (ii) contractually linked instruments; and (iii) instruments with characteristics linked to the fulfilment of environmental, social and governance ("ESG") targets;

c) new disclosure requirements for instruments with contractual terms that can change cash flows in terms of period and value; and d) new disclosures required for equity instruments designated at fair value through other comprehensive income. European Union Endorsement Regulation Pending endorsement.

Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2026.

Application on the date the changes become effective without restatement of the comparative.

IFRS 9 and IFRS 7 'Contracts negotiated with reference to electricity generated from renewable sources'

The proposed changes result from the fact that contracts for the purchase and sale of electricity generated from renewable sources have become dominant in the strategy for mitigating carbon emissions. Because their generation is dependent on uncontrollable natural conditions, these contracts are subject to variability in the quantity generated, so there may be differences between the quantities generated and consumption needs, leading to the sale of part of the electricity acquired. The changes to IFRS 9 and IFRS 7 include:

- a) clarification of the application of the "own use" exemption established in IFRS 9: An entity must apply the 'own use' exemption depending on the contract's purpose, design and structure. An entity is permitted to apply this exemption if it has been or expects to be a 'net purchaser' of electricity obtained from renewable sources;
- b) permission for designation as a hedging instrument: contracts for the purchase and sale of electricity generated from renewable sources may be designated as hedging instruments for the purposes of applying cash flow hedge accounting if the hedged item corresponds to the variable nominal volume of electricity of the estimated transactions and this is aligned with the variable volume of renewable electricity which is expected to be delivered under the contract, assuming that the estimated transactions are highly probable;
- c) new IFRS 7 disclosure requirements: for contracts accounted for as "own use", the requirement to

estimadas são altamente prováveis;
c) novos requisitos de divulgação da IFRS 7: para os contratos contabilizados como "uso próprio", exigência de divulgar os termos e condições dos contratos que expõem a entidade à variabilidade dos volumes entregues e ao risco de ter de adquirir eletricidade em períodos de não consumo, os fluxos de caixa estimados para os compromissos assumidos e ainda não realizados e os efeitos financeiros destes contratos no desempenho financeiro. Relativamente aos contratos designados como instrumentos de cobertura, estes estão sujeitos à divulgação separada de informação sobre os termos e condições associadas. Regulamento de Endosso pela União Europeia Pendente de endosso. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, com aplicação retrospectiva sem a reexpressão do período comparativo, exceto quanto à designação dos contratos como instrumentos de cobertura, a qual deverá ser prospectiva.

IFRS 18 'Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras'

A IFRS 18 substitui a IAS 1, e tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. Sendo mantida uma parte substancial dos princípios de aplicação da IAS 1, e efetuada a transferência de alguns princípios para a IAS 8 e a IFRS 7, o principal impacto da aplicação da IFRS 18 refere-se à apresentação da Demonstração dos resultados. A Demonstração dos resultados passa a ser apresentada, com a classificação dos gastos e dos rendimentos do exercício, em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento. Esta estrutura de apresentação por categorias, é assegurada pela obrigação de incluir subtotais adicionais como "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos". Em complemento a esta alterações, a IFRS 18 estabelece ainda requisitos de agregação e disagregação de informação nas demonstrações financeiras principais e nas respetivas notas do anexo. A IFRS 18 introduz, também, melhorias aos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão, exigindo a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatórios e contas e comunicados efetuados e a reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras. Regulamento de Endosso pela União Europeia Pendente de endosso. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.

disclose the terms and conditions of the contracts that expose the entity to the variability of the volumes delivered and the risk of having to purchase electricity in periods of non-consumption, the estimated cash flows for the commitments assumed and not yet realised and the financial effects of these contracts on financial performance. With regard to contracts designated as hedging instruments, these are subject to separate disclosure of information on the associated terms and conditions. European Union Endorsement Regulation Pending endorsement. Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2026, with retrospective application without restatement of the comparative period, except for the designation of contracts as hedging instruments, which should be prospective.

IFRS 18 'Presentation and disclosure in financial statements'

IFRS 18 replaces IAS 1 and aims to improve the disclosure of entities' financial performance and promote the provision of more transparent and comparable information. Whilst a substantial part of the application principles of IAS 1 have been maintained and some principles have been transferred to IAS 8 and IFRS 7, the main impact of the application of IFRS 18 relates to the presentation of the income statement. The income statement will now be presented by categorising the expenses and income for the year into three categories: operating, investment and financing, and there will also be an income tax category. This categorised presentation structure is ensured by the obligation to include additional subtotals such as "Operating earnings" and "Earnings before financing and tax". In addition to these changes, IFRS 18 also establishes requirements for the aggregation and disaggregation of information in the main financial statements and in the respective notes to the accounts. IFRS 18 also introduces improvements to the disclosure requirements for management performance measures, requiring disclosure of the bases for calculating the indicators included in the reports and accounts and communications made and reconciliation with the subtotals presented in the financial statements. European Union Endorsement Regulation Pending endorsement. Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2027, with retrospective application.

IFRS 19 'Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações'

A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas várias IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar, em geral, todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das IAS/IFRS, à exceção da IFRS 8 – 'Segmentos operacionais', IFRS 17 – 'Contratos de seguro' e IAS 33 – 'Resultados por ação'. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário. As entidades elegíveis, que constituem holdings intermédias não sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras separadas, mesmo que não as apliquem nas demonstrações financeiras consolidadas. Regulamento de Endosso pela União Europeia Pendente de endoso.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, com a exigência de apresentação de informação comparativa

2.1.4 Melhorias anuais:

IAS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria clarifica relativamente à contabilidade de cobertura, que as coberturas já existentes no GAAP anterior têm de ser elegíveis e de cumprir com os critérios de qualificação da IFRS 9 para serem mantidas. Caso contrário tem de ser registada a descontinuação da contabilidade de cobertura. Não é permitido designar retrospectivamente como contabilidade de cobertura transações ocorridas antes da data de transição para as IFRS.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações

Estas melhorias pretendem: a) O alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "inputs não observáveis" na norma e no guia de implementação IG14; b) A clarificação de que o guia de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação da IFRS7, entre eles a

IFRS 19 'Subsidiaries not subject to public reporting: Disclosures'

The purpose of IFRS 19 is to allow entities considered eligible to prepare IFRS financial statements with lower disclosure requirements than those required by the various IFRS, while maintaining the obligation to apply, in general, all the measurement and recognition requirements of the IFRS. The reduction in disclosures defined by IFRS 19 covers most of the IAS/IFRS, with the exception of IFRS 8 - 'Operating segments', IFRS 17 - 'Insurance contracts' and IAS 33 - 'Earnings per share'. Eligible entities are those that: (i) are subsidiaries of a group that prepares consolidated financial statements in IFRS for public disclosure; and (ii) are not subject to the obligation to publicly disclose financial information, because they do not have listed debt or equity securities, are not in the process of being listed, nor have as their main activity the safekeeping of assets in a fiduciary capacity.

Eligible entities that are intermediate holding companies not subject to public financial reporting requirements may apply IFRS 19 in their separate financial statements, even if they do not apply it in their consolidated financial statements.

European Union Endorsement Regulation Pending endorsement.

Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2027, with the requirement to present comparative information.

2.1.4 Annual improvements:

IAS 1 – First-time adoption of the IFRS

This improvement clarifies with regard to hedge accounting that hedges already existing under previous GAAP must be eligible and fulfil the qualification criteria of IFRS 9 in order to be maintained. Otherwise, the discontinuation of hedge accounting must be recorded. It is not permitted to retrospectively designate transactions that occurred before the date of transition to IFRS as hedge accounting.

IFRS 7 – Financial instruments: disclosures.

These improvements are intended to: a) align concepts between IFRS 7 and IFRS 13, regarding the designation of "unobservable inputs" in the standard and in the IG14 implementation guide; b) clarify that the implementation guide does not cover all the disclosure requirements of IFRS 7, including the disclosure of credit risk for assets acquired or originated with impairment losses.

divulgação do risco de crédito para ativos adquiridos ou originados com perda de imparidade.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Estas melhorias referem-se: a) Clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo de locação, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; b) Eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa ao reconhecimento inicial de uma conta a receber no âmbito da IFRS 15, que não tenha uma componente de financiamento significativa, a qual deve ser registada ao valor estimado da IFRS 15 e não ao justo valor.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

Esta melhoria refere-se à simplificação da definição do "de facto agent" e à exemplificação de uma situação em que essa relação é estabelecida com um investidor.

IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa

Esta melhoria refere-se ao alinhamento de designação dos métodos de mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, com a IAS 27, eliminando a referência ao 'método do custo' ainda incluída na IAS 7.

Regulamento de Endoso pela União Europeia Pendente de endoso.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

2.2 Alterações a Políticas Contabilísticas e Divulgações

As políticas contabilísticas adotadas pela empresa na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se consistentes com as praticadas no exercício anterior.

2.3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidos na criação e no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou

IFRS 9 – Financial instruments

These improvements refer to: a) Clarification on the application of the principles of derecognising a lease liability when the contractual cash flows are extinguished, with the calculation of the gain or loss in earnings; b) Elimination of the inconsistency with IFRS 15 regarding the initial recognition of a receivable under IFRS 15 that does not have a significant financing component, which should be recorded at the estimated value of IFRS 15 and not at fair value.

IFRS 10 – Consolidated financial statements

This improvement refers to simplifying the definition of "de facto agent" and exemplifying a situation in which such a relationship is established with an investor.

IAS 7 – Cash flow statement

This improvement refers to aligning the designation of measurement methods for investments in subsidiaries, associates and joint ventures with IAS 27, eliminating the reference to the 'cost method' still included in IAS 7. European Union Endorsement Regulation Pending endorsement.

Effective date Annual periods beginning on or after 1 January 2026.

2.2 Changes to Accounting Policies and Disclosures

The accounting policies adopted by the company in the preparation of the Financial Statements are consistent with those practised in the previous financial year.

2.3 Main Accounting Policies

The main accounting policies adopted in the preparation of the attached financial statements were as follows:

SEGMENT REPORTING

A business segment is a group of assets and operations involved in creating and supplying products or services subject to risks and benefits that are different from other business segments. A geographical segment is involved in providing products or services in a particular economic environment that is subject to risks and benefits that are different from those of segments operating in other economic environments. Considering the nature of ENSE's business, whose purpose is marked by the constitution and maintenance of security reserves of oil products, and which is

serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos. Considerando a natureza de negócio da ENSE, cujo objeto social se caracteriza pela constituição e manutenção das reservas de segurança de produtos petrolíferos, não se encontrando, por conseguinte, a exercer a título principal qualquer atividade de natureza comercial, e a natureza do rédito proveniente das prestações de serviços da entidade, a informação por segmentos, que deveria ser apresentada em relação aos segmentos geográficos e de negócio da entidade, perde relevância para efeitos de divulgação nas Demonstrações Financeiras.

CONVERSÃO CAMBIAL

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados em Euro ("A moeda funcional").

(b) Transações e Saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão pela taxa à data do balanço dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, exceto quando diferidos em Capital Próprio, se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa ou como cobertura de investimento líquido.

As diferenças de conversão em elementos monetários e não monetários, apuradas à data do balanço em função das taxas de conversão spot em vigor àquela data, são reconhecidas na demonstração de resultados.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

therefore not primarily engaged in any commercial activity, and the nature of the revenue from the entity's services provided, segment information, which should be presented in relation to the entity's geographical and business segments, loses relevance for the purposes of disclosure in the Financial Statements.

CURRENCY CONVERSION

(a) Functional and Presentation Currency

The items included in the Financial Statements are measured in Euro ("the functional currency").

(b) Transactions and Balances

Transactions in currencies other than the euro are converted into the functional currency using the exchange rates at the date of the transactions. Exchange gains or losses resulting from the settlement of transactions and the conversion at the rate on the balance sheet date of monetary assets and liabilities denominated in currencies other than the euro are recognised in the Income Statement, except when deferred in Equity, if they qualify as cash flow hedges or as net investment hedges.

Translation differences on monetary and non-monetary items, calculated on the balance sheet date according to the spot conversion rates in force on that date, are recognised in the income statement.

TANGIBLE AND INTANGIBLE FIXED ASSETS

Tangible and intangible fixed assets are stated at purchase cost less accumulated depreciation and amortisation and any accumulated impairment losses. Depreciation and amortisation are calculated on a straight-line basis and recorded in twelfths from the date on which the assets are available for use and in the condition required to operate as intended by management, against the 'Amortisation and depreciation' heading in the income statement in accordance with the estimated useful life of each group of assets:

Classe de bens . Asset class	Anos . Years
Edifícios e outras construções . Buildings and other constructions	10-20
Equipamento básico . Basic equipment	3-10
Equipamento de transporte . Transport equipment	4-5
Ferramentas e utensílios . Tools and utensils	4-10
Equipamento administrativo . Administrative equipment	3-10
Outros ativos fixos tangíveis . Other tangible fixed assets	4-10

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

Os valores residuais dos ativos, as vidas úteis e os métodos de depreciação e amortização são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

No início de um contrato, as entidades devem avaliar se este constitui, ou contém, uma locação, o que implica comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período, em troca de uma retribuição. Perante um contrato de locação, o locatário deve reconhecer um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial - O ativo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve incluir: (a) o montante da mensuração inicial do passivo da locação; (b) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzindo os incentivos à locação recebidos; (c) quaisquer custos diretos incorridos no início do contrato; e (d) uma estimativa dos custos de desmantelamento, remoção ou restauro do ativo. O passivo da locação é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data. Os pagamentos de locação devem ser descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Caso contrário, deve ser utilizada a taxa incremental de financiamento do locatário.

Mensuração subsequente - o locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso aplicando um modelo do custo, exceto no caso de bens locados reconhecidos como

Impairment losses detected in the realisable value of tangible assets are recorded in the year in which they are estimated, against the "Amortisation and depreciation" heading in the income statement. The assets' residual values, useful lives and depreciation and amortisation methods are reviewed and adjusted, if necessary, on the balance sheet date. If the carrying amount exceeds the asset's recoverable amount, it is immediately adjusted to the estimated recoverable amount.

Gains or losses arising from write-offs or disposals are determined by the difference between the proceeds from disposals and the carrying amount of the asset, and are recognised as income or expenses in the income statement.

FINANCE AND OPERATING LEASES

At the beginning of a contract, entities must assess whether it constitutes or contains a lease, which implies the right to control the use of an identified asset for a certain period in exchange for consideration. In the case of a lease, the lessee must recognise a right-of-use asset and a lease liability.

Initial measurement - *The right-of-use asset is measured initially at its cost, which should include: (a) the amount of the initial measurement of the lease liability; (b) any lease payments made on or before the effective date, less lease incentives received; (c) any direct costs incurred at the beginning of the contract; and (d) an estimate of the costs of dismantling, removing or restoring the asset. The lease liability is measured at the value of the lease payments that are unpaid at that date. Lease payments should be discounted at the interest rate implicit in the lease, if that rate can be easily determined. Otherwise, the lessee's incremental financing rate should be used.*

Subsequent measurement - *the lessee must measure the right-of-use asset using a cost model, except in the case of leased assets recognised as investment property at fair value under IAS 40 Investment Property and property, plant and equipment to which the revaluation model of IAS 16 Property, Plant and Equipment applies. The lessee must apply the*

propriedades de investimento ao justo valor, no âmbito da IAS 40 Propriedades de Investimento, e ativos fixos tangíveis aos quais se aplique o modelo de revalorização da IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis. O locatário deve aplicar os requisitos de depreciação previstos na IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis ao depreciar o ativo sob direito de uso. O locatário deve também aplicar a IAS 36 Imparidade de Ativos para determinar se o ativo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada. Na mensuração subsequente do passivo da locação deve ser usado o método da taxa de juro efetiva.

Isenções de reconhecimento – Um locatário pode optar por não aplicar estes requisitos no caso de contratos de locação a curto prazo (inferior a 12 meses), assim como em contratos de locação em que o ativo subjacente seja de reduzido valor.

INVENTÁRIOS

De acordo com os estatutos, a empresa não exerce uma atividade comercial, tendo, pelo contrário, a missão de assegurar a existência de reservas estratégicas que, em caso de crise energética nacional ou internacional, nomeadamente em caso de escassez, permitam assegurar o abastecimento crítico de produtos petrolíferos. Por outro lado, o artigo 32º dos Estatutos da ENSE estabelece que no caso de venda de reservas em emergência, se a receita apurada for insuficiente para cobrir o custo médio de aquisição do produto atualizado da aplicação proporcional do fundo de provisão, o Estado assumirá a perda resultante através de uma dotação extraordinária daquele fundo.

De acordo com o normativo contabilístico aplicável, os inventários deverão ser mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo que sempre que o valor do custo se apresentar superior ao valor realizável líquido do Inventário, deverá a entidade reconhecer adequado ajustamento na rubrica de Inventários por forma a reduzir o seu valor líquido contabilístico ao nível daquele valor realizável.

Em termos do custo de aquisição, os custos de compra dos inventários incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não são posteriormente recuperáveis das entidades fiscais) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

depreciation requirements of IAS 16 Property, Plant and Equipment when depreciating the asset under right of use. The lessee must also apply IAS 36 Impairment of Assets to determine whether or not the asset under right of use is impaired and account for any impairment loss identified. The effective interest rate method should be used in the subsequent measurement of the lease liability.

Exemptions from recognition – A lessee may choose not to apply these requirements in the case of short-term lease contracts (less than 12 months), as well as in lease contracts where the underlying asset is of low value.

INVENTORIES

According to its statutes, the company does not engage in commercial activities. Instead, its mission is to ensure the existence of strategic reserves which, in the event of a national or international energy crisis, particularly in the event of a shortage, will enable the critical supply of oil products to be guaranteed. Furthermore, Article 32 of ENSE's statutes stipulates that in the event of the sale of reserves in an emergency, if the revenue obtained is insufficient to cover the average purchase cost of the product, updated by the proportional application of the provision fund, the State shall bear the resulting loss through an extraordinary allocation from that fund.

According to the applicable accounting standards, inventories should be measured at cost or net realisable value, whichever is the lower. Whenever the cost value is higher than the net realisable value of the inventory, the entity should recognise an appropriate adjustment under Inventories in order to reduce its net book value to the level of that realisable value.

In terms of purchase cost, the purchase costs of inventories include the purchase price, import duties and other taxes (which are not subsequently recoverable from tax authorities) and transport, handling and other costs directly attributable to the purchase of goods, materials and services. Commercial discounts, rebates and other similar items are deducted when determining purchase costs.

ATIVOS FINANCEIROS

A entidade classifica os ativos financeiros como se segue:

Contas a receber de clientes e outros devedores:

Ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram cotados em mercados líquidos. Os saldos devedores relativos a estes ativos encontram-se registados no balanço nas rubricas de "Clientes", "Outras contas a receber" (Outros devedores), "Outros ativos correntes" e "Caixa e seus equivalentes".

As contas a receber de clientes e outros devedores são registadas ao custo histórico e ajustadas pelos valores considerados necessários. O valor de eventuais ajustamentos das dívidas a receber é reconhecido na demonstração dos resultados.

Ativos detidos até à maturidade:

Ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Os saldos relativos a estes ativos encontram-se registados no balanço na rubrica de "Investimentos detidos até à maturidade". Os Investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos inicialmente ao Justo Valor e, subsequentemente, valorizados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo.

CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" - correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto e encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os juros recebidos resultantes de aplicações de tesouraria, bem como pagamentos relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos.

FINANCIAL ASSETS

The entity classifies financial assets as follows:

Trade receivables and other debtors:

Non-derivative financial assets with fixed or determinable payments that are not quoted on liquid markets. The debit balances relating to these assets are recorded in the balance sheet under the "Customers", "Other receivables" (Other debtors), "Other current assets" and "Cash and cash equivalents" headings. Trade receivables and other debtors are recorded at historical cost and adjusted by the amounts deemed necessary. The value of any adjustments to receivables is recognised in the income statement.

Held-to-maturity assets:

Non-derivative financial assets with fixed or determinable payments and fixed maturity that the entity has the positive intention and ability to hold until maturity. The balances relating to these assets are recognised in the balance sheet under the "Held-to-maturity investments" receivables. Held-to-maturity investments are initially recognised at fair value and subsequently valued at amortised cost using the effective interest method.

CASH AND CASH EQUIVALENTS

The amounts included under the "Cash and cash equivalents" heading correspond to cash on hand and bank demand deposits.

The cash flow statement is prepared in accordance with IAS 7 using the direct method and is categorised into operating, financing and investing activities. Operating activities include receipts from customers, payments to suppliers, payments to personnel and others related to operating activities.

The cash flows covered by investing activities include interest received on treasury applications and payments related to the purchase of tangible fixed assets. The cash flows covered by financing activities include payments and receipts relating to loans obtained.

EMPRÉSTIMO POR OBRIGAÇÕES NÃO CONVERTÍVEIS

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, corrigido do efeito das despesas com a sua emissão e dos juros especializados no exercício, com vista à sua mensuração a um custo amortizado aproximado.

Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos, pagas antecipadamente aquando da emissão desses empréstimos, são reconhecidas linearmente na demonstração de resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos, encontrando-se, à data de 31 de dezembro de 2024 a deduzir ao valor do empréstimo para efeitos de cálculo do custo amortizado daquele passivo financeiro de acordo com o Método do Juro Efetivo.

Os encargos financeiros com os juros do empréstimo e despesas similares, são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se à data de 31 de dezembro de 2024, a acrescer ao valor do empréstimo para efeitos de cálculo do custo amortizado daquele passivo financeiro de acordo com o Método do Juro Efetivo.

PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

As "provisões" são reconhecidas quando, e somente quando, a ENSE tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja provável.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa (os quais diferem dos resultados contabilísticos), de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e

NON-CONVERTIBLE BOND LOANS

Loans are recorded as liabilities at their nominal value, adjusted for the effect of the costs of issuing them and interest accrued during the year, with a view to measuring them at an approximate amortised cost. Any expenses incurred in issuing these loans, paid in advance when the loans are issued, are recognised on a straight-line basis in the income statement for the year over the term of the loans and, as at 31 December 2024, are deducted from the loan amount for the purpose of calculating the amortised cost of that financial liability in accordance with the Effective Interest Method.

The financial costs of loan interest and similar expenses are recorded in the income statement on an accruals basis and, as at 31 December 2024, are added to the loan amount for the purposes of calculating the amortised cost of that financial liability in accordance with the Effective Interest Method.

PROVISIONS AND CONTINGENCIES

"Provisions" are recognised when, and only when, ENSE has an obligation (legal or implicit) resulting from a past event and it is probable that an outflow of resources will be required to settle the obligation and that the amount of the obligation can be reasonably estimated. Provisions are reviewed at each balance sheet date and adjusted to reflect the best estimate at that date. Contingent liabilities are not recognised in the financial statements, but are disclosed in the notes to the financial statements, unless the possibility of an outflow of funds affecting future economic benefits is probable. A contingent asset is not recognised in the financial statements, but disclosed in the notes when it is probable that a future economic benefit will arise.

INCOME TAX

Current income tax is calculated based on the company's taxable earnings (which differ from accounting earnings), in accordance with the tax rules in force in Portugal.

In accordance with current legislation, tax returns are subject to review and correction by the tax authorities for a period of four years and five years for Social Security.

As such, the company's tax returns for 2021 to 2024 may still be subject to review.

The company's management believes that any corrections resulting from reviews/inspections by the tax authorities of these tax returns will not have a

cinco anos para a Segurança Social.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. A 31 de dezembro de 2024, assim como a 31 de dezembro de 2023, não se encontravam registados quaisquer valores a título de ativos ou passivos por impostos diferidos.

A existirem situações passíveis de contabilização de "impostos diferidos", seriam calculados com base no método da responsabilidade de balanço, de modo a refletirem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os "impostos diferidos ativos" seriam reconhecidos unicamente quando existissem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício seria efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixasse de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se tornasse provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitissem a sua recuperação.

Os impostos diferidos seriam calculados à taxa que se esperaria que vigorasse no período em que se prevê que o ativo ou o passivo viesse a ser realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos fossem relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também seria efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos seriam sempre registados na demonstração de resultados.

No ano de 2024 e com base no artigo nº 137 da Lei nº 7 – A/2016, de 30 de março, a ENSE apurou o imposto isolando a Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) dado que estão isentos IRC os resultados líquidos dos períodos realizados e contabilizados separadamente, nos termos da lei, pela entidade central de armazenagem nacional, na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo bruto e de produtos de petróleo.

RECONHECIMENTO DO RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

O crédito comprehende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e eventuais descontos. O crédito é reconhecido como segue:

significant effect on the financial statements as at 31 December 2024.

As at 31 December 2024, as well as 31 December 2023, no amounts had been recorded as deferred tax assets or liabilities.

If there were any situations in which "deferred taxes" could be recognised, they would be calculated using the balance sheet liability method, in order to reflect the temporary differences between the amount of assets and liabilities for accounting reporting purposes and their respective amounts for tax purposes.

"Deferred tax assets" would only be recognised when there are reasonable expectations of sufficient future tax profits to use these deferred tax assets. At the end of each financial year, a review would be carried out of the deferred taxes recognised, as well as those not recognised, which would be reduced whenever their future use was no longer probable or recorded, provided that, and to the extent that, it became probable that taxable profits would be generated in the future that would allow them to be recovered.

Deferred taxes would be calculated at the rate expected to apply in the period in which the asset or liability is expected to be realised.

In cases where deferred taxes relate to assets or liabilities recognised directly in equity, they would also be recorded under equity. In other situations, deferred taxes would always be recognised in the income statement.

In 2024 and based on Article 137 of Law no. 7-A/2016 of 30 March, ENSE calculated the tax by isolating the Oil Reserves Unit (URP), given that the net earnings for the periods carried out and accounted for separately, in accordance with the law, by the central national storage entity, in the management of strategic reserves of crude oil products and oil products, are exempt from Corporate Income Tax.

RECOGNITION OF REVENUE AND ACCRUAL BASIS

Revenue comprises the fair value of the services provided, net of taxes and any discounts. Revenue is recognised as follows:

a) Provision of services

These correspond to instalments to be charged to entities subject to the obligation to set aside reserves.

Revenue corresponds to the product of the value of the unit instalments provided for in the annual budgets, approved by government order, multiplied by the number of reserves for which it is responsible.

Given the calculation variables that make up the calculation of the unit value of the instalments, revenue

a) Prestações de serviços

Correspondem às prestações a cobrar às entidades sujeitas à obrigação de constituir reservas. O crédito corresponde ao produto do valor das prestações unitárias previstas nos orçamentos anuais, aprovadas por despacho do governo multiplicado pela quantidade de reservas da sua incumbência.

Atendendo às variáveis de cálculo que compõem o cálculo do valor unitário das prestações, o crédito é reconhecido somente na medida em que se espere que sejam recuperados os gastos incorridos.

b) Juros

Os juros são reconhecidos em função da proporção do tempo decorrido e do rendimento efetivo do ativo. Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

CLASSIFICAÇÃO DE BALANÇOS

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

IMPARIDADE DE ATIVOS

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento, ou alteração nas circunstâncias, que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado, uma perda de imparidade é reconhecida. Assim, sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, a qual é registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações', nos casos de Ativos tangíveis, na rubrica 'Outros gastos financeiros', no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões' ou de 'Imparidades'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

is recognised only to the extent that the costs incurred are expected to be recovered.

b) Interest

Interest is recognised in proportion to the time elapsed and the effective yield of the asset.

Expenses and income are recognised in the year to which they relate, regardless of the date of payment or receipt. Expenses and income whose real value is not known are recognised on an estimated basis.

BALANCE SHEET CLASSIFICATION

Realisable assets and liabilities due more than one year after the balance sheet date are classified as non-current assets and liabilities respectively.

IMPAIRMENT OF ASSETS

Impairment tests are carried out at each balance sheet date and whenever an event or change in circumstances is identified which indicates that the amount for which an asset is recorded may not be recovered, an impairment loss is recognised.

Thus, whenever the carrying amount of an asset exceeds its recoverable amount, an impairment loss is recognised and recorded in the income statement under the 'Amortisation and depreciation' heading in the case of tangible assets, under 'Other financial expenses' in the case of financial investments and, for other assets, under 'Provisions' or 'Impairments'.

The recoverable amount is the higher of the net selling price and the value in use. The net selling price is the amount that would be obtained from the sale of the asset in a transaction within the reach of the parties involved, less the costs directly attributable to the sale. Value in use is the value of the estimated future cash flows expected to arise from the continued use of the asset and its disposal at the end of its useful life. The recoverable amount is estimated for each asset individually or, if this is not possible, for the cash-generating unit to which the asset belongs.

Evidence of impairment of accounts receivable arises when:

- The counterparty experiences significant financial difficulties;*
- There are significant delays in the payment of interest and other principal payments by the counterparty;*
- It becomes probable that the debtor will go into liquidation or financial restructuring.*

For certain categories of financial assets for which it is not possible to determine impairment on an individual basis, it is calculated on a collective basis. Objective

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfolio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

ENCARGOS COM FÉRIAS A PAGAR

Com base nos quadros de pessoal à data de encerramento das contas, nos respetivos salários, na revisão salarial prevista e nos encargos sociais aplicáveis, a entidade estima a verba a pagar referente a direitos a férias adquiridos até à data de encerramento das contas.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (adjusting events) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após esta data (non-adjusting events), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

evidence of impairment for a portfolio of receivables may include past experience in terms of collections, an increase in the number of late payments, as well as changes in national or local economic conditions that correlate with the ability to collect.

HOLIDAY PAY PAYABLE

Based on the headcount at the closing date of the accounts, the respective salaries, the planned salary review and the applicable social security charges, the entity estimates the amount payable for holiday entitlements acquired up to the closing date of the accounts.

SUBSEQUENT EVENTS

Events occurring after the balance sheet date that provide additional information on conditions that existed on the balance sheet date (adjusting events) are reflected in the financial statements. Events occurring after the balance sheet date that provide information on conditions occurring after this date (non-adjusting events), if material, are disclosed in the notes to the financial statements.

3. Significant accounting estimates and judgements

In preparing the financial statements, estimates were used that affect the reported amounts of assets and liabilities, as well as the reported amounts of income and expenses during the reporting period. All estimates and assumptions made by the Board of Directors were based on the best knowledge existing at the date of approval of the financial statements of events and transactions in progress. However, situations may occur in subsequent periods which, not being foreseeable at the time, were not considered in these estimates.

4. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foram respetivamente:

4. Tangible fixed assets

In the years ended 31 December 2024 and 2023, the movement in the value of tangible fixed assets, as well as in the respective depreciations, were respectively:

Rubricas <i>Headings</i>	Edifícios e outras construções <i>Buildings and other constructions</i>	Equipamento básico <i>Basic equipment</i>	Ferramentas e utensílios <i>Tools and Utensils</i>	Equipamento transporte <i>Transport Equipment</i>	Equipamento administrativo <i>Administrative equipment</i>	Outros ativos tangíveis <i>Other tangible assets</i>	EUR <i>Total</i>
Ativo bruto . Gross assets							
Saldo final a 31/12/2023 <i>Closing balance as at 31/12/2023</i>	1 416 116,37	473 404,24	0,00	258 491,55	937 944,40	388 137,37	3 474 093,93
Aumentos . Increases	38 826,32	14 048,10			55 037,74	0,00	107 912,16
Saldo final a 31/12/2024 <i>Closing balance as at 31/12/2024</i>	1 454 942,69	487 452,34	0,00	258 491,55	992 982,14	388 137,37	3 582 006,09
Depreciações . Depreciation							
Saldo final a 31/12/2023 <i>Closing balance as at 31/12/2023</i>	213 422,79	312 509,34	0,00	258 491,55	741 801,90	330 590,10	1 856 815,68
Depreciação do exercício <i>Depreciation for the year</i>	120 664,12	63 312,50		0,00	91 355,74	19 019,14	294 351,50
Saldo final a 31/12/2024 <i>Closing balance as at 31/12/2024</i>	334 086,91	375 821,84	0,00	258 491,55	833 157,64	349 609,24	2 151 167,18
Valor líquido . Net value	1 120 855,78	111 630,50	0,00	0,00	159 824,50	38 528,13	1 430 838,91
Rubricas <i>Headings</i>	Edifícios e outras construções <i>Buildings and other constructions</i>	Equipamento básico <i>Basic equipment</i>	Ferramentas e utensílios <i>Tools and Utensils</i>	Equipamento transporte <i>Transport Equipment</i>	Equipamento administrativo <i>Administrative equipment</i>	Outros ativos tangíveis <i>Other tangible Assets</i>	EUR <i>Total</i>
Ativo bruto . Gross assets							
Saldo final a 31/12/2022 <i>Closing balance as at 31/12/2022</i>	1 404 116,37	473 404,24	0,00	258 491,55	829 751,31	386 164,97	3 351 928,44
Aumentos . Increases	12 000,00				108 193,09	1 972,40	122 165,49
Saldo final a 31/12/2023 <i>Closing balance as at 31/12/2023</i>	1 416 116,37	473 404,24	0,00	258 491,55	937 944,40	388 137,37	3 474 093,93
Depreciações . Depreciation							
Saldo final a 31/12/2022 <i>Closing balance as at 31/12/2022</i>	93 158,67	247 536,86	0,00	242 087,49	651 373,35	287 752,43	1 521 908,80
Depreciação do exercício <i>Depreciation for the year</i>	120 264,12	64 972,48		16 404,06	90 428,55	42 837,67	334 906,88
Saldo final a 31/12/2023 <i>Closing balance as at 31/12/2023</i>	213 422,79	312 509,34	0,00	258 491,55	741 801,90	330 590,10	1 856 815,68
Valor líquido . Net value	1 202 693,58	160 894,90	0,00	0,00	196 142,50	57 547,27	1 617 278,25

Rubricas . Headings	Total ativos fixos tangíveis em curso Total tangible fixed assets in progress
Ativo bruto . Gross assets	
Saldo final a 31/12/2023 . Closing balance as at 31/12/2023	0,00
Aumentos . Increases	135 763,52
Transferências/abares/regularizações . Transfers/withdrawals/settlements	
Saldo final a 31/12/2024 . Closing balance as at 31/12/2024	135 763,52

Em 2024 iniciou-se o projeto de melhorias de segurança e operacionalidade no DPNL – PCPAQ 05/2024, o qual será concluído no início do ano.

In 2024 the project to improve safety and operability at DPNL – PCPAQ 05/2024 - began and will be finalised at the beginning of the year.

5. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos de 2024 e 2023 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis foram os seguintes:

5. Intangible assets

During the financial years ended 2024 and 2023 the movements in the carrying amount of intangible assets were as follows:

Rubricas . Headings	Programas Computador . Computer Programmes	Total	EUR
Ativo bruto . Gross assets			
Saldo final a 31/12/2023		952 839,51	952 839,51
Closing balance on 31/12/2023			
Aumentos . Increases			
Saldo final a 31/12/2024		952 839,51	952 839,51
Closing balance as of 31/12/2024			
Amortizações . Depreciation			
Saldo final a 31/12/2023		901 327,66	901 327,66
Closing balance on 31/12/2023			
Amortização do exercício . Amortisation of the year		31 227,13	31 227,13
Saldo final a 31/12/2024		932 554,79	932 554,79
Closing balance as of 31/12/2024			
Valor líquido . Net value	20 284,72	20 284,72	

Rubricas . Headings	Programas Computador . Computer Programmes	Total	EUR
Ativo bruto . Gross assets			
Saldo final a 31/12/2022		952 839,51	952 839,51
Closing balance on 31/12/2022			
Aumentos . Increases		0,00	
Saldo final a 31/12/2023		952 839,51	952 839,51
Closing balance as of 31/12/2023			
Amortizações . Depreciation			
Saldo final a 31/12/2022		852 612,76	852 612,76
Closing balance on 31/12/2022			
Amortização do exercício . Amortisation of the year		48 714,90	48 714,90
Saldo final a 31/12/2023		901 327,66	901 327,66
Closing balance as of 31/12/2023			
Valor líquido . Net value	51 511,85	51 511,85	

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontravam-se em ativos intangíveis em curso:

As at 31 December 2024 and 2023, they were intangible assets in progress:

EUR

Rubricas . Headings	Total ativos intangíveis em curso Total intangible assets in progress
Ativo bruto . Gross assets	
Saldo final a 31/12/2023 <i>Closing balance on 31/12/2023</i>	92 250,00
Aumentos . Increases	
Transferências / abates / regularizações . Transfers/withdrawals/settlements	
Saldo final a 31/12/2024 <i>Closing balance as of 31/12/2024</i>	92 250,00

EUR

Rubricas . Headings	Total ativos intangíveis em curso Total intangible assets in progress
Ativo bruto . Gross assets	
Saldo final a 31/12/2022 <i>Closing balance on 31/12/2022</i>	92 250,00
Aumentos . Increases	0,00
Transferências / abates / regularizações . Transfers/withdrawals/settlements	0,00
Saldo final a 31/12/2023 <i>Closing balance as of 31/12/2023</i>	92 250,00

O investimento intangível em curso diz respeito ao CPAQ 01/2019 – Aquisição de aplicação informática de apoio à atividade da UCP, cuja conclusão se espera que ocorra o mais breve possível.

The intangible investment in progress relates to CPAQ 01/2019 – Purchase of a computer application to support UCP activity, which is expected to be finalised as soon as possible.

6. Investimentos financeiros – ativo não corrente

Segue quadro comparativo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

6. Financial investments – Non-current assets

Below is a comparative table of this heading as at 31 December 2024 and 2023:

EUR

Rubricas . Items	2024	2023
Investimentos Financeiros - Ativo não corrente . Financial Investments - Non-current Assets		
Fundos Compensação Trabalho . Work Compensation Funds	22 841,91	22 841,91
Clientes . Customers	1 100 253,93	1 395 441,35
Total	1 123 095,84	1 418 283,26

No ano de 2024, encontra-se espelhado nesta rubrica o valor de 22.841,91 euros referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) que representa uma poupança a que as entidades se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor das compensações a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. Encontram-se suspensas as obrigações de admissão de novos trabalhadores e de pagamento de entregas para o

In 2024, this heading includes the amount of 22,841,91 euros relating to the Work Compensation Fund (FCT), which represents a savings account to which entities are bound, with a view to paying up to 50% of the value of the compensation to which workers covered by the new regime may be entitled following the termination of their employment contract. Obligations to hire new workers and pay contributions to the FGCT are suspended for the duration of the Medium-Term Agreement to Improve

FGCT durante a vigência do Acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade. No ano de 2023, o valor relevado para Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) ascendia a 22.841,91 euros. Esta rubrica regista ainda o valor em dívida ao custo amortizado de um operador, com o qual foi efetuado um contrato de regularização de reservas cujo término será no ano de 2043. Em 2023, dado que foi o ano da celebração do contrato também foi efetuado o respetivo cálculo.

Incomes, Wages and Competitiveness.
In 2023, the amount transferred to the Work Compensation Fund (FCT) was 22,841,91 euros. This heading also records the amount owed at amortised cost to an operator with whom a reserve regularisation contract was signed, which will end in 2043. In 2023, given that this was the year the contract was signed, the respective calculation was also made.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rubricas . Items	2024	2023
Inventários . Inventories		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo . Raw materials, subsidiaries and consumables	375 436 438,42	375 414 819,30
Perdas por imparidade de inventários . Impairment losses on inventories	460 355,21	1 921 365,90
Total	374 976 083,21	373 493 453,40

O valor das perdas de imparidade demonstra-se da seguinte forma:

As at 31 December 2024 and 2023, this heading was broken down as follows:

2024	Perdas de imparidade reconhecidas a 31 dezembro 2024 Impairment losses recognised as of 31 december 2024			Valorização a 31 dezembro 2024 Valuation as at 31 december 2024		
	Quantidade (MT) Quantity (MT)	Custo unitário médio de compra €/MT) Average unit purchase cost € /MT)	Cotação Quote	Custo de aquisição Cost of acquisition	Valor de mercado Market value	Δ
	Crude	538 082	295,39	516,49	158 943,92	277 912,67
Gasolinhas . Petrol	51 400	469,71	688,22	24 143,30	35 374,43	
Gasóleo . Diesel	297 849	567,68	675,29	169 083,64	201 159,44	
Fuel	45 000	468,69	458,46	21 090,96	20 630,60	-460,36
GPL . LPG	6 000	362,44	550,77	2 174,62	3 304,60	
Total				375 436,44	538 381,73	-460,36

2023	Perdas de imparidade reconhecidas a 31 dezembro 2023 Impairment losses recognised as of 31 december 2023			Valorização a 31 dezembro 2023 Valuation as at 31 december 2023		
	Quantidade (MT) Quantity (MT)	Custo unitário médio de compra €/MT) Average unit purchase cost € /MT)	Cotação Quote	Custo de aquisição Cost of acquisition	Valor de mercado Market value	Δ
	Crude	538 082	295,39	484,42	158 943,92	260 657,24
Gasolinhas . Petrol	51 400	469,71	680,77	24 143,30	34 991,54	
Gasóleo . Diesel	297 849	567,61	696,38	169 062,02	207 416,17	
Fuel	45 000	468,69	425,99	21 090,96	19 169,60	-1 921,36
GPL . LPG	6 000	362,44	468,51	2 174,62	2 811,04	
Total				375 414,82	525 045,58	-1 921,36

De acordo com o normativo contabilístico aplicável, os inventários deverão ser mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo que sempre que o valor do custo se apresentar superior ao valor realizável líquido do Inventário, deverá a entidade reconhecer adequado ajustamento na rubrica de Inventários por forma a reduzir o seu valor líquido contabilístico ao nível daquele valor realizável. Durante o exercício de 2024 verificou-se uma reversão de imparidade de inventários a qual foi registada na rubrica "Imparidade de inventários" na demonstração de resultados. A nota 24 deste anexo evidencia os movimentos do ano ocorridos em imparidades de inventários.

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o valor registado nesta rubrica pode segregar-se da seguinte forma:

Rubricas . Headings	2024	2023
Clientes . Customers		
Clientes conta corrente . <i>Customers current account</i>	4 150 439,45	2 425 064,27
Clientes cobrança duvidosa . <i>Customers doubtful debts</i>	3 766 819,33	3 570 602,86
Perdas por imparidade acumuladas . <i>Accumulated impairment losses</i>	-3 766 819,33	-3 570 602,86
Total	4 150 439,45	2 425 064,27

Por alguns operadores se encontrarem em PER, não foi possível executar as dívidas em processo de execução fiscal junto da Autoridade Tributária. Foi solicitado para alguns operadores a suspensão do despacho de produtos a introduzir no mercado cuja consequência é não poder registar Introduções ao Consumo junto da Autoridade Alfandegária e da ENSE. Refira-se que esta suspensão carece de autorização conjunta da tutela setorial SEAE e SET a qual não foi ainda concedida, no entanto já não se encontram a introduzir ao consumo. As referidas suspensões, foram enviadas para as Tutelas em 29/07/2020 (3 operadores).

According to the applicable accounting standards, inventories should be measured at cost or net realisable value, whichever is the lower, and whenever the cost value is higher than the net realisable value of the Inventory, the entity should recognise an appropriate adjustment under Inventories in order to reduce its net book value to the level of that realisable value.

During the 2024 financial year there was a reversal of impairment of inventories which was recorded under the "Impairment of inventories" heading in the income statement.

Note 24 of this annex shows the movements in inventory impairment during the year.

8. Customers

As at 31 December 2024 and 2023, the amount recorded under this heading can be broken down as follows:

Because some operators were on PER, it was not possible to enforce the debts in tax enforcement proceedings with the Tax Authority. Some operators have been asked to suspend the dispatch of products to be placed on the market, which means that they cannot register Introductions for Consumption with the Customs Authority and ENSE. It should be noted that this suspension requires joint authorisation from the sectoral authorities SEAE and SET, which has not yet been granted. However, these products are no longer being introduced for consumption.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a presente rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	2024	2023	EUR
Estado e Outros Entes Públicos . State and Other Public Entities			
Pagamento especial por conta . Special payment on account	-	947,77	
IRC - a receber . IRC - receivable	402 239,29	-	
Total	402 239,29	947,77	

10. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

	2024	2023	EUR
Outros Créditos a Receber . Other Receivables			
Devedores por Acréscimo de Rendimentos . Accrued Income Debtors			
Prestações de serviços . Provision of services	4 885 359,54	3 647 533,99	
Juros a receber . Interest receivable	63 034,06	46 912,50	
Subtotal	4 948 393,60	3 694 446,49	
Outros Créditos a Receber . Other Receivables			
Saldos devedores de terceiros . Balances owed to third parties	26,57	24,57	
Subtotal	26,57	24,57	
Total	4 948 420,17	3 694 471,06	

O valor de prestações de serviços refere-se às introduções ao consumo de dezembro bem como à emissão de TdB's foram faturados em janeiro de 2025.

9. State and other public entities

As at 31 December 2024 and 2023, this heading was broken down as follows:

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

	2024	2023	EUR
Gastos a Reconhecer . Expenses to be Recognised			
Seguros . Insurance	201 549,48	-	
Outros gastos a reconhecer . Other costs to be recognised	298 727,68	317 156,78	
Total	500 277,16	317 156,78	

A rubrica de outros gastos a reconhecer refere-se na sua maioria a licenças de softwares e aquisição de tickets.

The value of services provided refers to the December introductions for consumption as well as the issue of TdBs which were invoiced in January 2025.

11. Deferrals

As at 31 December 2024 and 2023, this heading was broken down as follows:

The "other expenses to be recognised" heading refers mostly to software licences and the purchase of tickets.

12. Investimentos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Outros Ativos Financeiros . Other Financial Assets	2024	2023
Certificados especiais dívida - CEDIC . Special debt certificates - CEDIC	71 300 000,00	68 000 000,00
Total	71 300 000,00	68 000 000,00

Os títulos negociáveis detidos pela Empresa a 31 de dezembro de 2024, no montante de € 71.300.000,00 dizem respeito a aplicações CEDIC, as quais, se assemelham a "depósitos a prazo" com características de muito curto prazo tendo associado um nível de risco muito baixo. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de CEDIC ascendia a € 68.000.000,00.

13. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo desta rubrica é composto pelos valores elevados em caixa e depósitos à ordem nas diversas instituições bancárias com as quais a sociedade mantém relações financeiras.

O caixa e equivalentes de caixa em referência a 31 de dezembro de 2024 e de 2023, encontra-se decomposto como se segue:

Caixa e Equivalentes de Caixa . Cash and Cash Equivalents	2024	2023
Numerário . Cash	1 740,23	571,56
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis . Immediately available bank deposits	6 406 426,16	5 280 267,97
Total	6 408 166,39	5 280 839,53

14. Capital próprio

O capital encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido integralmente pelo Estado Português e totaliza € 250.000,00.

O saldo da rubrica de "Outras variações de capital próprio" em referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresenta-se decomposto como se segue:

Reservas Estatutárias Statutory Reserves	2023	Variações . Variations		2024
		Aumentos . Increases	Diminuições . Decreases	
Fundo estatutário . Statutory fund	60 944 336,29	3 200 000,00	0,00	64 144 336,29
Total	60 944 336,29	3 200 000,00	0,00	64 144 336,29

12. Financial investments held for trading

As at 31 December 2024 and 2023, this heading was broken down as follows:

EUR

The negotiable securities held by the Company on 31 December 2024, amounting to €71,300,000,00, relate to CEDIC investments, which are similar to "term deposits" with very short-term characteristics and a very low level of risk.

As at 31 December 2023, the value of CEDIC was €68,000,000,00.

13. Cash and cash equivalents

The balance of this heading is made up of cash and demand deposits at the various banks with which the company maintains financial relations.

Cash and cash equivalents as at 31 December 2024 and 2023 are broken down as follows:

14. Equity

The share capital is fully subscribed and paid up, is wholly owned by the Portuguese State and totals €250,000,00.

The balance of the "Other changes in equity" heading as at 31 December 2024 and 2023 is broken down as follows:

EUR

Reservas Estatutárias Statutory Reserves	2023	Variações . Variations		2024
		Aumentos . Increases	Diminuições . Decreases	
Fundo estatutário . Statutory fund	60 944 336,29	3 200 000,00	0,00	64 144 336,29
Total	60 944 336,29	3 200 000,00	0,00	64 144 336,29

NATUREZA E OBJETIVO DAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Fundo Estatutário:

A rubrica de Fundo Estatutário, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 ascende a € 64.144.336,29 corresponde ao Fundo de Provisão constituído pela Empresa por imposição legal, conforme nº 4 do art.º 20º do Anexo V do DL n.º 165/2013 de 16 de dezembro. Por decisão do Conselho de Administração em 2024 foi efetuado dotação para o fundo estatutário no valor de €3.200.000,00.

Resultados Transitados

A rubrica de resultados transitados a 31 dezembro de 2024 e 2023 apresentava os seguintes valores:

Resultados Transitados <i>Retained Earnings</i>	2023	Variações . Variations		2024	EUR
		Aumentos . Increases	Diminuições . Decreases		
Resultados Transitados . <i>Retained Earnings</i>	24 161 729,28	0,00	5 133 322,19	19 028 407,09	
Total	24 161 729,28	0,00	5 133 322,19	19 028 407,09	

Reservas

A rubrica de reservas a 31 dezembro de 2024 e 2023 apresentava os seguintes valores:

Reservas <i>Reserves</i>	2023	Variações . Variations		2024	EUR
		Aumentos . Increases	Diminuições . Decreases		
Reservas . <i>Reserves</i>	161 535,20	0,00	161 535,20	0,00	
Total	161 535,20	0,00	161 535,20	0,00	

15. Empréstimo obrigacionista não convertível

O saldo desta rubrica respeita ao Empréstimo obrigacionista emitido pela Empresa em 6 de agosto de 2008, pelo montante de Euro 360.000.000, correspondente a 7.200 obrigações nominativas de taxa variável (EURIBOR 6M + 0,075%/0,12%/0,14% – até 8Ago16/7Ago23/6Ago28, respectivamente), com data de reembolso prevista para 6 de agosto de 2028. O empréstimo obrigacionista foi subscrito pelo DEXIA SABADELL e pelo DEPFA BANK.

Por dificuldades de determinação de uma estimativa fável dos fluxos de caixa associados ao financiamento

NATURE AND PURPOSE OF RESERVES AND RETAINED EARNINGS

Statutory Fund:

The Statutory Fund heading, whose balance as at 31 December 2024 amounts to €64,144,336.29, corresponds to the Provision Fund set up by the Company by legal imposition, in accordance with Article 20(4) of Annex V of Decree-Law no. 165/2013 of 16 December. By decision of the Board of Directors, the statutory fund was allocated €3,200,000.00 in 2024.

Retained Earnings

As at 31 December 2024 and 2023, the retained earnings heading showed the following figures:

Reserves <i>Reserves</i>	2023	Variações . Variations		2024	EUR
		Aumentos . Increases	Diminuições . Decreases		
Reservas . <i>Reserves</i>	161 535,20	0,00	161 535,20	0,00	
Total	161 535,20	0,00	161 535,20	0,00	

15. Non-convertible bond loan

The balance under this heading relates to the bond loan issued by the Company on 6 August 2008, for the amount of Euro 360,000,000, corresponding to 7,200 variable rate nominal bonds (6M EURIBOR + 0.075%/0.12%/0.14% – up to 8Aug16/7Aug23/6Aug28, respectively), with a repayment date scheduled for 6 August 2028. The bond loan was subscribed by DEXIA SABADELL and DEPFA BANK.

Due to difficulties in determining a reliable estimate of the cash flows associated with the financing and identifying a comparable discount rate in relation to the

e da identificação de uma taxa de desconto comparável face ao período de vigência do contrato, foi determinado o custo amortizado aproximado, o qual consistiu em corrigir o valor contabilístico do empréstimo obrigacionista (valor nominal) dos gastos diferidos associados à montagem da operação (para menos), da especialização dos juros reconhecida no exercício relativa ao empréstimo obrigacionista (para mais). O apuramento do valor relevado nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o que de seguida se demonstra:

period of the contract, the approximate amortised cost was determined, which consisted of correcting the book value of the bond loan (nominal value) for the deferred costs associated with setting up the operation (minus), the accrual of interest recognised in the year on the bond loan (plus).

The amount shown in the financial statements as at 31 December 2024 and 2023 is calculated as follows:

	2024	2023	EUR
Financiamento obtido - Não corrente . Financing obtained - Non-current			
Valor de emissão empréstimo obrigacionista . Bond loan issue amount	360 000 000,00	360 000 000,00	
Gastos liquidados e não reconhecidos . Expenses settled and not recognised	-80 837,39	-202 093,67	
Total	359 919 162,61	359 797 906,33	

	2024	2023	EUR
Financiamento obtido - Corrente . Financing obtained - current			
Gastos liquidados e não reconhecidos . Expenses settled and not recognised	40 418,76	40 418,76	
Cartão Unicre . Unicre card	6 912,79	4 950,01	
Especialização de juros empréstimo obrigacionista . Interest accrual on bond loan	5 391 780,00	5 911 650,01	
Total	5 358 274,03	5 957 018,78	

No empréstimo obrigacionista, no exercício de 2024, houve especialização de juros a pagar, com a taxa Euribor média de 3,87%. Os custos liquidados e não reconhecidos dizem respeito a encargos com o empréstimo obrigacionista que estão a ser especializados.

In the 2024 bond loan, interest payable was specialised, with an average Euribor rate of 3.87%. The settled and unrecognised expenses relate to charges on the bond loan which are being accrued.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em dívida a fornecedores ascende:

16. Suppliers

As at 31 December 2024 and 2023, the amount owed to suppliers stood at:

	2024	2023	EUR
Fornecedores . Suppliers			
Fornecedores conta corrente . Suppliers current account	2 164 320,41	293 440,00	
Total	2 164 320,41	293 440,00	

17. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Estados e Outros Entes Públicos . State and Other Public Entities	2023	2022
Curto prazo . Short term		
IRC a pagar . Corporate income tax payable	0,00	1 030,02
IRS - Retenções na fonte . Personal income tax - Withholding tax	33 560,00	34 403,00
IVA a pagar . VAT payable	2 136 190,33	1 573 782,99
Segurança Social, CGA, ADSE, CP e FC . Social Security, CGA, ADSE, CP and FC	53 510,79	52 689,54
Total	2 223 261,12	1 661 905,55

18. Outras dividas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Outros Passivos Correntes . Other Current Liabilities	2024	2023
Acréscimos de Gastos . Accrued Expenses		
Remunerações a liquidar <i>Remunerations to be paid</i>	376 447,02	361 720,21
Armazenagem / Tickets <i>Storage / Tickets</i>	8 694 458,13	6 951 836,04
Outros acréscimos de gastos <i>Other accrued expenses</i>	96 603,17	120 998,12
Credores diversos <i>Sundry creditors</i>	215 260,77	252 248,73
Total	9 382 769,09	7 686 803,10

19. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

Provisões . Provisions	2024	2023
Provisões não correntes . Non-current provisions	1 088 911,29	771 439,03
Total	1 088 911,29	771 439,03

No ano de 2024 foi registado um reforço de provisão no valor de 329 548,65 euros que se refere a encargos com inventários.

Foi utilizado o valor de 12.076,39 euros uma vez que já foram realizados trabalhos no final do ano de 2024.

17. State and other public entities

As at 31 December 2024 and 2023, this heading was broken down as follows:

	EUR
--	-----

Estados e Outros Entes Públicos . State and Other Public Entities	2023	2022
Curto prazo . Short term		
IRC a pagar . Corporate income tax payable	0,00	1 030,02
IRS - Retenções na fonte . Personal income tax - Withholding tax	33 560,00	34 403,00
IVA a pagar . VAT payable	2 136 190,33	1 573 782,99
Segurança Social, CGA, ADSE, CP e FC . Social Security, CGA, ADSE, CP and FC	53 510,79	52 689,54
Total	2 223 261,12	1 661 905,55

18. Other payables

As at 31 December 2024 and 2023, this heading was broken down as follows:

	EUR
--	-----

Outros Passivos Correntes . Other Current Liabilities	2024	2023
Acréscimos de Gastos . Accrued Expenses		
Remunerações a liquidar <i>Remunerations to be paid</i>	376 447,02	361 720,21
Armazenagem / Tickets <i>Storage / Tickets</i>	8 694 458,13	6 951 836,04
Outros acréscimos de gastos <i>Other accrued expenses</i>	96 603,17	120 998,12
Credores diversos <i>Sundry creditors</i>	215 260,77	252 248,73
Total	9 382 769,09	7 686 803,10

19. Provisions

The movement in provisions during the year ended 31 December 2024 and 2023 was as follows:

	EUR
--	-----

Provisões . Provisions	2024	2023
Provisões não correntes . Non-current provisions	1 088 911,29	771 439,03
Total	1 088 911,29	771 439,03

In 2024, a provision reinforcement of 329,548.65 euros was recorded, relating to inventory charges.

The amount of 12,076.39 euros was used since work had already been carried out at the end of 2024.

20. Prestação de serviços e outros rendimentos operacionais

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estas rubricas tinham a seguinte decomposição:

Rendimentos e Ganhos . Income and Gains	2024	2023
Prestações de serviços . Services rendered		
Gasolina - A . Petrol - A	7 409 038,61	4 975 781,68
Gasóleo- B . Diesel - B	44 959 448,74	31 041 110,07
Fuelóleo - C e GPL (C+D) . Fuel oil - C and LPG (C+D)	3 505 693,10	2 704 917,39
Unidade de Biocombustíveis . Biofuels Unit	903 760,80	831 826,80
Total de prestações de serviços . Total services rendered	56 777 941,25	39 553 635,94
Outros Rendimentos e Ganhos . Other Income and Gains		
Rendimentos suplementares . Supplementary income	84 005,32	50 593,57
Juros de aplicações financeiras . Interest from financial applications	1 791 140,58	70 841,23
Outros Rendimentos e Ganhos . Other Income and Gains	59 387,78	28 590,30
Total Outros Rendimentos e Ganhos . Total Other Income and Gains	1 934 533,68	150 025,10

A faturação das prestações de serviços da Unidade de Reservas de Petróleo (URP) – Gasolina A, Gasóleo B e Fuelóleo e GPL C, é efetuada com base nas reservas solicitadas junto da ENSE pelos operadores obrigados no âmbito das suas responsabilidades legais.

Em 2024 e 2023 o valor registado em rendimentos suplementares diz respeito a contraordenações que resultam da fiscalização da atividade económica desenvolvida no setor energético.

No ano de 2024 destaca-se a rubrica de juros de aplicações financeiras (CEDIC) que fruto do aumento das taxas de juros permitiu que fossem gerados juros mais elevados.

21. Fornecimentos e serviços externos

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estas rubricas tinham a seguinte decomposição e comparação com o exercício anterior:

20. Provision of services and other operationing income

In the period ended 31 December 2024 and 2023, these headings were broken down as follows:

EUR

The invoicing for services provided by the Oil Reserves Unit (URP) – Petrol A, Diesel B and Fuel Oil and LPG C, is based on the reserves requested from ENSE by the obligated operators within the scope of their legal responsibilities.

In 2024 and 2023, the amount recorded in supplementary income relates to administrative offences resulting from the inspection of economic activity in the energy sector.

In 2024, the interest on financial investments (CEDIC) heading stands out, as a result of the increase in interest rates which allowed higher interest to be generated.

21. External supplies and servies

In the period ended 31 December 2024 and 2023, these headings were broken down as follows and compared to the previous year:

	EUR	2024	2023
Gastos de FSE . ES&S expenses			
Subcontratos - Mercado nacional . Subcontracts - Domestic market		18 101 100,19	17 290 935,32
Subcontratos - Mercado intracomunitário . Subcontracts - Intra-Community market		16 404 075,00	8 687 460,00
Seguros . Insurance		300 800,83	214 398,42
Trabalhos Especializados . Specialised Works		1 370 512,28	1 187 605,55
Rendas e Alugueres . Rents and Leases		187 844,46	179 461,20
Deslocações e Estadas . Travel and Accommodation		54 909,40	37 781,94
Honorários . Fees		0,00	12 450,00
Limpeza, Higiene e Conforto . Cleanliness, Hygiene and Comfort		17 459,51	20 735,14
Comunicação . Communication		50 244,14	45 846,75
Publicidade e propaganda . Publicity and advertising		3 326,12	6 224,21
Vigilância e Segurança . Surveillance and Security		218 133,08	198 750,22
Energia e Flúidos . Energy and Fluids		88 716,96	110 336,87
Outros FSE . Other ES&S		115 437,14	176 315,37
Total Outros Rendimentos e Ganhos . Total other income and gains		36 912 559,11	28 168 300,99

22. Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	EUR	2024	2023
Gastos com Pessoal . Personnel Costs			
Remunerações órgãos sociais . Governing bodies remunerations		219 707,12	202 105,63
Remunerações do pessoal . Personnel remunerations		1 942 286,11	1 827 102,29
Encargos sobre remunerações . Charges on remunerations		477 582,99	438 809,35
Formação . Training		50 184,53	39 459,00
Seguros . Insurance		20 512,97	13 211,08
Outros Gastos com Pessoal . Other personnel costs		42 029,79	26 302,95
Total		2 752 303,51	2 546 990,30

De referir que as remunerações dos Órgãos Sociais contemplam o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

22. Personnel expenses

Personnel expenses for the periods ended 31 December 2024 and 2023 were broken down as follows:

It should be noted that the remuneration of the Governing Bodies includes the Board of Directors and the Audit Board.

23. Imparidades em inventário

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ajustamentos/reversões em inventários repartiam-se da seguinte forma:

23. Inventory impairments

In the period ended 31 December 2024 and 2023, inventory adjustments/reversals were as follows:

Imparidade Inventários Impairment Inventories	2024		2023	
	Ajustamentos . Adjustments	Reversões . Reversals	Ajustamentos . Adjustments	Reversões . Reversals
Fuel	-	1 461 010,69	1119 644,07	-
Total	0,00	1 461 010,69	1 119 644,07	0,00

24. Imparidades em clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontravam-se registadas as seguintes imparidades em clientes:

Imparidade de Clientes <i>Customer Impairment</i>	2024		2023	
	Constituição . Constitution	Reversões . Reversals	Constituição . Constitution	Reversões . Reversals
Operador 1 . Operator 1				
Operador 2 . Operator 2		1 662,59		2 131,38
Operador 3 . Operator 3				
Operador 4 . Operator 4				
Operador 5 . Operator 5				
Operador 6 . Operator 6				
Operador 7 . Operator 7				
Operador 8 . Operator 8				2 216 169,74
Operador 9 . Operator 9	2 069,52		27 486,55	
Operador 10 . Operator 10	125 930,16		1 379 221,90	
Operador 11 . Operator 11			846 133,26	
Operador 12 . Operator 12	66 286,88			
Operador 13 . Operator 13	3 592,50			
Total	197 879,06	1 662,59	2 252 841,71	2 218 301,12

25. Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como se segue:

Outros Gastos . Other Expenses	2024	2023
Impostos . Taxes	99 621,26	89 996,74
Quebras de inventário . Inventory losses	0,00	32 904,90
Juros de mora / compensatórios . Interest on arrears / compensatory interest	0,00	0,05
Fundo estatutário . Statutory fund	3 200 000,00	0,00
Outros . Other	170 158,05	16 391,12
Total	3 469 779,31	139 292,81

A rubrica de impostos reflete o gasto anual com taxas pagas referentes a processos judiciais em curso. No exercício de 2024, por decisão do CA foi registada contabilisticamente dotação para o fundo estatutário no valor de 3.200.000,00 euros. O fundo estatutário é uma imposição dos estatutos da ENSE que através da URP constituiu no montante mínimo de 25% do custo de aquisição das reservas que detiver, em prazo a estabelecer no seu planeamento estratégico, o qual é mobilizável apenas mediante instruções prévias do governo.

24. Customer impairments

As at 31 December 2024 and 2023, the following customer impairments were recorded:

EUR

25. Other expenses

Other expenses in the periods ended 31 December 2024 and 2023 were as follows:

EUR

The taxes heading reflects the annual cost of fees paid for ongoing legal proceedings. In the 2024 financial year, by decision of the Board of Directors, an appropriation of 3,200,000.00 euros was entered in the accounts for the statutory fund. The statutory fund is a requirement of ENSE's statutes which, through the URP, was set up at a minimum of 25% of the purchase cost of the reserves it holds, within a period to be established in its strategic planning, which can only be mobilised with prior instructions from the government.

26. Outros gastos financeiros

Os gastos financeiros, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, decompõem-se como segue:

Gastos Financiamentos . <i>Financing Costs</i>	2024	2023	EUR
Juros suportados . <i>Interest paid</i>	14 179 179,96	11 934 070,00	
Outros gastos e perdas financeiras . <i>Other financial expenses and losses</i>	37 440,00	384 005,61	
Total	14 216 619,96	12 318 075,61	

27. Imposto sobre o rendimento

O IRC foi apurado de acordo com o Código do IRC, que tem como base de apuramento de resultados líquidos sujeitos a correções fiscais para apuramento da base tributável e tendo em conta o disposto no artigo nº 137 da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março.

A taxa nominal de IRC para 2024 é de 21%, exceto para os primeiros 50.000,00 euros de matéria coletável de sujeitos passivos que exerçam diretamente e a título principal uma atividade de natureza agrícola, comercial ou industrial, que sejam qualificados como pequena ou média empresa a que se aplica a taxa de 17%.

26. Other financial expenses

Financial expenses for the years ended 31 December 2024 and 2023 are broken down as follows:

Gastos Financiamentos . <i>Financing Costs</i>	2024	2023	EUR
Juros suportados . <i>Interest paid</i>	14 179 179,96	11 934 070,00	
Outros gastos e perdas financeiras . <i>Other financial expenses and losses</i>	37 440,00	384 005,61	
Total	14 216 619,96	12 318 075,61	

27. Income tax

Corporate income tax was calculated in accordance with the Corporate Income Tax Code, which is based on the calculation of net earnings subject to tax corrections to determine the tax base and taking into account the provisions of Article 137 of Law no. 7-A/2016 of 30 March. The nominal corporate income tax rate for 2024 is 21%, except for the first 50,000.00 euros of taxable income of taxpayers who directly and principally carry out an agricultural, commercial or industrial activity, who qualify as a small or medium-sized enterprise, to which the rate of 17% applies.

Imposto sobre o Rendimento <i>Income Tax</i>	2023		2022	
	Atividade isenta <i>Exempt activity</i>	Atividade tributada <i>Taxed activity</i>	Atividade isenta <i>Exempt activity</i>	Atividade tributada <i>Taxed activity</i>
(1) Resultados e outras variações patrimoniais antes de imposto <i>Profit or loss and other changes in equity before tax</i>	1 482 049,30	449 681,05	-5 377 321,00	-129 462,75
(2) Taxa(s) de imposto . <i>Tax rate(s)</i>		0,00		0,00
(3) Imposto do exercício . <i>Tax charge for the year</i>		34 769,22		0,00
(4) Lucro tributável . <i>Taxable profit</i>		0,00		0,00
(5) Imposto sobre o Rendimento . <i>Income tax</i>		34 769,22		0,00
(6) Tributações autónomas . <i>Autonomous taxation</i>	3 291,95	4 402,08	3 106,06	5 397,57
(7) Derrama . <i>Municipal surcharge</i>			0,00	0,00
(8) Total = (5) + (6) + (7)	3 291,95	39 171,30	3 106,06	5 397,57

Em 2024 e com base no artigo nº 137 da Lei nº 7 – A/2016 de 30 de março a ENSE apurou o imposto, isolando a Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) uma vez que se encontram isentos IRC os resultados líquidos dos períodos realizados e contabilizados separadamente, nos termos da lei, pela entidade central de armazenagem nacional, na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo bruto e de produtos de petróleo.

In 2024 and based on Article 137 of Law no. 7-A/2016 of 30 March, ENSE calculated the tax, isolating the Oil Reserves Unit (URP) since the net earnings of the periods realised and accounted for separately, under the terms of the law, by the national central storage entity in the management of strategic reserves of crude oil products and oil products are exempt from Corporate Income Tax.

28. Responsabilidades e contingentes

Garantias

À data de balanço não existem responsabilidades por garantias prestadas.

29. Gestão do risco financeiro

As atividades da ENSE não são expostas a uma variedade de riscos financeiros, no entanto e dada a contratação do empréstimo obrigacionista em 06 de agosto de 2008 bem como a valorização dos inventários depender da cotação internacional dos produtos petrolíferos leva-nos a ter especial atenção aos efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro.

A aquisição das reservas estratégicas de produtos petrolíferos, principal ativo da ENSE que representa 82% do ativo total, foi financiada, integralmente, com capitais alheios. Desde a sua constituição, a ENSE nunca teve dificuldades em financiar todas as suas necessidades no mercado de capitais, com um custo que se considera muito competitivo.

Por outro lado, a atividade da ENSE, no que respeita à Unidade de Reservas Petrolíferas (URP), é financiada com as prestações mensais, que são cobradas aos operadores nacionais do mercado de produtos petrolíferos refinados, as quais cobrem todos os gastos de funcionamento e de financiamento. Tendo em conta as preocupações de manter estas prestações no mais baixo nível possível e a evolução dos fatores de risco a que a atividade da ENSE se acha exposta - taxa de juro de financiamento, preço internacional dos produtos petrolíferos e taxa de câmbio - o Conselho de Administração adota políticas de proteção contra níveis extremados daqueles fatores de risco, no contexto de conjunturas internacionais adversas.

A Unidade de Controle e Prevenção (UCP) tem como competência a fiscalização do sistema petrolífero nacional sendo financiada pela emissão de títulos de biocombustível, pela prestação de um serviço interno prestado à URP e por uma parte do produto das coimas decorrentes dos processos de contraordenação.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objetivo mitigar os impactos, resultantes de flutuações das taxas de mercado, nos encargos financeiros dos financiamentos contratados.

28. Liabilities and contingencies

Guarantees

At the balance sheet date, there are no liabilities for guarantees provided.

29. Financial risk management

ENSE's activities are not exposed to a variety of financial risks. However, given that the bond loan was taken out on 6 August 2008 and that the valuation of inventories depends on the international price of oil products, we have to pay special attention to the effects of changes in market prices, exchange rates and interest rates. The purchase of strategic reserves of oil products, ENSE's main asset, which represents 82% of total assets, was financed entirely with borrowed capital. Since it was set up, ENSE has never found it difficult to finance all its needs on the capital markets, at a cost that is considered to be very competitive.

On the other hand, ENSE's activity, with regard to the Oil Reserves Unit (URP), is financed by the monthly instalments charged to national operators in the refined oil products market, which cover all operating and financing costs. Taking into account concerns to keep these instalments as low as possible and the evolution of the risk factors to which ENSE's activity is exposed - financing interest rates, the international price of oil products and the exchange rate - the Board of Directors adopts policies to protect against extreme levels of these risk factors in the context of adverse international circumstances.

The Control and Prevention Unit (UCP) is responsible for overseeing the national oil system and is financed by issuing biofuel tickets, by providing an internal service to the URP and by part of the proceeds from fines arising from administrative offence cases.

Interest rate risk

The interest rate risk management policy aims to mitigate the impact of fluctuations in market rates on the financial costs of contracted financing.

ENSE's financing is summarised as a private placement bond loan (only two subscribers) at a variable rate (6-month Euribor) for a term of 20 years. Since its incorporation, ENSE has resorted to a syndicated bank loan, with the same interest rate benchmark, currently plus a spread of 0.12% until 7 August 2023, after which the same benchmark will be increased by 0.14% until 6 August 2028. The bond loan was used to

O financiamento alheio da ENSE resume-se a um empréstimo obrigacionista, *private placement* (apenas dois subscritores), a taxa variável (Euribor 6 meses) pelo prazo de 20 anos. Desde a sua constituição, a ENSE recorreu a um empréstimo bancário sindicado, com o mesmo referencial de taxa de juro, no presente, acrescida de spread de 0,12% até 07 de agosto de 2023, depois o mesmo referencial será acrescido de 0,14% até 06 de agosto de 2028. O empréstimo obrigacionista destinou-se a fazer o reembolso do empréstimo sindicado, libertando ainda fundos para a aquisição de reservas de produtos petrolíferos, em cumprimento da obrigação que impende sobre a ENSE.

Desde a data de liquidação do derivado (junho de 2013) que não existe cobertura para eventuais subidas de taxa de juro.

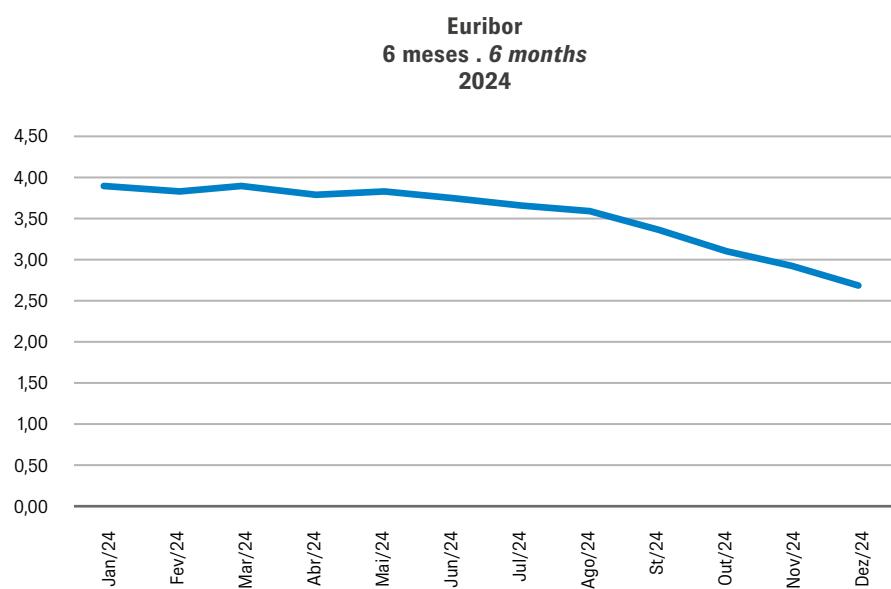
repay the syndicated loan, also freeing up funds for the acquisition of oil product reserves, in compliance with ENSE's obligation.

Since the settlement date of the derivative (June 2013), there has been no hedge against possible interest rate rises.

	2024	2023
Financiamento . Financing		
Capital (média anual) . Capital (annual average)	360 000 000,00	360 000 000,00
Gastos do Financiamento . Financing Costs		
Juros do exercício . Interest for the year	-14 179 179,96	-11 934 070,00
Outros encargos de financiamento . Other financing charges	-37 440,00	-37 440,00
Total dos Gastos do Financiamento . Total Financing Costs	-14 216 619,96	-11 971 510,00
TAXA MÉDIA ANUAL DO FINANCIAMENTO . AVERAGE ANNUAL FINANCING RATE	-3,95%	-3,33%
Euribor 6 MESES (média anual) . Euribor 6 MONTHS (annual average)	3,53%	3,34%

Apresenta-se de seguida a evolução da taxa Euribor durante o ano de 2024:

The evolution of the Euribor rate during 2024 is shown below:



Risco de preço dos produtos petrolíferos

A gestão dos riscos é realizada de acordo com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração, que são objeto de revisão periódica em função da evolução da atividade e que têm como finalidade alterar o perfil das posições de forma a adequá-las aos objetivos de gestão estabelecidos.

Relativamente ao risco de crédito, a ARC Ratings, S.A. atribuiu em outubro de 2024 o rating público "A-", ao empréstimo obrigacionista de 360,0 milhões de euros emitido pela Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE) em 6 de Agosto de 2008. O rating foi atribuído pela ARC Ratings, S.A. e endossado pela ARC Ratings (UK) Limited (ambas "ARC Ratings") de acordo com o Statutory Instrument 2019 nº 266 - The Credit Rating Agencies (Amendment etc.).

Desde a sua constituição a ENSE cumpre integralmente com a obrigação legal de reservas estratégicas. A lei exige que, no mínimo, um terço das reservas físicas da ENSE seja constituída por produtos acabados de acordo com o Decreto-lei nº 165/2013, que transpõe os critérios da Diretiva 2010/119/CE, do Conselho.

Como tem sido prática e para evitar destabilizações do sistema de reservas obrigatórias em Portugal, foi decidido proceder à contratação de reservas, através de contratos de manutenção, à ordem de uma entidade, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (contratos CSO-Compulsory Stock Obligations ou tickets), previstos na Diretiva 2010/119/CE e ao abrigo do artº 14º do Decreto-Lei 165/2013, e com um custo negociado consentâneo com os melhores preços praticados pelo mercado.

Este mecanismo permite à ENSE uma maior flexibilidade na negociação com os operadores obrigados quanto às reservas a ceder aos mesmos, para além dos 30 dias de reservas estratégicas obrigatórias, evitando assim compras de reservas, que obviamente ficariam expostas ao risco da evolução dos preços internacionais.

Risco de taxa de câmbio €/USD

A ENSE, também se encontra exposta ao risco cambial resultante da evolução de moedas. As responsabilidades financeiras da ENSE são denominadas em euros, porém, as aquisições de produtos petrolíferos e, com muito menor expressão, de alguns serviços são, por norma, denominadas em dólares norte-americanos.

Tendo em conta a perspetiva da limitação do preço final em euros de uma determinada aquisição de produtos petrolíferos e a previsível evolução da taxa de câmbio, o conselho de administração, sempre que oportuno, poderá celebrar contratos, pontuais e

Oil product price risk

Risk management is carried out in accordance with the strategies defined by the Board of Directors, which are periodically reviewed in line with the evolution of the business and whose purpose is to change the profile of positions in order to adapt them to the established management objectives.

With regard to credit risk, in October 2024 ARC Ratings, S.A. assigned an "A-" public rating to the 360.0 million euro bond loan issued by Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE) on 6 August 2008. The rating was assigned by ARC Ratings, S.A. and endorsed by ARC Ratings (UK) Limited (both "ARC Ratings") in accordance with Statutory Instrument 2019 no. 266 - The Credit Rating Agencies (Amendment etc.).

Since its incorporation, ENSE has fully complied with the legal obligation of strategic reserves. The law requires that at least one third of ENSE's physical reserves be made up of finished products in accordance with Decree-Law no. 165/2013, which transposed the criteria of Council Directive 2010/119/EC.

As has been the practice and in order to avoid destabilising the compulsory reserves system in Portugal, it was decided to contract reserves through maintenance contracts, to the order of an entity, for oil or crude oil products owned by third parties (CSO-Compulsory Stock Obligations contracts or tickets), as provided for in Directive 2010/119/EC and under Article 14 of Decree-Law no. 165/2013, and at a negotiated cost in line with the best market prices.

This mechanism allows ENSE greater flexibility in negotiating with obligated operators about the reserves to be transferred to them, beyond the 30 days of obligated strategic reserves, thus avoiding purchases of reserves, which would obviously be exposed to the risk of changes in international prices.

€/USD exchange rate risk

ENSE is also exposed to exchange rate risk resulting from currency fluctuations. ENSE's financial liabilities are denominated in euros, but purchases of oil products and, to a much lesser extent, some services are generally denominated in US dollars.

Taking into account the prospect of limiting the final price in euros of a given purchase of oil products and the foreseeable evolution of the exchange rate, the board of directors, whenever appropriate, may enter into occasional and limited forward exchange rate hedging contracts.

limitados, de cobertura de risco de taxa de câmbio, a prazo (*forward*).

Risco de liquidez

A ENSE efetua a gestão de risco de liquidez tendo em conta as prestações que cobra mensalmente aos operadores, as quais são a sua fonte de financiamento da atividade. A ENSE fatura, por norma, as prestações aos operadores no início de cada mês e perspetiva o seu recebimento até ao final do mesmo mês, o que equivale a uma cobrança aproximada em 20 dias.

Para o valor registado em imparidade em 2024, contribuíram 4 operadores. O reforço da perda de imparidades registado neste ano cifrou-se em € 197.879,06. No entanto, como já se referiu, esta perda não comprometeu as obrigações de pagamento da ENSE. Na nota 24 deste anexo está demonstrado o valor de imparidade por operador.

Risco de inflação

Em 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,4 %, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2023 (4,3%) o qual foi influenciado pelo comportamento da inflação subjacente, que apresentou uma variação média anual de 2,5% (5,0%) no ano anterior, e pela desaceleração dos produtos alimentares não transformados. No caso dos produtos energéticos, o IPC passou de uma variação média de -9% em 2023 para 3,2% em 2024, explicado pelo efeito de base resultante da evolução dos preços da eletricidade verificada em 2023.

A ENSE, E.P.E. procura concentrar os seus esforços para antecipar os riscos que possa eventualmente enfrentar.

Liquidity risk

ENSE manages liquidity risk taking into account the instalments it charges operators each month, which are its source of funding for its activity. As a rule, ENSE invoices instalments to operators at the beginning of each month and expects to receive them by the end of the same month, which is equivalent to collection in approximately 20 days.

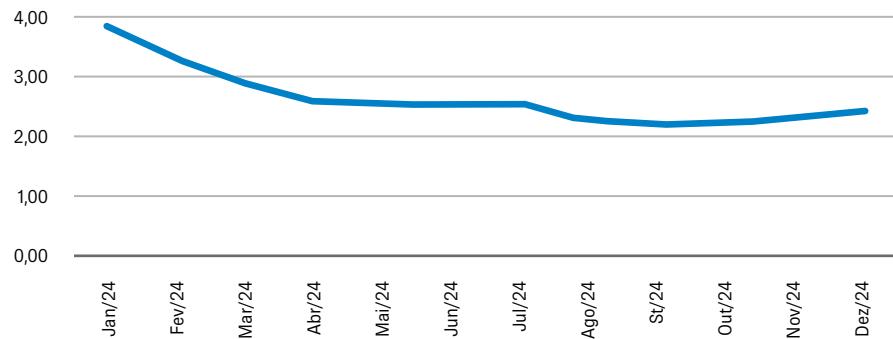
Four operators contributed to the amount recognised as impairment in 2024. The increase in the impairment loss recorded this year totalled €197,879.06. However, as already mentioned, this loss did not jeopardise ENSE's payment obligations.

Note 24 of this annex shows the amount of impairment per operator.

Inflation risk

In 2024, the Consumer Price Index (CPI) recorded an average annual variation of 2.4%, lower than the rate recorded for the whole of 2023 (4.3%), which was influenced by the behaviour of underlying inflation, which showed an average annual variation of 2.5% (5.0%) in the previous year, and by the slowdown in unprocessed food products. In the case of energy products, the CPI went from an average variation of -9% in 2023 to 3.2% in 2024, explained by the base effect resulting from the evolution of electricity prices in 2023. ENSE, E.P.E. endeavours to focus its efforts on anticipating any risks it may face.

IPC total (taxa de inflação média anual) - TVMM12
Total CPI (annual average inflation rate) - TVMM12
2024



30. Partes relacionadas

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração, foram as seguintes:

- Vencimentos e outros: € 174.079,82

Não existem quaisquer transações com partes relacionadas, exceto os pagamentos ao Conselho de Administração, referidos no parágrafo anterior.

31. Trabalhadores ao serviço

O número médio de pessoas ao serviço da empresa no decorrer do exercício de 2024, foi de 50, sendo 2 membros do Conselho de Administração, 3 membros do Conselho Fiscal e o restante a pessoal. No ano de 2023 o número médio foi de 47, sendo 2 membro do Conselho de Administração, 3 membros do Conselho Fiscal e o restante a pessoal.

32. Eventos subsquentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024, no entanto não deixamos de referir o contexto internacional. De acordo com o relatório de gestão, é proposta do Conselho de Administração que o Resultado Líquido do exercício de 2024 seja relevado em reservas livres em consonância com o previsto no nº 2 do artigo 24º dos Estatutos. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Informações exigidas por diplomas legais

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas para o exercício de 2024 ascende a € 20.980,00 de acordo com despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 158/2022).

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

30. Related parties

The remuneration paid to the Board of Directors was as follows:

- Salaries and other: €174,079.82

There are no transactions with related parties, except for the payments to the Board of Directors referred to in the previous paragraph.

31. Workers in service

The average number of people working for the company in 2024 was 50, of which 2 were members of the Board of Directors, 3 were members of the Audit Board and the rest was personnel. In 2023 the average number was 47, with 2 members of the Board of Directors, 3 members of the Audit Board and the rest was personnel.

32. Subsequent events

No subsequent events with a significant impact on the Financial Statements as at 31 December 2024 are known at this time, although we would like to mention the international context.

According to the management report, the Board of Directors has proposed that the Net Earnings for the 2024 financial year be recognised in free reserves in accordance with Article 24.2 of the Statutes.

After the close of the financial year and up to the time this report was drawn up, there were no other facts that could change the situation shown in the accounts for the purposes of Article 66(5)(b) of the Commercial Companies Code.

33. Information required by law

The Statutory Auditor's fees for the 2024 financial year amount to €20,980.00, in accordance with an order issued by His Excellency the Secretary of State for the Treasury (Order no. 158/2022).

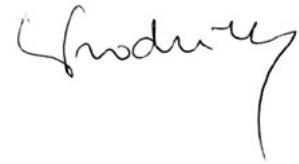
The Board of Directors informs that the Company has no outstanding debts to the State.

In compliance with Decree no. 411/91 of 17 October, the Board of Directors reports that the company's situation with Social Security has been regularised within the legally stipulated deadlines.

O Conselho de Administração
The Board of Directors



O Contabilista Certificado
The Certified Accountant



Demonstrações Orçamentais

Budget
Statements



Demonstrações Orçamentais

Budget Statements

11

1. Demonstrações Orçamentais

A finalidade das demonstrações orçamentais nos termos da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e dos recebimentos, bem como, o desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental das entidades, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

De referir que as presentes demonstrações orçamentais, elaboradas nos termos da NCP 26, tiveram igualmente em consideração as orientações transmitidas pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO), designadamente a Norma Técnica n.º 1/2017 e ajustamentos subsequentes.

1.1 Demonstrações previsionais

As demonstrações previsionais para 2024 foram elaboradas em conformidade com as regras previsionais, definidas no SNC-AP.

Na elaboração das presentes demonstrações previsionais foram consideradas as despesas obrigatórias, nomeadamente as que resultam dos encargos com pessoal, financeiros, com compromissos assumidos contratualmente com terceiros e que garantem o funcionamento dos serviços e dos investimentos em curso.

De referir que o orçamento é introduzido anualmente através do sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO).

1. Budget Statements

The purpose of the budget statements, in accordance with NCP 26 - Accounting and Budget Reporting, is to provide information on the initial budget, budget changes, the execution of budgeted income and expenditure, payments and receipts, as well as budget performance.

The budget statements are a structured representation of the execution and performance of the organisation's budget, providing information on the initial budget, budget changes, budget execution and payments and receipts.

It should be noted that these budget statements, drawn up under the terms of NCP 26, also took into account the guidelines issued by the Budget Framework Law Implementation Unit (UniLEO), namely Technical Standard 1/2017 and subsequent adjustments.

1.1 Provisional statements

The provisional statements for 2024 were drawn up in accordance with the provisional rules defined in the SNC-AP.

In drawing up these provisional statements, compulsory expenditure was taken into account, namely that resulting from personnel and financial expenses, as well as from commitments assumed under contracts with third parties and guaranteeing the operation of services and ongoing investments.

It should be noted that the budget is entered annually via the Budget Management Information System (SIGO).

1.2 Orçamento e plano orçamental plurianual

O orçamento é um documento obrigatório para todas as entidades públicas, que tem por objetivo quantificar os planos de ação previstos, normalmente para o período de um ano, com base numa previsão das receitas e das despesas públicas, de modo a servir as principais funções da gestão.

Assim a informação orçamental é crucial porque permite aos utilizadores fazer comparações entre a receita e a despesa executada e a orçamentada.

Apresenta-se, de seguida, o orçamento dando nota que relativamente a plurianuais apenas foram introduzidos dados relativos a investimento, desta forma os documentos apresentados têm por base o orçamento inicial da receita e da despesa. De referir que o orçamento aqui referido é o registado na DGO.

1.2.1 Orçamento inicial da receita e da despesa

O orçamento inicial da receita foi estimado em 81.795.382,00 euros, sendo composto por receitas próprias maioritariamente na rubrica de vendas e prestações de serviço.

Nos termos do artigo nº 21 dos estatutos, a ENSE dispõe de receitas próprias consignadas à realização de despesas durante a execução do orçamento do ano a que respeitam.

O orçamento da despesa foi elaborado de acordo com as regras da execução orçamental. No mapa abaixo evidencia-se a distribuição do montante da despesa orçamentada, para o ano de 2024 por agrupamento económico.

O orçamento inicial da despesa respeitou o equilíbrio da receita, tendo a sua afetação sido maioritariamente feita nas despesas com aquisição de bens e serviços.

Apresenta-se de seguida a receita e despesa discriminada:

1.2 Budget and multiannual budget plan

The budget is a compulsory document for all public entities. Its purpose is to quantify the action plans envisaged, usually for a period of one year, based on a forecast of public income and expenditure, in order to serve the main management functions.

Budget information is therefore crucial because it allows users to make comparisons between revenue and expenditure that has been executed and that which has been budgeted.

The budget is presented below, noting that only investment data has been entered for multiannual programmes, so the documents presented are based on the initial revenue and expenditure budget. It should be noted that the budget referred to here is the one registered with the DGO.

1.2.1 Initial revenue and expenditure budgets

The initial revenue budget was estimated at 81,795,382.00 euros and is made up of own revenue, mainly under the sales and provision of services heading.

Under the terms of Article 21 of the statutes, ENSE has its own revenue earmarked for expenditure during the implementation of the budget for the year to which it relates.

The expenditure budget was drawn up in accordance with the rules of budget execution. The map below shows the breakdown of budgeted expenditure for 2024 by economic group.

The initial expenditure budget respected the balance of revenue, with most of it allocated to expenditure on the purchase of goods and services.

Below is a breakdown of revenue and expenditure:

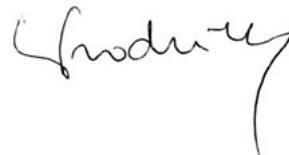
Rubrica <i>Heading</i>	Descrição . Description	Orçamento . Budget 2024			Plano Orçamental Pluriannual <i>Multiannual Budget Plan</i>			
		Período Anterior <i>Previous Period</i>	Período Period	Total	2025	2026	2027	2028
Receitas Correntes . Current Revenue								
R1	Receita Fiscal . Tax Revenue							
R11	Impostos Diretos . Direct Taxes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos Indiretos . Indirect Taxes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde <i>Payments to social protection systems and health subsystems</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades <i>Fees, fines and other penalties</i>	0,00	35 000,00	35 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade . Property income	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes <i>Current transfers and subsidies</i>							
R5 1	Transferências correntes . Current transfers							
R5 11	Administrações Públicas . Public Administrations							
R5 11 1	Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 2	Administração Central - Outras entidades <i>Central Administration - Other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 3	Segurança Social . Social Security	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 4	Administração Regional . Regional Administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 5	Administração Local . Local Government	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 12	Exterior - UE . External - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 13	Outras . Others	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 2	Subsídios correntes . Current Subsidies	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços . Sale of goods and services	0,00	76 484 382,00	76 484 382,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes . Other Current Revenue	0,00	26 000,00	26 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Correntes <i>Total Current Revenue</i>		0,00	76 545 382,00	76 545 382,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital / Capital Revenue								
R8	Venda de bens de investimento . Sale of investment goods	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital <i>Capital transfers and subsidies</i>							
R9 1	Transferências de capital . Capital transfers							
R9 11	Administrações Públicas . Public Administrations							
R9 11 1	Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 2	Administração Central - outras entidades <i>Central Administration - other entities</i>	0,00	1 250 000,00	1 250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 3	Segurança Social . Social Security	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 4	Administração Regional . Regional Administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 5	Administração Local . Local Government	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 12	Exterior - UE . External - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 13	Outras . Others	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 2	Subsídios de capital . Capital grants	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital . Other capital revenue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital <i>Total Capital Revenues</i>		0,00	1 250 000,00	1 250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas não efetiva								

Rubrica <i>Heading</i>	Descrição . <i>Description</i>	Orçamento . <i>Budget 2024</i>			Plano Orçamental Plurianual <i>Multiannual Budget Plan</i>			
		Período Anterior <i>Previous Period</i>	Período Period	Total	2025	2026	2027	2028
Receitas não efetivas / Non effective revenue								
R12	Receita com ativos financeiros . <i>Income from financial assets</i>	0,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros <i>Revenue from financial liabilities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas não efetiva <i>Total Non-Effective Revenue</i>		0,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos <i>Repayments not matched to payments</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais <i>Balance from previous year - budget operations</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral (Receitas Correntes) <i>General Total (Current Revenue)</i>		0,00	76 545 382,00	76 545 382,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral (Receitas Capital) <i>General Total (Capital Revenues)</i>		0,00	1 250 000,00	1 250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral (Receitas Não Efetivas) <i>General Total (Non-Effective Revenue)</i>		0,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	81 795 382,00	81 795 382,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Conselho de Administração
The Board of Directors



O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant



Rubrica Heading	Descrição . Description	Orçamento . Budget 2024				Plano Orçamental Pluriannual Multiannual Budget Plan						
		Período Anterior Previous Period	Período Period	Total	2025	2026	2027	2028				
Despesas Correntes . Despesas Correntes												
D1	Despesas com o pessoal . Expenditure on staff											
D1.1	Remunerações certas e permanentes <i>Certain and permanent remunerations</i>	0,00	2 437 199,00	2 437 199,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais <i>Variable or contingent allowances</i>	0,00	67 877,00	67 877,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D1.3	Segurança Social . Social Security	0,00	600 993,00	600 993,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D2	Aquisição de bens e serviços . Acquisition of goods and services	0,00	24 698 897,00	24 698 897,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D3	Juros e outros encargos . Interests and other charges	0,00	14 116 440,00	14 116 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4	Transferências e subsídios correntes . Current transfers and subsidies											
D4.1	Transferências correntes . Current transfers											
D4.1.1	Administrações Públicas . Public Administrations											
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades <i>Central Administration - Other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.1.3	Segurança Social . Social Security	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.1.4	Administração regional . Regional administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.1.5	Administração local . Local Administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo . Non-profit sector entities	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.3	Famílias . Families	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.1.4	Outras . Other	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D4.2	Subsídios correntes . Current Subsidies	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D5	Outras Despesas Correntes . Other Current Expenditure	0,00	10 506 950,00	10 506 950,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Total das Despesas Correntes Total Current Expenditure		0,00	52 428 356,00	52 428 356,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Capital . Capital Expenditure												
D6	Aquisição de bens de capital . Acquisition of capital goods	0,00	5 556 319,00	5 556 319,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7	Transferência e subsídios de capital . Capital transfers and subsidies											
D7.1	Transferências de capital . Capital transfers											
D7.1.1	Administrações Públicas . Public Administrations											
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades <i>Central Administration - Other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.1.3	Segurança Social . Social Security	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.1.4	Administração regional . Regional administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.1.5	Administração local . Local government	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo <i>Non-profit sector entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.3	Famílias . Families	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.1.4	Outras . Other	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D7.2	Subsídios de capital . Capital grants	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
D8	Outras despesas de capital . Other expenditure	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Total das Despesas de Capital Total Capital Expenditure		0,00	5 556 319,00	5 556 319,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

Rubrica <i>Heading</i>	Descrição . <i>Description</i>	Orçamento . <i>Budget 2024</i>			Plano Orçamental Plurianual <i>Multiannual Budget Plan</i>			
		Período Anterior <i>Previous Period</i>	Período Period	Total	2025	2026	2027	2028
Despesas não Efetivas . <i>Non-Effective Expenses</i>								
D9	Despesa com ativos financeiros <i>Expenses with financial assets</i>	0,00	22 545 747,00	22 545 747,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros <i>Expenses with financial liabilities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das Despesas não Efetivas <i>Total Non-Effective Expenses</i>	0,00	22 545 747,00	22 545 747,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral (Despesas Correntes) <i>Total (Current Expenses)</i>	0,00	52 428 356,00	52 428 356,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral (Despesas Capital) <i>Total (Capital Expenses)</i>	0,00	5 556 319,00	5 556 319,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral (Despesas não Efetivas) <i>Total (Non-Effective Expenses)</i>	0,00	22 545 747,00	22 545 747,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	0,00	80 530 422,00	80 530 422,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

1.2.2 Plano plurianual de investimentos

Apresenta-se a seguir o plano plurianual de investimentos onde se encontram descritos os projetos que implicam despesa orçamental a realizar, por tipo de investimento, em mais do que um período económico.

Objeto Object	Nº do Projeto No. of the Project	Designação do Projeto Name of the Project	Rubrica Desempenho Budget Line	Forma de Realização Form of Realisation	Fonte de Financiamento Source of Funding		Datas - Datas		Fase de Execução Execution Phase	Realizada em Períodos Anteriores Carried Out in Previous Periods	Estimativa de Realização do Período t+1 Estimated Realization of Period t+1	Pagamentos Payments					EUR Total Previsto Total Forecast		
					RG	BP	UE EU	EMPR				Ano t Year t	Ano t+1 Year t+1	Ano t+2 Year t+2	Ano t+3 Year t+3	Ano t+4 Year t+4	Outros Other		
Reabilitação Rehabilitation	19608	Reabilitação do Manifold - Zona II Mannifold Rehabilitation - Zone II	070104B080	E (empreitada) E (contract work)	5 000 000,00				2024	2025	0	0,00	0,00	4 000 000,00	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00
Total					0,00	5 000 000,00	0,00	0,00			0,00	0,00	4 000 000,00	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00	

1.3 Demonstrações de Relato Individual

1.3.1 Demonstração de desempenho orçamental

A Demonstração do Desempenho Orçamental permite a análise do desempenho orçamental da ENSE e apresenta as verbas respeitantes a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário) sendo a informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

A receita efetiva, em 2024, foi de 68.358.388,05 euros, a qual resultou de receitas próprias.

Relativamente à despesa efetiva foi executado um total de 63.881.420,85 euros tendo sido, na sua totalidade, suportado por receitas próprias.

De referir que estes valores se encontram expurgados, das operações de tesouraria, receitas e despesas com ativos financeiros e saldos de gerência.

1.2.2 Multiannual investment plan

The multiannual investment plan is presented below, which describes the projects that involve budget expenditure to be realised, by type of investment, in more than one economic period.

1.3 Individual Financial Statements

1.3.1 Budget performance statement

The Budget Performance Statement allows ENSE's budget performance to be analysed and presents the amounts relating to all receipts and payments that occurred in the accounting period, whether they relate to budget execution or treasury operations. This statement also shows the corresponding balances (from the previous year and for the following year, overall balance, current balance, capital balance and primary balance) and the information is organised by source of funding and by economic classification of budget execution.

Actual revenue in 2024 totalled 68,358,388.05 euros, which resulted from own revenue.

Actual expenditure totalled 63,881,420.85 euros, all of which came from own revenue.

It should be noted that these figures are net of treasury operations, income and expenditure on financial assets and management balances.

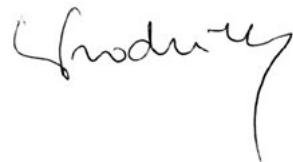
Rúbrica . Heading	Fontes de Financiamento (n) Sources of Financing (n)					EUR	
	RP	RG	UE / EU	EMPR	Fundos alheios Funds allowed	TOTAL	N-1
	Saldo de Gerência Anterior . Previous Year's Balance						
Operações orçamentais . Budget operations [1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de saldos de operações orçamentais <i>Restitution of balances of budgetary operations</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria . Treasury operations [A]					0,00	0,00	0,00
Receita Corrente . Current Revenue							
R1 Receita Fiscal . Tax Revenue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Impostos Diretos . Direct Taxes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1 2 Impostos Indiretos . Indirect Taxes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde <i>Contributions to social protection systems and health subsystems</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades <i>Fees, fines and other penalties</i>	84 393,87	0,00	0,00	0,00	0,00	84 393,87	0,00
R4 Rendimentos de propriedade . Property income	1 775 019,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1 775 019,02	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes <i>Current transfers and subsidies</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 1 Transferências correntes . Current transfers	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 Administrações Públicas . Public Administrations	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 1 Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 2 Administração Central - Outras entidades <i>Central Administration - Other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 3 Segurança Social . Social Security	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 4 Administração Regional . Regional Administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 11 5 Administração Local . Local Government	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 12 Exterior - UE . Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 13 Outras . Others	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 2 Subsídios correntes . Current Subsidies	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços . Sale of goods and services	66 498 975,16	0,00	0,00	0,00	0,00	66 498 975,16	0,00
R7 Outras Receitas Correntes . Other Current Revenue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital / Capital Revenue							
R8 Venda de bens de investimento <i>Sale of investment goods</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital <i>Capital transfers and subsidies</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 1 Transferências de capital . Capital transfers	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 Administrações Públicas . Public Administrations	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 1 Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 2 Administração Central - outras entidades <i>Central Administration - other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 3 Segurança Social . Social Security	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 4 Administração Regional . Regional Administration	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 11 5 Administração Local . Local Government	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 12 Exterior - UE . Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 13 Outras . Others	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 2 Subsídios de capital . Capital grants	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital . Other capital revenue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rúbrica . Heading	Fontes de Financiamento (n) Sources of Financing (n)					TOTAL	N-1
	RP	RG	UE / EU	EMPR	Fundos alheios Funds allowed		
Outro / Another							
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos <i>Replacements not deducted from payments</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	963,95 0,00
	Receita Efetiva . Effective Revenue [2]	68 358 388,05	0,00	0,00	0,00	0,00	68 358 388,05 0,00
	Receita não Efetiva . Non-Effective Revenue [3]	5 003 849,78	0,00	0,00	0,00	0,00	5 003 849,78 0,00
R12	Receita com ativos financeiros <i>Income from financial assets</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
R13	Receita com Passivos financeiros <i>Revenue from financial liabilities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
	Soma . Sum [4]=[1]+[2]+[3]	73 362 237,83	0,00	0,00	0,00	0,00	73 362 237,83 0,00
	Recebimentos de Operações de Tesouraria Receipts from Treasury Operations [B]					187 445,98	187 445,98 0,00

O Conselho de Administração
The Board of Directors



O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant



Rúbrica . Heading	Fontes de Financiamento (n) Sources of Financing (n)					EUR	
	RP	RG	UE / EU	EMPR	Fundos alheios Funds allowed	TOTAL	N-1
Despesa Corrente . Current Expenditure							
D1	Despesas com o pessoal . <i>Expenditure on staff</i>	2 681 187,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2 681 187,56
D11	Remunerações certas e permanentes <i>Certain and permanent remunerations</i>	2 112 398,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2 112 398,45
D12	Abonos variáveis ou eventuais <i>Variable or contingent allowances</i>	33 495,64	0,00	0,00	0,00	0,00	33 495,64
D13	Segurança Social . <i>Social Security</i>	535 293,47	0,00	0,00	0,00	0,00	535 293,47
D2	Aquisição de bens e serviços <i>Acquisition of goods and services</i>	34 298 532,60	0,00	0,00	0,00	0,00	34 298 532,60
D3	Juros e outros encargos . <i>Interests and other charges</i>	14 745 933,10	0,00	0,00	0,00	0,00	14 745 933,10
D4	Transferências e subsídios correntes <i>Current transfers and subsidies</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D41	Transferências correntes . <i>Current transfers</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D411	Administrações Públicas . <i>Public Administrations</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4111	Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Outras entidades <i>Central Administration - Other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança Social . <i>Social Security</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração regional . <i>Regional administration</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração local . <i>Local Administration</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades do setor não lucrativo <i>Non-profit sector entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias . <i>Families</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Outras . <i>Other</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Subsídios correntes . <i>Current Subsidies</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes . <i>Other Current Expenditure</i>	11 963 274,47	0,00	0,00	0,00	0,00	11 963 274,47
Despesa de Capital . Capital Expenditure							
D6	Aquisição de bens de capital <i>Acquisition of capital goods</i>	192 493,12	0,00	0,00	0,00	0,00	192 493,12
D7	Transferência e subsídios de capital <i>Capital transfers and subsidies</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D71	Transferências de capital . <i>Capital transfers</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D711	Administrações Públicas . <i>Public Administrations</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado Português <i>Central Administration - Portuguese State</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades <i>Central Administration - Other entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social . <i>Social Security</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração regional . <i>Regional administration</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração local . <i>Local government</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades do setor não lucrativo <i>Non-profit sector entities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias . <i>Families</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras . <i>Other</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de capital . <i>Capital grants</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital . <i>Other expenditure</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva . Actual expenditure [5]		63 881 420,85	0,00	0,00	0,00	0,00	63 881 420,85
Despesa não efetiva . Non effective expenditure [6]		3 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 300 000,00

Rúbrica . Heading	Fontes de Financiamento (n) Sources of Financing (n)					TOTAL	N-1
	RP	RG	UE / EU	EMPR	Fundos alheios Funds allowed		
D9 Despesa com ativos financeiros <i>Expenses with financial assets</i>	3 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 300 000,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros <i>Expenses with financial liabilities</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma . Sum [7]=[5]+[6]	67 181 420,85	0,00	0,00	0,00	0,00	67 181 420,85	0,00
Pagamentos de operações de tesouraria Payments from treasury operations [C]					279 901,74	279 901,74	0,00
Saldos para gerência seguinte <i>Balances for the following year</i>	6 180 816,98						
Operações orçamentais Budget operations [8]=[4]-[7]	6 180 816,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6 180 816,98	0,00
Operações de tesouraria Treasury operations [D]=[A]+[B]-[C]					83 742,60	83 742,60	0,00
Saldo global . Overall balance [2]-[5]	4 476 967,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4 476 967,20	0,00
Despesa primária . Primary expenditure	52 435 487,75	0,00	0,00	0,00	0,00	52 435 487,75	0,00
Saldo corrente . Current balance	83 291,40	0,00	0,00	0,00	0,00	83 291,40	0,00
Saldo de capital . Capital Balance	-145 587,05	0,00	0,00	0,00	0,00	-145 587,05	0,00
Saldo primário . Primary balance	7 191 800,03	0,00	0,00	0,00	0,00	7 191 800,03	0,00
Receita total . Total revenue [1]+[2]+[3]	73 362 237,83	0,00	0,00	0,00	0,00	73 362 237,83	0,00
Despesa total . Total Expenditure [5]+[6]	67 181 420,85	0,00	0,00	0,00	0,00	67 181 420,85	0,00

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

1.3.2 Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas. O grau de execução orçamental da receita do período corrente cifra-se em 79,46%.

Classificações Orçamentais Detalhadas Detailed Budget Classifications	Previsões Corrigidas Corrected Forecasts	Previsões por Líquido Forecast Unsettled	Receitas por Cobrar de Períodos Anteriores Revenue to be Collected from Prior Periods	Receitas Liquidadas Liquidated Revenue	Liquidações Anuladas Cancelled Settlements	Receitas Cobradas Brutas Gross Collected Revenue	Reembolsos e Restituições Refunds and Returns		Receitas Cobradas Líquidas Net Collected Revenue				Receitas por Cobrar no Final do Período Revenue to be Charged at the end of the Period	Grau de Execução Orçamental Budgetary Execution Budget		
							Emitidas Issued	Pagas Paid	Períodos Anteriores Previous Periods		Período Corrente Current Period					
									Periodos Anteriores Previous Periods	Período Corrente Current Period						
Receita Corrente - Current Revenue	89 545 382,00	-	7 737 674,09	70 097 162,14	-	68 358 388,05	-	-	2 410 457,73	65 947 930,32	68 358 388,05	9 337 641,06	31,15	81,46		
R1 - Receita Fiscal - Tax Revenue	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R11 - Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R12 - Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R3 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R3 - Taxes, malhas e outras penalidades	85 745,00	-	-	84 393,87	-	84 393,87	-	-	-	84 393,87	84 393,87	-	-	98,42		
R4 - Recursos de propriedade	1775 020,00	-	-	1775 019,02	-	1775 019,02	-	-	1775 019,02	1775 019,02	1775 019,02	-	-	100,00		
R5 - Transferências e subídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R5.2 - Subídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R6 - Venda de bens e serviços	78 658 817,00	-	7 737 674,09	68 237 749,25	-	66 498 975,10	-	-	2 410 457,73	64 088 517,43	66 498 975,10	9 337 641,06	31,15	81,48		
R7 - Outras receitas correntes	26 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R10 - Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R11 - Reposições não abolidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R12 - Receta com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9 - Transferências e subídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9113 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9113 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9115 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R912 - Exterior-UE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R913 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R92 - Subídios de capital / Capital grants	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo de gerência anterior - Previous year's balance	9 305 622,00	-	3 000 000,00	5 448 991,33	-	8 448 991,33	-	-	3 000 000,00	5 448 991,33	8 448 991,33	-	100,00	58,56		
R01 - Operações Orçamentais - Budgetary Operations [1]	3 000 000,00	-	3 000 000,00	393 370,22	-	3 393 370,22	-	-	3 000 000,00	393 370,22	3 393 370,22	-	100,00	13,11		
R02 - Devolução do saldo operações orçamentais	4 654 303,00	-	-	4 654 302,42	-	4 654 302,42	-	-	4 654 302,42	4 654 302,42	4 654 302,42	-	-	100,00		
Return of the balance of budget operations	401 319,00	-	-	401 318,69	-	401 318,69	-	-	401 318,69	401 318,69	401 318,69	-	-	100,00		
R03 - Operações de tesouraria - Treasury operations [A]	401 319,00	-	-	401 318,69	-	401 318,69	-	-	401 318,69	401 318,69	401 318,69	-	-	100,00		
R04 - Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	1 250 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receipt of the balance returned from third parties	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	89 651 604,00	-	10 737 674,09	75 546 153,47	-	76 807 379,38	-	-	5 410 457,73	71 396 921,65	76 807 379,38	9 337 641,06	50,39	79,46		

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

1.3.3 Demonstração de execução orçamental da despesa

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas. Na análise da composição da despesa, a dotação é corrigida para dotação disponível, pela redução por via das cativações, e que podem ser analisadas nos mapas de execução, na coluna com o nome de "cativos". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi imposto um cativo global de 8.582.392,00 euros repartido pelo agrupamento 02 – aquisição de bens e serviços, 06 – outras despesas correntes e 07 – despesas de capital – investimento. Adicionalmente, foi imposta uma alteração orçamental de dotação de várias rubricas, no valor total de 22.545.747,00€, para a rubrica 0902.05 – Administração pública central – Estado o que impossibilitou a utilização da dotação aqui afeta nas rubricas originalmente orçamentadas.

1.3.3 Budget execution statement for expenditure

This statement sets out all the stages and events of budget execution of expenditure, in columns, organised by the various detailed economic classifications. When analysing the composition of expenditure, the allocation is corrected for the available allocation, due to the reduction due to retentions, which can be analysed in the execution statements, in the column labelled "captive".

In the financial year ended 31 December 2024, an overall captive amount of 8,582,392.00 euros was imposed, broken down into group 02 - purchase of goods and services, 06 - other current expenditure and 07 - capital expenditure - investment.

In addition, a budget change was made to the allocation of various headings, totalling 22,545,747.00 euros, for heading 0902.05 - Central public administration - State, which made it impossible to use

Dar nota que foi solicitado um pedido de descativo e de reafectação da dotação afeta ao agrupamento 09, tendo apenas sido libertadas parcialmente as verbas. Desta forma, e não existindo possibilidade de falhar com os compromissos já firmados em questões de empréstimos obrigacionistas, manutenção de reservas estratégicas e mapa de pessoal, os valores não puderam deixar de ser executados.

O grau de execução orçamental da Despesa Corrente respeitante ao período corrente cifrou-se em 103,41%. Já o grau de execução da Despesa de Capital para o mesmo período foi de 43,53%, tendo-se alcançado uma execução total global de 91,73%.

the allocation here in the headings originally budgeted. Please note that a request was made to decommission and reallocate the allocation assigned to group 09, but the funds were only partially released.

In this way, and given that there was no possibility of defaulting on the commitments already entered into with regard to bond loans, the maintenance of strategic reserves and the personnel map, the amounts could not fail to be executed.

The level of budget execution of Current Expenditure for the current period totalled 103.41%. The level of execution of Capital Expenditure for the same period was 43.53%, with a total overall execution of 91.73%.

EUR

Classificações Orçamentais Detalhadas Classifications Budget Detailed	Despesas por Períodos anteriores Expenses Out from Previous Periods	Dotações Corrigidas Corrections Appropriations	Captive	Descativos De-captive	Despesas Disponibilizadas Appropriations Available	Cabeamentos Appropriations	Compreensões Appointments	Obrigações Obligations	Despesas Pagas Brutas Gross Paid Expenditure	Reações Absolutas aos Reajustamentos Detectados		Despesas Pagas Líquidas Net Paid Expenses			Compreensões a Transferir Commitments to be Transferred Over	Obrigações por Pagar Payables	Grau de Execução Orçamental Budgetary Execution Rate	
										Emitidas Issued	Recebidas Received	Períodos Anteriores Previous Periods	Período Corrente Current Period	Total				
														Períodes Anteriores Previous Periods		Período Corrente Current Period		
Despesa corrente Current Expenditure	409 737,40	63 601 307,00	8 082 392,00	6 069 131,00	(3 670 953,47)	67 272 260,47	67 272 260,47	65 902 967,06	63 686 903,96	-	-	312 270,74	63 686 903,96	63 999 174,70	3 273 085,77	76,21	103,41	
D1 - Despesas com o pessoal Personnel expenses	116 320,60	3 156 065,00	-	-	346 259,83	2 809 810,37	2 809 810,37	2 798 50,06	2 681 141,87	-	-	52 440,18	2 681 141,87	2 733 582,05	76 228,32	76 228,32	45,08	84,95
D11 - Remunerações Certas e Permanentes Fixed and Permanent Remuneration	77 799,79	2 437 195,00	-	-	247 298,74	2 189 900,26	2 189 900,26	2 112 393,98	-	-	52 446,98	2 112 393,98	2 164 810,96	25 089,30	25 089,30	67,37	86,67	
D12 - Abonos Variáveis ou Eventuais Variable or Contingent Allowances	-	74 978,00	-	-	41 482,36	33 495,64	33 495,64	33 495,64	-	-	-	33 495,64	33 495,64	-	-	-	-	44,67
D13 - Segurança Social - Social Security	38 520,81	643 892,00	-	-	57 477,53	588 414,47	588 414,47	575 114,16	535 252,25	-	-	23,20	535 252,25	538 275,45	51139,02	51139,02	0,06	83,13
D2 - Aquisição de bens e serviços Acquisition of goods and services	292 746,08	33 012 100,00	6 069 13,00	6 069 13,00	(4 140 273,82)	37 752 382,82	37 752 382,82	36 394 388,72	34 296 554,41	-	-	259 158,94	34 296 554,41	34 555 74,25	3 196 668,57	3 196 668,57	88,53	102,04
D3 - Juros e outras despesas interesteveis e encargos Interest expenses and charges	619,72	14 757 440,00	-	-	10 868,57	14 746 571,43	14 746 571,43	14 745 933,21	-	-	619,72	14 745 933,21	14 746 552,93	18,50	18,50	100,00	99,92	
D4 - Transferências e subsídios correntes Current transfers and subsidies	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D41 - Transferências correntes: Current transfers	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D411 - Administrações Públicas - General Government	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4111 - Administração Central - Estado Português - Central Government - Portuguese State	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4112 - Administração Central - Outras entidades - Central Government - Other entities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4113 - Segurança Social - Social Security	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4114 - Administração Regional - Regional Administration	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4115 - Administração Local - Local Government	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D412 - Entidades do setor não lucrativo - Non-profit sector entities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D413 - Famílias - Families	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D414 - Outras - Others	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D42 - Subsídios correntes Current Subsidies	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D5 - Outras despesas correntes Other current expenditure	51,00	12 075 688,00	2 012 28,00	-	112 193,15	11 963 495,85	11 963 495,85	11 963 495,85	11 963 247,47	-	-	51,00	11 963 247,47	11 963 325,47	170,38	170,38	100,00	118,89
Despesa de capital Capital Expenditure	-	14 915 854,00	500 000,00	500 000,00	8 354 074,05	6 561 779,95	6 561 779,95	6 559 210,87	6 492 493,12	-	-	-	6 492 493,12	6 492 493,12	69 286,83	69 286,83	-	43,53
D6 - Aquisição de bens de capital Acquisition of capital goods	-	5 571 319,00	500 000,00	500 000,00	5 309 539,05	261 779,95	261 779,95	259 210,87	192 493,12	-	-	192 493,12	192 493,12	69 286,83	69 286,83	-	3,48	
D61 - Aquisição de bens Purchase of goods	-	5 571 319,00	500 000,00	500 000,00	5 309 539,05	261 779,95	261 779,95	259 210,87	192 493,12	-	-	192 493,12	192 493,12	69 286,83	69 286,83	-	-	
D7 - Transferência e subsídios de capital Capital transfers and subsidies	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D71 - Transferências de capital Capital transfers	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D711 - Administrações Públicas - General Government	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7111 - Administração Central - Estado Português - Central Government - Portuguese State	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7112 - Administração Central - Outras entidades - Central Government - Other entities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7113 - Segurança Social - Social Security	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7114 - Administração Regional - Regional Administration	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D7115 - Administração Local - Local Government	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D712 - Entidades do setor não lucrativo - Non-profit sector entities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D713 - Famílias - Families	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D714 - Outras - Others	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D72 - Subsídios de capital Capital subsidies	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D8 - Outras despesas de capital Other capital expenditure	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D9 - Despesa com ativos financeiros Expenditure on financial assets	-	9 344 535,00	-	-	-	6 300 000,00	6 300 000,00	6 300 000,00	6 300 000,00	-	-	6 300 000,00	6 300 000,00	-	-	-	67,42	
D91 - Despesa com ativos financeiros - CEDIC - Expenditure on financial assets - CEDIC	-	9 344 535,00	-	-	-	6 300 000,00	6 300 000,00	6 300 000,00	6 300 000,00	-	-	6 300 000,00	6 300 000,00	-	-	-	-	
D90 - Despesa com passivos financeiros Expenditure on financial liabilities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	409 737,40	78 517 161,00	8 582 392,00	6 589 131,00	4 683 120,58	73 834 040,42	73 834 040,42	72 462 177,93	70 179 397,08	-	-	312 270,74	70 179 397,08	70 491 667,62	3 342 372,60	76,21	91,73	

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant

1.3.4 Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Mostra-se de seguida os valores referentes ao ano de 2024 que foram executados no plano plurianual.

1.3.4 Statement of implementation of the multiannual investment plan

The figures for 2024 that were executed in the multiannual plan are shown below.

Objetivo Objective (1)	Nº do Projeto Nr. Projecto (2)	Designação do Projeto Name of the Project (3)	Rubrica Orçamental Budget Line (4)	Forma de Realização Form of Realisation (5)	Fonte de Financiamento Source of Funding			Datas - Dates		Montante Previsto Expected Amount			Montante Executado Executed Amount			Nível de Execução Anual (%) Level of Financial Execution Annual (%)	Nível de Execução Financeira Global (%) Level of Financial Execution Overall (%)
					RG (6)	RP (7) UE (8)	EMPR (9)	Inicio Start (10)	Fim End (11)	Ano t Year t (12)	Anos Seguintes Following Years (13)	Total (14)=(12)+(13)	Anos Anteriores Previous Years (15)	Ano t Year t (16)	Total (17)=(15)+(16)		
Reabilitação Rehabilitation	12608	Reabilitação do Manifold - Zona II Manifold Rehabilitation - Zone II	070103B080	E (empreitada) E (contract work)	5 000 000,00			2024	2025	4 000 000,00	1 000 000,00	5 000 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
Total					- 5 000 000,00					4 000 000,00	1 000 000,00	5 000 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%

(18) Montante executado do ano t/montante previsto do ano t

(19) Total do montante executado/total montante prevista

Este mapa tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos e facilita informação designadamente sobre:

Classificação das operações;

Forma de realização - utiliza-se códigos: (A) para administração direta; (E) para empreitada; (O) para fornecimentos e outras;

Fonte de financiamento: (RP) receitas próprias; (RO) receitas genéricas; (UE) financiamento da UE e (EMPR) contratação de empréstimos;

Financiamento da componente anual e valor global do programa/projeto;

Execução financeira dos anos anteriores, no exercício e exercícios futuros.

(18) Montante executado em ano t/expected amount in year t

(19) Total amount executed/total expected amount

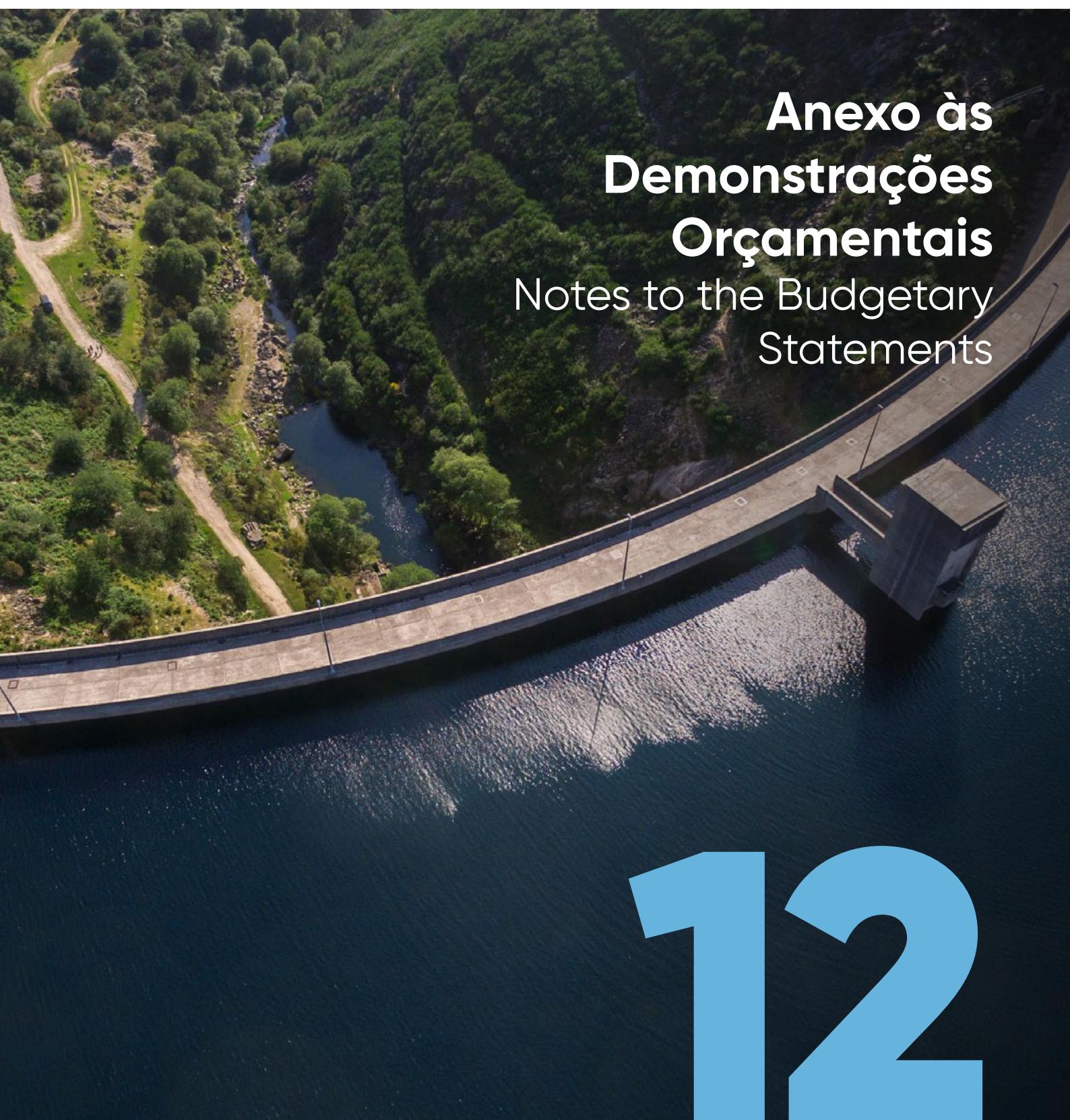
This table is intended to enable monitoring of the annual implementation of the multiannual investment plan and provides information, in particular, on:
Each investment project;

Form of implementation - use the codes: (A) for direct administration; (E) for contracting; (O) for supplies and others;

Source of financing: (RP) own revenue; (RO) general revenue; (UE) EU financing; and (EMPR) loan contracting;

Financing of the annual component and overall value of the program/project;

Financial implementation of previous years; this fiscal year; and future fiscal years.



Anexo às
Demonstrações
Orçamentais

Notes to the Budgetary
Statements

12

Anexo às Demonstrações Orçamentais

Notes to the Budget Statements

12

As demonstrações orçamentais, segundo a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental das entidades, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos. O princípio fundamental que esteve subjacente à elaboração das demonstrações orçamentais foi a comparabilidade da informação, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as demonstrações orçamentais de outras entidades. O Relato Orçamental consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e dos recebimentos, bem como, o desempenho orçamental. De referir que em entidades como a ENSE, cujo objetivo principal não é a obtenção de lucro, mas antes o cumprimento do serviço e a concretização dos objetivos orçamentais e estatutários definidos, estes anexos incluem informação adicional, alguma não financeira, com a finalidade de proporcionar uma imagem integral das atividades da entidade durante o período de relato. Em 2024 existiram alterações orçamentais, consubstanciadas maioritariamente em ajustamentos entre rubricas e agrupamentos, para desenvolvimento da atividade estatutária.

1. Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais da receita em 2024 evidenciam as alterações orçamentais ocorridas no período de relato com as rubricas da receita num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

The budget statements, according to NCP 26 - Accounting and budget reporting of the SNCAP, are a structured representation of the execution and budget performance of entities, providing, among other things, information on the initial budget, budget changes, budget execution and payments and receipts.

The fundamental principle underlying the preparation of the budget statements was the comparability of the information, both with the respective statements from previous periods and with the budget statements of other entities.

Budget reporting consists of providing information on the initial budget, budget changes, the execution of budgeted income and expenditure, payments and receipts, as well as budget performance.

It should be noted that in entities such as ENSE, whose main objective is not to make a profit, but rather to fulfil the service and achieve the budget and statutory objectives defined, these annexes include additional information, some of it non-financial, in order to provide a complete picture of the entity's activities during the reporting period.

In 2024, there were budget changes, mostly in the form of adjustments between headings and groups, in order to develop the statutory activity.

1. Budget changes in revenue

The budget changes in revenue in 2024 show the budget changes that took place during the reporting period, with the revenue headings at a similar level of breakdown to the budget, incorporating the effect of the changes that have taken place in the meantime.

Alterações Orçamentais de Receita . Revenue Budget Changes							EUR
Período de envio da informação . Period for Submitting Information							
Ano . Year	2024						
Dados de Entidade . Entity data	506084361						Tipo de Lançamento . Type of Posting
Rubricas Headings	Tipo Type (2)	Previsões Iniciais Initial Forecasts (4)	Receita . Revenue			Previsões Corrigidas Corrected Forecasts (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
			Alterações Orçamentais Budgetary Amendments				
			Inscrições / Reforços Registrations / Reinforcements (4)	Diminuições / Anulações Decreases/ Cancellations (5)	Créditos Especiais Special Credits (6)		
R1 - Receita Fiscal . Tax Revenue	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1 - Impostos diretos . Direct taxes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2 - Impostos indiretos . Indirect Taxes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsist. de saúde	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>Payments to social protection systems and health subsystems</i>							
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P/M	35 000,00	257,00	0,00	0,00	85 745,00	
<i>Fees, fines and other penalties</i>							
R4 - Rendimentos de propriedade . Property income	P/M	0,00	29 895,00	0,00	0,00	1 775 020,00	
R5- Transferências e subsídios correntes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>Current transfers and subsidies</i>							
R51 - Transferências correntes . Current transfers	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.1 - Administração Públicas . General Government	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.1.1 - Administração Central - Estado Português Central Government - Portuguese State	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.1.1 - Administração Central - Outras Entidades Central Government - Other entities	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.1.3 - Segurança Social . Social Security	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.1.4 - Administração Regional . Regional Administration	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.1.5 - Administração Local . Local Government	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.2 - Exterior - UE . Exterior - EU	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R51.3 - Outras . Others	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2 - Subsídios correntes . Current Subsidies	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 - Venda de bens e serviços . Sale of goods and services	P/M	80 484 382,00	0,00	31 825 765,00	0,00	78 658 617,00	
R7 - Outras receitas correntes . Other current revenue	N/A	26 000,00	0,00	0,00	0,00	26 000,00	
R8 - Venda de bens de investimento	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>Sale of investment goods</i>							
R9 - Transferências e subsídios de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>Capital transfers and subsidies</i>							
R91 - Transferências de capital . Capital transfers	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.1 - Administrações Públicas . Public Administrations	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.1.1 - Administração Central - Estado Português Central Government - Portuguese State	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>Central Government - Other entities</i>							
R91.1.3 - Segurança Social . Social Security	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.1.4 - Administração Regional . Regional Administration	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.1.5 - Administração Local . Local Administration	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.2 - Exterior - UE . Exterior - EU	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R91.3 - Outras . Others	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 - Subsídios de capital . Capital grants	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 - Outras receitas de capital . Other capital revenue	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>Replacements not deducted from payments</i>							

Alterações Orçamentais de Receita . Revenue Budget Changes							
Período de envio da informação . Period for Submitting Information							
Ano . Year	2024						
Dados de Entidade . Entity data	506084361		Tipo de Lançamento . Type of Posting	000			
Rubricas Headings	Tipo Type (2)	Previsões Iniciais Initial Forecasts (4)	Receita . Revenue				Previsões Corrigidas Corrected Forecasts (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Alterações Orçamentais Budgetary Amendments				
			Inscrições / Reforços Registrations / Reinforcements (4)	Diminuições / Anulações Decreases/ Cancellations (5)	Créditos Especiais Special Credits (6)		
R12 - Receita com ativos financeiros <i>Revenue from financial assets</i>	P/M	0,00	0,00	0,00	3 000 000,00	3 000 000,00	
R13 - Receita com passivos financeiros <i>Revenue from financial liabilities</i>	N/A	1 250 000,00	0,00	0,00	0,00	1 250 000,00	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais <i>Balance from previous year - budget operations</i>	P/M	0,00	0,00	0,00	5 055 621,11	5 055 621,11	

2. Alterações orçamentais da despesa

As alterações orçamentais da despesa em 2024 evidenciam as alterações orçamentais da despesa ocorridas no período de relato com as rubricas da despesa num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

2. Budget changes in expenditure

Budget changes in expenditure in 2024 show the budget changes in expenditure that occurred in the reporting period with expenditure headings at a similar level of breakdown to the budget, incorporating the effect of the changes that have taken place in the meantime.

Alterações Orçamentais de Despesa . Budgetary Amendments to Expenditure							
Período de envio da informação . Period for Submitting Information							
Ano . Year	2024						
Dados de Entidade . Entity data	506084361		Tipo de Lançamento . Type of Posting	000			
Rubricas Headings	Tipo Type (2)	Dotações Iniciais Initial Forecasts (3)	Despesa . Expenditure				Dotações Corrigidas Corrected Forecasts (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Alterações Orçamentais Budgetary Amendments				
			Inscrições / Reforços Registrations / Reinforcements (4)	Diminuições / Anulações Decreases/ Cancellations (5)	Créditos Especiais Special Credits (6)		
D1 - Despesas com o pessoal . Personnel expenses	P/M	3 106 069,00	67 099,00	17 099,00	0,00	3 156 069,00	
D11 - Remunerações Certas e Permanentes <i>Fixed and Permanent Remuneration</i>	P/M	2 437 199,00	2,00	2,00	0,00	2 437 199,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais <i>Variable or Contingent Allowances</i>	P/M	67 877,00	24 198,00	17 097,00	0,00	74 978,00	
D1.3 - Segurança Social . Social Security	P/M	600 993,00	42 899,00	0,00	0,00	643 892,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços <i>Acquisition of goods and services</i>	P/M	24 698 897,00	9 212 903,00	299 691,00	0,00	33 612 109,00	

Alterações Orçamentais de Despesa . Budgetary Amendments to Expenditure						
Período de envio da informação . Period for Submitting Information						
Ano . Year	2024					
Dados de Entidade . Entity data	506084361	Tipo de Lançamento . Type of Posting		000		
Rubricas Headings	Tipo Type (2)	Dotações Iniciais Initial Forecasts (4)	Despesa . Expenditure			Dotações Corrigidas Corrected Forecasts (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Alterações Orçamentais Budgetary Amendments			
			Inscrições / Reforços <i>Registrations / Reinforcements</i> (4)	Diminuições / Anulações <i>Decreases/ Cancellations</i> (5)	Créditos Especiais <i>Special Credits</i> (6)	
D3 - Juros e outros encargos . <i>Interest and other charges</i>	P/M	14 116 440,00	641 000,00	0,00	0,00	14 757 440,00
D4 - Transferências e subsídios correntes <i>Current transfers and subsidies</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1 - Transferências correntes . <i>Current transfers</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 - Administrações Públicas . <i>General Government</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1- Administração Central-Estado Português <i>Central Government - Portuguese State</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2- Administração Central-Outras entidades <i>Central Government - Other entities</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3- Segurança Social . <i>Social Security</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4- Administração Regional . <i>Regional Administration</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5- Administração Local . <i>Local Government</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo <i>Non-profit sector entities</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 - Famílias . <i>Families</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 - Outras . <i>Others</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 - Subsídios Correntes . <i>Current Subsidies</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 - Outras despesas correntes . <i>Other current expenditure</i>	P/M	10 506 950,00	3 593 972,00	11 972,00	0,00	14 088 950,00
D6 - Aquisição de bens de capital <i>Acquisition of capital goods</i>	P/M	5 556 319,00	68 041,00	53 041,00	0,00	5 571 319,00
D7 - Transferências e subsídios de capital <i>Capital transfers and subsidies</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 - Transferências de capital . <i>Capital transfers</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 - Administrações Públicas . <i>General Government</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1- Administração Central - Estado Português <i>Central Government - Portuguese State</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2- Administração Central - Outras entidades <i>Central Government - Other entities</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3- Segurança Social . <i>Social Security</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4- Administração Regional . <i>Regional Administration</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5- Administração Local . <i>Local Government</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo <i>Non-profit sector entities</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 - Famílias . <i>Families</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 - Outras . <i>Others</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 - Outras despesas de capital . <i>Other capital expenditure</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 - Despesa com ativos financeiros <i>Expenditure on financial assets</i>	P/M	22 545 747,00	3 000 000,00	16 201 212,00	0,00	9 344 535,00
D10 - Despesa com passivos financeiros <i>Expenditure on financial liabilities</i>	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

O mapa das alterações ao plano plurianual de investimentos mostra-nos a dotação atual vs dotação corrigida relativamente ao plano de investimentos bem como os valores orçamentados para os períodos seguintes.

Objetivo <i>Objective</i>	Nº do Projeto <i>Nº of the Project</i>	Designação do Projeto <i>Name of the Project</i>	Datas . Dates			Ano . Year 2024	Períodos Seguintes <i>Subsequent Periods</i>					Modificação (+/-) <i>Modification (+/-)</i>	
			Início <i>Start</i>	Fim <i>End</i>	Dotação Atual <i>Current Allocation</i>		Dotação Corrigida <i>Corrected Allocation</i>	Ano . Year 2024	Ano . Year 2025	Ano . Year 2026	Ano . Year 2027	Outros Other (12)	
			(4)	(5)	(6)		(7)	(8)	(9)	(10)	(11)		
Reabilitação <i>Rehabilitation</i>	13608	Reabilitação do Manifold - Zona II <i>Manifold Rehabilitation - Zone II</i>	2023	2024	4 000 000,00	4 000 000,00	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			-	-	4 000 000,00	4 000 000,00	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

4. Operações de tesouraria

O mapa das operações de tesouraria discrimina as operações que geram influxos ou exfluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade, permitindo assim assegurar a devida prestação de contas nesta área.

3. Changes to the multiannual investment plan

The map of changes to the multiannual investment plan shows the current appropriation versus the corrected appropriation in relation to the investment plan, as well as the budgeted amounts for subsequent periods.

4. Treasury operations

The treasury operations map breaks down operations that generate cash inflows or outflows, but do not represent budget execution operations, corresponding to operations that are not considered budget revenue or expenditure, but which have an impact on the organisation's treasury and accounts, thus ensuring proper accountability in this area.

Operações de Tesouraria . Treasury Operations					EUR
Período de envio da informação . Period for Submitting Information					
Ano . Year	2024				
Dados de Entidade . Entity data	506084361	Tipo de Lançamento . Type of Posting	000		
Código Conta . Account Code					
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por intermediação de fundos 07.1.1 / 07.2.1 - Revenue / payments through the intermediation of funds	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.2.1.1/07.2.2.1.1 - Autarquias Locais 07.1.2.1.1/07.2.2.1.1 - Local Authorities	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.2.1.2/07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado 07.1.2.1.2/07.2.2.1.2 - Accounting Entity State	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.2.1.3/07.2.2.1.3 - Região Autónoma dos Açores 07.1.2.1.3/07.2.2.1.3 - Azores Autonomous Region	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.2.1.4/07.2.2.1.4 - Região Autónoma da Madeira 07.1.2.1.4/07.2.2.1.4 - Autonomous Region of Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.2.1.5/07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias 07.1.2.1.5/07.2.2.1.5 - Other beneficiaries	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal 07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Non-tax revenue	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço / devolução de cauções e garantias 07.1.3 / 07.2.3 - Creation and strengthening/return of bonds and guarantees	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança / Entrega de recursos próprios europeus 07.1.4 / 07.2.4 - Collection/delivery of European own resources	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.5 / 07.2.5 - Receção / receitas de receitas próprias - duplo cabimento 07.1.5 / 07.2.5 - Receipts/receipts of own revenue - double allocation	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP 07.1.6 / 07.2.6 - Retention - Transition to SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas / despesas de operações tesouraria 07.1.9 / 07.2.9 - Other treasury operations revenue/expenditure	0,00	393 370,22	219 815,91	173 554,31	
07.2.8 - Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental 07.2.8 - Conversion of cash operations into budget revenue	0,00	0,00	0,00	0,00	

5. Contratação administrativa

5.1 Contratação administrativa - Situação dos contratos

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente sobre todos os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período do relato.

5. Administrative contracting

5.1 Administrative contracting - Status of contracts

This statement provides additional information to budget execution, namely on all contracts signed in the financial year or in previous financial years and which were financially implemented in the reporting period.

5.2. Contratação administrativa – Forma de Adjudicação

5.2 Administrative contracting – Form of award

Entidade Entity	Contratação Administrativa - Administrative Hiring - 2022													EUR			
	Contrato - Contract			Voto Tribunal de Contas - To the Court of Auditors			Pagamentos do Período - Payments of the Period							Pagamentos Acumulados. Cumulative Payments			
	Objeto Object	Data Date	Valor do Contrato (v. IVA) Value of the Contract Exclusive of VAT	Pregão Contractual (c/IVA) Contract Price (including VAT)	Número de Registo Registration Number	Data Date	Data do Primeiro Pagamento Date of First Payment	Trabalhos Normais Normal Work	Revisão de Preços Price Revision	Trabalhos a Mais Extra Work	Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões Work to Remedy Errors and Omissions	Outros Trabalhos Incluídos nos Trabalhos a Menos Other works including Under Works	Trabalhos Normais Normal Work	Revisão de Preços Price Revision	Trabalhos a Mais Extra Work	Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões Remedying Errors and Omissions	Outros Trabalhos Incluídos nos Trabalhos a Menos Other Works Including Under Works
Alarmes 24, Lda	Serviço , Service	21/03/2024	10 620,00	13 062,60	6977943	17/06/2024	2 539,95	- €	- €	- €	- €	- €	2 539,95	- €	- €	- €	- €
Ambias - Amb Sist de Inform Geográfica SA	Serviço , Service	02/12/2022	16 500,00	20 295,00	5649208	17/04/2023	4 600,20	- €	- €	- €	- €	- €	5 601,42	- €	- €	- €	- €
Ambias - Amb Sist de Inform Geográfica SA	Serviço , Service	18/10/2023	95 920,00	117 981,60	6742334	05/12/2023	88 283,26	- €	- €	- €	- €	- €	113 381,41	- €	- €	- €	- €
Ambias - Amb Sist de Inform Geográfica SA	Serviço , Service	24/10/2024	82 500,00	101 475,00	7300829	13/12/2024	19 280,26	- €	- €	- €	- €	- €	19 280,26	- €	- €	- €	- €
Aura Light Portugal, Lda	Fornecimentos	20/12/2023	38 826,32	47 756,37		01/03/2024	47 756,38	- €	- €	- €	- €	- €	47 756,38	- €	- €	- €	- €
Black Key, Lda	Serviço , Service	03/01/2024	74 700,00	91 888,00	6865050	22/02/2024	11 402,10	- €	- €	- €	- €	- €	11 402,10	- €	- €	- €	- €
Bright Utopia, Lda	Serviço , Service	20/10/2022	1278 000,00	1571 940,00	6012361	23/11/2022	523 980,00	- €	- €	- €	- €	- €	1135 290,00	- €	- €	- €	- €
Bureau Veritas Rinave, Lda	Serviço , Service	01/01/2024	19 530,00	24 021,90	6902139	26/04/2024	24 021,90	- €	- €	- €	- €	- €	24 021,90	- €	- €	- €	- €
Claranet Portugal, SA	Serviço , Service	16/12/2022	18 720,00	23 025,60	6230968	11/04/2023	7 035,60	- €	- €	- €	- €	- €	15 350,40	- €	- €	- €	- €
Consumo Europa Foods, Lda	Serviço , Service	23/09/2024	6 160,00	6 960,80	7226540	25/10/2024	6 960,80	- €	- €	- €	- €	- €	6 960,80	- €	- €	- €	- €
Divultec - Serviços de Informática, Lda	Fornecimentos	29/08/2024	55 817,85	68 655,95	7126881	27/09/2024	19 668,56	- €	- €	- €	- €	- €	19 668,56	- €	- €	- €	- €
Exolum Corporation, S.A.	Serviço , Service	01/02/2024	461 934,89	461 934,89		05/09/2024	86 269,20	- €	- €	- €	- €	- €	86 269,20	- €	- €	- €	- €
Fidelidade	Serviço , Service	01/01/2024	44 993,92	44 993,92		30/04/2024	42 150,95	- €	- €	- €	- €	- €	42 150,95	- €	- €	- €	- €
Fidelidade	Serviço , Service	01/03/2024	1046 44818	1046 44818	6817728	21/06/2024	143 096,95	- €	- €	- €	- €	- €	143 096,95	- €	- €	- €	- €
Fidelidade	Serviço , Service	17/07/2024	44 381,42	44 381,42	7143201	08/10/2024	22 400,15	- €	- €	- €	- €	- €	22 400,15	- €	- €	- €	- €
Fidelidade	Serviço , Service	28/12/2022	32 317,54	32 317,54	6290716	01/01/2023	23,20	- €	- €	- €	- €	- €	32 863,24	- €	- €	- €	- €
Giestas de Vilar - Gestão Florestal, Lda	Serviço , Service	01/01/2024	43 131,84	43 131,84	6906971	07/02/2024	43 131,84	- €	- €	- €	- €	- €	43 131,84	- €	- €	- €	- €
Giestas de Vilar - Gestão Florestal, Lda	Serviço , Service	11/10/2024	160 080,00	196 898,40		09/09/2024	27 347,00	- €	- €	- €	- €	- €	27 347,00	- €	- €	- €	- €
Gonçalo Capitão e Associados, Sociedade de Advogados	Serviço , Service	20/10/2022	74 990,00	92 237,70	6125019	23/11/2022	2 952,00	- €	- €	- €	- €	- €	95 194,91	- €	- €	- €	- €
Gonçalo Capitão e Associados, Sociedade de Advogados	Serviço , Service	28/12/2023	74 990,00	92 237,70	6844990	29/01/2024	48 100,51	- €	- €	- €	- €	- €	48 100,51	- €	- €	- €	- €
HBR, Lda	Fornecimentos	28/06/2024	7 125,00	8 763,75	7190006	05/12/2024	116,85	- €	- €	- €	- €	- €	116,85	- €	- €	- €	- €
Hexacerisco Unipessoal, Lda	Serviço , Service	12/01/2024	72 960,00	89 740,80	6865578	23/02/2024	28 831,93	- €	- €	- €	- €	- €	28 831,93	- €	- €	- €	- €
InCentra - Tecnologia de Gestão, S.A.	Serviço , Service	02/02/2024	19 886,00	24 459,78	6005563	11/03/2024	23 056,35	- €	- €	- €	- €	- €	23 056,35	- €	- €	- €	- €
Lease Plan Portugal, Lda	Serviço , Service	01/05/2021	56 331,36	69 287,57	5409522	01/01/2022	15 388,89	- €	- €	- €	- €	- €	53 954,31	- €	- €	- €	- €
Lusitana Companhia de seguros SA	Serviço , Service	01/03/2024	90 481,02	90 481,02	6817728	07/05/2024	30 160,35	- €	- €	- €	- €	- €	30 160,35	- €	- €	- €	- €
Lusitana Companhia de seguros SA	Serviço , Service	01/01/2024	5 088,73	5 088,73	6906971	07/02/2024	5 088,75	- €	- €	- €	- €	- €	5 088,75	- €	- €	- €	- €
Marketividade - Marketing, Comunicação e Vendas, L	Serviço , Service	28/06/2024	5 863,25	7 211,80		05/09/2024	7 211,49	- €	- €	- €	- €	- €	7 211,49	- €	- €	- €	- €
Marketividade - Marketing, Comunicação e Vendas, L	Serviço , Service	24/01/2024	10 000,00	12 300,00	6886731	22/02/2024	12 300,00	- €	- €	- €	- €	- €	12 300,00	- €	- €	- €	- €
Niplândia - Ar Condicionado, Ventilação, Lda	Serviço , Service	01/06/2022	14 940,00	18 376,20	6410161	18/07/2022	5 104,50	- €	- €	- €	- €	- €	15 313,50	- €	- €	- €	- €
Osíris, Viagens e Turismo, Lda	Serviço , Service	29/09/2023	40 000,00	40 000,00	6714549	23/10/2023	18 406,47	- €	- €	- €	- €	- €	40 370,93	- €	- €	- €	- €
Perene S.A.	Serviço , Service	01/04/2023	128 047,68	157 498,65	6281873	20/11/2023	24 267,96	- €	- €	- €	- €	- €	50 318,20	- €	- €	- €	- €
Petrogal, SA (Galp Energia)	Serviço , Service	05/02/2024	95 898,82	101 652,75	6819915	02/01/2024	69 184,38	- €	- €	- €	- €	- €	69 184,38	- €	- €	- €	- €
Priberam Informática, S.A.	Serviço , Service	16/09/2024	8 901,00	10 948,23		27/09/2024	3 649,41	- €	- €	- €	- €	- €	3 649,41	- €	- €	- €	- €
PricewaterCoopers/AG - Assessoria de Gestão, Lda	Serviço , Service	13/10/2023	65 520,00	80 589,60	6759870	13/12/2023	26 863,20	- €	- €	- €	- €	- €	38 056,20	- €	- €	- €	- €
Primavera Business Software Solutions, S.A.	Serviço , Service	26/02/2024	5 861,16	7 209,23	6940749	01/05/2024	7 209,23	- €	- €	- €	- €	- €	7 209,23	- €	- €	- €	- €
Projeto 360 Unipessoal, Lda	Serviço , Service	15/03/2024	12 250,00	12 250,00	6977861	28/05/2024	12 250,00	- €	- €	- €	- €	- €	12 250,00	- €	- €	- €	- €
Prozinc - Construção e Manutenção, Lda	Obras	17/07/2024	142 182,60	142 182,60	7145853	04/11/2024	83 719,92	- €	- €	- €	- €	- €	83 719,92	- €	- €	- €	- €
Securitas Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	Serviço , Service	06/12/2021	592 394,28	728 644,96	6372303	01/02/2022	268 006,92	- €	- €	- €	- €	- €	743 126,91	- €	- €	- €	- €
Segmentur, Unipessoal Lda	Fornecimentos	02/05/2024	61 028,52	75 065,08		12/06/2024	75 047,92	- €	- €	- €	- €	- €	75 047,92	- €	- €	- €	- €
Sysconnect Lda	Serviço , Service	01/07/2024	23 206,62	28 544,14	7127044	04/10/2024	28 544,14	- €	- €	- €	- €	- €	28 544,14	- €	- €	- €	- €
Synware, Innovative Solutions, S.A.	Serviço , Service	30/11/2022	28 575,00	35 147,25	6188945	26/12/2022	258,30	- €	- €	- €	- €	- €	28 200,96	- €	- €	- €	- €
Synware, Innovative Solutions, S.A.	Serviço , Service	29/04/2024	14 000,00	17 220,00	7028575	19/08/2024	774,90	- €	- €	- €	- €	- €	774,90	- €	- €	- €	- €
Tabique - Engenharia, Lda	Serviço , Service	05/09/2024	19 000,00	23 370,00	7215347	27/09/2024	20 448,75	- €	- €	- €	- €	- €	20 448,75	- €	- €	- €	- €
TCSi - DIGIBÉRIA Tecnologias de Informação, SA	Serviço , Service	02/12/2022	25 128,00	30 907,44	6191110	24/01/2023	9 603,43	- €	- €	- €	- €	- €	20 002,12	- €	- €	- €	- €
Technofid Engenharia, SA	Serviço , Service	09/08/2022	216 000,00	265 680,00	6203188	26/12/2022	112 594,20	- €	- €	- €	- €	- €	216 652,20	- €	- €	- €	- €
TWW - Tranemo Workwear, Lda.	Fornecimentos	23/10/2023	8 999,00	11 068,77		29/01/2024	11 068,77	- €	- €	- €	- €	- €	11 068,77	- €	- €	- €	- €
Viapetro - Gestão de Resíduos, S.A.	Serviço , Service	09/06/2022	74 824,00	92 033,52	5942575	20/11/2023	6 095,31	- €	- €	- €	- €	- €	9 863,55	- €	- €	- €	- €
Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, SA	Serviço , Service	01/07/2022	59 187,60	72 800,75	5863171	05/08/2022	21 373,42	- €	- €	- €	- €	- €	77 448,26	- €	- €	- €	- €
Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, SA	Serviço , Service	01/02/2024	19 990,00	24 477,00		06/03/2024	13 967,98	- €	- €	- €	- €	- €	13 967,98	- €	- €	- €	- €
Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, SA	Serviço	13/09/2024	19 900,00	24 477,00	7239656	05/12/2024	4 089,66	- €	- €	- €	- €	- €	4 089,66	- €	- €	- €	- €
Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, SA	Serviço	25/06/2021	329 700,00	405 531,00		12/08/2022	3 415,85	- €	- €	- €	- €	- €	404 103,21	- €	- €	- €	- €

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período do relato.

This statement provides additional information to budget execution, namely with regard to each type of contract on the methods of award, indicating the number of contracts and the contract price awarded in the reporting period.

Tipo de Contrato <i>Type of Contract</i>	Adjudicações por Tipo de Procedimento . Contracts Awarded by Type of Procedure												EUR	
	Concurso Público <i>Call for Tenders</i>		Concurso Limitado por Prévia Qualificação <i>Restricted Invitation to Tender by Prior Qualification</i>		Procedimento de Negociação <i>Negotiation Procedure</i>		Consulta Prévia <i>Prior Consultation</i>		Ajuste Direto <i>Private Negotiation</i>		Total			
	Número de Contratos <i>Number of Contracts</i>	Preço Contratual <i>Contract Price</i>	Número de Contratos <i>Number of Contracts</i>	Preço Contratual <i>Contract Price</i>	Número de Contratos <i>Number of Contracts</i>	Preço Contratual <i>Contract Price</i>	Número de Contratos <i>Number of Contracts</i>	Preço Contratual <i>Contract Price</i>	Número de Contratos <i>Number of Contracts</i>	Preço Contratual <i>Contract Price</i>	Número de Contratos <i>Number of Contracts</i>	Valor <i>Value</i>		
Empreitada de Obras Públicas <i>Public Works Contract</i>	0	- €	0	- €	0	-	2	150 582,60 €	0	- €	2	150 582,60 €		
Aquisição de Serviços . Acquisition of Services	2	136 964,35 €	0	- €	0	-	8	307 233,19 €	14	365 097,54 €	24	809 295,08 €		
Lotação ou aquisição de Bens Móveis <i>Rental or Acquisition of Movable Assets</i>	0	- €	0	- €	0	-	4	170 517,17	1	5 861,16 €	5	176 378,33 €		
Concessão de obras Públicas <i>Public Works Concession</i>	0	- €	0	- €	0	-	0	- €	0	- €	0	- €		
Concessão de Serviços Públicos <i>Public Services Concession</i>	0	- €	0	- €	0	-	0	- €	0	- €	0	- €		
Sociedade . Company	0	- €	0	- €	0	-	0	- €	0	- €	0	- €		
Outros . Other	0	- €	0	- €	0	-	0	- €	0	- €	0	- €		

6. Transferências e Subsídios

Não aplicável.

6. Transfers and Subsidies

Not applicable.

7. Outras divulgações

Não aplicável.

7. Other disclosures

Not applicable.

O Conselho de Administração
The Board of Directors

O Contabilista Certificado
The Chartered Accountant



Anexos
Annexes

13

- Demonstrações Não Financeiras – Não aplicável³
- Aprovação do Conselho de Administração do Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário de 2024
- Despacho n.º 4376-A/2023 – Designação dos membros do Conselho de Administração da ENSE
- Despacho n.º 158/2022 – Nomeação do revisor oficial de contas da ENSE
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Declaração do Órgão de Gestão ao ROC
- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- Declarações de Cumprimento do Estatuto de Gestor Público – Membros do Conselho de Administração
- Evidências de apresentação aos respetivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE – Membros do Conselho de Administração
- Declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos – Membros do Conselho de Administração
- Declaração de Conformidade n.º G do artigo 29º do CVM – Membros do Conselho de Administração
- Declaração de Conformidade n.º G do artigo 29º do CVM – Membros do Conselho Fiscal – a entregar oportunamente
- Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado – excecionamento
- Deliberação n.º 578/2023 – Delegação de competências no vogal executivo do Conselho de Administração
- Ata nº 39 do Conselho Consultivo – a entregar oportunamente

- Non-Financial Statements – Not applicable
- Approval by the Board of Directors of the Annual Report and Accounts and Corporate Governance Report for 2024
- Order no. 4376-A/2023 - Appointment of the members of ENSE's Board of Directors
- Order no. 158/2022 - Appointment of ENSE's statutory auditor
- Report and Opinion of the Audit Board
- Declaration by the Management Body to the Statutory Auditor
- Legal Certification of Accounts and Audit Report
- Declarations of Compliance with the Public Management Statute - Members of the Board of Directors
- Evidence of submission to the respective recipients of the Declarations referred to in Article 52 of the RJSPE - Members of the Board of Directors
- Single declaration of income, assets, interests, incompatibilities and impediments - Members of the Board of Directors
- Declaration of Conformity no. G of Article 29 of the CVM - Members of the Board of Directors
- Declaration of Conformity no. G of Article 29 of the CVM - Members of the Audit Board - to be delivered in due course
- Principle of State Treasury Unity - exception
- Resolution no. 578/2023 - Delegation of powers to the executive member of the Board of Directors
- Minutes no. 39 of the Advisory Board - to be delivered in due course

³Conforme previsto no artigo n.º 66-B do Capítulo VI, Título I do Código das Sociedades Comerciais o dever de apresentação de demonstrações financeiras é apenas aplicável a grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que à data de encerramento do seu balanço excedam o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual. Ora, a ENSE à data de 31/12/2022 apresentava no seu quadro de pessoal o número de 45 trabalhadores pelo que se dispensa a apresentação de tais demonstrações.

³According to Article 66-B of Chapter VI, Title I of the Commercial Companies Code, the duty to present financial statements only applies to large companies that are public interest entities and that, on the closing date of their balance sheet, exceed an average number of 500 employees during the financial year. ENSE's workforce as at 31/12/2022 totalled 45 employees, so it is not required to submit such statements.



FINANÇAS E AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e do Secretário de Estado do Tesouro

Despacho n.º 4376/2023

Sumário: Designa o presidente e o vogal do conselho de administração da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E. (ENSE, E. P. E.), para o mandato de 2023-2025.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 7.º e no artigo 10.º dos Estatutos da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E. (ENSE, E. P. E.), aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, conjugados com o disposto no n.º 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, na sua redação atual, e nos n.ºs 1 e 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2022, de 1 de junho, o conselho de administração da ENSE, E. P. E., é composto por um presidente e dois vogais, cujos membros são designados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, de entre indivíduos com reconhecida e comprovada idoneidade, competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

Pelo Despacho n.º 4208-A/2021, de 22 de abril, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e do Secretário de Estado do Tesouro, foram designados os membros do conselho de administração da ENSE, E. P. E., para o mandato 2021-2023.

Atenta a vacatura do cargo de presidente do conselho de administração, após renúncia do seu titular com efeitos desde 1 de maio de 2022, importa proceder à recomposição daquele órgão estatutário, mediante a designação dos respetivos membros para um novo mandato.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, na sua redação atual.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Estatuto do Gestor Público, a Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública procedeu à avaliação do currículo e da adequação de competências, tendo-se pronunciado favoravelmente sobre as designações constantes do presente despacho.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 7.º e do artigo 10.º dos Estatutos da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, na sua redação atual, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, e no n.º 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, na sua redação atual, em conjugação com o disposto nos n.ºs 1 e 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2022, de 1 de junho, determina-se o seguinte:

1 — Demitir, por mera conveniência, Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes do cargo de vogal executivo do conselho de administração da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E. (ENSE, E. P. E.), para o qual foi designado, para o mandato 2021-2023, através do Despacho n.º 4208-A/2021, de 22 de abril, com produção de efeitos à data da respetiva designação para o cargo de presidente do conselho de administração da ENSE, E. P. E., para o mandato 2023-2025.

2 — Designar para exercer funções no conselho de administração da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E., para o mandato 2023-2025, os seguintes membros, cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciadas nas respetivas notas curriculares, que constam do anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante:

- a) Presidente do conselho de administração — Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes;
- b) Vogal executivo — Fernando Amadeu Alves Pinto.



3 — Estabelecer que ao estatuto remuneratório dos membros do conselho de administração se aplicam as disposições legalmente vigentes que o tomem por objeto.

4 — Determinar que os membros do conselho de administração agora designados apresentem uma proposta de objetivos anuais para o mandato 2023-2025, a incluir nos contratos de gestão a celebrar, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público, bem como na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, a ser apresentada com a máxima brevidade possível, de forma desmaterializada, através do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado, tendo em vista o cumprimento do prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público.

5 — O presente despacho produz efeitos a 27 de março de 2023.

31 de março de 2023. — O Ministro do Ambiente e da Ação Climática, *José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro*. — 29 de março de 2023. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Pedro Nuno Pereira de Sousa Rodrigues*.

ANEXO

Notas curriculares

Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes.

1 — Dados pessoais:

Data de nascimento: 10 de março de 1965.

Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilidades académicas:

Licenciado em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa, possui um MBA em Marketing Management pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

3 — Atividade profissional:

Até à data, foi vogal executivo do conselho de administração da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E.;

Entre 2013 e 2021, foi fundador da empresa fabricante de equipamentos de eficiência energética Wattguard Portugal, S. A., acumulando com a consultoria na área da energia, em projeto internacional no âmbito do Asian Development Bank;

Entre 2006 e 2012, foi diretor-geral da Agência para a Energia, tendo desenvolvido e implementado, nomeadamente, o Sistema de Certificação Energético de Edifícios e Qualidade do Ar e redator do primeiro Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008; foi administrador da Agência de Energia e Ambiente de Lisboa (Lisboa E-Nova) e presidente da rede europeia de agências de energia, a European Energy Network (EnR);

Anteriormente, foi presidente do conselho de administração e diretor-geral do Grupo Shell em Portugal, tendo, durante 16 anos (1990 e 2006), exercido diversos cargos internacionais e nacionais neste grupo de energia;

Foi, igualmente, membro do conselho consultivo do MBA do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), membro da Direção da Câmara de Comércio Portugal-Holanda e consultor da Direção-Geral de Energia e Geologia;

Foi, ainda, membro da direção da Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas (APETRO) e membro da direção da Sociedade Gestora de Resíduos de Óleos Lubrificantes (SOGILUB).

4 — Atividade académica:

Entre 2015 e 2017, foi docente na Porto Business School da Universidade do Porto, onde lecionou os módulos de Petróleo e Gás Natural para a Academia GALP;



Entre 2012 e 2015, foi docente no ISEG, na pós-graduação de Economia de Energia e Desenvolvimento Sustentável;

No período de 1993 a 1995, foi docente na Universidade Lusíada.

Fernando Amadeu Alves Pinto.

1 — Dados pessoais:

Data de nascimento: 29 de agosto de 1968.

Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilidades académicas:

Licenciado em Direito, pela Universidade Internacional de Lisboa;

Pós-graduado em Gestão Pública pelo Instituto Superior de Gestão;

Curso de Advanced Management in Energy — AMEG na AESE — BUSINESS SCHOOL.

3 — Atividade profissional mais relevante:

Desde 2018 até à data, desempenhou as funções de chefe da Unidade de Controlo e Prevenção da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E.;

Entre 2017 e 2018, foi chefe da Unidade de Produtos Petrolíferos na Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E. P. E.;

Em 2017, exerceu as funções de jurista — técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas e assessor jurídico do conselho diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;

Entre 2015 e 2016, foi técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do Ministério das Finanças, jurista na Divisão de Assuntos Jurídicos e de Coordenação na Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

Entre 2007 e 2015, exerceu funções na Divisão de Apoio e Segurança, designadamente de chefe de divisão na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

316336464



FINANÇAS E AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Despacho n.º 158/2022

Sumário: Nomeação do revisor oficial de contas da ENSE — Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E.

Considerando que a ENSE — Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E. (ENSE, E. P. E.), é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que se rege pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação), com as especificidades previstas nos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, com a última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto;

Considerando que nos termos do artigo 14.º dos referidos Estatutos a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial da ENSE, E. P. E., compete a um conselho fiscal, composto por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles o presidente, e a um revisor oficial de contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças;

Considerando que o conselho fiscal da ENSE, E. P. E., apresentou uma proposta de renovação do mandato do atual revisor oficial de contas da ENSE, E. P. E., para o triénio 2021-2023;

Considerando que foi atribuída à ENSE, E. P. E., a classificação de B pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, 48/2013, de 29 de julho, 11/2015, de 6 de março, e 61-A/2021, de 17 de maio;

Considerando que nos termos das alíneas a) e I) do artigo 3.º da Lei n.º 148/201, de 9 de setembro (Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria) a ENSE, E. P. E., é qualificada como entidade de interesse público;

Considerando que o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro n.º 155/2018-SET, de 9 de março, define o estatuto remuneratório do ROC/SROC que integram o órgão de fiscalização das empresas do Setor Empresarial do Estado, qualificadas como entidades de interesse público; e

Considerando o disposto nos artigos 58.º e 59.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, relativo aos honorários e reembolso de despesas ao ROC:

Ao abrigo do artigo 14.º dos Estatutos da ENSE, E. P. E., determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para revisor oficial de contas (ROC) da ENSE, E. P. E., para o triénio 2021-2023, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vitor Almeida & Associados, SROC, L.º, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 191 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161491, contribuinte fiscal n.º 507047249, com sede na Rua Augusto Mamede, n.º 10 C, Escritório 3, em Lisboa, representada por Vitor Manuel Batista de Almeida, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 691 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20160331.

2 — Os honorários anuais ilíquidos do revisor oficial de contas serão no valor de 20 980 € (vinte mil novecentos e oitenta euros), para cada período anual do triénio 2021-2023, conforme proposta apresentada pelo conselho fiscal, devendo o montante e a periodicidade dos pagamentos constar do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o conselho de administração da ENSE, E. P. E., e o respetivo ROC.

3 — Ao valor dos honorários acresce o IVA, à taxa legal em vigor.



4 — Deverão ser reembolsadas pela entidade ao revisor oficial de contas as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.

5 — Ao valor dos honorários são aplicadas as disposições legalmente vigentes que os tomem por objeto em cada momento.

17 de dezembro de 2021. — O Ministro de Estado e das Finanças, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 20 de dezembro de 2021. — O Ministro do Ambiente e da Ação Climática, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

314838742

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da
Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E.
Referente ao Exercício de 2024**

1. Enquadramento

No âmbito das disposições legais e estatutárias designadamente o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º dos respetivos Estatutos¹ e nos artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir o seu parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, o relatório de governo societário e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, procedeu à reestruturação orgânica da fiscalização do setor energético, concentrando estas competências numa única entidade fiscalizadora especializada para o setor energético e redenominou a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC), que passou a assumir a designação de Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (ENSE). Da referida reestruturação resultou a concentração na ENSE das competências de entidade fiscalizadora especializada para o setor energético.

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2024, através do ofício SAI_DGTF/2025/254, de 24 de fevereiro de 2025.

2. Modelo de Governo

Nos termos da atual redação dos Estatutos da ENSE, o modelo de governo societário da empresa comprehende um Conselho de Administração (CA), composto por um presidente e dois vogais, uma estrutura de fiscalização reforçada, que integra o CF e o Revisor Oficial de Contas. É ainda órgão estatutário da ENSE o Conselho Consultivo da Unidade de Reservas Petrolíferas.

Por Despacho n.º 4376/2023², dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e do Setor, foram nomeados, para o mandato 2023-2025, o Dr. Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes e o Dr. Fernando Amadeu Alves Pinto, como presidente e vogal do CA, respetivamente.

O CF da ENSE, composto por três membros efetivos (sendo um deles o presidente) e por um suplente, foi nomeado, para o mandato 2015-2017, através de Despacho, de 8 de maio de 2015, dos membros

¹ Aprovados no anexo II ao Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 242/2008, de 18 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto.

² Publicado no Diário da República, 2.ª série, de 11 de abril.

do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e do Sector, mantendo-se em funções até à sua efetiva substituição³.

A sociedade Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida, foi reconduzida no cargo para o mandato 2021-2023, conforme Despacho n.º 158/2022⁴, dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e do Setor. Cumulativamente, a referida SROC desempenha funções de auditor externo.

3. Atividade Desenvolvida pelo Conselho Fiscal

O CF acompanhou a atividade da empresa durante o exercício objeto de análise, suportando a sua posição, essencialmente, nos documentos a seguir mencionados e nos esclarecimentos prestados pelo CA e colaboradores da empresa, bem como nas reuniões e outros contactos realizados com o ROC.

O CF reuniu 13 vezes durante o ano de 2024, cujas atas estão arquivadas na sede da empresa, e acompanhou a observância dos estatutos e da Lei.

Os principais documentos alvo de análise foram os seguintes: i) Relatórios trimestrais de controlo orçamental; ii) Plano de Atividades e Orçamento para 2024 (PAO 2024); iii) Relatório de Gestão e contas e respetivo anexo, relativos ao exercício de 2024; iv) Certificação Legal das Contas⁵ (CLC) emitida pelo ROC; v) Relatório de Governo Societário de 2024; vi) Relatórios dos auditores externos de avaliação da qualidade e quantidade das reservas; vii) Atas das reuniões do CA referentes ao ano de 2024 (atas n.ºs 102 a 113) e de 2025 (atas n.ºs 114 a 119, esta última datada de 30 de junho); viii) Plano de inspeção e fiscalização para 2024; ix) Relatório adicional do ROC dirigido ao CF, elaborado em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

O CF verificou a independência do ROC e este não prestou serviços adicionais para além da auditoria às contas.

O CF apreciou o conteúdo da CLC, referente ao exercício de 2024, que se apresenta sem reservas e sem ênfases, documento que mereceu a concordância do CF.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos responsáveis pelas diversas Unidades que integram a ENSE, bem como dos colaboradores da ENSE que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências.

4. Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do CA, descreve a atividade prosseguida por cada uma das unidades orgânicas que constituem a ENSE: Unidade de Administração Geral (UAG) na qual estão concentradas as áreas de gestão e suporte às restantes unidades e de apoio direto aos órgãos sociais;

³ No dia 30 de outubro de 2019 a vogal efetiva, Dra. Cristina Maria Pereira Freire, cessou funções a seu pedido, passando a exercer o cargo de vogal efetivo o vogal suplente Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus.

⁴ Publicado no Diário da República, 2.ª série, de 6 de janeiro.

⁵ E Relatório de Auditoria.

Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) que tem as atribuições e competências em matéria de constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas de petróleo bruto e de produtos de petróleo enquanto entidade central de armazenagem nacional, e Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) que concentra as competências e atribuições da ENSE em matéria de fiscalização do setor energético.

Do relatório de gestão, destacam-se as seguintes matérias diretamente relacionadas com a **URP**:

- i) Em 2024, as introduções ao consumo dos combustíveis cresceram nas categorias A (gasolina) e B (gasóleo e JET), 7,27% e 0,51%, respetivamente, e diminuíram 8,22% na categoria C (fuelóleo e GPL), face ao ano anterior.
- ii) Durante o ano de 2024 não foi desencadeado qualquer procedimento tendente à venda de reservas.
- iii) Conforme determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 165/2013, em conjugação com o artigo 2.º da Portaria n.º 126/2014, de 25 de junho, foi dado cumprimento à obrigação de constituição de reservas de segurança mínimas correspondentes a 30 dias do consumo médio diário de todas as categorias de combustível, em substituição parcial da obrigação dos 90 dias dos operadores obrigados. Para além dos referidos 30 dias de consumo, a ENSE cedeu aos operadores obrigados 25 dias da sua parte da obrigação.
- iv) A 31 de dezembro de 2024, as reservas totais ascendiam a 1.497.531,9 toneladas⁶. Destas, 56,4% eram propriedade da ENSE e as restantes 43,6% correspondiam a reservas decorrentes de contratos para a manutenção à ordem da ENSE de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (tickets), conforme evidencia o quadro infra:

Reservas	31/12/2022			31/12/2023			31/12/2024		
	Crude	Produto	Total	Crude	Produto	Total	Crude	Produto	Total
Reservas propriedade da ENSE (inventário) (A)	538 081,6	400 307,1	938 388,7	538 081,6	400 249,1	938 330,7	538 081,6	400 287,2	938 368,8
Depósito POLNATO		139 521,1	139 521,1		0,0	139 463,1	139 463,1	0,0	139 501,2
S. Logístico GALP	538 081,6	260 786,0	798 867,6	538 081,6	260 786,0	798 867,6	538 081,6	260 786,0	798 867,6
Tickets (B)	214 500,0	0,0	214 500,0	47 000,0	489 500,0	536 500,0	90 000,0	563 000,0	653 000,0
Total Reservas: (A) + (B)	752 581,6	400 307,1	1 152 888,7	585 081,6	889 749,1	1 474 830,7	628 081,6	963 287,2	1 591 368,8
Total Reservas Estratégicas: (A-10%) + (B) *	698 773,5	360 276,3	1 059 049,8	531 273,5	849 724,2	1 380 997,6	574 273,5	923 258,5	1 497 531,9

Legenda:

* Às reservas físicas (A) deduz-se 10% de fundos de tanque.

- v) As reservas depositadas nas instalações PolNato (139.501,2 toneladas) registaram um ligeiro aumento face a 2023. De acordo com informação constante no “Relatório de Avaliação da Qualidade do Gasóleo Reservas Estratégicas do DPNL – 2º Semestre 2024” a referida variação é possível atribuir às variações de temperatura e de densidade do produto no momento da medição.
- vi) De acordo com o R&C, as reservas armazenadas nas instalações PolNato⁷ cumprem os parâmetros de qualidade no produto armazenado em todos os tanques⁸ e no produto armazenado em alguns dos slopts (cerca de 125m3) apresentam valores não conformes. Sobre esta matéria, os relatórios

⁶ Quantidade apurada segundo o relatório do auditor externo, Bureau Veritas e tendo em consideração uma parcela de 90% do total das reservas propriedade da ENSE.

⁷ A manutenção da qualidade das reservas propriedade da ENSE que estão depositadas no sistema logístico GALP constitui uma responsabilidade contratual do depositário.

⁸ Com inclusão dos critérios de reprodutibilidade 0,59ER e incerteza definidos na norma EN ISO 4259:2006.

elaborados por um auditor externo⁹ identificam não conformidades no produto armazenado nos tanques 2.5, 2.8, 3.4 e 3.8, face às especificações em vigor, não tendo sido considerando, neste caso, o fator de reprodutividade e a incerteza de medição.

vii) A 31 de dezembro de 2024, as reservas detidas pela ENSE, sem considerar os tickets, eram constituídas em 42,7% por produtos acabados e considerando os tickets de 60,5%, cumprindo com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro.

viii) No que respeita à atividade desenvolvida pela **UCP**¹⁰ ao longo do exercício, destaca-se que foram executadas 1.346 ações de fiscalização que podem ser agrupadas da seguinte forma: 922 ações de fiscalização ao Sistema Petrolífero Nacional; 26 no âmbito do Setor da bionenergia; 154 ao Sistema Elétrico Nacional e Mobilidade Elétrica e, 244 ações no âmbito do Sistema de Gás Natural.

5. Demonstrações Financeiras

A ENSE preparou as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)¹¹, as quais evidenciam um total de ativo de 465.487,9 mil euros, um passivo de 380.136,7 mil euros e um total do capital próprio de 85.351,2 mil euros, incluindo um resultado do exercício de 1.928,4 mil euros. Neste âmbito, o CF destaca:

- i) O referido resultado do exercício (global) reflete o desempenho da URP e da UCP, sendo que a UAG não apresenta quaisquer rendimentos e os gastos desta Unidade são transversais a toda a ENSE e repartidos pelas restantes Unidades através da seguinte chave de repartição: URP – 60,98% e UCP – 39,02%. Esta repartição teve como base a estrutura de custos diretos reais do ano anterior de cada uma das Unidades, comparativamente com a estrutura de gastos global¹². Sublinha-se que o relatório de gestão não detalha nem quantifica os gastos partilhados/repartidos pela URP e UCP.
- ii) Em termos desagregados, os resultados alcançados pela URP e UCP ascenderam, respetivamente, a 1.517,9 mil euros e 410,5 mil euros.
- iii) A **URP** registou um resultado líquido de 1.517,9 mil euros, sublinhando-se que, sem o efeito dos ajustamentos de inventários (reversão de imparidades de 1.461,0 mil euros) registaria um resultado de 56,9 mil euros, representando este um desvio favorável face ao resultado orçamentado para o período.
- iv) Os serviços prestados pela **URP**, no montante de 55.874,2 mil euros, registaram um desvio desfavorável de -0,6 mil euros (-1,1%) face ao orçamento, e um aumento de 17.152,4 mil euros (+44,3%) face ao executado em 2023, justificado pelo incremento das quantidades cedidas e do

⁹ Relatórios de avaliação da qualidade do gasóleo armazenado nas instalações PolNato, reportados a dezembro de 2024, tendo em consideração as colheitas e análises das amostras realizadas pela Bureau Veritas.

¹⁰ De 1 de janeiro a 31 de dezembro, de 2023.

¹¹ A ENSE aplicou a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

¹² O PAO 2024 teve como pressuposto a seguinte chave de repartição dos gastos partilhados: URP – 57,03% e UCP – 42,97%. Refira-se que o artigo n.º 24.º-A dos Estatutos da ENSE estabelece o princípio da transparência financeira e da separação contabilística dos resultados atribuíveis à atividade exercida através da URP.

correspondente valor da prestação unitária cobrada. Sublinha-se que a prestação cobrada aos operadores em 2024 ascendeu a 3,14 euros/TONCOE/mês¹³ (Ton Crude Oil Equivalent) que compara com a prestação de 2,50 euros/TONCOE/mês aplicada em 2023.

- v) Os gastos da **URP** com fornecimentos e serviços externos (FSE) registaram um desvio favorável de 3.258,6 mil euros face ao orçamentado para o período, essencialmente devido à baixa execução dos trabalhos especializados e consultoria e à não rotação do combustível. Ainda assim, os FSE registaram um aumento de 9.412,4 mil euros (+33%) face a 2023, essencialmente por via do aumento dos gastos com a aquisição de tickets de petróleo e produtos de petróleo em 7.810,4 mil euros (+89,6%)¹⁴.
- vi) Sobre a estrutura de gastos da **URP**, destaca-se o reforço do fundo estatutário em 3.200,0 mil euros, para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 20.º dos estatutos da ENSE¹⁵, sendo que em 2022 e 2023 não haviam sido concretizados quaisquer reforços^{16;17}.
- vii) Ainda sobre a estrutura de gastos da **URP**, releva-se o aumento de 60% nos gastos com os serviços internos prestados pela UCP à URP¹⁸, face ao ano anterior. Em 2024 estes gastos ascenderam a 1.719,6 mil euros, quando em 2023 e 2022 representaram 1.074,7 mil euros e 692,5 mil euros, respetivamente. Quanto aos serviços internos prestados à URP, o CF é de parecer que os mesmos devem ser listados, quantificados e melhor fundamentados no relatório de gestão e que o modelo adotado para a faturação desses serviços internos (através da imputação dos custos acrescidos de um mark-up) deve merecer reflexão.
- viii) A **UCP** registou 2.623,3 mil euros em vendas e serviços prestados que correspondem a rendimentos operacionais gerados com a emissão de Tickets de Biocombustível (TdB), no montante de 903,8 mil euros, e com a prestação de serviços internos à URP, no montante de 1.719,6 mil euros¹⁹. No global a rubrica está em linha com o montante orçamentado para o período (2.634,1 mil euros).

¹³Prestação unitária aprovada por Despacho n.º 7274/2024, de 25 de junho, da Ministra do Ambiente e Energia, que é aplicada para todas as categorias de produto de petróleo (A, B e C).

¹⁴Reflexo do aumento das quantidades contratadas e do preço dos tickets nos mercados internacionais.

¹⁵ “A ENSE, E. P. E. deve constituir um fundo de provisão (fundo estatutário) no montante mínimo de 25 % do custo de aquisição das reservas que detiver, em prazo a estabelecer no seu planeamento estratégico, o qual é mobilizável apenas mediante instruções expressas dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da energia, no sentido de se efetuarem vendas de produtos a preço inferior ao do seu custo médio para fazer face a uma situação de crise energética ou de perturbação grave do abastecimento.”

¹⁶ Em 2021, o reforço do fundo estatutário ascendeu a 6,5 milhões de euros.

¹⁷ No PAO 2024 (aprovado) não havia sido orçamentado qualquer reforço do fundo estatutário.

¹⁸ O efeito dos serviços internos prestados pela UCP à URP é expurgado do resultado global da ENSE.

¹⁹ O efeito dos serviços internos prestados pela UCP à URP é expurgado do resultado global da ENSE.

- ix) Não obstante a evolução favorável dos resultados registados no último triénio pela UCP, o CF alerta para a necessidade de se encontrar um modelo de financiamento das atividades de fiscalização relativas a cada um dos setores, por forma a garantir a sustentabilidade futura da UCP e o cumprimento do regime contabilístico estabelecido nos Estatutos da ENSE²⁰.
- x) No final do exercício de 2024, a **situação líquida da ENSE** ascendia a 85,4 milhões euros, o que corresponde a um aumento de 5,1 milhões de euros, face a 31 de dezembro de 2023, pelo efeito do resultado registado no período e do reforço do fundo estatutário.
- xi) Ao nível da estrutura de **Balanço** (global), destaca-se que o saldo de clientes (ativo corrente e não corrente), de 4,2 milhões euros, integra 3,8 milhões euros de clientes em situação de cobrança duvidosa (com reconhecimento de imparidades acumuladas de igual montante). Atenta a materialidade e o aumento sucessivo dos saldos de clientes em situação de cobrança duvidosa, o CF é de parecer que se mostra necessário intensificar os procedimentos de cobrança.
- xii) Da estrutura de Balanço (global), destaca-se, ainda, que o saldo de 9,4 milhões euros da rubrica de dívidas a pagar integra a especialização da contrapartida anual prevista pagar pela ENSE no âmbito do auto de cedência das instalações POLNATO²¹, que, em termos acumulados, já ascendia a 8,7 milhões euros. Atenta a materialidade e aumento sucessivo do referido saldo, considera o CF que esta matéria deve merecer especial atenção²².

6. Apreciação do Cumprimento das Disposições Legais e das orientações do Estado

Como ponto prévio importa sublinhar que o Plano de Atividades e Orçamento para 2024 (PAO 2024) foi objeto do Relatório de Análise n.º 158/2024, da Unidade Técnica de Acompanhamento do Setor Público Empresarial, o qual mereceu Despacho²³ do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, através do qual foi aprovado o referido relatório e autorizado/limitado o aumento de determinados gastos²⁴.

²⁰ “A ENSE, E. P. E. rege -se pelo princípio da transparência financeira e deve manter separados contabilisticamente os resultados atribuíveis à atividade de constituição, gestão e manutenção de reservas estratégicas, a exercer através da URP, dos resultados atribuíveis a outras atividades” (artigo 24.º - A dos Estatutos)

²¹ Imóvel, depósitos, linhas e cais.

²² Sobre o auto de cedência das instalações POLNATO à ENSE, importa relembrar que a correspondente contrapartida foi contratualmente fixada em 1.104.700 euros/ano, podendo esta ser parcialmente satisfeita através da realização de determinados investimentos, ainda que exista um pagamento anual mínimo de 390.000 euros/ano (renda). De acordo com informação constante no relatório de gestão de 2024, no final de 2019 a ENSE apresentou uma proposta de plano de investimentos a considerar para efeitos de dedução à contrapartida estabelecida, estando a ENSE a aguardar “o acordo formal do Ministério da Defesa Nacional, em específico da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, a proposta de revisão do referido Quadro de Investimentos previstos no âmbito do Auto de Cedência original (...).”

²³ Despacho n.º 99/2024-SETF, de 4 de junho de 2024.

²⁴ Concretamente, foi autorizado: i. plano anual para o ano 2024; ii. aumento dos Gastos Operacionais em 14,2 milhões de euros (45,7%) em 2024; iii. contratação de dois trabalhadores (técnicos especialistas), e iv. locação de duas viaturas e a substituição de duas viaturas.

Neste contexto, e no que respeita às obrigações legais²⁵ e às orientações sobre o processo de prestação de contas transmitidas pelo Estado²⁶, destacam-se as seguintes matérias:

Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento (incluindo o plano de investimentos)

Na ausência de contratos de gestão e de fixação dos respetivos objetivos, a ENSE evidencia o grau de execução de diferentes indicadores projetados no PAO 2024, sublinhando-se que o resultado líquido (global) executado foi positivo em 1.928.417 euros o que representa um desvio positivo de 1.911.636 euros face ao resultado líquido previsto no PAO.

Foram executados investimentos²⁷ no valor global de 298,2 mil euros, o que representa uma execução de 6,1% do investimento orçamentado para 2024 (4,9 milhões de euros), verificando-se uma baixa execução com destaque para o investimento do novo coletor e sistema de oleodutos com um montante previsto de 4 milhões de euros que não apresenta qualquer execução.

Conforme solicitado nas instruções sobre o processo de prestação de contas, no relatório de gestão são apresentadas as demonstrações orçamentais referentes ao exercício.

Gestão do risco financeiro e limites ao endividamento

Em 2024, a ENSE obteve os recursos necessários à prossecução da sua atividade através de receitas próprias e sem recurso a verbas com origem no orçamento do Estado. Para a aquisição das reservas estratégicas de produtos petrolíferos foi contraído um financiamento obrigacionista que não teve qualquer variação nominal²⁸ em 2024.

No que respeita aos encargos financeiros, registaram-se significativos acréscimos em 2023 e 2024, face aos anos de 2021 e 2022, resultando em 2024 encargos financeiros de 14,2 M€ e uma taxa média anual do financiamento de 3,95%.

Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa no R&C, a 31 de dezembro de 2024, o PMP ascendia a 21 dias, entendendo o CF que cumpre o disposto sobre esta matéria.

A dívida vencida com mais de 90 dias, no montante total de 33,6 mil euros, decorre de motivos não imputáveis à ENSE, pelo que a empresa não apresenta pagamentos em atraso nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

²⁵ Designadamente as normas contidas na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), e no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento para 2024.

²⁶ Através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

²⁷ Dos investimentos executados em 2024, 26,2 m€ não estavam previstos no PAO 2024.

²⁸ Empréstimo obrigacionista, emitido em 6 de agosto de 2008, pelo montante global de 360.000.000 euros, pelo prazo de 20 anos, com data de reembolso prevista para 6 de agosto de 2028 (bullet, ou seja, a liquidar em uma única prestação no termo do prazo).

O referido empréstimo corresponde a 7.200 obrigações nominativas de taxa variável indexada à Euribor a 6 meses.

Relatório sobre renumerações pagas a mulheres e homens

A ENSE elaborou e divulgou, com referência a 2023, o Relatório Sobre Remunerações pagas a mulheres e homens, cumprindo o disposto sobre esta matéria.

Plano para a igualdade

A ENSE divulgou no respetivo site o Plano para a igualdade e submeteu no Portal para a igualdade no trabalho e nas empresas.

Plano de Prevenção da Corrupção e Relatório Anual Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A empresa elaborou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em 2022, verificando-se que elaborou e divulgou os correspondentes relatórios anual e intercalar.

Eficiência Operacional

Conforme já referido, a Tutela financeira aprovou o entendimento de que não são aplicáveis à empresa as normas referentes à evolução do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios²⁹. Ainda assim, sublinha-se o desagravamento do referido rácio (70%) face ao registado em 2023 (78%).

No que respeita à evolução dos Gastos Operacionais, estes registaram um aumento de 8,9 milhões de euros, face a 2023, ainda assim, a ENSE deu cumprimento ao limite/aumento autorizado por Despacho n.º 99/2024-SETF (exarado sobre o RA 158/2024 da UTAM).

Recursos humanos, gastos com pessoal e massa salarial

A 31 de dezembro de 2024, a ENSE apresentava um quadro de pessoal com 46 trabalhadores (sem considerar os membros do CA e CF), o que corresponde a um aumento de 2 trabalhadores face a 31 de dezembro de 2023 (44 trabalhadores)³⁰.

Os gastos com pessoal ascenderam a 2.752,3 mil euros, traduzindo um aumento de 205,3 mil euros face a 2023. Segundo a empresa, o referido aumento foi mais expressivo atentas as situações de baixas médicas, parentalidade e saídas de colaboradores, registadas em 2023. Por outro lado, 2024 refletiu o efeito da alteração do posicionamento remuneratório decorrente da avaliação do desempenho, de acordo com o regulamento interno em vigor (12 trabalhadores foram considerados elegíveis), conjugado com os aumentos salariais.

²⁹ Despacho n.º 382/2023-SET de 14-09-2023, exarado na Informação n.º 31/2023, de 13 de agosto. No que respeita à ENSE, em razão do objeto da empresa, não só os seus estatutos são incompatíveis com a imposição de melhoria do rácio de eficiência operacional todos os anos, como proceder desta maneira significaria aferir da eficiência operacional da empresa por fatores que lhe escapam ao controlo e a que não pode fugir na sua atividade — uma inadequação aliás já reconhecida por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro em 2020; por outro lado, revela-se impraticável construir um indicador alternativo, pois este cobriria apenas cerca de 5% da atividade da empresa.

³⁰ Sem considerar os membros dos órgãos sociais.

De acordo com os dados divulgados no R&C (ponto 6.16.), reportados a 31 de dezembro de 2024, a massa salarial registou um aumento de 10,25%³¹ face a 2023, ultrapassando o limite de 5%³² estabelecido no Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 29 de dezembro de 2023.

Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho exarado na Informação 0123/2023, com a Ref.º UE: SGC n.º 21, da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a ENSE foi excecionada do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, nos anos de 2023 e 2024, somente para os valores referentes ao empréstimo obrigacionista contraído junto da CaixaBI. A conta da empresa na Banca comercial continha no final de 2024 o montante de 5.422€.

7. Relatório de Governo Societário de 2024

O CF analisou o conteúdo do Relatório de Governo Societário 2024 (RGS 2024), incluindo os respetivos anexos, e o parecer expresso pelo ROC na CLC, verificando que foi elaborado em conformidade com as Instruções emitidas pela UTAM e pela DGTF, incluindo informação atual e completa sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE³³ e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

8. Parecer

Atento o exposto e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, datada de 11 de julho de 2025, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração, em 30 de junho de 2025, evidenciam a atividade da empresa e refletem de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da ENSE, a 31 de dezembro de 2024, e que o Relatório de Governo Societário de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração, na mesma data, contém informação atual e completa sobre as matérias previstas no capítulo II do RJSPE e no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que merecem aprovação:

- O Relatório de Gestão e Contas, respeitantes ao exercício de 2024, bem como o Relatório de Governo Societário referente àquele exercício, e
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

³¹ Sem os efeitos de volume.

³² *idem*.

³³ Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.

Sem alterar o parecer anteriormente expresso, o Conselho Fiscal destaca as matérias descritas nos pontos i), vii), ix), xi), xii) e no âmbito da evolução da massa salarial, sendo merecedor de particular atenção a atribuição à ENSE de novas competências de fiscalização de todo o setor energético nacional a qual não foi acompanhada da correspondente fonte de financiamento, bem como a necessária execução dos investimentos/fornecimentos de serviços para levar a cabo a rotação do combustível depositado nas instalações POLNATO e para operacionalizar estas instalações.

Lisboa, 11 de agosto de 2025.

O Conselho Fiscal,

Presidente

Vogal

Vogal

(José António de
Azevedo Pereira)

(Margarida Carla Campos Freitas
Taborda)

(Paulo Jorge Rodrigues
Mateus)

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

08 de julho de 2025

À atenção de

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Rua Augusto Macedo, 10 C, Escritório 3
1600-794 LISBOA

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.** (a Entidade), relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno adequado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ORÇAMENTAIS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1. Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras e orçamentais, de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e adequada de acordo com essas normas.

- 1.2.** Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.3.** As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os períodos, sendo a sua divulgação apropriada, tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.4.** Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.5.** Não existem:

 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- 1.6.** A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

- 1.7.** Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.8.** Demos-vos conhecimento dos critérios estabelecidos para levar a cabo testes de imparidade e, se necessário, para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir ativos, em particular, os ativos fixos tangíveis e intangíveis, as contas a receber, os inventários e os investimentos financeiros, às quantias recuperáveis. Entendemos que os referidos critérios são adequados e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são completas, verdadeiras e apropriadas.
- 1.9.** A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas, e apenas, as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do período, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade, em 31 de dezembro de 2024.
- 1.10.** Não se verificaram acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2024 e até à data de aprovação das demonstrações financeiras, que requeiram ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.
- 1.11.** Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras, e até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.
- 1.12.** Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

1.13. Confirmamos que as demonstrações orçamentais relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico em vigor, estando divulgadas todas as informações relevantes para a compreensão das mesmas.

1.14. Tomámos conhecimento da minuta da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria que tencionam emitir, a qual inclui uma opinião sem reservas nem enfases.

1.15. As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação e divulgação das demonstrações financeiras não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma verdadeira e apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1. Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras e orçamentais, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2. Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras e orçamentais.

2.3. Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras e orçamentais poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

- 2.4.** Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras e orçamentais envolvendo os membros do órgão de gestão, diretores ou empregados.
- 2.5.** Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras e orçamentais.
- 2.6.** Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas, reais ou potenciais, cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7.** Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.8.** Confirmamos-vos que, para efeitos da预防 e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, republicada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

2.9. Confirmamos que, atentas as atuais orientações constantes do guia do beneficiário efetivo, constante do site da justiça (<https://justica.gov.pt/Guias/guia-do-registo-central-do-beneficiario-efetivo-rcbe3>), as empresas de capitais públicos não estão sujeitas ao Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo. Por esta razão, a Entidade não está sujeita ao preenchimento da declaração relativa ao registo do beneficiário efetivo.

2.10. Concordamos com as conclusões apuradas pela Bureau Veritas Rinave Soc. Unipessoal, Lda., entidade externa devidamente habilitada a que recorremos para efeito da realização da contagem do stock de propriedade da ENSE e da avaliação da qualidade das reservas. Declaramos que não demos quaisquer instruções a esta entidade, direta ou indiretamente, no que se refere ao apuramento das respetivas conclusões, que pudessem de algum modo ser entendidas como uma influência no seu trabalho, e não temos conhecimento de qualquer circunstância que possa ter impacto na sua independência e objetividade.

2.11. Tomámos conhecimento do alerta que nos formularam relativo à necessidade de dar cumprimento aos estatutos da Entidade, designadamente no n.º 3 do seu artigo 11.º, relativamente à obrigatoriedade de a Entidade se obrigar pela assinatura de dois administradores, quando não haja delegação expressa do Conselho de Administração, o que, conjugado com procedimentos adequados de controlo interno, se afigura particularmente relevante para efeito de aprovação dos pagamentos, designadamente dos que ocorrem por meios eletrónicos através de contas sedeadas junto do IGCP.

2.12. Confirmamos que a provisão que se encontra constituída para fazer face a encargos que se espera que venham a ocorrer relacionados com a necessidade de rotação futura dos produtos armazenados, no montante de 1.088.911 euros, dos quais 329.549 euros constituídos no exercício, foi apurada tendo em consideração os resultados da estimativa dos gastos a incorrer com este processo, estando previsto embora com uma calendarização ainda não finalizada, que todo o produto será objeto de rotação.

2.13. Confirmamos o teor do Relatório de Medição, Amostragem e Análises elaborado pelos peritos externos com referência a 17/18 de dezembro de 2024, no qual se constata que os resultados obtidos das análises das amostras dos tanques de gasóleo rodoviário das reservas estratégicas armazenado em todos os tanques no DPNL estão de acordo com os limites constantes no Decreto-lei nº 152-C/2017, de 11 de dezembro e que as exceções identificadas não são relevantes para a qualidade e utilidade das referidas reservas.

- 2.14.** Confirmamos ainda o alerta que nos formularam, atendendo ao elevado volume de saldos em situação de cobrança duvidosa, que atingem 3,8 milhões de euros em 2024 (2023: 3,6 milhões e euros).

Muito embora se encontrem reconhecidas imparidades de igual montante, não afetando por isso o saldo de contas a receber evidenciado em balanço, confirmamos que nos alertaram que esta situação deve ser merecedora de particular atenção por parte da gestão, não só devido aos mecanismos legais de cobrança ao dispor da Entidade, designadamente por via do recurso à execução fiscal, que, quando acontece, se verifica já numa fase tardia do processo de cobrança, mas sobretudo pelo recurso nem sempre tempestivo a outras medidas preventivas, mas eventualmente mais eficazes, designadamente por via do condicionamento da manutenção do estatuto de operador obrigado, mediante o desencadeamento de processos de contraordenação e de proposta de suspensão da introdução de produtos no consumo por parte do operador incumpridor.

- 2.15.** Confirmamos que, com referência a 31 de dezembro de 2024, a constituição e manutenção de reservas de segurança de produtos de petróleo está em conformidade com as categorias previstas no art.º 8 do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro.

- 2.16.** Tomámos em consideração, entre outros aspetos, as informações prestadas pelos advogados com quem a Entidade tem relações (dentro e fora do território nacional), pelo que confirmamos que é completa a lista destes advogados que vos foi fornecida, a saber Gabinete Interno Jurídico e Gonçalo Capitão – Sociedade de Advogados.

- 2.17.** Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade, as quais evidenciam os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos nas reuniões realizadas. Confirmamos que a última reunião realizada pelos órgãos sociais foi a reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 30 de janeiro de 2025, correspondente à ata n.º 114. Confirmamos que não foram elaboradas atas das reuniões do Órgão de Gestão realizadas após 30 de janeiro de 2025 e até à presente data. Não obstante,

confirmamos que todas as decisões tomadas e assuntos relevantes com potencial impacte nas demonstrações financeiras foram-vos comunicados e foram objeto de tratamento contabilístico apropriado.

2.18. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações em contencioso relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão ou das ações inspetivas em curso, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, incluindo no que se refere à tributação dos rendimentos obtidos em aplicações financeiras.

2.19. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

2.20. Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções, dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

2.21. Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.22. Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

2.23. A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de acordos, contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

2.24. Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias para além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Pelo Órgão de Gestão:

(Nome e cargo)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.**, (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 465.487.859 euros e um total de património líquido de 85.351.160 euros, incluindo um resultado líquido de 1.928.417 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **ENTIDADE NACIONAL PARA O SETOR ENERGÉTICO, E.P.E.**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITÓRIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
Inventários	
<p>As rubricas de Inventários representam 81% do total do ativo, sendo constituídas por um conjunto de produtos petrolíferos, conforme evidenciado no ponto 4.1.1., do Relatório de Gestão, as quais são objeto de inventariação física anual, por peritos externos, credenciados e independentes da Entidade.</p> <p>Esta inventariação destina-se a determinar as quantidades disponíveis, sendo o critério utilizado para a sua valorização o mais baixo, entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos produtos registados em inventários, considerando-se este como o valor de mercado em 31 de dezembro, com base nas respetivas cotações, reconhecendo-se eventuais perdas/reversões de imparidades, quando aplicável.</p> <p>As flutuações e volatilidade do preço de mercado do crude e seus derivados podem ter um impacto significativo na valorização dos inventários e, consequentemente, no resultado do exercício.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2024, as imparidades acumuladas ascenderam a 460.355 euros (2023: 1.921.366 euros), conforme evidenciado no ponto 7 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Por todas estas razões, consideramos existir um risco acrescido relativamente ao reconhecimento e mensuração desta componente do ativo, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do reconhecimento e valorização dos inventários, foi desenvolvida uma metodologia ajustada de auditoria, baseada na compreensão dos controlos e procedimentos implementados e mantidos pela Entidade, bem como, essencialmente, no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise da informação de suporte aos movimentos contabilísticos, validação dos pressupostos subjacentes e replicação dos cálculos de apuramento de aumento/reversão de imparidades; ▪ Obtenção e análise dos relatórios da entidade externa independente, responsável pela inventariação física dos produtos existentes em reservatório, visando, por um lado, verificar a adequação dos pressupostos e métodos usados no apuramento das quantidades existentes e, por outro, no confronto destes valores com os registo contabilísticos da Entidade; ▪ Obtenção das cotações de mercado a 31 de dezembro de 2024 do crude e seus derivados, e comparação com os valores unitários de valorização dos inventários que foram considerados, para efeitos do apuramento das imparidades associadas; ▪ Verificação da adequação das divulgações associadas, de acordo com o normativo contabilístico adotado.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
Financiamentos Obtidos	
<p>A rubrica de Financiamentos Obtidos representa 96% do total do passivo, e está relacionada com o empréstimo obrigacionista emitido pela Entidade em 2008, com uma maturidade de 20 anos.</p> <p>Conforme referido no ponto 15 do Anexo às demonstrações financeiras, por dificuldades de determinação de uma estimativa fiável dos fluxos de caixa associados ao financiamento e da identificação de uma taxa de desconto comparável, foi decidido pela Entidade determinar o custo amortizado aproximado mediante o ajustamento do valor contabilístico do empréstimo obrigacionista (valor nominal), deduzindo-o dos gastos diferidos associados à montagem da operação, e ainda não reconhecidos como gasto, e acrescendo-o dos juros especializados, vencidos e não pagos, reconhecidos no exercício, relativos ao referido empréstimo obrigacionista.</p> <p>Em face do descrito, esta matéria foi considerada como de maior relevância para a auditoria e, como tal, determinada para ser considerada como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>De forma a mitigar os riscos de distorção material identificados ao nível dos financiamentos obtidos, desenvolvemos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Obtenção de confirmação, através de fontes externas, referente ao empréstimo obrigacionista emitido pela entidade, bem como dos contratos de subscrição e sua análise; ▪ Verificação documental das taxas relativas a serviços de supervisão contínua da informação prestada por emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, cobradas trimestralmente pela Entidade Reguladora e suportadas pela Entidade, como forma alternativa de confirmação da existência do financiamento; ▪ Validação da consistência do montante deferido referente aos gastos com a montagem da operação do empréstimo obrigacionista, bem como da parcela reconhecida como gasto do exercício, e avaliação da respetiva razoabilidade; ▪ Obtenção e análise do Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, de forma a verificar a consistência de outros financiamentos obtidos, com os que constam dos registos contabilísticos; ▪ Verificação da adequação das divulgações associadas, de acordo com o normativo contabilístico adotado.

OUTRAS MATÉRIAS

Até ao presente momento ainda não foram aprovados pelas Tutelas os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2023, havendo, no entanto, a convicção do Conselho de Administração que os mesmos serão aprovados nos exatos termos em que foram submetidos.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;



- elaboração do relatório de gestão e do relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos

que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, na matéria de governo societário.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditámos as Demonstrações Orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 76.807.379 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga, líquida de reposições, de 70.491.668 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e aprovação das Demonstrações Orçamentais, no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto no que se refere à divulgação da informação relativa aos valores orçamentados para o ano de 2024.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório do Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisor Oficial de Contas da Entidade pela primeira vez em 21 de março de 2019, através de Despacho n.º 202/2019 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, para um mandato compreendido entre 2019 e 2020, abrangendo também a auditoria às contas do exercício de 2018. Fomos nomeados através do Despacho n.º 158/2022, do Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro do Ambiente e da Ação Climática emitido em 6 de janeiro de 2022, para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2023, mantendo-nos funções para o exercício de 2024, por não ter ainda ocorrido outra nomeação.



- O Órgão de Gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor.

Lisboa, 11 de julho de 2025

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

Declaração

Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes, nomeado, pelo Despacho n.^o 4376/2023, de 11 de abril de 2023, Presidente do Conselho de Administração da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., declara que cumpre integralmente o disposto no artigo 51º do Decreto-Lei n^o 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n^o 75-A/2014, de 30 de setembro, bem como o disposto no n^o 7 do artigo 22º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n^o 8/2012, de 18 de janeiro com a atual redação.

Lisboa e ENSE, 25 de junho de 2025

Alexandre Fernandes



Presidente do Conselho de Administração

Declaração

Fernando Amadeu Alves Pinto, nomeado, pelo Despacho n.º 4376/2023, de 11 de abril de 2023, Vogal Executivo do Conselho de Administração da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E., declara que cumpre integralmente o disposto no artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, bem como o disposto no n.º 7 do artigo 22º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro com a atual redação.

Lisboa e ENSE, 25 de junho de 2025

Fernando Alves Pinto

Fernando Alves Pinto

Vogal Executivo

Vogal Executivo do Conselho de Administração



Tribunal Constitucional

Rua do Século, nº 111
1249-117 Lisboa

Sua referência: NA

Nossa referência: AF 010524

Data: 2024/04/17

ASSUNTO: Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidade e Impedimentos

Exmo(s). Senhor(es),

No seguimento das obrigações legais, relativas à requerida entrega em sede de Tribunal Constitucional, da referida *Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidade e Impedimentos*, e nos termos do nº1 do artigo 13º da Lei nº 52/2019 de 31 de julho, alterada pela Lei nº 69/2020 de 9 de dezembro, venho por este meio e para os devidos efeitos, entregar a atualização da referida declaração com efeitos ao presente ano.

Lisboa, 17 de maio de 2024

Alexandre Fernandes

Presidente do Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração

Em anexo: Declaração (14 páginas)

Loja de depósito	Banco de depósito	Data / Date
Destinatário Nome e Morada Destinatário do envio		
<i>Rua das Flores, 7 Castelo De São João, 1149-111 Lisboa</i>		
Reservado à colagem da Etiqueta Código de Barras - Número		
ctt	A.F.	Aviso de Recepção – de entrega; Avis de Reception – de livraison
CTT - Correios de Portugal, S.A.		
A.R.		
Marca do dia do serviço que lleva o aviso Timbre du bureau renvoyant l'avis		
Prioritaire – Par avion		
Devolução a – Renvoyer à		
Remetente Nome, Morada, País e Código Postal		
 elise A ELISE é uma organização privada com sede em Lisboa, Portugal. Edifício B, 1 - 104-038 Lisboa		
Este AVISO foi assinado <input checked="" type="checkbox"/> Pelo Destinatário <input type="checkbox"/> Pelo Documento <input type="checkbox"/> Entrega - Forma <input type="checkbox"/> Pago - Paye Identificação de quem recebeu o objecto <i>Nome Legível / Name legible</i>		
BI ou outro documento oficial Carte d'identité, ou autre document officiel		
A preencher pelo Remetente A remplir par l'expéditeur		
A completar no destino A compléter à destination		
Data e assinatura - Date et signature <i>Ne rien inscrire ci-dessous</i> <input type="checkbox"/> Não escrever neste espaço <input type="checkbox"/> Ne rien inscrire ci-dessous		

AR CN 07 AR AR CN 07 AR



R



RL 0862 5562 3 PT

A F

Antes de preencher leia com atenção
Veja as instruções no verso

A forma mais segura de enviar documentos e objetos valiosos porque tem:

- Código de Barras com número de identificação único
- Tratamento Especial
- Controlo Individual
- Cobertura por um seguro

Destinatário

Nome

Tribunal Constitucional

Morada

Rua do Sócio, 6-111

Código Postal

1249-007 Lisboa

Remetente

Nome



Morada

Estrada Paço do Lumiar, Campus da Lumiar
Edifício D, 1º - 1649-038 Lisboa

Código Postal

_____ - _____

Nacional

Internacional

Notificação Registado Simples

Notificação Registado

Prec. Pago

Carta

Notificação Via Postal

Notificação Via Postal 2º tentativa

Saco Multipostal

Notificação Via Postal Simples

Notificação Via Postal

Serviços Especiais

Aviso de Receção (AR)

Contra Reembolso (COB)

Valor Declarado (VD)

Peso

Entrega ao Próprio

_____ , _____ C

_____ , _____ C

DTS

Entrega ao Domicílio

Saco Multipostal

Aviso Eletrónico

SMS

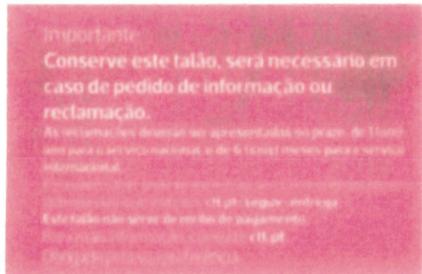
Nº de Telemóvel

E-mail

Endereço Eletrónico

A preencher pelos CTT

Documento





TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO ÚNICA DE RENDIMENTOS, PATRIMÓNIO, INTERESSES, INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

(nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 69/2020, de 9 de novembro, 58/2021, de 18 de agosto e 4/2022, de 6 de janeiro)

1. Escreva determinante da dinâmica

Cargo/Função e cargo: Vogal Executivo do Conselho Administrativo da Entidade Nacional

Para o Setor Energético, EPE

- Data de início de funções / recondução / reeleição 27-03-2023

Data de cessação de funções _____

Data de alteração _____

Declaração após três anos da cessação de funções, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º _____

Deve ser assinalado nesta rubrica qual o facto ou factos que determina(m) a apresentação de declaração (início/cessação/alteração), devendo ser assinalados os campos da cessação e início de funções quando ocorram em simultâneo.

Exercício de funções em regime de exclusividade Sim

ctt Correspondências
Correio Registrado
Título de Recetação

R

RH 8792 5417 3 PT

Antes de preencher, leia com atenção.
Veja as instruções no verso.

A forma mais segura de enviar documentos é através de correio porque tem:

- Código de Barras como meio de identificação da encomenda
- Controlo Individual
- Tratamento Especial
- Cobertura por um seguro

Destinatário

Nome: *TRIBUNAL CONSTITUCIONAL*
Morada: *RUA DE "O SÉCULO" N.º 111*
Código Postal: *1249 117 LISBOA*

Remetente

Nome: *Fernando AMARAL ALVES PINTO*
Morada: *RUA Francisco TOMAS DA COSTA, N.º 19-2-1000-091*
Código Postal: *1600 091 LISBOA*

Nacional Internacional

Serviços Especiais

Aviso de Receção (AR)
Entrega ao Princípio
Entrega ao Doméstico
Saci Multipostal

Contra Remessa/Bolso (CRB)

Valor Declarado (VD)

Precos

DTS

Aviso Eletrónico

SMS
N.º de Telemóvel:

E-mail
Endereço Eletrónico:

Importante
Conserve este talão, será necessário em caso de pedido de informação ou reclamação.
As reclamações devem ser apresentadas no prazo de 2 meses para o serviço doméstico, e de 6 meses relativamente ao serviço internacional.
Para reclamação de serviços internacionais contacte o 00351 21 880 00 00 ou o 00351 21 880 00 01, seguidamente:
Este talão não serve de recibo de pagamento.
Para arcar com os custos de envio utilize o CTT.pt
Consulte o site para mais informações.

A preencher pelos CTT

Mensagem de estado

Foi enviada uma notificação por e-mail. Gestores Públicos
GP-1064-2024 foi criado.

GP-1064-2024

N.º da
declaração

1064

Data e hora de entrada

2024-05-13 18:21

Ano

2024

Setor de Atividade

Setor Empresarial do Estado / Setor Público Administrativo

Gestor

Fernando Amadeu Alves
Pinto

► Detalhes

Entidade

ENSE – ENTIDADE NACIONAL
PARA O SETOR ENERGÉTICO,
E.P.E.

► Detalhes

[Declaração](#)

[Análise](#)

[Documentos](#)

Cargo para que foi nomeado/eleito/cooptado

Vogal Executivo do Conselho de Administração

Identifique o ato de nomeação/eleição

Despacho n.º 4376/2023, dos Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e SET

Anexe cópia do ato de designação para o cargo

Nomeação do Conselho de Administração, para o mandato de 2023-2025

E-mail profissional

fernando.pinto@ense-epc.pt

Data de início do mandato

2023-03-27

Data de fim do mandato (prevista ou efetiva)

2025-03-27

A data do termo do mandato já ocorreu?

Não

Exerce funções executivas no Conselho de Administração / Conselho Diretivo?

Sim

Exerce funções em regime de exclusividade?

Sim

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

Não

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

Não

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade?

Não

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade?

Não

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse?

Não

Estado

Submetida



Mensagem de estado

Foi enviada uma notificação por e-mail. Gestores Públicos
GP-1071-2024 foi criado.

GP-1071-2024

N.º da
declaração

1071

Data e hora de entrada

2024-05-17 11:58

Ano

2024

Setor de Atividade

Setor Empresarial do Estado / Setor Público Administrativo

Gestor

ALEXANDRE MANUEL
RODRIGUES FERNANDES

► Detalhes

Entidade

ENSE - ENTIDADE NACIONAL
PARA O SETOR ENERGÉTICO,
E.P.E.

► Detalhes

Declaração

Análise

Documentos

Cargo para que foi nomeado/eleito/cooptado

Presidente do Conselho de Administração

Identifique o ato de nomeação/eleição

Mandato 2023-2025

Anexe cópia do ato de designação para o cargo[despacho-nomeacao-ca-da-ense-no4208-a2021.pdf](#)**E-mail profissional**

alexandre.fernandes@ense.pt

Data de início do mandato

2023-03-27

**Data de fim do mandato
(prevista ou efetiva)**

2026-03-27

A data do termo do mandato já ocorreu?

Não

Exerce funções executivas no Conselho de Administração / Conselho Diretivo?

Sim

Exerce funções em regime de exclusividade?

Sim

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

Não

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

Não

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade?

Não

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade?

Não

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse?

Não

Estado

Submetida

Declaração

(artigo 29º - G do Código de Valores Mobiliários)

Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes, Presidente do Conselho de Administração da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (de ora em diante, ENSE ou Entidade), declara, para efeitos do disposto no artigo 29º - G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas Anuais bem como a Certificação Legal de Contas referentes ao exercício do ano de 2023 desta Entidade, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, neles estando plasmadas uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo da mesma, bem como da situação e resultados financeiros da ENSE, mais expondo o referido Relatório de Gestão fielmente a evolução das atividades e desempenho da Entidade e contendo uma descrição precisa das principais incertezas com que a ENSE se defronta.

Por ser verdade, vai a presente declaração assinada.

Lisboa e ENSE, 25 de junho de 2025

Alexandre Fernandes



Presidente do Conselho de Administração

Declaração

(artigo 29º - G do Código de Valores Mobiliários)

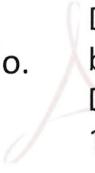
Fernando Amadeu Alves Pinto, Vogal Executivo do Conselho de Administração da ENSE - Entidade Nacional para o Setor Energético, E.P.E. (de ora em diante, ENSE ou Entidade), declara, para efeitos do disposto no artigo 29º - G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas Anuais bem como a Certificação Legal de Contas referentes ao exercício do ano de 2023 desta Entidade, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, neles estando plasmadas uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo da mesma, bem como da situação e resultados financeiros da ENSE, mais expondo o referido Relatório de Gestão fielmente a evolução das atividades e desempenho da Entidade e contendo uma descrição precisa das principais incertezas com que a ENSE se defronta.

Por ser verdade, vai a presente declaração assinada.

Lisboa e ENSE, 25 de junho de 2025

Fernando Alves Pinto
Fernando Alves Pinto
Vogal Executivo
Vogal Executivo do Conselho de Administração

 IGCP Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	INFORMAÇÃO	Ref.º UE: SGC nº 21 Data: 2023.02.16
De: ACL/SGC	Para: C/c:	
Doc. Relacionados: Assunto: ENSE - Despacho sobre o pedido de dispensa de cumprimento da UTE		

Parecer (Coord.) Concordo. Para autorização do CA.  Maria de Fátima Almeida Amaral Nepomuceno da Silva <small>Digitally signed by Maria de Fátima Almeida Amaral Nepomuceno da Silva Date: 2023.02.16 16:47:27 Z</small>	Despacho (CA)  Digitally signed by Rita Granger Date: 2023.02.22 15:54:22 Z
Autorizado.	

ENQUADRAMENTO

Nos termos do estabelecido pelo nº 5, do artigo 105º, da Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro, conjugado com o disposto pelo nº 5, do artigo 91º, do Decreto-Lei nº 10/2023, de 8 de fevereiro, diploma que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para o ano de 2023 é determinado que “Em situações excepcionais devidamente fundamentadas, a pedido do serviço ou organismo, o IGCP, E. P. E., pode autorizar a dispensa do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, pelo prazo máximo de dois anos, ...”.

Tendo presente o enquadramento legal, a Entidade Nacional para o Setor Energético, EPE (ENSE) apresentou a coberto do ofício nº S00104/2023 – 20230112 – DFRH, de 12 de janeiro, incluso no anexo I da presente informação, um pedido de exceção ao cumprimento da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE).

No sentido de clarificar e quantificar os serviços bancários objeto do pedido de dispensa, o IGCP solicitou à ENSE o preenchimento do quadro de “Pedido de Dispensa de Cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado”, o qual se inclui também no anexo I.

ANÁLISE

O IGCP tem vindo a propor, a título excepcional, a dispensa da UTE para o contrato celebrado com a CaixaBI, respeitante ao serviço de pagamento dos juros do cupão de empréstimo obrigacionista, tendo em conta as entidades bancárias envolvidas e as modificações contratuais necessárias para a alteração da função de agente pagador para a tesouraria do Estado.

PROPOSTA

Em face do exposto, propõe-se que o despacho do IGCP seja de, reiterar o dos anos anteriores, no sentido de exencionar, para os anos de 2023 e 2024, somente os valores referentes ao empréstimo obrigacionista contraído junto da CaixaBI.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela ENSE através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

Caso mereça a concordância superior, propõe-se ainda o envio da presente informação à DGO, à DGTF, à IGF e à ENSE, comunicando o teor do despacho proferido.

À Consideração Superior,

Paulo Luís
Teixeira
Pereira
Borges

Digitally signed
by Paulo Luís
Teixeira Pereira
Borges
Date: 2023.02.16
14:45:47 Z

ANEXO I – INFORMAÇÃO Nº 0123/2023



ENTIDADE NACIONAL PARA
O SETOR ENERGÉTICO E.P.E

Registado

IGCP - Agência de Gestão da
Tesouraria e da Dívida Pública
A/C Dr. Paulo Borges
Av. da República, 57 - 6º
1050-189 Lisboa

Vossa Referência:

Nossa Referência:

Data:

S00104-20230112-DFRH

12/01/2023

Assunto: Pedido de dispensa parcial da UTE 2023/2024 - ENSE, E.P.E.

Exmos. Senhores,

A ENSE, E.P.E. cumpre atualmente o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, mantendo, adicionalmente, uma conta bancária no banco Caixa Banco de Investimento, S.A., uma vez que cabe a esta entidade bancária, definida como entidade responsável, a distribuição dos juros aos bancos do Sindicato Bancário constituídos pelo *Deutsche Pfandbreifbank AG* e o *Dexia Sabadell*, estes últimos credores do empréstimo obrigacionista que obriga esta entidade pública empresarial até 2028.

A ENSE, E.P.E. foi autorizada a manter esta conta no Caixa Banco de Investimento para os anos de 2021 e 2022, uma vez que o pagamento anual do respetivo cupão passa, necessariamente, pela intervenção desta instituição bancária, razão pela qual se solicita dispensa (parcial) da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2023 e 2024, para o banco Caixa Banco de Investimento, S.A., pelas razões anteriormente expostas - e que se mantêm atuais; o que ficamos a aguardar.

Informamos que o presente ofício e respetivo anexo já seguiu, por correio eletrónico, para o Dr. Paulo Borges.

Junta: formulário para dispensa parcial UTE 2023/2024 - ENSE, E.P.E.

Com os melhores cumprimentos,

Alexandre Fernandes

Alexandre Fernandes

Vogal Executivo

Conselho de Administração

Pedido de Dispensa de Cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado

2022/2023

Name Organism:

Emissões Nacionais para o Sator Energético EDE

Serviços objeto do presente Pedido	(a)	Contas na Banca Comercial		Saldo Conta na Banca Comercial a 31.12.2022
		IBAN	Valor Médio Anual por Serviço Bancário, em 2022 (b)	
Serviços Bancários				
Cards pré pagos				
Compra de moeda estrangeira				
Contratos de <i>leasing, factoring e afins</i>				
Custódia de valores mobiliários, com exceção dos representativos de dívida pública				
Débitos diretos vidente credora				
(x) Utilização da Caixa-Bi para pagamento de juros do cupão do empréstimo obrigacionista que a ENESE, E.P.E. detém, já que este Banco foi a entidade bancária organizadora, e que ficou responsável por distribuir o pagamento dos juros aos bancos sindicados: Deutsche Pfandbriefbank AG e o Dexia Sabadell;			PT5000250001000012198850045	5.422,45 €
Garantias bancárias que não possam ser substituídas por Depósitos Caucionados				
Recolha de Valores				
Outros Serviços:				

172) Acrylic Resins

(a) Assinalar com uma X os serviços a dispensar.

(b) **Valor Médio Anual (2022)** = Somatório dos valores médios mensais / Número de meses considerados, por serviço bancário.

6

12/01/2023 12:54

Assinaturas (d)

Alexandre Fernandes
Digital Executive

Este documento tem de ser assinado de acordo com a legislação de cada natureza, para efeitos do IGC.

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - AGEDP

• info@multicam.com • +351 262 222 222

Unidade de Controlo e Prevenção
Gripe da Córnea

ପ୍ରକାଶକ ପତ୍ର

Deliberação (extrato) n.º 578/2023, de 31 de maio

Publicação: Diário da República n.º 105/2023, Série II de 2023-05-31, páginas 264 - 265

Emissor: Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E.

Parte: G - Empresas públicas

Data de Publicação: 2023-05-31

SUMÁRIO

Delegação de competências no vogal executivo do conselho de administração

TEXTO

Deliberação (extrato) n.º 578/2023

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º-A dos Estatutos da Entidade Nacional para o Setor Energético, E. P. E., constantes do [Decreto-Lei n.º 339-D/2001](#), de 28 de dezembro, alterados e republicados em anexo ao [Decreto-Lei n.º 69/2018](#), de 27 de agosto, e, bem assim, no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 4/2015](#), de 7 de janeiro, sem prejuízo das competências específicas legalmente fixadas, delibera o Conselho de Administração proceder à seguinte delegação de competências no seu Vogal Executivo, Dr. Fernando Amadeu Alves Pinto:

- a) As competências em matéria de aplicação de coimas e sanções acessórias no âmbito dos processos por contraordenação da competência da ENSE, E. P. E., revogando a deliberação n.º 568/2021, publicada no Diário da República n.º 103/2021, Série II, de 27 de maio de 2021;
- b) As competências, com a faculdade de subdelegação, total ou parcial, para:
 - i) Instaurar processos de contraordenação, sempre que a competência esteja legalmente atribuída à ENSE, E. P. E.;
 - ii) Designar os responsáveis para a condução das diligências instrutórias, incluindo a prática de todos os atos inerentes à fase de instrução;
 - iii) Ordenar o envio, para as autoridades administrativas competentes, das participações, em matéria contraordenacional, e dos processos sempre que a competência de instauração de processo e de instrução e decisão, respetivamente, não esteja legalmente atribuída a esta Entidade;

- iv) Reconhecer a extinção dos processos contraordenacionais em caso de pagamento da coima, nos termos da lei, determinando o seu arquivamento;
 - v) Aceitar os requerimentos de pagamento voluntário, do pagamento diferido ou do pagamento em prestações, nos termos legais;
 - vi) Assinar todos os despachos necessários à tramitação dos processos de contraordenação em todas as suas fases, nomeadamente para a determinação da apensação e conexão de processos, bem como proceder ao arquivamento dos mesmos, declarando a extinção do procedimento quando o mesmo não possa prosseguir;
 - vii) Assinar todas as notificações, nomeadamente as que respeitem ao exercício do direito de defesa e à comunicação da decisão final, bem como a correspondência e expediente associados à tramitação e conclusão dos processos de contraordenação instaurados;
 - viii) Assinar os ofícios de remessa do processo de contraordenação ao Ministério Público, quando se verifique concurso de crime e contraordenação, ou quando, pelo mesmo facto, uma pessoa deva responder a título de crime e outra a título de contraordenação;
 - ix) Assinar os ofícios de envio do processo de contraordenação ao Ministério Público, em caso de impugnação judicial, sempre que a decisão administrativa final proferida seja mantida;
 - x) Assinar os ofícios de envio do processo de contraordenação ao Ministério Público, para efeitos de execução do valor da coima aplicada;
 - xi) Assinar as certidões de dívida por custas, para efeitos de execução tributária, nos termos da lei.
- c) As competências de direção, orientação e supervisão da UCP - Unidade de Controlo e Prevenção, concretamente, as definidas no artigo 6.º do [Regulamento n.º 35/2019](#), de 5 de dezembro de 2018 - DR 2.ª série n.º 6 - 9 de janeiro de 2019;
- d) As competências de direção, orientação e supervisão do DJC - Departamento Jurídico e de Contencioso, integrado na UAG - Unidade de Administração Geral, concretamente, as definidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do [Regulamento n.º 35/2019](#), de 5 de dezembro de 2018 - DR 2.ª série n.º 6 - 9 de janeiro de 2019.

A presente delegação de competências produz efeitos a partir da data da deliberação, considerando-se ratificados todos os atos praticados respeitantes às matérias identificadas desde o dia 11 de abril de 2023.

2 de maio de 2023. - O Conselho de Administração: Alexandre Manuel Rodrigues Fernandes, presidente - Fernando Amadeu Alves Pinto, vogal executivo.

316452975

×